

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**GUSTAVO HENRIQUE DE SIQUEIRA**

**O PROGRESSO ENTRE A CRUZ E O PODER:  
CULTURAS POLÍTICAS EM CHAPECÓ (1968-1996)**

**FLORIANÓPOLIS**

**2021**

**GUSTAVO HENRIQUE DE SIQUEIRA**

**O PROGRESSO ENTRE A CRUZ E O PODER:  
CULTURAS POLÍTICAS EM CHAPECÓ (1968-1996)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Orientador: Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

**FLORIANÓPOLIS  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

de Siqueira, Gustavo Henrique  
O progresso entre a cruz e o poder : Culturas políticas em  
Chapecó (1968-1996) / Gustavo Henrique de Siqueira. -- 2021.  
235 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn  
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

1. Chapecó. 2. Culturas políticas. 3. Progresso. 4. Poder. I.  
Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de  
Pós-Graduação em História. III. Título.

Este trabalho é dedicado a Henrique Jorge de Siqueira

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me ajudaram direta ou indiretamente nessa caminhada acadêmica que iniciou em 2009 até as conclusões desse ciclo em 2021. Desde o ingresso no curso de graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde aprendi o “ofício de historiador”, até o mestrado e o doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) contei com professores(as) excelentes que são referência para além da academia. Agradeço aos membros da banca pela disponibilidade, em especial a professora Dra. Cristiani Bereta e ao professor Dr. Paulo Pinheiro Machado pelas importantes sugestões e críticas na banca de qualificação. Agradeço a professora Dra. Monica Hass, responsável pela produção de estudos relevantes para o conhecimento da história de Chapecó, e cujas abordagens instigaram perguntas nesse estudo. Ao professor Dr. Elison Paim, agradeço por todo o aprendizado ao longo da jornada que começou ainda na graduação. Finalmente, agradeço ao professor-orientador desse trabalho, Dr. Reinaldo L. Lohn, pelo apoio e as provocações ao trabalho.

Agradeço a todo o pessoal do Centro de Memória do Oeste Catarinense (Ceom), em especial a André Onghero, que sempre atendeu com disposição e empenho, além de proporcionar boas conversas sobre música e gravação durante a pesquisa.

O maior agradecimento vai a meu filho, Henrique, responsável pela alegria e o crescimento pessoal que vivi em 2020. Agradeço igualmente a minha companheira, Silvane, que me aturou em todo esse período de insegurança e incertezas. Sou grato a minha mãe, Vânia, e meu irmão Guilherme, pelo necessário afeto familiar e a força mútua que reunimos nos últimos anos, quando perdemos pessoas queridas como a avó Santina Fiore e o avô Antônio Fiore. Agradeço o apoio destes que também foram fundamentais nessa caminhada e que para sempre serão lembrados.

Agradeço ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) pelo financiamento do projeto entre 2017 e 2020.

Como o período de escrita é, também, um período de amadurecimento e experiência, agradeço aos amigos com os quais compartilhei momentos de alegria, tristeza, confiança e descontração, sobretudo nas atividades que exerço, como os camaradas da música e os colegas das escolas. Essas pessoas e fatores impactaram, cada um a seu modo, o resultado dessa tese. Por isso, compartilho todo o esforço com cada um deles.

## RESUMO

Este estudo discute a noção de progresso e desenvolvimento a partir das perspectivas compartilhadas pelas elites de Chapecó (políticos-empresários) por meio da imprensa escrita juntamente com as impressões da Diocese de Chapecó sobre o conceito desde 1968, quando Dom José Gomes assumiu o bispado. Abordamos aproximações entre correntes católicas e o racionalismo científico (notadamente no campo da economia e das ciências sociais) que resultaram em movimentos religiosos atuantes na política. Defendemos que a atuação religiosa no município foi determinante para a formação de uma cultura política “democrática” de esquerda que resultou na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em oposição a uma cultura política “semidemocrática” das elites locais. Analisamos o processo de fundação e atuação do partido, enfocando na disputa de eleições municipais compreendidas aqui como um itinerário de derrotas entre 1982 e 1996, identificando características e especificidades políticas do local e suas relações com os demais agrupamentos partidários do município. As principais fontes analisadas são os periódicos *Folha d’Oeste*, *Diário da Manhã*, *O Oestão* e *Celeiro Catarinense*, sermões de Dom José Gomes e atas do Partido dos Trabalhadores.

**Palavras-chave:** Chapecó. Cultura Política. Partido dos Trabalhadores. Progresso.

## ABSTRACT

This study discusses the notion of progress and development from the perspectives shared by the elites of Chapecó (politicians-entrepreneurs) through the written press and the impressions of the Diocese of Chapecó on the concept since 1968, when Dom José Gomes took over the bishopric. We approach approximations between Catholic currents and scientific rationalism (notably in the field of economics and social sciences) that resulted in religious movements active in politics. We argue that religious activity in the municipality was decisive for the formation of a left-wing “democratic” political culture that resulted in the founding of the Workers' Party (PT) as opposed to a “semi-democratic” political culture of local elites. We analyzed the process of founding and acting the party, focusing on the dispute for municipal elections understood here as an itinerary of defeats between 1982 and 1996, identifying characteristics and political specificities of the place and its relations with the other party groups in the municipality. The main sources analyzed are the newspapers Folha d'Oeste, Diário da Manhã, O Oestão and Celeiro Catarinense, sermons by Dom José Gomes and minutes from the Workers' Party.

**Keywords:** Chapecó. Political Culture. Worker's Party. Progress.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Estado de Santa Catarina com destaque para a área correspondente ao município de Chapecó.....	28
Figura 2 – Prédio da Secretaria dos Negócios do Oeste.....	69
Figura 3 – Solenidade de nomeação de Plínio Arlindo de Nês para o cargo de secretário da SNO em 1971, ocorrida em Florianópolis (SC).....	70
Figura 4 – Visita de Ernesto Geisel a Chapecó em 1974.....	76
Figura 5 – Recorte do semanário <i>Folha do Oeste</i> .....	78
Figura 6 – Vista parcial do centro de Chapecó na década de 1960.....	80
Figura 7 – Vista parcial do centro de Chapecó na década de 1970.....	87
Figura 8 – Ex-prefeitos de Chapecó.....	89
Figura 9 – Mapa da Diocese de Chapecó.....	108
Figura 10 – Plínio Arlindo de Nês e agentes da Diocese de Chapecó.....	110
Figura 11 – Homenagem a Dom José Gomes em 1999.....	129
Figura 12 – Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1982.....	141
Figura 13 – Revista policial a militantes na década de 1980.....	146
Figura 14 – Charge sobre peste suína africana (02 de agosto de 1978).....	160
Figura 15 – Charge sobre peste suína africana (09 de agosto de 1978).....	161
Figura 16 – Vista parcial da avenida Getúlio Vargas, Chapecó, em 1982.....	187
Figura 17 – Comemoração da vitória de José Fritsch no centro de Chapecó.....	218



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de afiliados em partidos políticos de Chapecó em junho de 1981.....	182
Tabela 2 – Relação de afiliados em partidos políticos de Chapecó em junho de 1982.....	183
Tabela 3 – Resultado das eleições municipais de 1982 em Chapecó (SC).....	191
Tabela 4 – Relação de afiliados em partidos políticos de Chapecó em setembro de 1986.....	193
Tabela 5 – Resultado das eleições municipais de 1988 em Chapecó (SC).....	203
Tabela 6 – Resultado das eleições municipais de 1992 em Chapecó (SC).....	212
Tabela 7 – Resultado das eleições municipais de 1996 em Chapecó (SC).....	217

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACIC	Associação Comercial e Industrial de Chapecó
ADESG	Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
AMOSC	Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASDI	Ação Social Diocesana
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CDL	Clube dos Dirigentes Lojistas
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMC	Câmara Municipal de Chapecó
CPO	Comissão Pastoral Operária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
EFAPI	Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó
ESG	Escola Superior de Guerra
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FUNDESTE	Fundação Educacional do Desenvolvimento do Oeste
HTP	História do Tempo Presente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JUC	Juventude Universitária Católica
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCD	Projeto Chapecoense de Desenvolvimento
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PP	Partido Popular
PRP	Partido de Representação Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAC	Sociedade Amigos de Chapecó
SAI	Serviço de Assessoria e Informação
SAIC	Sociedade Avícola Indústria e Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERFHAU	Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo
SNI	Serviço Nacional de Informações
SNO	Secretaria dos Negócios do Oeste
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
TDL	Teologia da Libertação
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TRE/SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. CAPÍTULO 1 – TEMPO, RACIONALISMO E CORRENTES CATÓLICAS.....</b>	<b>28</b>
2.1 TEMPO E TEMPORALIDADE.....	28
2.2 TEORIAS RACIONALISTAS.....	38
2.3 CORRENTES CATÓLICAS.....	44
2.3.1 Democracia Cristã.....	44
2.3.2 Teologia da Libertação.....	47
<b>3. CAPÍTULO 2 – ELITES E PROGRESSO NO DESENVOLVIMENTISMO DE CHAPECÓ: A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA POR MEIO DA IMPRENSA ESCRITA.....</b>	<b>62</b>
3.1 OS PERIÓDICOS “FOLHA D’OESTE” E “CELEIRO CATARINENSE”.....	62
3.2 PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS EM SANTA CATARINA.....	65
3.3 AS ELITES POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTISMO EM CHAPECÓ.....	71
3.4 PESTE SUÍNA AFRICANA E TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA NA ESTEIRA DO DESENVOLVIMENTISMO.....	93
3.5 CARIDADE E ASSISTENCIALISMO AOS POBRES.....	97
<b>4. CAPÍTULO 3 – SERMÕES PARA O PRESENTE: ECOS DA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO E AO PROGRESSO NA DIOCESE DE CHAPECÓ.....</b>	<b>102</b>
4.1 SERMÕES DE DOM JOSÉ GOMES EM MEIO AO DESENVOLVIMENTISMO.....	107
4.2 A PESTE SUÍNA AFRICANA NOS CÍRCULOS DIOCESANOS.....	142
4.3 VIGILÂNCIA, RESISTÊNCIAS E DISPUTAS.....	148
<b>5. CAPÍTULO 4 – PARTIDO DOS TRABALHADORES: PROCESSO DE FORMAÇÃO PARTIDÁRIA, ELEIÇÕES E CULTURA POLÍTICA.....</b>	<b>157</b>
5.1 OS PERIÓDICOS “O OESTÃO” E “DIÁRIO DA MANHÃ”.....	159
5.2 MOVIMENTOS SINDICAIS E ORGANIZAÇÃO DE OPOSIÇÃO EM CHAPECÓ.....	165
5.3 A FUNDAÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	170

5.4 A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM SANTA CATARINA E EM CHAPECÓ.....	175
5.5 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1982.....	181
5.6 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988.....	192
5.7 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1992.....	205
5.8 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1996.....	212
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>220</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>224</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No mês de outubro de 1996, em um dia de domingo, Chapecó amanheceu sob mistério e expectativa. No Bar do Pacheco, onde há meses empresários sentados demoradamente nos bancos com seus cafés afirmavam como certa a polarização entre dois candidatos de centro-direita à prefeitura, o clima devia ser de maior apreensão sabendo-se já das últimas projeções de intenção de votos publicados nos jornais que davam ao esquerdista José Fritsch grandes possibilidades de vitória. Depois de terminada a apuração dos votos, uma massa vestida de vermelho comemorava o primeiro trunfo do Partido dos Trabalhadores na prefeitura do município. Apenas lamentava que um velho mestre de décadas de ensino religioso e social às populações pobres, o bispo Dom José Gomes, já não estava entre eles.

Naquele momento, a cultura política dominante de Chapecó desconhecia a capacidade daqueles homens e mulheres que viveram verdadeiros momentos de redenção. Enfrentando desde seu nascimento a escassez de toda sorte (falta de recursos financeiros, de moradia digna, de terra para trabalhar, de serviços de saúde e educação básicos), enfrentaram também o poder local de grandes fazendeiros e políticos ao se juntarem em torno de uma bandeira para ocupar terras improdutivas da região.

Durante décadas ouviu-se por todo Oeste de Santa Catarina os sermões minuciosamente elaborados pelo bispo da Diocese de Chapecó. As palavras de conforto espiritual dividiam espaço com análises da realidade socioeconômica do Brasil. A memória, como representação do passado, era cultivada entre a massa empobrecida que via em suas condições materiais apenas a possibilidade de reproduzir as práticas de seus pais. Outros, com maior contato urbano, já haviam naturalizado o progresso como meta, vendo no futuro a redenção da vida difícil vendendo apenas sua força trabalho. As palavras “socioreligiosas” do bispo combateram, a seu modo, esta tradição. Era agora, no presente, que se fazia a transformação da vida. E a caminhada era longa.

Na verdade, aquelas palavras nem pareciam ser do mesmo homem que chegou para assumir o bispado da Diocese de Chapecó em 1968. É claro que não sendo um religioso ignorante, Dom José Gomes sabia dos limites que as circunstâncias impunham, seja pela

novidade que ele representava para as pessoas da cidade, seja pela ditadura civil-militar<sup>1</sup> que assolava o Brasil. De todo modo, o bispo cumpriu satisfatoriamente naquele momento sua função social relacionando-se amistosamente com a elite local.

O presente estudo tem como objetivo analisar perspectivas e ações políticas conflitantes no município de Chapecó. Por um lado, a cultura política das elites políticas locais e suas práticas, e por outro, agrupamentos de esquerda que se organizaram a partir dos anos 1980. Assim, buscamos compreender um processo histórico que se inicia com a chegada do bispo Dom José Gomes na Diocese de Chapecó, em 1968, passando pelas práticas do Partido dos Trabalhadores (PT), sua ligação com a Igreja Católica e seus desempenhos eleitorais (no caso do Partido dos Trabalhadores), até a vitória nas eleições municipais de 1996. Para tanto, observamos perspectivas de correntes católicas para compreender sua influência no campo político e ações concretas do desenvolvimentismo no período.

Dessa forma, movimentos sociais, Diocese de Chapecó e Partido dos Trabalhadores são estudados a partir da temporalidade e da cultura política que os diferencia e suas leituras de mundo. O PT não foi a única organização de esquerda ou democrática do período, mas assumiu um protagonismo deste espectro político por suas ações concretas (como movimentos sociais) e pelo crescimento que a legenda petista apresentou nos processos eleitorais entre os anos 1982 e 1996.

O problema da pesquisa consiste em analisar leituras políticas e históricas do tempo através das temporalidades teorizadas nos campos acadêmico (leigo) e religioso (católico), buscando identificar na narrativa dos grupos políticos locais e no contexto político-econômico brasileiro como estas leituras se adequaram entre os atores envolvidos na organização da esquerda em Chapecó na forma de um partido político, suas bandeiras e referenciais, interpretando como as estratégias de luta e as interpretações socioeconômicas desses grupos expressaram-se na formação do Partido dos Trabalhadores, na narrativa da Diocese de Chapecó através de Dom José Gomes e nas interpretações dos trabalhadores envolvidos, concentrando a análise nos períodos eleitorais disputados pelo PT para o executivo local. Desta forma, pensaremos as eleições desde a década de 1980 como um itinerário de derrotas até a vitória no pleito de 1996.

---

<sup>1</sup> Optou-se, nesse trabalho, por utilizar o termo “civil-militar” entendendo que o golpe e a ditadura não foram encabeçados apenas por militares e contaram com o apoio decisivo de setores civis, concordando com René Dreifuss (DREIFUSS, 1987).

Desde a década de 1950 até o final dos anos 1970, Chapecó vivia sob a hegemonia política das elites político-empresariais e bacharéis que após o golpe de 1964 alinharam-se à ditadura civil-militar. Os principais personagens da elite daquele contexto eram Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês, que haviam sido membros do extinto Partido Social Democrático (PSD), mas que então estavam alojados no interior da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, em seguida, do Partido Democrático Social (PDS), agrupamentos de sustentação civil da ditadura.

Estas elites mantinham o poder por meio de uma relação estreita com lideranças políticas do estado de Santa Catarina e com a elite econômica local que fazia de seus espaços de socialização – associações de classe e clubes de serviço – verdadeiros locais de potencialização de capital social que de tempos em tempos convertia-se em capital político.

Esta hegemonia não sofreu arranhões durante o governo dos militares, embora o partido “opositor-oficial” da época, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tenha vencido um pleito para o executivo chapecoense em 1969. Contudo, o gradativo enfraquecimento da ditadura permitiu com que trabalhadores alijados do processo político pudessem iniciar organizações e disputar espaço com as elites. Este espaço não era apenas político-institucional, mas principalmente de uma cultura política que pôde florescer quando a repressão a desafogou.

Unindo a tradição historiográfica da História Social com o referencial da História do Tempo Presente (considerando a curta distância temporal e as questões contemporâneas persistentes) e com a categoria de cultura política (procurando mobilizar o termo “esquerda” de acordo com as premissas da história política que abordaremos), é possível analisar e oferecer elementos explicativos ao quadro político municipal do recorte proposto. A História do Tempo Presente (HTP) atribui importância ao debate de aspectos do passado recente e por vezes inacabados, como é o caso. A dificuldade de lidar com um recorte dessa natureza deriva da crítica de pares historiadores que consideram o tempo presente um período aberto e de estruturas quase “líquidas” pelo fato de conservar elementos do passado recente e, por isso, não deixar transparecer certos aspectos. Entretanto, de acordo com Enrique Padrós (2009, p. 32), “o fato de que algumas das explicações plausíveis sobre processos do Tempo Presente permaneçam provisórias, não desmerece o esforço por tentar dar sentido a cenários ainda desordenados ou com lacunas”. Dessa forma, o esforço analítico da HTP contribui na sistematização das informações “sobre acontecimentos que muitas vezes são apresentados de forma caótica pela grande mídia”, constituindo-se em “um ponto de partida mais qualificado para futuras análises”. Sob este enfoque, a pesquisa cobra do historiador o mesmo rigor



científico e crítico dos demais, ou seja, a História do Tempo Presente distingue-se de análises imediatistas por sua interpretação fundamentada e provida de mecanismos metodológicos que lhes dão sustentação.

Embora a HPT enfrente críticas tais como a do pouco distanciamento temporal para análise histórica, entendemos que há cerca de um século os *Annales* já percebiam que nenhuma abordagem historiográfica poderia requerer para si o estatuto de verdade ou colocar-se como única abordagem possível de determinado período. De acordo com François Dosse:

O historiador deve, desse modo, renunciar a uma postura de domínio que era muitas vezes a sua e que o permitia acreditar que ele podia definitivamente “fechar” os registros históricos. Dessa mudança historiográfica resulta uma ampliação do conceito de “tempo presente” que não é mais considerado um simples período adicional mais próximo. O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo (DOSSE, 2012, p. 11).

Esse passado que ainda é contemporâneo levanta a disputa pela memória e se refaz a todo o momento de acordo com o embate de setores distintos da sociedade. A memória, nesse sentido, pode ser trabalhada com o intuito de constituir e/ou determinar uma verdade através da experiência coletiva.

A relação entre a história e a memória se tornou central na problematização da relação entre verdade e fidelidade. Isso remete ao necessário “trabalho de memória” para evitar as patologias memoriais: sobrecarga de memória aqui, insuficiência de memória lá, como observou Paul Ricoeur. [...] A dialética da História e da memória ajudou a incutir mais verdade na fidelidade, suscitando o necessário trabalho da memória e a construção de uma história social da memória coletiva (DOSSE, 2012, p. 11).

Apesar de evidente para uma pesquisa em História, é necessário frisar que não há a intenção de apresentar uma “verdade” melhor que outra, uma memória melhor que outra ou um projeto melhor que outro. Ou seja, não pretendemos julgar a história. A pesquisa deve se debruçar na análise crítica das fontes, a historiografia e as instituições como indispensável ao trabalho do historiador.

As elites político-empresariais de Chapecó praticaram seu projeto de desenvolvimento econômico no município com poucas resistências no campo eleitoral durante o período estudado. A centralidade econômica no agronegócio não sofreu alterações e não teve modelo alternativo com quem pudesse concorrer, sendo suas classes dirigentes hegemônicas neste processo. Em torno desse projeto delineou-se o que compreendemos neste estudo como uma cultura política “semidemocrática”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> É importante pontuar que, apesar de abordarmos os conceitos de cultura política “democrática” e “semidemocrática”, não significa que as correntes políticas abordadas sejam as únicas perspectivas com tal

De acordo com Leonardo Avritzer, o período da redemocratização brasileira foi caracterizado por um processo de compatibilização entre as instituições e a esfera societária. Para o autor, “tal processo envolve a convivência entre duas culturas políticas: uma semidemocrática e predominante no nível do sistema e das instituições políticas; e outra democrática, predominante no nível do mundo da vida e da sociedade civil” (AVRITZER, 1995, p. 11).

Para Serge Berstein (2009), o conceito de cultura política é útil para compreender a metamorfose de partidos ou pensamentos políticos, afirmando que uma nova força política hegemônica é capaz de alterar a *práxis* de outros partidos ou projetos antes dominantes. O historiador René Rémond, por sua vez, critica as interpretações que reduzem tudo ao político ou encadeiam todos os acontecimentos a uma ideologia. Para o autor, os indivíduos que fazem política não estão pré-determinados a assumir uma posição imóvel na sociedade de acordo com sua realidade material. Entende, portanto, que as pessoas são movidas a apoiar este ou aquele projeto político de acordo com as diferentes circunstâncias de suas vidas (RÉMOND, 2003, p. 441-450).

Nesta pesquisa observamos que novas leituras da realidade surgiram e fizeram sentido para muitas pessoas, que formaram organizações atuantes nas frentes de trabalho (sindicatos), na reforma agrária, na frente religiosa e na política partidária. Estas leituras e práticas entendemos como cultura política.

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a cultura política pode ser entendida como “o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (MOTTA, 1996, p. 95). E mais além, nos valem das dúvidas de Berstein:

[...] o historiador cujo papel não se limita a descrever, mas cujo ofício consiste em compreender e explicar, esbarra desde sempre com o problema de buscar-lhes o significado no seio das sociedades nas quais se pode observá-los. O que faz com que um grupo de pessoas se sinta mais próximo de uma força política do que de outra, vote a favor ou contra determinado partido, aprove uma medida ou proteste contra ela, adote quase espontaneamente a mesma atitude diante dos fatos passados e presentes, considerando-os de modo positivo ou negativo? (BERSTEIN, 2009, p. 30).

O crescimento gradativo da simpatia à esquerda, apesar de um itinerário de derrotas eleitorais, indica um triunfo de sua cultura política que até então era compartilhada apenas por

---

atribuição no município de Chapecó. Grupos políticos brizolistas anteriores ao recorte estipulado também atuavam com valores que podem ser considerados “democráticos”. Além disso, não significa que estes grupos “semidemocráticos” resguardassem qualquer valor permanente de democracia, mas sim, que estiveram envolvidos na política eleitoral e se promoveram politicamente também pela via democrática (por meio do voto).

parte da população local ligada aos processos de lutas sociais que atravessaram a região, graças ao protagonismo dos movimentos sociais do campo, às interpretações socioeconômicas e ações da Diocese de Chapecó, e ao espaço de experiência política de novas lideranças de esquerda da região. Estes referenciais, mesmo que não compartilhados pela maior parte da população, tiveram êxito em engajar a maioria dos eleitores em 1996.

[...] o essencial reside no fato de que, num dado momento da história, uma cultura política constitui um todo homogêneo cujos elementos são interdependentes e cuja apreensão permite perceber o sentido dos acontecimentos em sua complexidade, graças à visão de mundo das pessoas que compartilham essa cultura (BERSTEIN, 2009, p. 33).

As diferenças políticas a que nos referimos excedem a simples oposição eleitoral e os jogos de interesses. A cultura política, portanto, é aspecto essencial uma vez que nos possibilita compreender a interpretação específica que grupos políticos fazem da realidade ao seu redor e suas práticas concretas. Por este motivo, ressaltamos que a oposição de esquerda em Chapecó não apresentava apenas mais uma opção no rol de candidatos a cargos públicos e, sim, uma maneira distinta de interpretar o mundo e o campo da política. Nos referimos a esta cultura política de esquerda no município como “democrática” em contraposição a uma cultura política “semidemocrática” das elites locais, cujo debate faremos adiante.

Portanto, a temporalidade é um aspecto que abordamos para compreender de que maneira o contexto histórico permite determinadas ações e interpretações políticas. Entendemos que o quadro difuso de pensamentos que compõem qualquer sociedade não se configura de maneira exata ou consensual, sobretudo na temporalidade – que não se manifesta objetiva ou claramente. Dessa maneira, pensaremos nosso objeto dentro da noção de *estratos de tempo* do historiador alemão Reinhart Koselleck.

De acordo com o autor, “o proveito de uma teoria dos estratos do tempo consiste em sua capacidade de medir diferentes velocidades, acelerações ou atrasos, tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem grande complexidade temporal” (KOSELLECK, 2014, p. 22). Fazendo alusão aos estratos geológicos, ele fornece uma maneira de entendimento histórico conforme as diferentes formações rochosas que têm, em si, diferentes durações temporais convivendo ao mesmo tempo. De forma semelhante se apresenta o pensamento histórico-temporal. Diferentes temporalidades convivendo e se influenciando reciprocamente no presente apontam para o tempo histórico vigente em determinado contexto. Este pensamento é proveniente da crítica que o autor alemão faz a duas concepções predominantes da história: a

noção de história linear (como uma flecha em direção ao futuro) e a noção de história circular (como uma espécie de espiral que repete eventos).

Nas categorias observadas nesta pesquisa, temos o cristianismo como um estrato de tempo bem estruturado que permanece através de ritos e signos próprios por séculos, tendo em si “sedimentações” mais recentes e, às vezes, pouco duradouras que dependem da existência do estrato mais longo. Aqui entenderemos que a influência do marxismo foi responsável por estas “sedimentações” em diferentes contextos, resultando então na Teologia da Libertação (TdL) como um destes estratos menores dentro de um grande estrato.

Indo além, o marxismo também permite pensar desta maneira. O pensamento baseado na reflexão de Karl Marx sobre a sociedade industrial influencia as ciências desde o século XIX (sendo um estrato mais longo), porém, contendo em si “sedimentações” de menor duração que são diferentes interpretações marxistas ao longo dos anos. Na nossa pesquisa, o sedimento “mais recente” se manifesta pela Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Vamos observar ao longo do trabalho como um processo dialético entre setores específicos do marxismo e do catolicismo resultaram na interpretação de Dom José Gomes. Entenda-se isto como um exercício católico que continha certos elementos do marxismo, não confundindo a Diocese de Chapecó com um agrupamento de esquerda. Mas podemos afirmar que neste contexto houve o encontro histórico da visão religiosa metafísica/espiritual com o materialismo histórico, embora o resultado dialético não contenha nenhuma das partes em seus sentidos “puros”. Ou seja, o resultado da esquerda chapecoense não era nem essencialmente religioso tradicional e nem essencialmente marxista, contendo elementos de ambos em seu interior. Por exemplo, a Igreja era crítica do “progresso” propagandeado pelas elites (tal qual os grupos marxistas), mas não compartilhava de sua teleologia revolucionária.

Assim, compreendendo a chegada de Dom José Gomes à Diocese de Chapecó como um marco que iria impactar as relações políticas locais, consideramos o ano de 1968 como ponto de partida do estudo, mesmo que eventualmente tenhamos de regredir para explicar alguns aspectos correlatos. O ano da vitória do PT nas eleições municipais, 1996, foi considerado como final do recorte por representar o rompimento com um itinerário de derrotas eleitorais percorrido desde 1982.

Mas o que é esta esquerda que trabalhamos? O termo que se pretende discutir no trabalho não encontra consenso na academia ou no meio político. Sua conceituação é ampla e implica em opções analíticas que não raro devem abster-se de critérios mais rígidos para

viabilizar sua apropriação por uma análise sistemática. De qualquer maneira, os termos “esquerda” e “direita” carregam, em suas variadas interpretações, uma forte carga simbólica que se referem a campos opostos da política e que assumem validade no seu meio. Para Norberto Bobbio:

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. São excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. E são exaustivos no sentido de que, ao menos na acepção mais forte da dupla [...], uma doutrina, um movimento podem ser apenas ou de direita ou de esquerda (BOBBIO, 2001, p. 49).

Para o autor, a dicotomia entre esquerda e direita é uma díade na política, característica presente em toda forma de conhecimento e de todas as áreas do saber, como na filosofia (dicotomia transcendência-imanência) e nas artes (clássico-romântico). Sua conceituação e sustentação ao longo dos anos – sobretudo a partir do século XIX – provocou transformações no mundo ao se experimentarem novos regimes políticos que marcaram profundamente a história e, por conseguinte, o debate político (experiências relacionadas à direita, como o nazifascismo, e as relacionadas à esquerda, como o comunismo e o socialismo, por exemplo). Entretanto, com a decadência da experiência soviética e a queda do muro de Berlim, ficou cada vez mais difícil determinar com precisão os limites que separam as duas esferas políticas, motivo pelo qual, nas últimas décadas, têm surgido argumentações que procuram sustentar a ineficácia dos conceitos de esquerda e direita para a política de nosso tempo, afirmando que eles teriam se tornado enfadonhos e sem valor heurístico, classificatório ou valorativo. A primeira afirmação é a de que haveria uma crise das ideologias. Para Bobbio, contudo, as ideologias nunca deixaram de existir e a todo o momento se renovam.

Para Gustavo Silva (2014), o Estado é classificado em um conceito weberiano (cuja característica seria o “monopólio do uso legítimo da violência física”) considerando que a esquerda disputaria o poder estatal com bandeiras de grupos sub-representados (como nas pautas de movimentos LGBT, dos negros, dos indígenas, das mulheres e etc.), enquanto a direita disputaria o poder para a reafirmação ou ampliação da sua representação. Esta abordagem parece mais sucinta e objetiva que outras concepções já trabalhadas nas ciências sociais que considerariam a classificação nos opostos da esquerda e da direita de acordo com

formulários preestabelecidos de posicionamento político ou simplesmente pela subjetividade do eleitor<sup>3</sup>.

Dessa forma, na conceituação empregada por Silva, a representação dos movimentos sociais de esquerda dentro do Estado significaria um avanço para este espectro político, mas não necessariamente a implantação de um sistema socialista de governo – que se considera de esquerda nos pressupostos marxistas e teria em seu horizonte a organização de um movimento revolucionário. Neste sentido, se faz necessário pontuar, baseado em Gabriela Tarouco e Rafael Madeira (2013) e nos debates sobre cultura política, que os partidos políticos e movimentos sociais não permanecem estanques ao longo do tempo, sendo imprescindível contextualizar historicamente o momento da elaboração dos manifestos e das narrativas para não cair em anacronismos ou na ilusão de esquemas teóricos elaborados para sociedades diversas da brasileira.

Concordando com Bobbio, se a aplicação dos termos esquerda e direita não é precisa e provoca amplo debate, considera-se que sem essas categorias explicativas a leitura da política seria ainda mais confusa, principalmente ao se considerar o recorte desse trabalho que diz respeito a uma conjuntura de radicalização dos termos. Portanto, sabendo das limitações e dos questionamentos que a díade esquerda x direita impõe, não é seguro abrir mão dela principalmente considerando que o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, foi fundado no Oeste de Santa Catarina por militantes de movimentos do campo influenciados pela Teologia da Libertação que, por sua vez, estava imersa na interpretação latino-americana da Teoria Marxista da Dependência, categoria associada diretamente à esquerda.

Para Daniel Aarão Reis Filho, o campo de estudo da esquerda deve considerar a pluralidade de correntes associadas a este espectro político preferindo o termo “esquerdas”, no plural. Para o autor:

A rigor, e na verdade, temos *esquerdas* tanto no Brasil como na América Latina, e também em todo o mundo. A tendência a empregar o termo no singular reporta-se a uma tradição que foi, em determinado momento, a comunista e, antes dela, a da socialdemocracia internacional, que entendia que a esquerda necessariamente só poderia ter um tipo de representação, um tipo de expressão. Antes da Primeira Grande Guerra, o partido socialdemocrata. Depois da fundação da Internacional Comunista, em 1919, os partidos comunistas. Antes da Primeira Guerra Mundial, se não fosse socialdemocrata, não era esquerda. Na tradição comunista, se não estivesse no Partido Comunista, não podia ser de esquerda (FILHO, 2005, p. 173. Grifo no original).

---

<sup>3</sup> “[Saber o que é esquerda e direita], a nosso ver, trata-se, como assinala a bibliografia internacional [...], de um conhecimento intuitivo, de um *sentimento* do que significam as posições ideológicas”. SINGER, apud SILVA, p. 152.

Reis Filho aponta diversas correntes de esquerda que vão além das comunistas. No Brasil ele aponta a tradição do catolicismo popular, do catolicismo revolucionário, do capitalismo social, além do anarquismo, do socialismo democrático e da tradição nacional-estatista. Esta, que ascendeu a partir de 1945 e foi reprimida pelo golpe civil-militar de 1964, se refere ao trabalhismo (que o autor considera uma tendência de esquerda), também considerada pela sociologia e historiografia paulista como uma corrente “populista”.

A cultura política “democrática” a que nos referimos neste trabalho ganha forma no final dos anos 1970 e é possível identificar uma trajetória que permite compreender a eleição de um prefeito ligado aos movimentos sociais de esquerda em 1996, José Fritsch, do Partido dos Trabalhadores. O ponto de corte entre os períodos que abordamos até aqui significa, na nossa interpretação, uma relação dialética evidente na redemocratização, no sentido de que colocava em contradição projetos políticos nacionais muito distintos e também formas distintas de conceber a Igreja Católica.

Dada a especificidade do caso brasileiro, é relevante considerar as nomenclaturas adotadas pelos partidos políticos no que se refere a conceitos básicos da política como, por exemplo, o liberalismo, o socialismo e etc. De acordo com Tarouco e Madeira:

Levando em conta a relevância da herança dos posicionamentos dos partidos durante o regime militar na configuração do multipartidarismo contemporâneo e a emergência das questões relativas à liberalização econômica na década de 1990, uma escala ideológica que se pretenda aplicável ao Brasil não pode deixar de considerar o posicionamento em relação ao governo militar nem o critério econômico (posicionamento em relação ao peso desejável da intervenção estatal na economia), predominante na Ciência Política para a identificação ideológica (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 159).

Dessa forma, no contexto da redemocratização dos anos 1980 se faz necessário debater sobre a mudança programática dos partidos a partir da década de 1980 para adequarem-se ao novo contexto pós ditadura civil-militar em termos políticos e de opinião pública ligada ao eleitorado brasileiro. Para Tarouco e Madeira:

A mudança dos conteúdos programáticos no tempo está de acordo com a literatura que discute o enfraquecimento dos vínculos sociais de origem dos partidos, decorrente de imperativos eleitorais e indica um processo de adaptação às dificuldades colocadas pelas novas conjunturas. Diante da necessidade de adequar seu discurso às preferências dos eleitores, todos os partidos analisados reviram o conteúdo dos seus manifestos de fundação, adotando programas mais compatíveis com o contexto posterior à etapa inicial da transição do regime. As declarações a respeito da redemocratização são substituídas por outros temas, e as ênfases nas categorias de esquerda e direita se deslocam (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 161).

No campo do político, este trabalho se insere no esforço da chamada “nova história política” que tem como expoente o historiador francês Rene Rémond. No século XIX, este

campo de estudos lidava com o político de forma objetiva e centrada nas ações dos grandes líderes e dos governos. Para esta corrente – chamada de “historicista” – a verdade estaria no sentido literal dos documentos oficiais necessitando do já referido distanciamento narrativo (neutralidade) e temporal. No início do século XX, contudo, a Escola dos *Annales* propôs uma ressignificação da história, centrando sua discussão na “história-problema”, ou seja, iniciando a investigação desde uma pergunta sem pretensão de encerrar um assunto possuindo uma verdade objetiva nos grandes temas.

Apesar de ter significado um avanço para o conhecimento histórico, este movimento renegou o político e focou sua análise no socioeconômico. A problemática dos *Annales* situava-se nos comportamentos coletivos, ou seja, o trabalho, a produção, as trocas, ao contrário da tradicional história política que se concentrava no estudo dos acidentes e percursos do Estado e suas instituições. Além disso, a história política tradicional não trabalhava com hipóteses ou com perguntas (história-problema), e mantinha sua história narrativa e linear-factual.

De acordo com Rémond, a recusa do político não se devia apenas por se tratar de um tema desgastado ou de pouca compreensão dos antigos historiadores sobre o assunto. A política mesma passou a ser considerada de pouca relevância para historiadores mais preocupados com o que seriam os movimentos mais estruturantes da sociedade, sendo a política quase que um resultado destes.

No entanto, a volta do político como campo de estudo acontece no período de guerras do século XX, pois evidenciou que acontecimentos e eventos que ganham dimensão social e cultural impactante na vida de populações inteiras não poderiam ser explicados apenas por fatores econômicos ou sociais, sendo entendida a importância do político e das relações internacionais neste processo. Além disso, o fracasso do liberalismo evidente na Grande Depressão de 1929 contribuiu para o entendimento do político como campo fundamental de compreensão histórica (RÉMOND, 2003, p. 13-36).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu faz uma analogia do campo político com um “produto” que teria “consumidores” mais ou menos envolvidos no espaço de produção do mesmo. O objetivo deste produto seria atingir o “mercado” (o Estado), no qual representaria seus consumidores e atribuiria sentido ao poder – através de análises, discursos, programas e etc. – para aqueles que depositaram sua confiança ou crença no produto. Para Bourdieu:

[...] o campo do político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos



ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Sendo o político um campo de “profissionais”, os consumidores (leigos) estariam sujeitos a “mal-entendidos” uma vez que não dominam o discurso e menos ainda as práticas dos detentores do poder e criadores dos mecanismos ou propostas políticas, fenômeno que ocorreria pelo distanciamento dos consumidores em relação ao lugar de produção do político. Bourdieu afirma, então, que os consumidores:

[...] estão tanto mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem (BOURDIEU, 1989, p. 166).

O monopólio dos profissionais e o distanciamento dos meros “consumidores” provocaria conflitos nos meios políticos da sociedade não-profissional que demandaria participação no campo político. Uma das possibilidades apontadas pelo autor seria a adesão acrítica dos “consumidores” a um determinado programa partidário que os faria adotar o discurso produzido pelos profissionais no interior do partido. Contudo, esse tema torna-se importante para este estudo quando consideramos que a parcela que demandava participação política era composta, geralmente, por trabalhadores rurais em situação de pobreza e auxiliados por setores “progressistas” da Igreja Católica e Luterana, pois o contexto histórico da abertura política no final dos anos 1970 não oferecia muitas possibilidades de inserção no mundo da política institucional, sobretudo de camadas empobrecidas e do interior brasileiro. E a saída encontrada pelos trabalhadores naquele contexto foi a construção do Partido dos Trabalhadores na região Oeste catarinense.

Nesta pesquisa, as fontes que mobilizamos são da imprensa (a revista *Celeiro* Catarinense e os periódicos *Folha d'Oeste*, *o Oestão* e *Diário da Manhã*), sermões do bispo Dom José Gomes e atas e documentos de formação do Partido dos Trabalhadores, contando com o suporte de documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Reconhecendo as múltiplas abordagens possíveis com as fontes mobilizadas, faremos a problematização de cada documento em suas especificidades ao longo dos capítulos.

Se a fonte periódica era rechaçada desde a Escola dos *Annales* nos anos 1930 persistindo até os anos 1970 por sua narrativa fragmentária, cheia de interesses e paixões (alijando-se, portanto, da “verdade” e do distanciamento pretendido pelos historiadores de então), foi a terceira geração dos próprios *Annales* que propôs “novos objetos, problemas e abordagens”

(LUCA, 2008, p. 111-112). De acordo com Tânia de Luca, no Brasil “o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2008, p. 118).

Para a análise de periódicos, Tânia de Luca observa de forma pertinente os aspectos que merecem atenção como “[...] dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, “[...] atentar para o destaque conferido ao acontecimento”, considerar a “ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo”, bem como “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos”, além de “inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário” (LUCA, 2008, p. 140).

Para Renée Barata Zicman, o trabalho com periódicos como fontes históricas teriam as seguintes vantagens:

- a) *Periodicidade*: Os jornais são “arquivos do cotidiano” registrando a memória do dia a dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos;
- b) *Disposição Espacial da Informação*: Para cada periódico tem-se a possibilidade de inserção no fato histórico dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatos que compõem a atualidade;
- c) *Tipo de Censura*: Diferentemente de outros tipos de fontes documentais, a Imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem quase sempre uma triagem antes de serem arquivados (ZICMAN, 1985, p. 90).

Zicman propõe uma hipótese de que “a imprensa age sempre no campo do político-ideológico e portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados” (ZICMAN, 1985, p. 90). Traçando as características dos periódicos de imprensa, segue-se ao procedimento de “triagem” dos jornais em busca das temáticas específicas. Some-se a isto a importância do jornal em apontar elementos do contexto histórico analisado sem necessariamente abordar o assunto da pesquisa, como por exemplo, as notícias e as opiniões sobre outros temas podem ser indícios de determinada interpretação do contexto que auxiliam na “montagem do quadro histórico” local. Neste sentido, procedemos metodologicamente segundo uma das definições propostas por Zicman: a “comparação de vários jornais sobre a apresentação de um mesmo fato, fazendo transparecer as respectivas tendências dos periódicos consultados” (ZICMAN, 1985, p. 98).

É pertinente levantar o fato de que o contexto sobre o qual estamos escrevendo já diz respeito a uma imprensa mais profissionalizada (a partir dos anos 1950), quando declina a “doutrinação” (a Imprensa de Opinião) em favor da “informação” em que pese a nova função jornalística de apurar a “verdade dos fatos” (LUCA, 2008, p. 138). Problematizando a pretensa neutralidade dos veículos de comunicação, analisaremos adiante e criticamente o contexto no qual os periódicos estavam inseridos, a forma como descreviam este contexto e quais profissionais e diretores trabalhavam naquela redação. Estes questionamentos serão complementados na continuidade da imprensa chapecoense em funcionamento durante a ditadura civil-militar no sentido de verificar as mudanças e permanências da imprensa local.

De acordo com Fernando Azevedo, as mídias escritas no Brasil possuem limitações do ponto de vista da circulação e público-alvo. Enquanto nos países europeus mais desenvolvidos o volume de publicações era grande e atingia uma parcela importante da população, no Brasil foi “somente na passagem do século XIX para o XX que a imprensa brasileira começaria a ganhar uma estrutura empresarial que redefiniria a relação dos jornais com a política, os anunciantes e o leitor, e daria origem à chamada ‘grande imprensa’ no eixo Rio-São Paulo” (AZEVEDO, 2006, p. 93). Além disso, foi “somente a partir dos anos 1980 que o nosso sistema de mídia ganharia uma feição inequívoca de uma indústria de massa, com a televisão ocupando um lugar central no mercado nacional de entretenimento e informação” (AZEVEDO, 2006, p. 93).

Outro fator que chama a atenção no trabalho de Azevedo é o direcionamento do trabalho da mídia escrita para as elites com as características interessantes a estas classes. De acordo com o autor:

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta (AZEVEDO, 2006, p. 95).

Desse modo, podemos observar que no Oeste catarinense a organização de jornais é ainda mais tardia, mas segue uma tendência nacional. Afinal de contas, mesmo em períodos em que a população não dispunha de um veículo de comunicação local, havia a circulação do jornal Sul-rio-grandense *Correio do Povo*. Nos anos 1980, com uma oferta maior de jornais e revistas, há um salto nas fontes de informação que seguem as características “profissionais” abordando

os assuntos apontados por Azevedo, ou seja, a política e a economia, tratada por colunistas de opinião que por vezes se confunde com informação.

O trabalho com jornais, combinado com a política, é algo relativamente novo no Brasil. Luis Felipe Miguel aponta que quatro das grandes obras sobre história do Brasil<sup>4</sup> a partir dos anos 1930 não consideram a mídia como algo relevante para explicar fenômenos históricos de nosso passado, mesmo que consideremos que, segundo Miguel “[...] 1950 é o ano zero da TV no Brasil; em 1980, 56,1% dos domicílios brasileiros já possuíam ao menos um televisor, número que chegaria a 71% em 1991” (MIGUEL, 2000, p. 194).

Apesar de esta citação referir-se especificamente à TV, o mesmo “descaso” com jornais e revistas se observava, tanto no tratamento destas fontes como “informativas” (a retirada de informações literais dos jornais) quanto críticas (o papel destas mídias no contexto histórico, seus discursos e posicionamentos). Miguel aponta dois processos fundamentais para a consolidação da importância dos meios de comunicação para a vida nacional, sobretudo para o meio político:

[...] a formação dos Diários Associados, que tem início na década de 20 e atinge seu ápice no final dos anos 50, e a da Rede Globo, após o golpe de 1964. Cada um a seu tempo e com os instrumentos de que dispunham na época (rede de jornais, revistas e rádio ou rede de televisão), ambos são vetores fundamentais do processo de integração nacional. Ainda no início da construção do império Diários Associados de Assis Chateaubriand, seu projeto era visto pelos líderes políticos da época, a começar pelo deputado federal Getúlio Vargas, como ferramenta da união nacional. Quando, em setembro de 1969, estreia o primeiro telejornal transmitido simultaneamente de Norte a Sul do País (o *Jornal Nacional*), o processo está próximo de sua conclusão (MIGUEL, 2000, p. 195).

O autor destaca também a importância dos periódicos no que se refere à opinião pública e a difusão de determinada imagem de candidatos e/ou projetos políticos em voga afirmando que “os jornais, primeiro, e o rádio e a televisão, depois, tornaram-se os principais vetores da imagem pública dos candidatos, com impacto significativo, portanto, sobre seu desempenho nas urnas” (MIGUEL, 2000, p. 196), deixando evidente a influência e consequente participação deste poder na vida política, podendo inclusive interferir em determinados acontecimentos quando propõe sua narrativa como verdade ou fato histórico.

Inclusive para os interesses da classe dominante é fundamental contar com veículos de comunicação que reforcem seu capital social que geralmente converte-se em capital político, assunto que abordamos em pesquisa anterior e inserimos em partes no capítulo dois.

---

<sup>4</sup> “História indiscreta da ditadura e da abertura” de Ronaldo Costa Couto; “Brasil: de Getúlio a Castelo” e “Brasil: de Castelo a Tancredo” de Thomas Skidmore; e “História do Brasil” de Boris Fausto.

O que os elitistas apontam como natural — a desigualdade política, a profunda divisão entre governantes e governados — é fruto de uma organização social que concentra em poucas mãos o capital político. Alguns poucos monopolizam a capacidade de intervir no campo político — exatamente porque os outros internalizam a própria impotência e oferecem o *reconhecimento* de que aqueles poucos são os “líderes”. Se o reconhecimento social é a chave da conquista do capital político, avulta a importância da mídia, principal difusora do prestígio e do reconhecimento social nas sociedades contemporâneas (MIGUEL, 2000, p. 198-199).

Em relação a metodologia, é importante destacar que elaboramos uma planilha com centenas de nomes de pessoas ligadas à política de Chapecó durante o mestrado. Essa tabela foi bastante útil no sentido de revelar trocas de partidos, ocupação de cargos gerais e movimentações por espaços de sociabilidade realizados por diferentes atores sociais e em diferentes períodos. Da avaliação positiva dessa tabela durante a elaboração da dissertação, criamos outra apenas com pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e pastorais da Diocese de Chapecó. Desse modo, ao observar as fontes e a grande quantidade de nomes contidas nelas, a referida tabela permitiu identificar com maior velocidade e precisão a trajetória de cada um dos atores políticos registrados.

As informações sobre pessoas ligadas a partidos políticos locais foram extraídas das mais variadas fontes: dos jornais pesquisados, da bibliografia, de matérias de jornais atuais e de pessoas conhecidas do meio político de Chapecó com os quais tivemos contato, como o presidente do PCdoB de Chapecó, o professor e bancário Alzumir Rossari e a sindicalista Rozangela Dalbosco que nos passaram informações diversas sobre militantes dos anos 1980. A eles somos gratos pelo auxílio. Contamos também com Mauro Postal, ex-presidente do PT de Chapecó, que atendeu muito gentilmente ao contato e cedeu acesso aos arquivos do Partido dos Trabalhadores.

Finalmente, para abordar os assuntos anunciados, os separamos em quatro capítulos. No primeiro, discutimos as categorias teóricas que serão mobilizadas ao longo do estudo. No segundo capítulo, analisamos a cultura política “semidemocrática” e dominante das elites do município para compreender o contexto histórico em que se desenvolveria a atuação do que consideramos uma cultura política “democrática” de esquerda. No terceiro capítulo, abordamos a atuação de Dom José Gomes e da Diocese de Chapecó visando compreender por meio da narrativa e atuação do bispo diocesano como se deram as bases para a formação da referida cultura política. Finalmente, no quarto capítulo, debatemos o processo de atuação prática das pessoas oriundas das pastorais da Diocese de Chapecó, que se manifestou por meio dos movimentos sociais, sindicais e do Partido dos Trabalhadores, analisando os processos eleitorais de 1982 a 1996.

## 2. CAPÍTULO 1 – TEMPO, RACIONALISMO E CORRENTES CATÓLICAS

Este capítulo tem como foco o delineamento de conceitos que são centrais para este trabalho, ademais das referências pontuadas na introdução. Discutimos brevemente a categoria de fronteira, especificamente aquela que compreende o Oeste de Santa Catarina, aprofundando posteriormente o desenvolvimento, a temporalidade católica e leiga e alguns dos aportes racionalistas sobre economia e sociedade empregados no Brasil a partir dos anos 1950 para compreender suas especificidades e relações no campo político e religioso do contexto histórico abordado. Adiante, situamos a Democracia Cristã e a Teologia da Libertação em relação aos aportes mencionados. Essas diferentes dimensões da problemática aqui investigada darão suporte às análises efetuadas nos capítulos subsequentes.

Figura 1 - Mapa do Estado de Santa Catarina com destaque para a área correspondente ao município de Chapecó



Fonte: Mapa disponível em: <<https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Chapec%C3%B3>>. Acesso em: 28 abr. 2021

De acordo com recenseamento do IBGE (vol. 1, tomo 1, n. 20, 1981), em 1970 a população total de Chapecó era de 50.117 habitantes. Em 1980, eram 84.658 distribuídos entre área urbana (55.943) e rural (28.715). Neste período alguns municípios limítrofes ainda não haviam sido desmembrados, como Cordilheira Alta e Guatambu.

### 2.1 TEMPO E TEMPORALIDADE

A partir do fim da década de 1960 o país passou a sofrer os influxos econômicos e os investimentos em propaganda oficial, sustentada também pelo clima de otimismo difundido pelos meios de comunicação de massa, que ganharam o título de “milagre econômico”. Naquele

contexto, o estabelecimento da agroindústria como força-motriz do desenvolvimento impactou toda a região da Fronteira Sul. Apesar deste trabalho não pretender abordar toda esta região, é importante considerar as proximidades sócio-históricas que conformaram ao longo do tempo a inserção de Chapecó, em Santa Catarina, como parte de um âmbito de relações culturais mais ou menos reconhecíveis que extravasam as fronteiras administrativas do Estado Nacional. É importante considerar a necessidade de discutir a temática aqui explorada em diferentes escalas de observação e tendo em conta as camadas temporais que são compartilhadas pelas populações, grupos e classes sociais que habitam este espaço. De acordo com Paulo Zarth:

A realidade é que a região [da fronteira sul] é formada por vários grupos que convivem atualmente num mesmo espaço. É fundamental pensar a história da fronteira sul como um território de múltiplas dimensões socioculturais, onde convivem historicamente grupos sociais com interesses conflitantes. Nesse raciocínio, podemos falar de território dos indígenas; dos caboclos; dos colonos, dos quilombolas, que disputaram historicamente o controle do acesso à terra como condição material para a vida das populações. As marcas desse processo são visíveis ainda hoje nos conflitos gerados pela demarcação de terras indígenas ou na distribuição espacial da população das cidades (ZARTH, 2016, p. 15).

Além disso (e na sequência disto), é natural considerarmos que junto com a abordagem de “grupos” em vez de fronteiras políticas, é necessário incluir um *tempo social* ou *tempo histórico* distinto. Assim, no Oeste catarinense teríamos uma proximidade muito maior com o noroeste Sul-rio-grandense e o Sudoeste paranaense do que com as regiões litorâneas do próprio estado de Santa Catarina. De acordo com Adelar Heinsfeld:

Tomando do historiador francês Fernand Braudel o conceito de “tempo social”, as fronteiras podem ser interpretadas como “disjuntoras” de tempos desiguais, como evoluções econômicas não paralelas, mutações não comparáveis na organização do espaço. Assim sendo, a fronteira não seria apenas um “disjuntor espacial”, mas também um “disjuntor temporal”. Braudel, refletindo sobre a questão da ocupação do espaço e a relação Estado e território, afirma que os Estados agem como indivíduos, delimitando seu domicílio, defendendo aquilo que consideram o seu território. “Delimitar, limitar, estar em seus domínios: os Estados buscam obstinadamente esta garantia” (HEINSFELD, 2016, p. 37).

No caso deste estudo, a fronteira nos possibilita compreender que a própria formação e desenvolvimento das ideias do bispo Dom José Gomes, um dos personagens desta narrativa, tem relação direta com as “andanças” realizadas por ele em toda região, seja na formação e consolidação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ou no auxílio da ocupação de terras na fazenda Burro Branco em Campo Erê (SC)<sup>5</sup>, por exemplo. Também se incluem nesta análise

---

<sup>5</sup> Ocupação realizada em Campo Erê-SC (localizado a noroeste catarinense, distante 635 km da capital Florianópolis e 123 km de Chapecó). De acordo com Odilon Poli, “A ocupação da Fazenda Burro Branco em 1980 foi a primeira experiência conduzida no sentido da organização de um movimento maior de luta pela terra. [...]. Foi a participação da igreja e de outros mediadores no gerenciamento do conflito, assumindo a defesa dos acampados, que possibilitou a politização do conflito e a sua articulação com a problemática da concentração da terra e com a luta pela reforma agrária” (POLI, 2008, p. 89).

os atores sociais envolvidos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja participação foi fundamental na organização do Partido dos Trabalhadores e em movimentos como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), que não tem atuação restrita em uma localidade, mas em qualquer região afetada que dissesse respeito a suas bandeiras. Ainda neste sentido, concordamos com Antônio Myskiw:

Podemos afirmar, seguramente, que cada fração da fronteira carrega sua *singularidade histórica e social*, pois, a fronteira, ao mesmo tempo em que pretende separar povos, identidades, culturas e governos, acaba por aproximar povos, identidades, culturas e ações governamentais. E mais, o *tempo histórico e social* daqueles que viveram e sobreviveram na fronteira não é o mesmo do restante dos habitantes do território, quer sejam eles brasileiros, argentinos, uruguaios ou paraguaios (MYSKIW, 2016, p. 43).

Desse modo, reconhecemos a singularidade histórica desta fronteira e lançamos olhar para seu processo histórico, considerando o ambiente nacional de contradições e disputas. É importante reter esta premissa porque o Brasil dos anos 1980 foi atravessado por diversas crises e diferentes processos, muitas vezes apresentados como lineares e coerentes, mas que se diferenciavam profundamente. A começar pela crise econômica e política no processo de transição para um regime formalmente democrático, após mais de 20 anos de ditadura, compreendemos este como um momento decisivo de debates e tomadas de posição.

A crise ocorre quando modelos estabelecidos e praticados já não dão mais conta de responder a questões da ordem do dia. Quando colocada, a crise abre as mais diversas possibilidades de resolução que se confrontam e disputam o espaço no intuito de se colocar como alternativa mais viável dentro do espaço em que ela concorre. Conforme Reinhart Koselleck, “os acontecimentos perderam seu caráter histórico estável, que até então havia sido fixado nos anais. Tornou-se possível, ou mesmo necessário, que com o correr do tempo os mesmos processos fossem narrados e avaliados de forma diferente” (KOSELLECK, 2006, p. 287).

Verificamos isto nos debates socioeconômicos brasileiros, nos quais as opções disputam o espaço político (campo que invariavelmente é determinado por interesses), atingindo, por conseguinte, outras esferas da sociedade, proporcionando um ambiente de instabilidades críticas. Entretanto, outras formas de crise são menos perceptíveis e suas consequências – e resoluções – são muito mais sensíveis. Veja-se o caso da temporalidade: um tema que se reserva ao debate acadêmico cujo lastro dificilmente atinge a maioria da população. A temporalidade sentida e vivida pelas pessoas em geral não é debatida, e apenas pode ser deduzida por



pesquisadores a partir de arcabouços teóricos e movimentos contemplativos da sociedade por meio de fontes históricas. A crise da temporalidade, portanto, se observa por signos debatidos na academia conjuntamente com as evidências históricas, o qual veremos mais claramente adiante.

Mas de quê crise estamos falando? Por um lado, observamos a discussão socioeconômica suscitada a partir dos anos 1950 no Brasil no sentido de nortear interpretações por grupos de pessoas. Entre 1945 (fim do Estado Novo) e 1964 (golpe militar), o campo político-democrático esforçou-se por oferecer ao país possibilidades de avanço econômico através de propostas eleitorais: em linhas gerais, tínhamos uma interpretação de ordem comunista (elaborada pelo Partido Comunista Brasileiro, cujo embasamento vinha da III Internacional soviética), uma considerada desenvolvimentista (que provinha dos economistas da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe – Cepal – e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb) e outra liberal (preconizada pela Escola Superior de Guerra com contornos desenvolvimentistas, porém, orientada por cartilhas dos Estados Unidos). Neste período, observamos que as orientações econômicas foram direcionadas ao liberalismo (do governo Eurico Gaspar Dutra até Juscelino Kubitschek) e, posteriormente, ao desenvolvimentismo (Kubitschek a João Goulart), terminando novamente com um governo liberal fortemente influenciado pelos EUA após o golpe de Estado, conservando elementos desenvolvimentistas a seu modo, uma vez que os militares conduziram planejamentos econômicos nacionais pela via estatal.

Estas interpretações contêm em si estratos de temporalidade. Concordamos que a maneira como se concebe a realidade encadeada em teoria é elaborada por pessoas em um contexto histórico determinado, sendo, portanto, imanente. E pessoas em seu tempo são condicionadas às percepções que se têm de tal época. Logo, uma orientação econômica praticada pelo governo visa passar de um ponto *A* (no presente) a um ponto *B* (no futuro), explicitando e projetando expectativas para a sociedade. Não entramos no mérito quanto a qual tempo estas interpretações estão referidas, mas é preciso atentar para a forma como estão percebendo este tempo em sua complexidade. E aqui cabe considerar os termos propostos por Reinhart Koselleck, ou seja, as complexas relações e interações entre espaço de experiência e horizonte de expectativas. Tampouco nos prendemos ao debate profícuo realizado pela filosofia da história e a física para estabelecer a essência do tempo (se quantitativa, exata e transcendente ou qualitativa, variável e imanente), pois, no caso do presente estudo, a discussão em torno do

tempo político-econômico e da religião rende uma discussão complexa o suficiente para os alcances desta investigação.

Se a Igreja Católica é uma instituição milenar, temos nela um processo histórico de longa duração. Isto quer dizer que seus pressupostos sobreviveram às mais diferentes intempéries históricas. A Igreja demarcou continuidades em sua trajetória, como a categoria de *tempo* em sua acepção doutrinária. Não quer dizer, entretanto, que se considere, ao menos enquanto discussão histórica, a crença em vontades divinas ou sua imunidade aos efeitos da vida social. Em outras palavras, sendo ela composta por homens na história e condicionadas à sua época, não se pode tomá-la como isenta no que se refere às interpretações que faz de cada época para estabelecer novas bases referenciais aos seus fiéis. Do contrário, a Igreja seria a-histórica. Veremos adiante como o *tempo* e a *história* estão colocados na instituição e na racionalidade leiga.

O “tempo histórico” para Reinhart Koselleck está compreendido na relação consciente entre passado e futuro, ou seja, em termos antropológicos, entre experiência e expectativa. A cronologia pode ser empregada para se situar numa datação específica. Acentue-se ainda que, para o conhecimento histórico, uma cronologia do mundo material não dá conta por si só das temporalidades, entendidas como parte da transformação da vida e das vivências no âmbito social: a velocidade dos meios de transporte, a produção em massa, a capacidade destrutiva dos equipamentos bélicos, a industrialização da produção de alimentos, entre outros processos.

A partir de uma filosofia da história iluminista e, sobretudo, de Immanuel Kant, a história ganhou uma temporalidade própria antes do historicismo. A referência passou a ser o progresso: “a filosofia, ao transpor para o progresso a história compreendida singularmente como um todo unitário, fez com que o nosso *topos* [história magistra] perdesse obrigatoriamente o sentido” (KOSELLECK, 2006, p. 55). No século XIX, após a Revolução Francesa, apresentou-se a história não como exemplo, mas como *passado*. A experiência proveniente do passado é fechada e pode ser entendida como um acúmulo de conhecimento que já passou. No presente, não haveria como transpor este conhecimento em virtude do horizonte aberto de possibilidades para o futuro.

Procuramos minimizar o emprego do termo “progressista” no corpo do texto para se referir aos sacerdotes ou orientações da Igreja Católica sob referencial do Concílio Vaticano II<sup>6</sup> e a Teologia da Libertação, apesar de a literatura da História e da Sociologia empregarem o termo neste sentido. A palavra será inserida apenas quando estiver contida nas citações ou nas fontes, utilizando aspas quando citado ao longo dos parágrafos. Este cuidado será tomado para não confundirmos com o conceito de “progresso” que também mobilizamos neste estudo.

Compreendemos o progresso, portanto, nos preceitos levantados por Reinhart Koselleck. A partir do século XIX – contexto de ascensão da racionalidade leiga ligada à modernidade –, a Igreja Católica se viu confrontada por novas interpretações sobre a temporalidade. Na visão cristã, o futuro aparecia atrelado ao passado por meio da legitimação bíblica e a previsão apocalíptica tenderia a reproduzir-se mesmo se frustrados os diversos prognósticos do fim do mundo. Para esta visão ser superada, o espaço de experiência deveria ser alterado, o que ocorreu com o estabelecimento de um novo horizonte de expectativa orientado pelo “progresso”.

Do ponto de vista da terminologia, o ‘profectus’ espiritual foi substituído por um ‘progressus’ mundano. O objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançado no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto (KOSELLECK, 2006, p. 316).

A separação das noções do tempo histórico relativas ao horizonte de expectativas e o espaço de experiência só foi possível, segundo Koselleck, por conta da categoria de progresso. Ela confere ao horizonte de expectativas um papel proeminente para a modernidade. O futuro recebeu uma dimensão conflitante com a Igreja Católica, porém, bastante importante para a racionalidade e a ciência:

Passou a ser uma tese universal da experiência das invenções científicas e de sua aplicação industrial que elas permitem esperar novos progressos, que não podem ser previstos de antemão. O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo novo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 321).

O progresso, dessa forma, se configura como uma crença no futuro que pode ser constantemente invocada em nome do avanço técnico e científico. Neste estudo, o progresso estampado no semanário *Folha d’Oeste* referia-se ao desenvolvimento técnico (perceptível nas

---

<sup>6</sup> Ocorrido na gestão do papa João XXIII, o Concílio Vaticano II foi conjunto de conferências realizadas entre 1962 e 1965 para reformular orientações da Igreja Católica para o mundo, tendo como intuito “modernizar” alguns preceitos da religião.

notícias relacionadas à aquisição de maquinários modernos, sobretudo no campo), a infraestrutura (nas construções modernas dos setores público e privado que começavam a se avolumar no município) e aos bens de consumo. Em todos os casos, o progresso técnico da região passava pela iniciativa direta das elites locais ligadas aos políticos-empresários Serafim Bertaso<sup>7</sup> e Plínio Arlindo de Nês.

O espaço de experiência encolhido no pensamento moderno – ou seja, sem poder cumprir um papel importante para o avanço técnico científico, uma vez que o progresso se referia ao futuro – provocou uma alteração das lições do passado. Conforme Koselleck, “o conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam” (KOSELLECK, 2006, p. 317). Estas interferências se estenderam ao campo da política.

O espaço de experiência é composto por experiências justapostas, sem distinção de tempo e espaço. Todas as experiências se colocam independentemente da ordem cronológica com que foram vividas e armazenadas; já o horizonte de expectativas seria o prognóstico de um futuro incerto, pois não experimentado. É uma linha que, superada, traz o futuro e novas experiências. É da tensão (e não da dualidade) destes conceitos que resulta o tempo histórico.

Experiência e expectativa são conceitos meta-históricos para Koselleck. Dessa forma, entendemos que a concepção do historiador alemão nos auxilia na compreensão do tempo histórico deste estudo:

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Em nosso tema de pesquisa, nos deparamos ainda com outra perspectiva temporal para análise. Para além do tempo histórico como categoria essencial de nossa pesquisa, o tempo religioso possui igual importância. Cada uma das categorias dispõe de trajetórias no âmbito da história das ideias e da filosofia compostas por amplos debates, embora sejam tomadas como campos, em geral, distintos e apartes. Demonstraremos que a interpretação adotada e praticada pela Diocese de Chapecó – bebendo nos referenciais da Teologia da Libertação – empregou

---

<sup>7</sup> Serafim Bertaso era engenheiro civil e filho do coronel Ernesto F. Bertaso. Foi nomeado prefeito de Chapecó pelo então governador do Território Federal do Iguaçu, João Garcez do Nascimento, em 24 de maio de 1944. Foi o primeiro secretário dos negócios do Oeste, nomeado pelo governador Celso Ramos em 1963.

ambas as percepções na análise e na narrativa sobre a situação social, política e econômica da região Oeste de Santa Catarina.

Conforme Ivan A. Manoel, o tempo da Igreja Católica é circunscrito entre a Criação e o Juízo Final, com poucos eventos anotados ao longo desta linha temporal (como a Queda, o Dilúvio e etc.). A temporalidade dos homens, por sua vez, é entendida como um percurso que leva à Salvação Eterna. Todavia, a partir do século XVIII, o racionalismo científico passou a abordar o tempo histórico por meio de uma razão de ordem leiga – tomando diferentes caminhos, de Immanuel Kant a Karl Marx – o que provocou uma forte reação da Igreja Católica. A modernidade evidente no século XIX que rumava ao laicato e apontava alternativas de futuro distintas ao Juízo Final, levou o Vaticano a estabelecer uma política conservadora que visava recuperar a influência católica na sociedade. Desse modo, consolidou-se entre 1800 e 1960 a Igreja Ultramontana (ou Romanizada), “assentada nos seguintes fundamentos: 1) condenação do mundo moderno; 2) centralização política e doutrinária na Cúria Romana e 3) adoção da medievalidade como paradigma sócio-político” (MANOEL, 2004, p. 9).

Cabe afirmar que o racionalismo tomou emprestado conceitos da tradição judaico cristã para elaborar suas teorias. As concepções de escatologia (o fim da história ao estabelecer-se uma sociedade justa), história linear (determinada) e universal provêm da doutrina religiosa. Assim, de acordo com Manoel, no século XIX abriu-se uma bifurcação no pensamento ocidental, que colocava de um lado os demiurgos da modernidade (renegando a Igreja Católica) e de outro os católicos, que viam na modernidade os inimigos da humanidade (MANOEL, 2004, p. 41-44).

Nesta bifurcação, portanto, foram engendradas as resistências da Igreja Católica, que seguiu com os dogmas tradicionais. Mas, assim como a mudança de postura da Igreja sobre a ação direta na sociedade que levou ao estabelecimento da Ação Católica, esta narrativa da temporalidade leiga também vai pressionar membros da própria Igreja a reinterpretar temas de seu tempo. Não necessariamente por descrédito dos ensinamentos católicos tradicionais, mas por uma necessidade de compreensão da sua própria conjuntura.

O que levaria Dom José Gomes a percorrer a região Oeste junto à Diocese de Chapecó? É possível ensaiar uma resposta segundo a qual teria sido pela necessidade de compreensão da realidade em que vivia, ligada diretamente às orientações do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, fazendo “diagnósticos” dos problemas existentes e relatando-os nos sermões. Por isso não bastou, em suas falas, atender aos preceitos católicos tradicionais baseados em

uma temporalidade transcendente e, poderíamos dizer, “impessoal”. A interpretação do bispo sobre a realidade da região era muito mais profunda e ligada às leituras leigas produzidas sobre a condição socioeconômica do país e da região.

De acordo com Paulo de Oliveira Gomes, o Segundo Plano Diocesano de Pastoral<sup>8</sup> – construído em 1970 –, “visava dar unidade às forças ‘vivas’ da Igreja, envolvendo o bispo, sacerdotes, diáconos, religiosos e leigos atuantes, nas equipes paroquiais ou associações religiosas” (GOMES, 2019, p. 78), promovendo, com isso, visitas da Equipe Diocesana de Pastoral às paróquias para conhecer suas dinâmicas e necessidades. Nesse levantamento, a Diocese de Chapecó diagnosticou:

Uma região eminentemente agrícola, sendo apenas 15% da população vivendo no perímetro urbano. Todavia, de acordo com os relatos da Equipe Diocesana, as cidades, exceto Chapecó, “não passam de vilarejos”. As famílias eram modelo patriarcal, religiosamente tradicional, culturalmente pobre, predomínio do analfabetismo entre jovens e adultos, afetivamente fria, sem demonstração de afeto nem diálogo entre pais e filhos (GOMES, 2019, p. 78).

Dom José Gomes incentivou o estabelecimento de grupos de discussão nas paróquias com lideranças e outros membros da comunidade para introduzir e debater ideias oriundas do Concílio Vaticano II.

Entre as atividades que contaram com a presença de D. José, reuniu sete comunidades de Chapecó e Itaberaba no segundo domingo de junho, em 15/06/1969; outro encontro realizado em 22 de junho de 1969, reuniu nove comunidades de Concórdia, Lindóia, Ipumirim, Presidente Kenedy, Itá e Seara; o Bispo também participou de encontro realizado em 15 de junho de 1969 com lideranças de cinco comunidades de Quilombo, São Lourenço e Coronel Freitas. E um quarto momento, no último sábado de junho, em 28/06/1969, no qual foram reunidas lideranças de cinco comunidades: Xanxerê, Faxinal dos Guedes, Xaxim e Lajeado Grande (PPC 1970, p. 03). O próprio Bispo D. José motivou as lideranças e clero a participar do novo momento da Igreja, voltada aos pobres, aos excluídos, marginalizados (GOMES, 2019, p. 79-80).

Estas ações do bispo demonstram que a prática religiosa e o papel da Igreja Católica na região passariam por uma mudança. Indica, ainda, que o conhecimento da situação socioeconômica das pessoas no território de abrangência da Diocese de Chapecó era essencial para colocar os planos pastorais em prática. E, como veremos no capítulo três, Dom José Gomes empregou termos comumente usados nas ciências racionalistas para “diagnosticar a realidade” da região em seus sermões.

Ressalte-se, outra vez, que esta influência racionalista encontra limites claros no que se refere à escatologia e à teleologia. Nas produções de textos que buscaram definir e sistematizar

---

<sup>8</sup> “O Segundo Plano de Pastoral foi constituído à luz da doutrina Pastoral do Concílio Vaticano II, com a preocupação de incluir os leigos nas pastorais, propondo formação de lideranças” (GOMES, 2019, p. 79).

a Teologia da Libertação (TdL), fica evidente a discordância em relação a estes aspectos. Mas, sobre a temporalidade, aceitando a “bifurcação” apontada por Ivan Manoel, a filosofia leiga que tomou emprestado conceitos religiosos em seu nascimento, devolveu aos teólogos e sacerdotes anos mais tarde algumas formulações próprias que os auxiliaram a “se comunicar com seu tempo”, ou com a temporalidade leiga.

Assim, apesar de reafirmar a temporalidade transcendente, a interpretação da Igreja Ultramontana não ignorou a temporalidade imanente. E é neste sentido que demonstramos a relação entre as visões temporais religiosas e leigas. De acordo com Manoel:

Essa é a pedra angular de toda filosofia católica da história: a história é retilinear e o homem é o seu agente. [...]. Trata-se, portanto, de uma filosofia que se propõe dialogar com dois universos distintos – um material, concreto, onde se realiza a história humana; outro, abstrato, idealizado, para onde a história deverá levar os homens. Ser esse final bom ou ruim, é algo que depende inteiramente da vontade humana (MANOEL, 2004, p. 18-19).

Desse modo, a Igreja não pregaria a passividade dos homens diante da história, mas antes provocava as pessoas a agirem no universo material, visando alcançar a salvação eterna. A partir de meados do século XIX, a prática institucional começa a direcionar-se gradualmente para uma atuação sócio-política (material, portanto) que visava o combate à modernidade.

[...] de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878), houve um reforço da doutrina e das práticas devocionais; com Leão XIII (1878-1903), continuou o reforço do devocional, mas já havia indícios de que a Igreja iria interferir fortemente no sócio-político; de Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), a ação “concreta” foi explicitada através dos programas da Ação Católica. Essa atuação se deu no sentido de recristianizar as estruturas sociais, de dotá-las de um fundamento doutrinário católico, de tirá-las das influências malignas do racionalismo, do materialismo, do liberalismo e do socialismo (MANOEL, 2004, p. 21).

Observa-se que a partir da Ação Católica há uma interpretação do tempo considerando as análises socioeconômicas proporcionadas por teóricos laicos que se debruçavam na interpretação da temporalidade. E assim também ocorreu com a Teologia da Libertação. Por isso, não há uma fronteira clara entre os preceitos temporais essencialmente católicos e aqueles elaborados pela racionalidade científica, uma vez que os sermões de Dom José Gomes transparecem os dois sentidos amalgamados. Há, sim, condenação da modernidade pelo seu efeito laicizante e perigoso para a própria instituição católica, mas havia também a condenação da modernidade pelo seu resultado socioeconômico material, ou seja, pelo aprofundamento das desigualdades sociais evidenciadas nas décadas de 1970 e 1980.

## 2.2 TEORIAS RACIONALISTAS

Não foi apenas na temporalidade católica que se observou a contradição colocada pela Teologia da Libertação. Os pressupostos teóricos foram importantes no sentido de interpretar a realidade na qual a instituição religiosa estava inserida, para então diagnosticá-la e propor ações concretas. Assim, se para algumas correntes ligadas à Democracia Cristã, por exemplo, o caminho seria o desenvolvimentismo ligado aos pressupostos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), para os agentes da Teologia da Libertação a chave que explicaria a sociedade seria a condição de dependência profunda a que o continente latino-americano estaria sujeito, condição esta estudada por intelectuais da chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Portanto, algumas interpretações socioeconômicas do Brasil que passaram a vigorar a partir dos anos 1950 foram essenciais para a orientação destes grupos católicos. Em primeiro lugar, é importante pontuar que novos termos se popularizaram nesse período, como subdesenvolvimento, desenvolvimento, terceiro mundo, desenvolvimentismo e etc., trazendo novas abordagens da realidade socioeconômica brasileira e latino-americana. De acordo com Alfredo Bosi:

Só em 1956 aparece o termo “desenvolvimento” no *Dicionário de Ciências Econômicas* de Jean Romoef. A expressão *Tiers Monde* [Terceiro Mundo] foi criada pelo demógrafo Alfred Sauvy em 1952, ativo colaborador de Economia e Humanismo. A reunião de Bandung dos 77 países não alinhados, ou seja, do Terceiro Mundo, deu-se em 1955. De todo modo, é nos anos 1950 que ambas as expressões, Subdesenvolvimento e Terceiro Mundo, começam a conjugar-se (BOSI, 2012, p. 262).

O termo foi amplamente empregado a partir desse período e podemos afirmar que até hoje domina o ideário político brasileiro. A força dessa “ideologia” não pôde ser suplantada por novas propostas que tivessem tamanho apelo ao imaginário político, motivo pelo qual ainda é invocado por diversos espectros políticos à direita e à esquerda. Os efeitos negativos trazidos por práticas políticas orientadas por tal ideário foram poucas vezes questionados e, quando evidentes, não foram capazes de formular outra alternativa que pudesse satisfazer os anseios políticos da sociedade (SILVA, 2016, p. 172).

De acordo com Flávio Silva (2016, p. 173), o dicionário de latim define a palavra “desenvolver” como “aumentar, fazer crescer, estender, desdobrar, aumentar”, subentendendo o avanço material e tecnológico sobre a natureza, e a expansão do consumo, do crescimento



econômico e da produção sobre determinados valores culturais tidos como “ultrapassados”. Essas seriam, portanto, algumas das consequências socioambientais do desenvolvimento.

O desenvolvimentismo foi resultado de uma concepção de Estado e sociedade aprofundada no século XIX na esteira do progresso. Essas ideias floresceram no sucesso da Segunda Revolução Industrial que apresentou à sociedade uma perspectiva de futuro dilatada – encolhendo o espaço de experiência – e materializada nos avanços tecnológicos.

A ideia moderna que tratava cada indivíduo como um sujeito livre e centrado com controle racional sobre seu destino foi estendida ao nível do Estado-nação. Cada Estado-nação era considerado soberano e livre para controlar racionalmente seu desenvolvimento progressivo. A elaboração dessas ideias na economia política clássica produziu os fundamentos para o surgimento de uma ideologia desenvolvimentista. O desenvolvimentismo está vinculado à ideologia liberal e à ideia de progresso (GROSFOGUEL, 2018, p. 11).

Como veremos, as concepções modernas da ciência racionalista deste período ocasionaram, na Igreja Católica, uma forte reação que provocou impactos em suas políticas durante todo o século XX. O racionalismo transposto para a lógica do Estado fez florescer debates em torno do funcionamento da sociedade e propostas sobre seu futuro.

No debate socioeconômico dos anos 1950, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha como elemento norteador de sua luta política a aliança com a burguesia nacional anti-imperialista para uma “revolução burguesa” antes da revolução socialista. A análise de conjuntura do PCB avaliava que tínhamos um “Brasil dual”: um país capitalista subdesenvolvido com certo grau de industrialização na cidade e que conviveria com resquícios do feudalismo no campo. Autores como Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Paul Singer e Paulo Schilling defenderam esta interpretação<sup>9</sup>. Alguns destes intelectuais estavam vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que contava ainda com  lvvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel e outros. Apesar de contar com economistas na sua equipe, o Iseb possuía um caráter mais político do que econômico, formando um grupo que juntamente à Cepal seriam grandes referências para os projetos de desenvolvimento praticados no Brasil dos anos 1950, que de acordo com Bresser-Pereira, teve seu auge entre 1952 e 1958 e foi dissolvido após o golpe civil-militar de 1964 (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 21).

---

<sup>9</sup> Guimarães e Sodré eram membros do PCB; Furtado foi economista, dirigiu a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e presidiu a Cepal, base do plano de metas do governo Juscelino Kubistchek; Singer   economista, participou da CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e foi Secretário Municipal de Planejamento de São Paulo em 1988; e Schilling foi membro do PCB, mas após a crise do stalinismo juntou-se a ala   esquerda do PTB. Os debates de Sodré, Guimarães e Schilling podem ser lidos em Stédile (2011) e as de Furtado e Singer em Frank (1978, p. 221-225).

Em se tratando especificamente da Cepal, cabe acentuar que aquele centro de estudos e formulação de políticas desenvolveu uma interpretação econômica que vigorava na América Latina nos anos 1950. A instituição foi criada em 1949 e era vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Os estudos analíticos produzidos por diferentes estudiosos da economia do continente, em seu início, tinham como referência a teoria clássica de David Ricardo formulada no século XIX, a qual pregava, em linhas gerais, que o comércio exterior expandiria as possibilidades de geração de riqueza, de poupança, de barateamento de mercadorias e desenvolvimento na medida em que o volume deste comércio se destinasse principalmente ao suprimento de necessidades básicas em que os salários são gastos, embora reconhecendo que isso não elevasse os lucros do capital (RICARDO, 1996, p. 96). A partir desta referência, autores como o economista argentino Raul Prebisch analisaram a balança comercial de países latino-americanos para observar como o comércio exterior expandiria o consumo e a produção. Entretanto, observou que o déficit da balança impossibilitava a expansão do capital e mantinha os países chamados até então de “subdesenvolvidos” numa condição insuperável provocada, segundo Prebisch, pela “deterioração dos termos de troca” entre 1870 e 1930.

Os cepalinos apontaram uma crítica para a lei da vantagem comparativa de Ricardo, constatando que, ao contrário do que indicava a teoria, nos países “em desenvolvimento” (que teriam vocação agrária ou primário-exportadora), sua classe trabalhadora não crescia materialmente na mesma proporção dos países desenvolvidos, motivo pelo qual concluíram sobre a necessidade de um processo de industrialização conduzido pelo Estado (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22). A partir desta constatação, estes autores adotaram os termos “centro-periferia” no lugar de “desenvolvido-subdesenvolvido” para categorizar a relação entre países ricos e pobres.

A saída apontada pelos economistas da Cepal consistia na industrialização e na reforma agrária, procurando produzir alimentos mais baratos para os trabalhadores e desenvolver a indústria na cidade no modo de substituição de importações em setores estratégicos. Ou seja, saídas específicas de países dependentes visando “tirar o atraso” através do rebaixamento de salários (produzindo e diminuindo o preço de artigos de subsistência da classe trabalhadora, de acordo com a teoria de David Ricardo) e uma indústria nacional ainda dependente da importação de tecnologia. Esta saída foi aplicada em maior ou menor medida no Brasil dos anos 1950, aprofundando-se no início dos 1960 e dividindo espaço com prerrogativas mais liberais a partir do golpe de 1964.

Para o historiador Paulo Vizontini, o Iseb e a Cepal seriam “nacionalistas” e representariam as reformas sociais necessárias e a crítica à interferência estadunidense, enquanto os militares alinhados à Escola Superior de Guerra (ESG) seriam “liberais” e representariam os interesses dos EUA no Brasil. De acordo com Vizontini, a ESG “[...] destacava as vantagens comparativas da agricultura e a agenda de segurança defendida pelos EUA na Guerra Fria. Inimigos dos nacionalistas, foram por eles caricaturizados como ‘entreguistas’ (porque desejavam ‘entregar’ o país aos *yankees*)” (VIZENTINI, 2003, p. 197. Grifo no original). Neste embate da Guerra Fria, a ESG representava o alinhamento integral com os interesses dos EUA, calcado em valores do “mundo livre” (o considerado “ocidente democrático” e cristão, preocupado com a segurança e profundamente anticomunista) (VIZENTINI, 2003, p. 205).

Para Caio Navarro de Toledo, o rol de ideologias presentes no Brasil entre o final da 2ª Guerra Mundial e o golpe militar de 1964 é mais amplo, havendo pelo menos três correntes desenvolvimentistas: um desenvolvimentismo liberal e não-nacionalista, defendido pela burocracia pública por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e Comissão Mista Brasil-EUA (cujo economista de destaque foi Roberto Campos); um desenvolvimentismo privatista e defendido pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) (representada por economistas como Roberto Simonsen e Hélio Jaguaribe); e um desenvolvimentismo nacionalista, defendido pela Cepal e pelo Iseb (contando com intelectuais como Celso Furtado, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto) (TOLEDO, 2004, p. 18-19). Desse modo, compreendemos que não há, necessariamente, uma aplicação do “desenvolvimentismo” e do “liberalismo” em seu estado “puro”, e os países periféricos tiveram de conviver com essa dicotomia mal resolvida.

A atuação da Cepal e do Iseb foi importante na formação de uma “elite” de administradores públicos no Brasil. Se desde o primeiro governo de Getúlio Vargas já havia pequenas iniciativas neste sentido, foi apenas a partir da década de 1950 que o próprio Vargas – já em seu segundo governo – incentivaria a implantação de faculdades de administração visando modernizar a burocracia estatal (WANDERLEY, 2015, p. 16-20). Se tratando de outro contexto, é fundamental pontuar que naquele momento termos como “gestor” ou “administrador profissional” não eram populares e o currículo dos cursos abrangiam questões socioeconômicas e de política nacional. O curso entendia, portanto, que a formação de uma burocracia moderna conhecedora das questões políticas nacionais era fundamental para o desenvolvimento da própria nação, promovendo além do conhecimento “técnico” da

administração, também a necessidade de descolonizar a intelectualidade brasileira desvencilhando-se de modelos estrangeiros pré-estabelecidos. Este movimento de formação de administradores no Brasil teve como aluno, em 1955, o economista Ruy Mauro Marini que viria se tornar mais tarde um dos principais nomes da Teoria Marxista da Dependência<sup>10</sup>.

Os limites do desenvolvimentismo evidenciados no golpe de 1964 fizeram intelectuais reavaliarem o desafio econômico de países chamados de “subdesenvolvidos” ou “periféricos”. Por volta da década de 1970, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – autores pertencentes à Escola de Sociologia de São Paulo (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 21) – ofereceram outra interpretação da realidade socioeconômica brasileira. Para eles, o modelo político-econômico ideal já se encontrava estabelecido nos países do “norte-atlântico” e, portanto, aos países do “terceiro mundo” restava não a necessidade de uma revolução, mas uma “evolução”. Seguir os passos do desenvolvimento de países dominantes seria, portanto, o caminho para o desenvolvimento. Essa concepção foi chamada de “Teoria da Dependência”, criando uma controvérsia com a outra teoria de mesmo nome que foi adotada pela Teologia da Libertação.

A controvérsia entre as duas teorias da dependência teve origem na ditadura brasileira, quando circulavam livremente as ideias de José Serra, Cardoso e Faletto, enquanto os textos de Marini e outros costumavam ser debatidos principalmente no Chile e no México. Autores como Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, além de Marini, apesar de atualmente estarem voltando às discussões acadêmicas, foram sistematicamente silenciadas no Brasil por volta da década de 1970, motivo pelo qual a controvérsia entre as dependências foi considerada por Fernando Prado um “não debate” (PRADO, 2011, p. 68-94).

Após a crise das ciências sociais promovida pela ditadura civil-militar (e pela conjuntura brasileira), as concepções políticas e socioeconômicas que eram aceitas até então (como o desenvolvimentismo ligado à Cepal) também sofreram críticas sendo colocadas à margem do debate. Sobressaiu-se naquele momento a interpretação de Fernando Henrique Cardoso oriunda da crítica a André Gunder Frank, onde teria afirmado que o desenvolvimento na América Latina era impossível dentro das condições estabelecidas pelos países centrais, ou seja, o continente permaneceria para sempre estagnado na dependência de um setor primário-exportador sem condições de “surto” de desenvolvimento. Para Cardoso, entretanto, o fato da América Latina

---

<sup>10</sup> Marini foi aluno da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Além dele, vale ressaltar outros alunos de administração daquele contexto, como Alberto Guerreiro Ramos e Celso Furtado, que foram alunos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). (WANDERLEY, 2015, p. 69).

ter se beneficiado dos “anos dourados” do capitalismo conseguindo promover um desenvolvimento razoável através da substituição de importações e crescimento da infraestrutura com consumo das classes médias e altas, seria uma “prova” do equívoco do autor alemão.

Gunder Frank (1978) estava empenhado nas décadas de 1960 e 1970, juntamente com Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, entre outros, na desconstrução da tese dualista do PCB, apresentando uma versão então inovadora para o problema econômico da América Latina por meio da formulação do que veio a ser chamado posteriormente de Teoria Marxista da Dependência (TMD). Para estes autores, no debate do Brasil dual, embora certas relações de trabalho tivessem semelhanças com o feudalismo europeu, elas não passavam de relações de assalariamento travestidas de relações de servidão, sendo parte constitutiva do capitalismo dependente brasileiro. A mão de obra desqualificada do campo e as paupérrimas condições de trabalho, para estes autores, seriam aspectos fundamentais para o rebaixamento do salário na cidade industrializada, o que aprofundaria um tipo de capitalismo dependente no país.

Se para os adeptos da tese dualista o desenvolvimento do setor urbano avançado dos países periféricos era atrasado por conta das relações “arcaicas” do campo – ou seja, pelo maior distanciamento deste último em relação à metrópole –, para a TMD acontece o contrário: Gunder Frank aponta que nos momentos de maior proximidade e aprofundamento das relações capitalistas os países periféricos tornaram-se mais dependentes; e nos momentos de afrouxamento destas relações (como no contexto da segunda Guerra Mundial, por exemplo), os países periféricos foram capazes de se voltar para seu mercado interno e desenvolver uma economia capitalista mais ou menos autônoma (FRANK, 1978, p. 150-153).

Observamos, portanto, que a crise política brasileira na década de 1960 abriu espaço para este amplo debate socioeconômico que se colocaram em disputa por legitimidade. Foi com este “pano de fundo” que diversos grupos político-sociais atuantes no período fizeram suas interpretações do presente. Na Igreja não foi diferente. Por isso veremos como estas discussões foram recebidas e debatidas dentro de setores católicos interessados na interpretação socioeconômica do Brasil.

## 2.3 CORRENTES CATÓLICAS

Nesta seção abordamos correntes católicas e suas características, enfocando algumas de suas relações políticas no período entre 1950 e 1970 para compreender distinções e situá-las no estudo.

### 2.3.1 Democracia Cristã

O tipo de influência católica nas relações políticas nesse período ensejou disputas internas na Igreja e inclusive nos partidos com certa tradição fora do Brasil, como a Democracia Cristã (representada no país pelo Partido Democrata Cristão – PDC). Sandro Coelho aponta os democratas cristãos como representantes da “terceira via” política – fator que indica a pluralidade de projetos políticos ligados aos católicos:

Outro elemento que dificultava um melhor tónus político da Terceira Via do PDC foi a negativa da Igreja Católica em apoiar este partido. Afinal, “a maioria do bispado, ciosa de sua autoridade, opunha-se à ligação da Igreja ao nascente PDC, temendo que o partido, com seu possível crescimento, viesse a desafiar e comprometer a sua posição hierárquica”. Além do que, a cúpula do clero brasileiro pareceu estar mais interessada em se ligar com forças mais conservadoras do que com um agrupamento vinculado à Terceira Via, o qual poderia, como de fato ocorreu, ganhar um sentido fortemente reformista, comprometendo as relações eclesiais com as elites políticas dominantes (COELHO, 2003, p. 205).

Portanto, a Democracia Cristã encontrou resistência dentro da instituição católica, cujos setores mais conservadores encontravam no partido de direita União Democrática Nacional (UDN) uma melhor representação de sua cultura política.

Entretanto, o movimento Economia e Humanismo do padre dominicano francês Louis-Joseph Lebret exerceu importante influência no Brasil. De acordo com Alfredo Bosi, este movimento significou “[...] uma das matrizes da passagem que se operou, entre os anos 1950 e 1960, de um tímido catolicismo de centro (o da democracia cristã ocidental) para o vigoroso cristianismo de esquerda no Brasil” (BOSI, 2012, p. 250). O movimento, fundado no início dos anos 1940 (contexto em que vigorava o nazi-fascismo em alguns países da Europa), caracterizava-se pelo anticapitalismo, antifascismo e anti-imperialismo.

Lebret possuía importante experiência na França junto a trabalhadores no final dos anos 1920 (sobretudo em favor dos pescadores, cuja realidade miserável tratou de conhecer mais profundamente), dedicando-se ao estudo da literatura marxista nos anos 1930 e 1940 e incorporando conceitos importantes desta vertente em seu pensamento (sem, contudo, adotar

categorias revolucionárias ou partidarizar o movimento). Em 1947, Lebret esteve no Brasil ministrando um curso que, de acordo com Bosi, afirmava:

[...] a terceira parte, propriamente teórica, trata dos fundamentos da Economia Humana, *uma economia voltada para as necessidades básicas do ser humano em sociedade*, e avessa tanto ao puro jogo do mercado como ao planejamento férreo do Estado. Era a terceira via, que preconizavam então os líderes europeus da nascente democracia cristã; diziam mas não faziam, pois, pressionados pela guerra fria e pelo confronto eleitoral com os comunistas, acabaram nos braços do capital industrial e financeiro (BOSI, 2012, p. 255-256. Grifos no original).

De volta ao Brasil em 1952, Lebret inseriu-se no debate então em voga entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, aproximando-se das interpretações preconizadas pela Cepal em Santiago do Chile e derivando para uma concepção econômica terceiomundista. Conforme Bosi, a partir deste momento Lebret rompe laços com a democracia cristã francesa (muito influenciada pela Guerra Fria e tomando um posicionamento de centro-direita) e assume, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima e André Franco Montoro, um posicionamento “progressista” no Brasil (BOSI, 2012, p. 260-261).

Joseph Lebret influenciou a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) e orientou pesquisas pioneiras (junto de sociólogos) sob metodologia das ciências sociais em favelas do Rio de Janeiro nos anos 1960 (VALLADARES, 2000, p. 31). Desse modo, se houve ineditismo de interpretação neste sentido por parte de Dom José Gomes no Oeste de Santa Catarina, no Brasil esta prática já vinha acontecendo por meio do movimento Economia e Humanismo do padre francês.

Neste processo de influências externas (tanto das democracias cristãs internacionais quanto da própria atuação de Lebret) e da necessidade de autoafirmação política que a Democracia Cristã brasileira procurava, desencadeou-se uma disputa interna por espaço e pela narrativa no partido. De acordo com Coelho:

Na perspectiva do partido, a participação política popular e a própria democracia que, de uma forma ou de outra, ainda que aos tropeços, dava seus passos, apenas teriam um caráter positivo se condicionadas à existência de um ordenamento evangélico em nossa sociedade. Vemos este condicionamento que vincula democracia com religião como muito perigoso, posto que o mundo da devoção certamente não é o ambiente mais propício para a discussão ampla, como requer um processo político que possua, ou queira possuir, alguma possibilidade de disputa franca e aberta (COELHO, 2003, p. 207).

O limite que a pretendida “terceira via” impunha aos democratas cristãos brasileiros evidenciava a contradição entre a necessidade de se apresentar como alternativa tanto à esquerda quanto à direita – mantendo-se anticomunista — ao mesmo tempo em que defendia a intervenção do Estado nos assuntos econômicos, “limitando lucros” das empresas. Além disso,

o dever de manter a coerência dentro de um projeto de desenvolvimento encontrou limites sérios entre os anos 1945-1960 (momento de florescimento das ideias econômicas nacionais, cosmopolitas, marxistas e etc.), e acirrou disputas internas no PDC entre alas conservadoras lideradas por Alfredo de Arruda Câmara e Juarez Távora (que defendiam, em linhas gerais, a moralização pública) e alas “reformistas” lideradas por Plínio de Arruda Sampaio e Paulo de Tarso Santos (defendendo um programa nacional e anti-imperialista). Havia ainda, ao centro, um grupo liderado por Antônio Queiroz Filho e Franco Montoro que se apresentava avesso ao anticomunismo e ao socialismo, porém aberto às reformas defendidas pelo grupo de Tarso Santos e Plínio Sampaio (COELHO, 2003, p. 213).

A ala “reformista” ganhou corpo na medida em que as ideias nacional-desenvolvimentistas (sobretudo aquelas ligadas a Cepal e ao Iseb) tomavam conta do discurso político e econômico brasileiro. Conforme Coelho:

Ambicionando apresentar-se em oposição ao imperialismo, a Terceira Via do PDC propunha que a PETROBRÁS (Petróleo Brasileiro S/A), fosse entendida pela sociedade como um dos instrumentos de libertação econômica nacional. Com seus ouvidos bem atentos aos alaridos vindos de muitos movimentos sociais, principalmente o estudantil, o sindical e o dos trabalhadores rurais, o PDC passou, portanto, a realinhar-se mais decisivamente na defesa da intervenção do Estado na economia, bem como se aproximou de propostas que indicavam uma maior sensibilidade com as causas populares. Demonstração disto era o seu novo programa: pregar o “combate à concentração da propriedade em mãos de uma minoria” e a “necessidade de uma reforma agrária e de uma reforma na estrutura da empresa econômica” (COELHO, 2003, p. 214).

Apesar destes elementos “reformistas”, o PDC não pôde oferecer uma alternativa viável de interpretação socioeconômica da América Latina aos olhos da Teologia da Libertação nos anos 1960. É possível, inclusive, associar a ruptura entre marxistas e os cepalinos com a ruptura que religiosos influenciados pela literatura marxista latino-americana fizeram com representantes cepalinos do desenvolvimentismo.

Entretanto, é inegável que a Democracia Cristã – sobretudo nas alas ligadas à Ação Católica – representou um salto qualitativo no que se refere a conexão da Igreja Católica com “seu tempo”. Para Michel Löwy, as duas concepções encontraram no final dos anos 1950 uma conjuntura histórica determinada que transformou relações puramente virtuais em “relação dinâmica de afinidade eletiva” (LÖWY, 1989, p. 10). A primeira articulação entre marxismo e cristianismo na América Latina foi feita pela Juventude Universitária Católica (JUC) no Brasil, entre 1960 e 1962, antes mesmo do Concílio Vaticano II, das Comunidades Eclesiais de Base, da Teologia da Libertação e do golpe militar de 1964 – fatores que se explicam, para Löwy,



pela influência da teologia francesa no país, sobretudo de Lebreton e Emmanuel Mounier (LÖWY, 1989, p. 12-13).

Já no plano local desse estudo, não há evidências de que as ideias francesas fecundadas na JUC tenham circulado ou causado grande impacto entre os católicos de Chapecó. Desse modo, a Democracia Cristã representou um “pontapé inicial” para os debates que uniam ciências racionalistas e doutrina católica no Brasil, contribuindo para o estabelecimento de outros vieses. Portanto, a Teologia da Libertação encontrou um terreno fértil para seu crescimento e auxílio no estabelecimento de uma cultura política de esquerda no município. De um futuro pujante associado ao desenvolvimentismo das elites locais e de um capitalismo sem limites para o progresso das classes abastadas locais, a região se deparava com uma interpretação focada no presente e nos problemas que a modernidade capitalista trazia, sobretudo às camadas mais empobrecidas da população.

### 2.3.2 Teologia da Libertação

Segundo Michel Löwy, a relação dos agentes da Teologia da Libertação com o marxismo não ocorreu de forma unilateral como setores anticomunistas acusavam. Para o ex-presidente estadunidense, Ronald Reagan, a Igreja Católica estaria sendo corrompida por comunistas infiltrados, ao que Löwy (1989, p. 08) argumenta que “a partir de certas analogias, de certas *afinidades*, de certas correspondências, duas figuras culturais podem – em determinadas circunstâncias históricas – entrar em uma relação de atração, de escolha, de seleção, de *eleição* mútua”. Entre estas relações “simbióticas” do marxismo com o cristianismo, o autor – que pondera sobre as evidentes contradições e até exclusões existentes entre as duas interpretações, mesmo quando estas parecem convergir – elenca algumas semelhanças como: a libertação dos pobres e oprimidos como processo histórico e imperativo moral; a concepção do pobre como injustiçado e imune à corrupção (pontuando as diferenças entre o pobre do cristianismo e o proletário do marxismo); universalismo e internacionalismo visando à unidade substancial do gênero humano; crítica ao individualismo; valorização da comunidade e da partilha comunitária contra a competição; anticapitalismo (crítica ao capitalismo liberal); e a expectativa de um futuro de paz e liberdade.

Observando estas relações como aproximações forçadas desde um ponto de vista teórico rigoroso, é possível concordar com Löwy na compreensão destas aproximações como frutos de determinado contexto histórico e relações de poder em uma sociedade, sobretudo considerando

a hermenêutica de textos produzidos em momentos históricos distintos e cujos originais passaram por diversas reinterpretações no tempo (a Bíblia para os católicos e as produções de Karl Marx para os marxistas). Eder Sader também ensaiou uma aproximação desses temas:

A noção de *libertação*, tal como aparece nas falas pastorais, pode ser talvez mais bem compreendida se a compararmos com a noção de *revolução* dos discursos socialistas e comunistas. Referidas à realidade social, as duas noções ocupam o mesmo lugar nas respectivas matrizes discursivas. Elas indicam um acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir dos ideais de justiça movidos pelo povo em ação. (SADER, 1988, p. 164).

Entretanto, Sader aponta que enquanto os revolucionários propõem uma racionalidade estratégica para a mudança das estruturas nos diversos âmbitos (social, político, econômico e jurídico), os agentes da TdL não defendem uma insurreição coletiva nos moldes revolucionários, centrando seu trabalho no “despertar das consciências” para que a pequena coletividade reservada nas comunidades se sinta “sujeita de sua própria história”, valorizando a instauração de novos sentidos e valores nas ações humanas.

A aproximação entre catolicismo e ciência racionalista não foi unânime quanto a sua recepção na América Latina. Para Cleto Caliman (1999, p. 173), “conservadores e integristas logo se desencantam com a Igreja que sai de Medellín, contaminada, como se dizia, pelo marxismo. O clima tornou-se sombrio para a Igreja em renovação”. O argumento contra a ciência se fundava na “falta de neutralidade” a qual os investigadores racionalistas estariam sujeitos, na intenção de desqualificar o que a TdL trazia como contribuição à atividade pastoral e interpretação teológica.

O pressuposto da contradição temporal permanece quando analisamos práticas religiosas da Igreja pós Concílio Vaticano II em relação à “tradicional”. Enquanto a Igreja romanizada reserva a salvação para a “vida eterna”, ou seja, no plano transcendente, a Igreja da TdL entende que o martírio da humanidade deveria ser amenizado na vida terrena e por isso o dever de cada cristão leigo e do clero seria comprometer-se na resolução deste problema. Observe-se aí a temporalidade dos conservadores voltada para o futuro – a salvação depois da morte, apesar de todos os martírios – e a temporalidade de progressistas voltada para o presente – a transformação da vida dos pobres na vida terrena.

Para José Campigoto, o presente da Igreja católica nesse momento não era voltado à ação para a superação dos problemas e das dificuldades. Ele se refere a um “eterno presente” em sentido pessimista em relação ao futuro, pois no contexto dos anos 1980, os trabalhadores rurais foram confrontados com dificuldades financeiras provenientes dos problemas do preço

(tanto os preços da produção quanto o preço dos produtos atingidos pela inflação), pelos pacotes econômicos, pela falta de terras para si e para seus filhos, entre outras relações injustas que dificultavam sua subsistência. A incerteza e a insegurança pareciam ser as únicas constantes no futuro (CAMPIGOTO, 1996, p. 86). Entretanto, é preciso considerar que a própria “tomada de consciência” de suas dificuldades era parte do trabalho pastoral, não com vistas a promover o desânimo entre os trabalhadores, mas para incentivá-los a superar tal situação.

A Teologia da Libertação é associada, geralmente, a um pensamento latino-americano mais ou menos autêntico. Embora seja possível concordar em parte com esta afirmação, é necessário pontuar que ela dependeu de um intercâmbio importante com sacerdotes europeus para seu desenvolvimento intelectual, ou seja, na produção de textos e conhecimento sobre a TdL. De acordo com Mairon Valério:

O posicionamento dos teólogos da libertação, naquele contexto, não era periférico em termos institucionais, mas privilegiado, já que dispunham de visibilidade e da capacidade de mobilizar os recursos institucionais do CELAM a favor de seu projeto político-religioso. Por outro lado, desfrutavam também de uma relação estreita com as redes de ativismo católico de genealogia terceiro-mundista.

O grande peso dos atores externos é outro traço da teologia da libertação que auxilia na relativização do discurso baseado na oposição assimétrica entre uma teologia concreta, periférica e latino-americana versus abstrata, central e europeia/exógena, e que, esclarece também seu caráter intelectualista. [...]

O fato destes protagonistas da teologia da libertação serem europeus ou norte-americanos não os impediu de se identificar com a América Latina e com uma teologia cujo tema central diz respeito à América Latina. Muitos deles eram residentes na América Latina, outros não. A identificação de cada um com a teologia da libertação e seu contributo para com sua estruturação deve ser ressaltada. No entanto, a presença marcante deles no campo amplia o alcance geográfico da teologia da libertação e evidencia seu caráter transnacional e transcontinental, relativizando a identidade exclusiva de uma teologia latino-americanista (VALÉRIO, 2012, p. 95 e 97).

Assim, pontuamos que nossa abordagem não será sobre o caráter latino-americano ou terceiro-mundista da TdL, mas sim em como se deu sua relação temporal e prática no caso concreto da Diocese de Chapecó, quando o bispo Dom José Gomes assumiu os compromissos de Medellín e Puebla em Chapecó.

A II Conferência do Episcopado Latino Americano, realizada em Medellín (Colômbia), foi aberta pelo Papa Paulo VI no dia 24 de agosto de 1968 e durou até o dia 06 de setembro. No intervalo de três anos entre a Conferência e o Concílio Vaticano II (1965), pensaram-se as bases específicas para a América Latina. Se no Concílio os latino-americanos foram pouco representados (sendo minoria diante dos europeus), o encontro de Medellín deveria selar o posicionamento do continente diante de seus próprios desafios. Nesse momento, o desenvolvimentismo recebeu diversas críticas que apontavam para seu esgotamento e se

levantou a necessidade da formulação de novas possibilidades para a América Latina, como o “deslocamento do desenvolvimento para a libertação” (CALIMAN, 1999).

A III Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada entre os dias 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979 em Puebla (México), levantou novamente a discussão inaugurada em Medellín. A reflexão em torno da preferência pelos pobres (ou pela “sociedade civil” no lugar da “sociedade política”) resultou na conclusão de que o continente sofria de um “pecado estrutural”. Esta concepção superava os limites territoriais da América Latina e produzia impacto na Igreja mundial, pois a orientação de Puebla não aceitava a realidade injusta, desigual e violenta que condenava as pessoas a viver indignamente, e dispensava a definição do pobre do continente como “objeto de solicitude pastoral da Igreja” (CALIMAN, 1999, p. 174). Desta conferência se delinearão as Comunidades Eclesiais de Base com a função de promover o estudo bíblico e da realidade visando o aprofundamento da evangelização e promoção de cristãos a evangelizadores.

Para Francisco Catão, a doutrina católica “tradicional” aceita o mundo tal como Deus permite, entende a caridade com os pobres como dever cristão, afirma que o necessitado deve aceitar sua condição e agradecer pelo que lhe é doado e promete uma compensação por esta vida no futuro ou após a morte. Para a Teologia da Libertação, essa interpretação do mundo e da Bíblia é uma “[...] mistificação, alimentada de maneira mais ou menos consciente por aqueles que usufruem os privilégios na sociedade” (CATÃO, 1986, p. 08). Os cristãos deveriam, através da revolução social, não aceitar o mundo tal como *Deus permite*, mas transformar o mundo em um lugar de justiça e paz como *Deus quer*.

O choque de temporalidade é observado na sustentação teórica que a Teologia da Libertação adotou. Se o problema dos teólogos “tradicionais” era seu academicismo exagerado – ou seja, seu confinamento em escritórios para elaboração de doutrinas que não consideravam a realidade à sua volta e o contexto no qual a Igreja estava inserida historicamente – os agentes da Teologia da Libertação se valeram de um arcabouço teórico das ciências sociais para interpretar a América Latina, ou seja, interpretações racionalistas da temporalidade.

Como vimos anteriormente, no momento em que as ideias da libertação começaram a ser ventiladas, a partir de meados da década de 1960, estavam disseminadas entre os governos latino-americanos diferentes versões do desenvolvimentismo, o que consistia na obediência ao modelo estabelecido ou já trilhado pelos países centrais. Não faltaram, pois, setores católicos que defendessem essa cartilha pronta que apontava para um futuro certo, alinhado pela lógica

dos países desenvolvidos. A Democracia Cristã, conforme abordamos, apresentou-se (em alguns momentos) com esta proposta em países latino-americanos, colocando-se como uma “terceira via” entre a esquerda revolucionária e a direita autoritária.

De acordo com Juan Tamayo-Acosta (1989), a Teologia da Libertação criticou a lógica liberal e desenvolvimentista que entendia a necessidade de uma “evolução” em vez de uma “revolução”. O autor afirma que uma das contribuições das ciências sociais na interpretação dos teólogos da libertação foi compreender que a condição de subdesenvolvimento e as respostas sugeridas pelos desenvolvimentistas não levavam em conta as raízes históricas e estruturais da dependência latino-americana. A crítica que o autor dirige ao modelo desenvolvimentista, inclusive, coincide com o contexto em que o livro foi publicado (final dos 1980) no sentido de criticar os modelos econômicos aplicados e demonstrar o pessimismo em relação a eles, momento em que o projeto da esquerda já havia sido derrotado pelas ditaduras latino-americanas e que o fracasso do desenvolvimentismo e da cartilha liberal – manifestado no descrédito do “milagre econômico” brasileiro – ficava evidente.

Assim, para o autor, os agentes da Teologia da Libertação renunciaram ao uso do termo “desenvolvimento” entendendo-o como um conceito “ideológico” e não “lógico”, tal como sugeriam os desenvolvimentistas. Se o futuro deveria trazer progresso e desenvolvimento, o que se via era que apesar dos parcos avanços observados no desenvolvimento tecnológico e no consumo das classes populares dos países subdesenvolvidos, a condição estrutural de dependência destes países era mantida no ritmo em que os países desenvolvidos dominavam as novidades tecnológicas e exportavam maquinário obsoleto. Dessa maneira, a opção por Teologia da “*Libertação*” é um posicionamento colocado como antítese da “dependência” provocada pelo capitalismo e pela lógica do desenvolvimento, representado pela descrença no propagado “progresso” e no futuro difundido pelas elites políticas e econômicas latino-americanas.

De certa forma é possível afirmar que a *práxis* da Igreja assumiu uma postura semelhante ao que Karl Marx afirmou sobre a necessidade de agir e mudar o mundo em vez de apenas interpretá-lo. Os bispos latino-americanos apontam para essa direção ao fecundar as ideias do Concílio Vaticano II nos encontros de Medellín e Puebla estipulando a formação das Comunidades Eclesiais de Base junto aos pobres do continente. Os bispos mudam de postura: no lugar de “conduzir” uma massa acrítica junto à instituição hierarquizada, escolhem “ser” esse povo pobre e lutar junto por justiça e pela transformação das bases socioeconômicas e políticas que reproduziam a dominação e a dependência.

Apesar da influência da TMD e da aproximação entre a *práxis* da Igreja e o marxismo, autores que buscaram conceituar a TdL afirmam que esta relação se resume a poucas bases interpretativas da realidade, apontando diversas críticas à ideologia. Para Tamayo-Acosta, a fé acontece em circunstâncias concretas da realidade, portanto, a interpretação das ciências sociais (e do marxismo) sobre essa realidade não é marginal, mas aspecto que compõe a interpretação da Igreja. Elas ajudam a entender as condições materiais de existência que a Igreja não pode mistificar. O autor afirma que a TMD oferece à teologia uma interpretação científica da realidade latino-americana e que deve esquivar-se, ou mesmo anular, os aspectos ideológicos subentendidos nessa teoria, também por contradizer a teleologia da Igreja. Além disso, a TMD não foi o único subsídio das ciências sociais considerado pelos teólogos naquele momento. De maneira semelhante, o filósofo Enrique Dussel expõe o tema da seguinte forma:

De los posibles marxismos, en primer lugar, hay una unánime negación del “materialismo dialéctico”. Ningún teólogo de la liberación acepta el materialismo de Engels en la *Dialéctica de la naturaleza* o el de Lenin, Bujarin o Stalin, en cuanto “filosofía” – a la manera de Konstantinov. A Marx se lo acepta y asume en parte, por lecturas secundarias, como Yves Calves en Francia o Welte en Alemania; por otra parte, principalmente, al comienzo, por el “joven” Marx (hasta el *Manifiesto* de 1848). En la primera generación de teólogos (desde Juan Luis Segundo a Comblin, Gustavo Gutiérrez, o en mi posición del comienzo de la década de los sesenta), la influencia francesa fue muy determinante. [...]. Pero Marx llega vía la revolución cubana (1959), y por ello la lectura es simultánea: el joven Marx, obras del Che Guevara, Gramsci y Lukács. Veremos después, en cada uno de los teólogos, estas influencias. Es decir, un Marx “humanista” – en la denominación de la época –, francamente no dogmático, ni economicista, ni materialista ingenuo. [...]. No se tuvo un serio acceso directo al Marx “definitivo” [...]. (DUSSEL, 1988, p. 142).

Tamayo-Acosta afirma que se optou pela TMD para interpretar a realidade latino-americana depois da frustração causada pelo desenvolvimentismo que representava a aceleração da substituição de importações, expansão da oferta de bens de consumo, abertura de linhas crédito para a indústria etc. (TAMAYO-ACOSTA, 1989, p. 33). O desenvolvimentismo liberal praticado na América Latina teria promovido poucas melhorias nas condições materiais do país e aprofundado a dependência e a desigualdade social.

Essa assimetria de desenvolvimento, para Grosfoguel, teve origem na concepção das elites crioulas da América Latina ligadas a um “feudalismo” ibérico em contraposição ao “norte” capitalista e desenvolvido da Inglaterra. A adoção de categorias como o liberalismo foi uma roupagem empregada convenientemente para seus interesses: defendiam o livre mercado ao mesmo tempo em que negavam liberdades individuais. Diante, estas elites compreendem a si mesmas como pertencentes a um tempo distinto do inglês, ou seja, como se não fossem coetâneos, necessitando, dessa forma, “escalar” etapas para atingir o desenvolvimento (GROSGOUEL, 2018, p. 12-13).

Na contramão desta ótica, os economistas ligados à TMD apontavam que não havia disparidade entre desenvolvidos e não-desenvolvidos, mas uma complementaridade. Para Vânia Bambirra, os países latino-americanos deixaram de adquirir tecnologia industrial como mercadoria (por meio de transações convencionais de compra e venda), e passaram a adquiri-la como capital industrial investido (enclaves), ou seja, a tecnologia e a força de trabalho especializada ainda pertenciam às companhias estrangeiras que se beneficiavam do trabalho não-especializado (e mal remunerado), das matérias primas e benefícios fiscais (redução ou mesmo isenção de impostos e etc.) dos países dependentes (BAMBIRRA, 2012, p. 109).

De certo modo, as ideias debatidas entre a Juventude Universitária Católica em seu congresso de 1960 sinalizavam sua orientação para o campo desenvolvimentista (a exemplo do que se fazia entre a Democracia Cristã), em especial quando propõem a “superação do subdesenvolvimento”. Contudo, a discussão foi além deste ponto ao permitir posicionar-se a favor da retirada do Brasil do “campo de gravidade do capitalismo” e a “quebra do equilíbrio internacional gerado pelo capitalismo” (KADT, 2007, p. 91), entendendo, tal qual a Teoria Marxista da Dependência, que haveria uma complementaridade entre metrópoles e satélites.

Tamayo-Acosta afirma que os agentes da Teologia da Libertação têm uma visão dialética da pobreza, ao contrário da visão romântica que permeou esse meio. Os pobres na perspectiva da libertação são aqueles privados de bens materiais em relação aos itens básicos para sobrevivência ou em comparação com o nível dos demais grupos sociais do país ou do meio em que vivem. Na América Latina, os pobres não são uma pequena parte da sociedade, mas constituem, sim, a maioria. Portanto, a pobreza não é entendida de forma individual. O problema, para a Teologia da Libertação, é estrutural. Por isso a opção interpretativa da realidade econômica pela Teoria Marxista da Dependência, que entende a condição do continente como problema sistemático e, dentro desse sistema, insuperável.

Contra o assistencialismo, que visa mais a própria salvação do ponto de vista católico do que a solução de impasses sociais e a efetiva necessidade das camadas empobrecidas, a Teologia da Libertação inaugurou uma nova forma de entender a Igreja e os pobres. Para Catão, a gestação desta forma de ver e fazer a Igreja remonta ao século XIX com a eleição do Papa Leão XIII em 1878. O autor destaca a encíclica *Rerum novarum* (1891), afirmando que ela seria o “germe da Teologia da Libertação”, surgindo cerca de cinquenta anos depois do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels (1848). Esta encíclica tocava no assunto da questão social dos trabalhadores sob o capitalismo. Entretanto, no contexto em que foi publicada esta encíclica, o Brasil ainda não possuía uma pauta industrial significativa que pudesse fazer

sentido aos trabalhadores aos quais esta publicação se dirigia, motivo pelo qual Emanuel de Kadt também atribui à JUC a primeira iniciativa relacionada à TdL (KADT, 2007, p. 79-89).

Para Kadt, esta ala da juventude cristã teria herdado o conceito de “ideal histórico” em suas análises da sociedade que evidentemente faziam pelo viés religioso. Em um contexto em transformação representado pela crise do pensamento desenvolvimentista, os adeptos da JUC deixaram o “ideal” para trás e o substituíram pelo conceito de “consciência histórica”. Para o autor:

O ideal histórico sugeria a tarefa de elaboração de uma imagem do futuro que seria uma “essência ideal realizável”, algo mais parecido com uma utopia específica a ser perseguida. A consciência histórica, em contraste, é vista como resultado de uma reflexão consciente e crítica sobre o processo histórico (segundo o entendimento daquela época, isto é, como resultado do passado e como potencialidade para o futuro) e sobre as contradições, conflitos e aspectos indesejáveis da realidade, tanto quanto sobre as esperanças e os ideais dos homens ou os aspectos altamente valorizados de sua existência concreta (KADT, 2007, p. 113-114).

Observemos nesta citação que Kadt fala da troca de uma “essência ideal realizável” (horizonte de expectativas) por uma “reflexão consciente e crítica sobre o processo histórico” (presente como resultado do passado e com potencialidades para o futuro). Mais uma evidência do que viemos afirmando sobre a ruptura interpretativa da temporalidade na Igreja, nesse caso a partir da JUC, foi seu objetivo de “transformar o mundo” através da consciência histórica, uma transformação que estaria baseada na “[...] compreensão das condições reais que se encontram aqui e agora (e suas raízes históricas), uma transformação que humanize o mundo. [...]. O homem tem a capacidade de dar forma à história; ‘o grande pecado do cristão hoje será o pecado da omissão histórica’” (KADT, 2007, p. 114). O presente, portanto, se sobressai ao horizonte de expectativas e às esperanças do propagado “progresso”.

Entretanto, o que levou a Igreja ao debate da TdL não foi uma simples ruptura. Conforme Manoel, houve um processo histórico onde a autoinserção da Igreja na temporalidade foi acontecendo. Mesmo neste período considerado conservador, entendeu-se que a salvação eterna se dava pela prática dos homens na vida terrena, sendo necessário, portanto, a influência prática (material, se quisermos) da Igreja na temporalidade.

No século XX, outros acontecimentos ajudariam a desenvolver a Teologia da Libertação. A “crise do mundo moderno” observada pela frustração da vida entendida como em constante progresso que culminou na Grande Depressão de 1929, as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria teriam demonstrado, segundo Catão, que a miséria nivela os homens, deixa-os em situação semelhante independentemente de sua posição social, como por exemplo, no



sofrimento dos campos de concentração, nos hospitais, nas trincheiras ou nas sessões de torturas das ditaduras latino-americanas, sofrimento que promove uma conexão com o tempo da Igreja primitiva, das perseguições, do tempo da humilhação e do exílio.

A legitimação da Igreja católica para a adoção de algumas categorias marxistas, inclusive, apresentou um avanço do ponto de vista intelectual. O argumento da Teologia da Libertação para usar estes referenciais na interpretação de parte da realidade social da Igreja (e também para legitimar sua escolha diante da parcela da sociedade católica conservadora e anticomunista) é a de que não haveria neutralidade em nenhum texto “por mais objetivo que se apresente” e que mesmo as concepções consideradas mais “naturais” em sociedade seriam influenciadas por uma ideologia. De acordo com o teólogo Leonardo Boff:

Ningún texto y ninguna investigación, por más objetivos que quieran ser y así se presenten, dejan de estar estructurados a partir de un horizonte de interés. Conocer es siempre interpretar. La estructura hermenéutica de todo saber y de toda ciencia consiste así en que el sujeto entra siempre, con sus modelos, paradigmas y categorías, en la comprensión de la experiencia del objeto, mediatizada por el lenguaje. El sujeto no es una razón pura: está inmerso en la historia, en un contexto sociopolítico, y está movido por intereses personales y colectivos. Por eso no existe un saber libre de ideología y puramente desinteresado (BOFF, apud TAMAYO-ACOSTA, 1989, p. 13).

Neste sentido, Enrique Dussel argumenta que toda sustentação teórica da Igreja Católica encontra base na racionalidade dominante ou marginal do contexto histórico em que foi formulada. Para ele, a teologia mesma é a teoria da Igreja em determinado tempo condicionada pela fé ou pelos referenciais que orientam os teólogos.

La teología no es sino un discurso teórico (espiritual, sapiencial y metódico, pero siempre igualmente “práctico” para Tomás de Aquino), que partiendo de la praxis cristiana, a la luz de la fe, reflexiona, piensa, fundamenta racionalmente la realidad los problemas que dicha praxis afronta cotidianamente. Lo propio de la teología – con respecto a la reflexión cotidiana o profética; la primera, la “normal” cristiana de una época, y la segunda, la extraordinaria e innovadora – es el ser un discurso “metódico”; es decir, según las reglas o exigencias más desarrolladas de la racionalidad de una época (DUSSEL, 1988, p. 139).

Assim sendo, a *práxis* da fé encontra sustentação em uma metodologia formulada por teólogos influenciados desde longa data pela filosofia. A partir desta concepção metódica orientada pela fé, afirma Dussel, é que se constrói o discurso racional da Igreja que Tomás de Aquino comparou com uma “ciência”. A partir desta concepção de saber científico é possível compreender a articulação que parte dos teólogos latino-americanos fizeram com a literatura marxista da época buscando um referencial que explicasse a situação de miséria do continente, a elitização da Igreja Católica e o afastamento progressivo dos pobres da instituição

hierarquizada, de acordo com a opção preferencial pelos pobres tomada desde o Concílio Vaticano II e aprofundada nos encontros episcopais de Medellín e Puebla.

Além dos autores citados, há outros escritores importantes da literatura latino-americana que foram referenciados em trabalhos que procuraram definir ou sistematizar a TdL, como José Carlos Mariátegui, Orlando Fals Borda, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank. Enrique Dussel também atribui importância para a produção de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso no tema da dependência, embora reconheça que esta literatura não é marxista. A partir de 1964, Dussel identifica na obra de Gustavo Gutierrez (*Teología de la Liberación: perspectivas*) uma virada epistemológica da teologia em relação a um marxismo específico como crítica ao desenvolvimentismo, utilizando categorias analíticas de Gramsci para opor *libertação ao desenvolvimento* (DUSSEL, 1988, p. 146-147).

Gustavo Gutiérrez, teólogo fundamental na formulação da TdL, defende que a adoção de categorias marxistas para interpretação da realidade latino-americana emerge da falência das políticas desenvolvimentistas, tal como afirmam Dussel e Tamayo-Acosta. Quando estas preconizavam a necessidade de políticas como a substituição de importações nos anos 1940, Gutiérrez observava em meados dos anos 1960 o resultado destas políticas não foi a aproximação entre países metrópoles e periféricos, e sim um distanciamento.

Se percibe cada vez mejor que la situación de subdesarrollo es el resultado de un proceso y que, por lo tanto, debe ser estudiada en una perspectiva histórica. Es decir, en relación al desarrollo y expansión de los pueblos pobres, como hecho social global, aparece entonces en su verdadera faz: como el subproducto histórico del desarrollo de otros países. En efecto, la dinámica de la economía capitalista lleva al establecimiento de un centro y de una periferia, y genera, simultáneamente, progreso y riqueza creciente para los menos y desequilibrios sociales, tensiones políticas y pobreza para los más (GUTIÉRREZ, 1975, p. 118).

Neste recorte observamos que apesar de criticar o modelo desenvolvimentista cepalino, continua utilizando suas categorias como “centro” e “periferia”. Na obra *Teología de la liberación: perspectivas*, o autor, assim como Dussel, argumenta com base em Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, além de Francisco Weffort e Leonardo Boff para defender a situação de dependência do continente. Entretanto, a saída apontada por Gutiérrez seria a revolução social.

El fracaso de los esfuerzos reformistas ha acentuado esta actitud. Hoy, los grupos más alertas, en quienes se abre paso lo que hemos llamado una nueva conciencia de la realidad latinoamericana, creen que sólo puede haber un desarrollo auténtico para América Latina en la liberación de la dominación ejercida por los grandes capitalistas y, en especial, por el país hegemónico: los Estados Unidos de Norteamérica. Lo que implica, además, el enfrentamiento con sus aliados naturales: los grupos dominantes nacionales (GUTIÉRREZ, 1975, p. 126).

Esta interpretação norteou, portanto, o entendimento da TdL sobre a temporalidade dos homens. E fica mais evidente por que Dom José Gomes foi um crítico do capitalismo, do desenvolvimentismo e do “progresso”, incentivando a atuação política das comunidades e se tornando um problema para as elites locais na década de 1980.

Uma característica importante do uso instrumental do marxismo na teologia é a distinção que os teólogos propõem entre a filosofia e a ciência marxista. Se na filosofia de Marx os teólogos não encontraram referenciais a se seguir por conta de seu caráter materialista dialético que contradiz a teleologia cristã, na ciência de Marx os teólogos encontraram uma ferramenta para interpretar e compreender as contradições do capitalismo e a situação de dependência a que estava destinada a América Latina na divisão internacional do trabalho, fatores que provocavam a formação de um grande contingente de pobres no continente (DUSSEL, 1988, p. 148). De acordo com Dussel, “es aquí donde la Teología de la Liberación asume al marxismo: como teología que no sólo *interpreta* la realidad sino que también justifica su *transformación* aun revolucionaria” (DUSSEL, 1988, p. 149. Grifos no original).

Augustus Nicodemus Lopes, teólogo e pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, pondera sobre hermenêutica da Teologia da Libertação a partir da obra *Jesus Cristo Libertador* (1972) do teólogo católico Leonardo Boff. Lopes traz algumas reflexões sobre a originalidade do pensamento da TdL na América Latina e propõe uma análise das referências de Boff e a relatividade da interpretação de textos datados historicamente (neste caso, da Bíblia). Apesar de entendermos algumas concepções de Lopes como equivocadas no que se refere a determinadas críticas que direciona a Boff, algumas de suas colocações trazem uma reflexão importante para este texto.

Um dos aspectos relevantes levantados por Lopes se refere à base filosófica de Boff. Ele afirma que o teólogo católico e outros autores associados à TdL se baseiam no pensamento do filósofo alemão Hans-Georg Gadamer. Segundo Lopes:

Para entender Boff é preciso entender um pouco os principais conceitos de Gadamer. *Primeiro*, o conceito de fusão de horizontes. "Horizontes" são os mundos vivos do autor e do intérprete que se fundem quando os dois se encontram no texto. O leitor expande o horizonte do texto ao apropriar-se dele em uma nova situação histórica. O texto, em troca, questiona o leitor a desafiar e expandir as estruturas e pressuposições que trouxe ao texto. Nesse processo surge a fusão dos horizontes. Em resumo, a hermenêutica de Gadamer se move do autor e do texto para uma união entre o texto e o leitor, com raízes no presente em vez do passado (LOPES, 1998, p. 5. Grifo no original).

Na perspectiva da filosofia de Gadamer (segundo Lopes), não haveria necessidade de contextualizar a intenção original do texto publicado em outro momento histórico. Bastaria ao

leitor compreender a narrativa do texto dentro de seu próprio horizonte, atribuindo-o novo sentido (horizonte expandido) no presente. Vale refletir sobre os perigos teóricos desta opção, pois a reinterpretação sem critérios poderia descaracterizar a intenção original do autor, cometendo anacronismos. Neste sentido podemos concordar com Lopes quando afirma que o pensamento de Gadamer (e, conseqüentemente, de Boff) recai no subjetivismo e na relativização da verdade. Entretanto, esta relação não é tão imediata e algumas ponderações são necessárias<sup>11</sup>. Por exemplo, quando Leonardo Boff afirma que a missão primordial do cristão é a opção pelos pobres, está entendendo que a condição de vida do pobre no tempo presente seria semelhante ao que Jesus Cristo teria vivido (o sofrimento, a humilhação, a opressão e etc.), e a maneira de reconhecer esta relação seria através da leitura da Bíblia no presente compreendendo seu próprio contexto através da lição vivida (e registrada) no tempo dos apóstolos.

Para Leonardo e Clodóvis Boff (1982), a TdL parte de uma “experiência espiritual raiz”, que fundamenta as teologias. Leonardo afirma que essa experiência possui dois níveis: um nível sensível (perceptível à primeira vista pelos olhos); e outro analítico (revelado em seus mecanismos estruturais baseados em uma análise científica). Pode-se dizer que a primeira dimensão é essencialmente material e objetiva, e a segunda se vale da leitura sociológica e econômica da realidade, normalmente baseada referências marxistas.

Mais adiante, se caracteriza o nível sensível (sacramental) em três dimensões: 1) “sentir” (percepção da miséria da realidade) as injustiças como a fome, miséria, analfabetismo e etc., tendo esperança na libertação, participação e comunhão; 2) “protestar” (indignação ético-religiosa face à miséria) contra as injustiças, contra o “luxo de uma minoria que constitui um insulto à miséria da maioria”; 3) “fazer” (prática solidária de ajuda) através da libertação espiritual e ação através da palavra para a transformação social dos pobres.

Para Boff, portanto, a leitura da palavra cristã teria sentido dentro da figura do “Jesus histórico” e não da divindade de sua figura (sem negar, contudo, sua santidade). Assim, segundo Lopes:

[...] Boff acredita que os Evangelhos são o produto final de um longo processo de reflexão sobre Jesus e representam a cristalização do dogma primitivo da igreja. Eles contêm muito pouco do Jesus histórico (como ele era e como ele viveu), mas muitas coisas relativas à reação de fé dos seus seguidores. [...] A suposição explícita de Boff é que, a fim de se conhecer Jesus, é preciso confrontar criticamente os relatos literários

<sup>11</sup> Um dos problemas da crítica de Lopes a Boff é verificável na opção interpretativa do texto. Primeiro, Lopes afirma que Boff, baseado em Gadamer, relativiza o contexto e deixa a interpretação de determinados textos datados do passado em aberto para novas interpretações no presente sem necessariamente causar prejuízo no sentido da narrativa. E mais adiante, critica uma suposta datação fechada da interpretação de Boff no método histórico que adota, acusando no texto de Boff uma descontinuidade da palavra bíblica.

sobre ele, os Evangelhos, usando os métodos da crítica histórica, para peneirá-los em busca do significado original do texto e ir além das interpretações posteriores (LOPES, 1998, p. 3).

Lopes entende que se o texto é aberto para infinitas possibilidades interpretativas, não haveria critério suficiente para sustentar determinada leitura do mesmo pela TdL. Entretanto, neste caso, não se pode desconsiderar o método primordial de análise religiosa (a opção pelos pobres) e de análise socioeconômica (a TMD) que contém, em si, elementos menos subjetivos de interpretação, sendo também mais enviesada (afirmando a impossibilidade de uma análise cientificamente neutra). O termo “opção” não é por acaso. E é com esta opção que se define a leitura do quadro complexo da sociedade, da política, da economia e da religião, inclusive na relação entre teoria e *práxis* – que os teólogos da libertação invertem colocando a prática antes do entendimento: “Não é o que é cristão e católico que é bom, verdadeiro e justo. Mas o bom, verdadeiro e justo é que é cristão e católico” (BOFF apud LOPES, 1998, p. 14).

Entretanto, o posicionamento de Leonardo Boff poderia ser relacionado a um idealismo proveniente da “releitura” do Jesus histórico, não empregando leituras racionalistas do campo marxista como o fizeram Gustavo Gutiérrez e Enrique Dussel. Conforme Campigoto (1996, p. 75), a “afinidade eletiva” entre cristianismo e marxismo oferecia a estes uma perspectiva de futuro igualitária, enquanto Boff não acreditava na superação da dominação (mesmo em uma realidade revolucionária).

As transformações internas da Igreja apontam para outro elemento fundamental que toca ao nosso tema. A “renovação dos estudos teológicos”, que Catão aponta como responsabilidade do papa Leão XIII, vai evidenciar o caráter histórico que a instituição religiosa também comparte com as questões mundanas, apesar de ser uma instituição secular de dogmas bastante resistentes ao tempo. De acordo com o autor:

Para situar a teologia da libertação, é indispensável compreender qual foi o resultado, com toda certeza não diretamente visado, desse movimento restaurador de teologias do passado: criou na Igreja uma contemporaneidade de diversas teologias, o que ajudou a perceber a relatividade de todas elas, a **historicidade de toda teologia**. [...]. Toda teologia é feita na história, num determinado contexto cultura, e responde, à luz do Evangelho, às questões ligadas à significação da vida e do mundo, colocadas por esta cultura (CATÃO, 1986, p. 27. Grifos meus).

A historicidade de toda teologia colocou um problema essencial para Igreja. Esta foi levada a reconhecer – talvez contra sua vontade – que determinadas questões vistas como imutáveis são também condicionadas pela sociedade, pela economia, pela política e, sobretudo, pela História. Assim sendo, determinadas atitudes da Igreja, incluindo leigos e clérigos, não poderiam ser legitimadas pelo poder sobrenatural ou metafísico das leis da Igreja, estando

também sujeitas aos contextos históricos e ao “juízo” da história, conforme o contexto em que se vive e se pratica a fé.

Portanto, se a fé também é influenciada diretamente pelo contexto histórico, os teólogos da libertação assumiram para si uma interpretação socioeconômica da América Latina desenvolvida por marxistas do continente. Passaram a entender a realidade de um ponto de vista estrutural e objetivo, como na afirmação do economista Ruy Mauro Marini: “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 2012, p. 47).

A discussão em torno das concepções de temporalidade demonstra que a Igreja Católica não conteve movimentos de sacerdotes que se valeram de teorias leigas para interpretar seus contextos históricos. Essa iniciativa alterou o significado da ação da Igreja, que migrou da sociedade política (de poder) para a sociedade civil (a opção pelos pobres e o risco de perda de influência) (CALIMAN, 1999, p. 170). Situando-os como tal, torna-se mais evidente a ação de Dom José Gomes e da Diocese de Chapecó.

A abordagem sobre as concepções de desenvolvimento e política econômica, por sua vez, visou situar as propostas socioeconômicas colocadas no Brasil a partir dos anos 1950, para diferenciá-las e torná-las mais evidentes em relação ao pensamento católico que foi se desenvolvendo neste período, até seus resultados práticos nos anos 1980 (que veremos nos próximos capítulos). Vimos que a concepção desenvolvimentista predominou a partir da década de 1950 ao mesmo tempo em que a Democracia Cristã adotou esta bandeira como “terceira via” entre o capitalismo e o socialismo. O desenvolvimentismo foi responsável, também, pela modernização do Estado desde o investimento em infraestrutura e na indústria nacional, até na complexidade da burocracia estatal. Assim, observamos que o desenvolvimentismo influenciou a leitura da Ação Católica sobre o mundo e, portanto, afirmamos que o posicionamento desta corrente cristã foi influenciado diretamente por seu contexto histórico.

Dentro dos objetivos deste capítulo afirmamos também que a noção de fronteira ajuda a compreender as especificidades relativas ao “tempo histórico” e ao “tempo social” que abarca limites específicos de espaços com fronteira política diversa, ou seja, afirmamos que a região Oeste não aparece imediatamente ligada aos aspectos sociais do estado de Santa Catarina, mas sim, culturalmente e socialmente mais ligado ao noroeste sul-rio-grandense e ao sudoeste paranaense. Estes fatores auxiliam na compreensão do lastro de influência que a Diocese de Chapecó teve nesta região catarinense e algumas de suas especificidades.

Observamos que a TdL representou um contraponto na percepção temporal da Igreja e da Diocese de Chapecó, contradizendo os discursos hegemônicos do desenvolvimentismo e do Brasil dual dos anos 1950-1960, e do liberalismo incorporado pela ESG durante a ditadura civil-militar.

A Teoria Marxista da Dependência foi um aporte racionalista do tempo para a espiritualidade da Teologia da Libertação. A principal divergência desta com relação às teorias racionalistas está nos aspectos que ela empresta ao Iluminismo: a teleologia e a escatologia. Enquanto a Igreja compreende a Salvação como destino da História, os racionalistas “laicizaram” esta compreensão histórica tendo como horizonte uma sociedade justa.

A discussão realizada neste capítulo serve como suporte das análises feitas junto às fontes no restante do trabalho. Com este “pano de fundo”, torna-se mais claro o argumento e a interpretação empregados sobre a cultura política dominante das elites chapecoense até cerca de 1980, passando pela ação da Diocese de Chapecó e culminando na formação de partidos políticos que inauguraram uma cultura política contrastante com as das elites.

### 3. CAPÍTULO 2 – ELITES E PROGRESSO NO DESENVOLVIMENTISMO DE CHAPECÓ: A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA POR MEIO DA IMPRENSA ESCRITA

Nesse capítulo abordaremos o progresso e o desenvolvimentismo das elites locais a partir de suas narrativas contidas no semanário *Folha d'Oeste*, na revista *Celeiro Catarinense* e no livro *Vida Empresarial*, analisando como estas lideranças imprimiram uma lógica política que configuraria, ao difundir-se em formas sociais organizadas, como partidos, associações, rituais públicos e narrativas da imprensa, uma densa cultura política que chamaremos de “semidemocrática” e desenvolvimentista no local, em consonância com o contexto brasileiro. Compreendemos tal temporalidade (nos termos de Koselleck) como voltada para o futuro, ou seja, com o horizonte de expectativas “dilatado”. Ao longo do texto, este assunto é pormenorizado para apresentar com mais detalhes, em seguida, o contexto no qual formou-se no município outra cultura política, relacionada à Igreja, em oposição às elites locais.

Esta lógica, ao ser praticada, configurou relações sociais e de poder que vieram a se hegemonizar na forma de uma cultura política que predominou na região, pautada em valores que não era só das elites, mas também do povo (claro, de certa parte do povo): mitos e tradições ligadas ao pioneirismo, o progresso, a conquista individual, o trabalho, o esforço próprio, o empresarialismo – em contraposição a parcelas grandes da população, normalmente excluída da participação política, os indígenas, os “brasileiros”, os colonos que “fraquejaram”, os sem-terra, etc.

#### 3.1 OS PERIÓDICOS “FOLHA D'OESTE” E “CELEIRO CATARINENSE”

Tanto a *Folha d'Oeste* quanto a revista *Celeiro Catarinense* se configuraram – pela direção que lhes foi imprimida e pela narrativa que formularam – como representantes do ideário desenvolvimentista e norteados pelo progresso que as elites de Chapecó praticaram.

A *Folha d'Oeste* inaugurou suas atividades no município de Palmitos (SC) em 1964. Entretanto, passou a ser publicada em Chapecó pouco tempo depois. Isso teria ocorrido em 1966, por ser deste ano o primeiro exemplar localizado no arquivo do Ceom. A publicação era dirigida por Homero Milton Franco (filiação ao PSD) e Gabriel Denzen. Franco foi vereador de Palmitos (SC), mas transferiu-se para Chapecó a convite de Serafim Enoss Bertaso para assumir



a assessoria de imprensa da Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO) (OLIVEIRA, 1998, p. 46).

O semanário era distribuído a cerca de 40 municípios de Santa Catarina e à sucursal na Guanabara (Rio de Janeiro). A partir de 1970, o veículo foi incorporado às Indústrias Gráficas Oeste Ltda., conservando Homero M. Franco na direção e recebendo diversos redatores, entre os quais se destacava o comerciante Ivo Patussi, filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Quatro anos depois, a *Folha d'Oeste* foi adquirida pela Editora Antares S.A., momento no qual Gabriel Denzen retornou à diretoria ao lado de Homero Milton Franco. Nos expedientes das edições de 1976, a publicação consta como de propriedade da Litográfica Editora Oeste Ltda., sob a direção de Edir Santo Damo (que passou por MDB, PDS e PFL). O periódico expandiu e abriu escritórios em diversas capitais brasileiras, tais como, Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belo Horizonte e Curitiba.

Porém, um ano depois, sofreu nova mudança e foi incorporado pelo Grupo Empresarial Editora Oeste Ltda., dirigido na ocasião por Celso Nunes Moura. Como se percebe, a *Folha d'Oeste* mudou de proprietários quatro vezes em onze anos, fator que chama a atenção para um periódico de circulação relativamente expressiva na cidade e região adjacentes.

O fato de sua direção ter sido exercida por um emedebista em 1976 não significou uma mudança de linha editorial. Como veremos adiante, a gestão do MDB no município não representou uma ruptura no projeto das elites locais orientadas pelo desenvolvimentismo e ligado à agroindústria e ao progresso, na gestão de João Destri (MDB). A atuação combativa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no município e, mais tarde, do próprio MDB, foi punida com as cassações políticas de Sadi de Marco<sup>12</sup> e Genir Destri.

A revista *Celeiro Catarinense* começou a circular em 1969. Os assuntos abordados contemplavam temas de atualidade, orientações técnicas e cultura, majoritariamente voltadas ao agronegócio. De acordo com sua própria definição, a revista visava a abordagem de “assuntos de interesse regional, destacando a produção agrícola, a indústria e o comércio, a pecuária e a agricultura, o cooperativismo e o sindicalismo” (CELEIRO CATARINENSE, n. 4, maio e jun. 1970).

---

<sup>12</sup> Sobre a cassação de Sadi José de Marco, ver estudo de Claiton Marcio da Silva (2014).

A partir de 1970, constata-se a presença de alguns membros de partidos políticos e figuras públicas na revista. É o caso do bancário e membro do Partido de Representação Popular (PRP), Setembrino Zanchet, como colaborador da revista em 1970, e da historiadora Eli Bellani (filha do deputado udenista Gentil Bellani), de Euclides Prade (promotor), de Odilon Serrano (vereador pelo PTB e, à época, filiado à Arena) e de Dario Maciel (tabelião, filiado à UDN), em 1972.

Tal como a *Folha d'Oeste*, a revista *Celeiro Catarinense* foi adquirida pela Editora Antares S.A. e incorporou Homero Franco e Amilton Martins Lisboa na direção, possuindo representantes em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo a partir de 1974. A partir desta mudança, a impressão de ambos os periódicos foi modernizada para o sistema *offset*, alterando visivelmente suas diagramações e a apresentações.

Como vamos trabalhar adiante, é recorrente a presença de figuras proeminentes da política nas coberturas do semanário e da revista, sobretudo aqueles ligados a Serafim E. Bertaso e Plínio Arlindo de Nês e seus correligionários. A presença da direção dos periódicos em espaços de sociabilidade das elites locais demonstra suas relações sociais e interesses afins, como na atuação junto ao Lions Clube de Chapecó, ao qual Homero M. Franco e Amilton M. Lisboa<sup>13</sup> eram membros.

Portanto, a análise do semanário *Folha d'Oeste* e da revista *Celeiro Catarinense* neste estudo tem por objetivo compreender a propagação do ideário desenvolvimentista e voltado ao futuro (progresso), que estampava o projeto das elites para o município. Ela será complementada pela narrativa de alguns membros da Associação Comercial e Industrial de Chapecó (Acic) entre 1991 e 1992, publicadas no livro *Vida Empresarial*, no ano de 1997. Este livro é oriundo do programa “História empresarial vivida”, “idealizado pelo diretor da Acic [...] que tem a finalidade de dar a oportunidade àqueles empresários que, de uma forma ou de outra, participaram da vida econômica, social e política do município de Chapecó [...]”, servindo como meio de “transmitir experiências para os jovens e futuros empresários poderem nortear suas vidas e poder tirar daí algumas lições” (ACIC, 1997, p. 156).

### 3.2 PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS EM SANTA CATARINA

---

<sup>13</sup> Amilton Martins Lisboa concorreu a vereador de Chapecó pelo PFL em 1988.

A cidade de Chapecó viveu por, pelo menos, vinte e cinco anos o otimismo próprio de uma área de expansão da fronteira agrícola brasileira, quando aparentava não ter limites para o crescimento e uma forte impressão de que se tornaria um grande centro em curto prazo. Desde a decadência econômica (e moral) que o linchamento de outubro de 1950<sup>14</sup> impôs ao município, encontrou-se na agroindústria um modelo viável de recuperação econômica, inserção de Chapecó na pauta produtiva no estado de Santa Catarina e melhoramento de sua imagem para fora de seus limites. A conjuntura nacional de desenvolvimento foi determinante para o crescimento, relacionada ao otimismo de um futuro pujante.

Nas fontes trabalhadas, que se relacionam fortemente com vieses opinativos, a trajetória das lideranças empresariais e políticas de Chapecó teria acontecido de forma espontânea e exclusivamente pela iniciativa individual ou associativa dos mesmos. Quando os recursos das esferas estadual e federal chegavam ao município, era porque estas elites teriam promovido diálogo e pressão para que ocorresse. Todavia, é evidente que o município estava e está inserido em um contexto político-econômico compreendido pelo estado de Santa Catarina e pelo Brasil, e sua distância em relação aos grandes centros não foi impeditivo para o recebimento de políticas de incentivo promovidas pelas demais esferas governamentais, notadamente as de estímulo à agricultura e à integração.

Nos “anos dourados” (1945-1973), os EUA promoveram a expansão de suas empresas multinacionais para o mundo, sendo seguidos pela Europa e Japão assim que a reconstrução do pós-guerra e da ação do Plano Marshall completaram-se com sucesso. No Brasil, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) implantou mais profundamente o programa nacional-desenvolvimentista, além da aceitação definitiva de empresas multinacionais no país visando o ingresso entre as potências econômicas mundiais. O horizonte de expectativas não poderia estar mais dilatado; o futuro reservaria ao país a tão sonhada prosperidade em um curto período de tempo: 50 anos em 5. Naturalmente, este otimismo “contagiou” as elites e as camadas médias do Oeste catarinense, sobretudo a partir da mudança da pauta produtiva local da extração da madeira para a agroindústria.

---

<sup>14</sup> O linchamento do dia 16 de outubro de 1950 ocorreu quando Romano Ruani, Ivo Oliveira Paim e os irmãos Orlando e Armando Lima foram presos, acusados de incendiar a Igreja local. Cerca de duzentas pessoas, indignadas com o ocorrido, se organizaram para “justiçar” os presos. O crime aconteceu quando ainda se apuravam os votos da eleição municipal do dia 3 de outubro, que resultou na vitória de José de Miranda Ramos (PTB). Na noite do dia 16 para 17 do mesmo mês, os quatro presos foram tirados à força da cadeia municipal, torturados e queimados ainda com vida.

No governo de Emílio G. Médici (1969-1974), durante a ditadura civil-militar, adotou-se o lema “Desenvolvimento e Segurança” orientado pela doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG). Neste período, o regime interveio nos governos estaduais nomeando governadores de perfil tecnocrático, que conduzissem o estado de forma “racional e planejada” diferentemente do perfil das oligarquias locais. A internacionalização de empresas nacionais (embora não previsse incremento da indústria nacional), foi estimulada pelo Estado brasileiro por meio de planejamentos econômicos. De acordo com Maria Covre (1983, p. 83):

O planejamento pretende dar o caráter de legitimidade ao “capitalismo social” (concepção do processo histórico atual por parte dos intelectuais tecnocratas). Ele se apresenta como a forma de concretizar esse “capitalismo social”, ou seja, é a forma de “fazer” a História, de “dirigi-la racionalmente”, da perspectiva do bloco ideológico tecnocrático.

Nesta mesma perspectiva, Juan Goytisolo (1977, p. 107) classifica a tecnocracia da seguinte maneira:

A tecnocracia pretende realizar a racionalização de tudo através dos chamados *planos de desenvolvimento*, dirigidos mediante a ordenação estatal do crédito, da exportação e importação, das exações fiscais concedidas, da massificação dirigida e da orientação do ensino para as conquistas econômicas e sociais pretendidas.

A aplicação deste projeto no Brasil servia como maneira de o Estado se legitimar no poder por meio de números positivos na economia, havendo também, por outro lado, a intenção de promover políticos supostamente “neutros” no espectro político, que conduzissem o governo de maneira técnica e orientados pelo desenvolvimentismo. A “legitimidade pela estabilidade”, aliás, já era lema do regime militar desde o governo do marechal Costa e Silva entre 1967 e 1969, quando lançou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PRADO; EARP, 2007, p. 219).

Em termos de planos de desenvolvimento, o estado de Santa Catarina inaugurou esforços no início dos anos 1950 com o Plano de Obras e Equipamentos, apresentado pelo governador Irineu Bornhausen. De acordo com Sérgio Scheffer, “sua finalidade voltava-se para a realização de investimentos nos setores de infraestrutura, com a abertura de estradas de rodagem e geração de energia elétrica; no fortalecimento da agricultura; e investimentos nos setores de saúde e educação” (SCHEFFER, 2019, p. 49).

Para Marina Andrioli (2020, p. 32), a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste ocorreu como reflexo do Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND):

Os objetivos da estratégia agrícola convergem com a criação da Secretaria de Negócios do Oeste de Santa Catarina (1963) e a sua atuação concomitante com os preceitos da política nacional, já que cabia a esta secretaria, entre outras: “formular as diretrizes da política de desenvolvimento da região do Oeste, com consonância com

os planos estaduais e em coordenação com os organismos do planejamento regionais e estaduais” (SANTA CATARINA, p. [1], 1963). Entendemos que, nestes comparativos, trazemos a discussão para o ambiente local de desenvolvimento, pois fica demonstrada a coordenação entre os anseios do PND I com a condução da Secretaria de Negócios do Oeste.

Na esteira do planejamento nacional, as nascentes agroindústrias do Oeste de Santa Catarina foram beneficiadas, sobretudo a Avícola Sadia, que juntamente com a Perdigão deram início a esta atividade no início dos anos 1940 na região. De acordo com Fernanda Ben (2005, p. 50):

Além das mudanças nas formas de produção disponibilizadas pela Sadia, a política econômica do Estado, efetivada por meio do trabalho, principalmente, da Extensão Rural e do sistema de Crédito Agrícola, viabilizou incentivos ao aumento da produtividade agrícola com a finalidade de atender aos preceitos do desenvolvimento nacional. Essas iniciativas disponibilizadas aos agricultores no Oeste de Santa Catarina favoreceram o desenvolvimento, principalmente, das empresas de caráter agroindustrial, entre essas a Sadia.

Somado ao planejamento e a estratégia econômica do governo federal, o estado de Santa Catarina também promoveu planos de desenvolvimento. Destacam-se algumas iniciativas nesse sentido promovidas durante a ditadura civil-militar. Conforme Alcides Goularti Filho e Giani Rabelo (2014, p. 208, 209):

Em Santa Catarina, o Banco do Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (BDE), que atuou entre 1962 e 1969, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), fundado em 1962, e o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), criado em 1975, que atuavam com recursos próprios e com repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), serviram de alavanca para impulsionar o crescimento de seguimentos industriais e para consolidar grupos empresariais locais. No que tange aos benefícios fiscais, foram criados dois programas de incentivos com base na renúncia de tributos estaduais: o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado de Santa Catarina (FUNDESC), que operou entre 1969 e 1975, e o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE), de 1975 a 1984.

A política desenvolvimentista foi abraçada por Celso Ramos, governador de Santa Catarina entre 1961 e 1965, como bandeira de campanha. De acordo com Scheffer, “eleito governador, [Celso Ramos] instituiu o Plano de Metas do Governo – PLAMEG (1961/66), cujo objetivo concentrava-se na formação do capital básico, investindo em infraestrutura, energia, transportes e educação” (SCHEFFER, 2019, p. 50).

Para Goularti Filho e Rabelo, o PLAMEG de Celso Ramos reverteu a infraestrutura social que se encontrava obsoleta. Com os bons resultados do mesmo, o sucessor de Ramos, Ivo Silveira (1966-1970), executou o PLAMEG II em período de retomada do crescimento econômico. E continua:

Nos governos seguintes, vieram o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, executado durante o governo de Colombo Machado Salles (1971-1974), o primeiro a ser indicado pela ditadura, o Plano de Governo, de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1978), o Plano de Ação, de Jorge Konder Bornhausen (1979-1982), e a Carta aos Catarinenses, do governador eleito Esperidião Amim (1983-1986). Com os investimentos necessários para superar as deficiências estruturais da economia catarinense nos anos 1950, os problemas fundamentais já estavam em boa medida solucionados no início dos anos 1980: 2.864 km de rodovias pavimentadas, 689.000 kw de potência geradora de energia, a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) atingia quase a totalidade do Estado, 97.841 assinantes da TELESC (Telecomunicações de Santa Catarina), três portos aparelhados (Imbituba, Itajaí e São Francisco) para atender as exportações e dois bancos de fomento bem consolidados, BADESC e BRDE. As bases necessárias que o capital exigia para se reproduzir e ampliar já estavam dadas (GOULARTI FILHO; RABELO, 2014, p. 210).

Estas medidas do estado foram acompanhadas pela criação de outros órgãos, com as mesmas “intenções desenvolvimentistas do Estado que se manifestaram [...] no Oeste Catarinense, com os trabalhos da Extensão Rural através dos clubes 4-S, dinamizados pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC” (BEN, 2005, p. 53), tendo por objetivo qualificar jovens agricultores para a produção sob a égide da modernização conservadora.

As elites locais foram amplamente beneficiadas pelo contexto de crescimento do estado de Santa Catarina e os mais variados incentivos promovidos nos âmbitos federal e estadual, retornando aos mesmos o rendimento da agroindústria. A média de crescimento do PIB de Santa Catarina no período entre 1964 e 1984 foi de 8,70%, mais alta que a média nacional que foi de 6,29%. Conforme Goularti Filho e Rabelo, “mesmo no período recessivo de 1981 a 1983, em que o PIB brasileiro retraiu -2,12%, o catarinense cresceu 1,80%” (GOULARTI FILHO; RABELO, 2014, p. 211).

O bom desempenho da economia catarinense, segundo os autores, se dá pelo dinamismo do setor produtivo no estado. As exportações de madeira caíram: em 1965 representavam 79,0% da pauta exportadora de SC, em 1970 representava 52,0% e em 1976, 4,5%. O volume das exportações catarinenses saltou de US\$ 24.583 em 1964 para US\$ 1.154.242 em 1984. A participação das exportações catarinenses na pauta nacional saltou de 1,72% em 1964 para 4,30% em 1984. Este retorno de Santa Catarina à pauta produtiva nacional ocorreu, em partes, devido a instalação da Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO) em Chapecó, centrando seus investimentos no município para distribuí-los a toda região Oeste.

A SNO foi resultado de uma articulação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) através da lei número 3.283, de 17 de agosto de 1963, pelo então governador Celso Ramos (PSD), tendo fundamentalmente dois objetivos: integrar o Oeste

catarinense aos planos desenvolvimentistas de estado, e dar uma resposta a movimentos separatistas incipientes, como a criação do Estado do Iguçu.

Figura 2 - Prédio da Secretaria dos Negócios do Oeste



A construção está localizada na esquina entre da avenida Nereu Ramos com a rua Mal. Floriano Peixoto, no centro de Chapecó. Fonte: autor/ano desconhecido. Arquivo do CEOM.

Esta iniciativa por parte do estado foi tomada na esteira de outros projetos direcionados à indústria. A modernização desenvolvimentista refletiu no apoio burocrático e na concessão de créditos. A partir de 1950, foram criadas a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), o Serviço da Indústria (1952), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em 1954, além da própria Secretaria dos Negócios do Oeste em 1963. Estes setores beneficiaram diretamente as elites chapecoenses que há pouco tempo haviam investido em frigoríficos como diversificação econômica pós-ciclo da madeira e pós-linchamento.

A Fiesc colaborou com o plano estatal por meio da realização do Seminário Socioeconômico (1959-1960), que serviu para oferecer um parâmetro aos líderes empresariais sobre as demandas de diversos representantes da sociedade. De acordo com Evaldo Cassol:

Durante dois meses são distribuídos 3.000 questionários a lideranças em geral, como comerciantes, profissionais liberais, agricultores, vereadores, prefeitos, industriais, sindicatos, funcionários públicos entre outros, com intuito de alcançar todos os segmentos da vida social do Estado. [...]. Os temas elaborados e trabalhados versavam sobre: educação, energia, crédito, saúde pública, planejamento regional, indústria, turismo, carvão, transporte, mate, madeira, pesca, mão-de-obra, agricultura, integração do Oeste (CASSOL, 2007, p. 46-47).

A criação da SNO contou com o economista Alcides Abreu (que também viria a colaborar no Projeto Chapecoense de Desenvolvimento quase uma década mais tarde) e com o apoio das elites políticas locais.

Figura 3 - Solenidade de nomeação de Plínio Arlindo de Nês para o cargo de secretário da SNO em 1971, ocorrida em Florianópolis (SC)



Plínio A. de Nês está assinando. Ao seu lado, o ex-secretário Serafim Enoss Bertaso. Fonte: autor desconhecido. Arquivo do CEOM.

Em Chapecó, os planos que almejavam um município “moderno”, destinado a ser a “capital do Oeste”, já ocorriam desde a década de 1930 com o colonizador Ernesto Bertaso, pai de Serafim E. Bertaso. A elaboração do mapa urbano do município, em 1931, já era um indicativo desta vontade (PETROLLI, apud SILVA; HASS, p. 346). Entretanto, foi a partir da década de 1950 que a conjuntura nacional e estadual permitiu seu estabelecimento.

As ideias desenvolvimentistas, ligadas aos planejamentos econômicos do estado, eram reverberadas por veículos de mídia local. Neste estudo, trabalhamos com o semanário *Folha d'Oeste* e a revista *Celeiro Catarinense* como representantes na imprensa e veiculadores do ideário das lideranças políticas locais. Entre estes, o político-empresário de maior relevância no período foi Plínio Arlindo de Nês, pois esteve no centro da política local comandando a SNO e liderando a Arena ao lado de Serafim E. Bertaso. Nosso argumento visa articular as narrativas deste com a narrativa dos veículos de comunicação que representavam sua ideologia voltada ao progresso e ao desenvolvimentismo.

A modernização conservadora, ligada ao desenvolvimentismo, se referencia pela concordância do empresariado catarinense com a deterioração dos termos de troca preconizados



pela Cepal, porém, sem preocupação com “ajustes sociais” capitaneados pelo estado e tidos como necessários na teoria de Raul Prebisch. De acordo com Goularti Filho (2001, p. 11):

Os desenvolvimentistas catarinenses eram conservadores por que não analisavam criticamente as questões sociais, a concentração fundiária e o mando e desmando das oligarquias catarinenses (inclusive aliavam-se a elas). Além disso, faziam uma leitura um pouco diferenciada da CEPAL, transportavam a análise cepalina, utilizada para entender a deterioração das relações de trocas entre nações, para compreender o atraso da economia catarinense.

O modelo de desenvolvimento empregado em Santa Catarina beneficiou amplamente os empresários do estado e gerou, por outro lado, contradições econômicas que relegaram milhares de famílias à pobreza e à insegurança. Para Ido Luiz Michels (1993, p. 203-204), “o suposto ‘modelo catarinense’ é, na verdade, mais uma peça de marketing, uma ideologia desenvolvida pela burguesia catarinense, para falsear uma realidade econômica excludente”. Essa concepção de “ideologia” para Michels (embasado em Antonio Gramsci), se aproxima em partes ao que entendemos nesse estudo como “cultura política”.

Os empresários, portanto, não abriram mão do auxílio público ou participação direta nas gestões políticas para a promoção de seus empreendimentos econômicos. O crédito do estado foi essencial para o êxito do modelo de desenvolvimento da elite empresarial, sendo, aliás, elemento reconhecido na teoria de Joseph Schumpeter (1997, p. 79):

A ênfase sobre o significado do crédito se encontra em todo livro de texto. Nem mesmo a ortodoxia mais conservadora dos teóricos pode negar que a estrutura da indústria moderna não poderia ter sido erigida sem ele, que ele torna o indivíduo até certo ponto independente dos bens herdados, que o talento na vida econômica “cavalga sobre suas dívidas, em direção ao sucesso”. Nem é para ofender ninguém a conexão estabelecida aqui entre o crédito e a realização de inovações.

No caso de nosso estudo, Plínio Arlindo de Nês não foi apenas beneficiário das políticas de crédito fornecidas pelo governo de Santa Catarina, como foi, ele mesmo, agente do estado com a função de administrar recursos para a região Oeste na qualidade de secretário e, mais tarde, como presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc).

### 3.3 AS ELITES POLÍTICAS E O DESENVOLVIMENTISMO EM CHAPECÓ

Observa-se que as edições da *Folha d'Oeste* ao longo do período dão indícios de uma preocupação em chamar a atenção do estado para o “abandono” vivido pela região Oeste. Diversas matérias anteriores à criação da SNO tinham este cunho. Quando ganhou força, em 1967, o movimento pela criação do Estado do Iguaçu (ocupando a mesma área do extinto Território Federal do Iguaçu que vigorou entre 1943 e 1946 como iniciativa do governo de

Getúlio Vargas para assegurar a posse brasileira de áreas de fronteira), o semanário tratou do assunto com interesse e cedeu espaço em diversas edições para representantes deste movimento. Percebe-se que não há uma defesa explícita da redação: a cobertura se limitava a dar voz a representantes do separatismo. Por outro lado, também havia cautela, pois, dois fatores provavelmente influenciavam a narrativa do semanário: a falta de apoio do grupo político de Serafim E. Bertaso e Plínio A. de Nês, e a vigilância constante dos órgãos de repressão (principalmente do Departamento de Ordem Política e Social – Dops).

A falta de apoio dos representantes da SNO é clara, pois estavam absolutamente alinhados com o projeto político e econômico do estado de Santa Catarina, e arriscar sua hegemonia regional numa “aventura” de criação de um novo estado não era interessante, sobretudo considerando que algumas lideranças catarinenses interessadas na separação eram membros do MDB. Em 1969, quando lideranças do movimento pela criação do estado do Iguaçu já estavam sendo perseguidas pela ditadura civil-militar, Plínio A. de Nês afirmou ao semanário que “o Oeste já não toma mais conhecimento da ideia de criação do Estado do Iguaçu, nem mais se sensibiliza com qualquer iniciativa separatista, como muitos desejavam, porque o atendimento à região por parte do Governo Federal e do Estado tem sido o melhor possível” (n. 219, 18 out. 1969).

Na *Folha d'Oeste*, como representante ou “porta-voz” da narrativa das elites, observamos que ao passado é reservada a trajetória das famílias de migrantes sul-rio-grandenses e o pioneirismo dos desbravadores que “civilizaram” a região. Era o espírito de trabalho e conquista da natureza realizada por estas pessoas que se renunciava e se orientava o progresso.

O passado ligado ao extrativismo, à agricultura de subsistência dos caboclos, aos indígenas e ao linchamento de 1950, foi posto de lado. Ou seja, o espaço de experiência é encolhido em sua abrangência e alterado em seu significado. O futuro preconizado excedia o progresso meramente técnico, apontando para uma autêntica aceleração da história ao afirmar, em dezembro de 1967 (n. 126, 02 dez. 1967), que Chapecó alcançaria 300 mil habitantes em 22 anos (marca não alcançada até 2021, 54 anos depois).

Em Chapecó, a extração de madeira – que era carro-chefe da economia local – entrou em crise e colapsou no início dos anos 1950 juntamente com a ocorrência do episódio traumático do linchamento<sup>15</sup>, provocando dúvidas em relação ao futuro produtivo da cidade. Sem perspectivas de continuidade e desenvolvimento da velha economia, as elites locais

---

<sup>15</sup> Sobre o linchamento, ver estudo de Monica Hass (2007).

apostaram na agroindústria e aí renovaram suas expectativas em relação ao futuro, sobretudo ao ingresso significativo na pauta produtiva do estado de Santa Catarina. O passado, portanto, se resumia a iniciativa dos colonizadores a partir da fundação do município e de comerciantes sul-rio-grandenses que ascenderam a partir da década de 1950. Esta crise da economia local possui também um caráter temporal manifestado no choque entre a experiência (dentro dos cerca de 30 anos de predomínio do ciclo da madeira) e a expectativa (o futuro proveniente da renovação econômica local).

As mudanças na paisagem da região – muitas delas percebidas de forma brusca, como infraestruturas em geral – e a instalação de empresas no município, atraindo mais pessoas para o local, passavam uma impressão de crescimento vertiginoso. As novidades de fora apareciam com maior frequência, dando aos moradores um sentimento de aceleração para uma região que só foi organizada como município no início do século XX, em 1917. Nesta perspectiva, de acordo com Koselleck, “já não é o fim que aproxima com mais rapidez; são os progressos atuais que, comparadas com o lento progresso dos séculos passados, passam a ser cada vez mais rápidos” (KOSELLECK, 2014, p. 160).

Esta interpretação da transformação da paisagem e presença do estado na região – provocando uma experiência de aceleração – foi traduzida pelo semanário *Folha d'Oeste* como culto à personalidade de Plínio Arlindo de Nês. Por ocasião da data em que o político-empresário completava um ano à frente da SNO, no mês de julho de 1970, o periódico trouxe um editorial que descrevia o secretário arenista da seguinte maneira:

Trancafiado dentro de sua modéstia, Plínio quase que dificulta o trabalho da imprensa na cobertura de realizações que são do Governo do Estado, levam o selo de Ivo Silveira, mas são e com muita honra, realizadas, graças ao dinamismo; a coragem, a visão de Plínio de Nês. O volume de obras que estão sob sua batuta, dariam para superlotar e engasgar umas três secretarias de Estado.

Mas, Plínio de Nês, resolute desbravador de sertões, acostumado a ouvir o gemido da árvore que cai, abrindo clareira para o homem que avança o progresso, um cavaleiro de muitas honras que traz no rosto as marcas de seu tempo e na palma da mão os calos profundos do pioneirismo cascudo; Plínio de Nês que montou indústrias, pagou escolas públicas de seu bolso, abriu estradas ao lado dos operários, de pá, enxada e machado, viu o Oeste bravio dos primeiros albores da civilização; Ele que reúne e enfeixa a imagem perfeita do homem que acreditou nisto aqui, quando isto era sertão, ele sabia, como sabe que o Oeste cresce em ritmo de 24% ao ano. Sabia, como sabe, que aqui no Oeste o Brasil-Grande anda 300% mais rápido que outras regiões brasileiras.

Plínio amoldou sua administração naquilo que ele conhece [...] e disso resultou a agressão progressiva sobre os males do Oeste [...].

São estradas, pontes, telefones, escolas, hospitais, praças esportivas, canais de televisão, redes elétricas, enfim fazendo para o Oeste, aquilo que o Oeste nunca teve [...].

Está acesa a tocha do progresso: chegou o momento do Oeste (n. 253, 04 jul. 1970).

A citação, em se tratando de um editorial, afirma o compromisso do periódico com as elites, sobretudo àquelas ligadas a Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês. Não há projeto divergente. A abordagem política da *Folha d'Oeste* pode ser resumida por meio do culto à personalidade e a atribuição da formação material da cidade a estas poucas lideranças. A benesse, o assistencialismo e a doação em nome da população apontam para uma relação sociopolítica específica entre meados dos anos 1950 e meados dos anos 1980.

Fica evidente, também, a experiência de aceleração que se estaria provocando na região Oeste. Se antes da SNO haveria atraso e abandono – e o crescimento de Chapecó era atribuído a iniciativa das elites que “abriram clareiras para o homem que avança o progresso” e a civilização, “apesar de tudo” –, no governo estadual de Ivo Silveira e na ditadura civil-militar em âmbito federal, se estaria experimentando a “redenção” e se demonstrando, através das taxas de crescimento, que o Oeste era local que mais crescia no Brasil. Observa-se, portanto, o culto ao progresso, a aceleração e o horizonte de expectativas dilatado neste contexto.

No livro *Vida Empresarial*, acessamos uma palestra proferida por Plínio Arlindo de Nês em 17 de setembro de 1991. Na exposição, ele falou da trajetória empresarial e política para um público que, de acordo com as falas transcritas, era composto por muitos jovens. O programa, assim, visava passar a experiência de empresários mais antigos do município.

A narração de sua própria trajetória destacou o trabalho desde os sete anos de idade em pequenas funções, as dificuldades e a nostalgia de “outro tempo”, ainda em seu município de origem, Encantado (RS). Ressaltou seu “tino empresarial” desde criança até sua atuação como madeireiro. Quando se referiu à instalação da Saic em Chapecó, Plínio Arlindo de Nês admitiu que a iniciativa surgiu como reação ao linchamento “dos irmãos Lima” (ignorando os outros dois assassinados, Romano Ruani e Ivo de Oliveira), julgando a situação da seguinte forma:

Por que houve essa vontade de instalar um frigorífico? Porque um fato acontecido, que muita gente sabe, mas os mais novos talvez não saibam, do linchamento aqui em Chapecó dos irmãos Lima, que incendiavam num lugar para roubar no outro. E era tanto boa gente que a mulher de um apareceu enforcada, porque ele era amante da sogra. No Clube Chapecoense ele era ecônomo. [...]. Com isso, muita gente quis sair de Chapecó, da região, ficaram com medo. Precisavam fazer alguma coisa para mostrar às lideranças que precisavam fazer, para ter fé que isso seria **uma nova civilização em Santa Catarina**, e se inventou o frigorífico (VIDA EMPRESARIAL, 1997, p. 170. Grifos meus).

Desde esta perspectiva, a agroindústria nasceu em Chapecó como vontade de superação do passado violento, como encolhimento e supressão do espaço de experiência, em nome do futuro de possibilidades e crescimento, se constituindo no progresso e na aceleração que se delineou em torno do horizonte de expectativas. O linchamento, do modo como apresenta o

recorte acima, se constituiu como uma reação popular contra aqueles que não eram considerados “boa gente”, em vez de significar um crime, no mínimo, desproporcional praticado com violência e brutalidade.

O contexto no qual a dinâmica produtiva de Chapecó foi alterada está, portanto, diretamente ligada ao linchamento e ao esgotamento progressivo da economia extrativista. O perfil empresarial de então pode ser compreendido nos termos de Schumpeter, afirmando que “quando aparecem mudanças espontâneas e descontínuas no gosto dos consumidores, trata-se de uma questão de súbita mudança dos dados, a qual o homem de negócios deve enfrentar, por isso é possivelmente um motivo ou uma oportunidade para adaptações de seu comportamento” (SCHUMPETER, 1997, p. 75). A principal mudança nesse período foi sentida nos negócios da família Bertaso, que viu a comercialização de lotes no município decair após o linchamento.

O desenvolvimento, para Schumpeter, é definido “pela realização de novas combinações”, e o ator responsável por esta realização é o “empreendedor”. Na sua teoria, portanto, a iniciativa de transformação socioeconômica é centrada no indivíduo. Essa concepção foi empregada em estudos sobre o empresariado na formação econômica de Santa Catarina por Alcides Goularti Filho (2001, p. 13) e no perfil do empresariado teuto-brasileiro no Vale do Itajaí por João Klug (1997, p. 45). Essa “cultura” do empreendedor catarinense também é identificada no caso de Plínio Arlindo de Nês em Chapecó.

Percebemos, pelas narrativas de empresários “tradicionais” no início dos anos 1990 e registradas no livro *Vida Empresarial*, que ocorria um choque geracional entre as elites locais. Enquanto os empresários mais velhos, que atuaram entre 1950 e 1980 eram provenientes do interior – começando “de baixo” – e ressaltavam o trabalho duro desde engraxate a motorista de ônibus antes de se tornar um empresário “de sucesso” (em boa parte das vezes, sem formação acadêmica) – os empresários mais jovens procuravam por capital cultural (estudos acadêmicos) antes de se aventurarem na abertura de novas empresas.

Nos questionamentos da Acic é frequente a preocupação com essa nova geração de empresários que já tinha vida familiar mais estável e procurava o sucesso profissional a partir da universidade. Esse fenômeno é resultado, também, da reestruturação do mundo do trabalho com a ascensão de políticas neoliberais que ganharam força nos anos 1980, sobretudo quando a economia brasileira já não possuía mais poder de barganha com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e foi forçada a seguir seus ditames (resultado do desenvolvimentismo praticado pelos militares durante a ditadura).

Para Plínio Arlindo de Nês, a política mesma havia sido transformada “para pior”, pois o político do passado era um abnegado que trabalhava sem tirar proveito para si mesmo (embora sua trajetória contradiga isso). Antes da redemocratização, segundo o mesmo, o empresário era mais livre, pois no presente (em 1991) ele estaria “mais acuado por leis, pela Justiça do Trabalho, pela sabotagem, pelas greves” (VIDA EMPRESARIAL, 1997, p. 191).

Figura 4 - Visita de Ernesto Geisel a Chapecó em 1974



Foto registrada no centro do município. Fonte: autor desconhecido. Arquivo do CEOM.

O alinhamento do político-empresário com a ditadura civil-militar era manifesta em sua narrativa, tanto no semanário *Folha d'Oeste* – notável em suas notas de capa por ocasião de alguma comemoração relativa à nação – quanto em seu depoimento para o *Vida Empresarial*. Há manifestação de dívida com o ex-ministro da ditadura, Mario Andreazza, além do economista responsável pela idealização da SNO e, posteriormente, pelo Projeto Catarinense e Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, Alcides de Abreu.

Esta lógica política, ao ser manifesta em narrativas das elites sobre seu passado e em projetos de futuro constituía-se, na relação com a população, e a partir da recepção e reprodução de práticas sociais compartilhadas pela sociedade, em uma cultura política. Tal lógica

desenvolvimentista e “semidemocrática” – no sentido atribuído por Avritzer (1995) – deu consistência a comportamentos políticos que pressupunham a mobilização de aspectos culturais em favor de uma racionalidade política. Tal cultura política assim configurada aparece em formas diversas, como quando o político-empresário defende a política e um *modus operandi* empresarial que evocava práticas passadas como base para a projeção futura do progresso da cidade estando certo que tais valores e práticas eram reconhecidos e legitimados por boa parte da sociedade. São manifestas nessa narrativa relações de poder que se hegemonomizam na forma de uma cultura política que predominou na região, pautada em valores que não se apresentavam como unicamente das elites: mitos ligados ao pioneirismo, o progresso, a conquista individual, o trabalho e o esforço. Faz parte desta cultura política a construção de uma imagem politicamente orientada e invertida a respeito de grande parte da população: indígenas, “brasileiros”, “colonos” que “fraquejaram”, “sem-terra”, entre outros, considerados incapazes de participar da comunidade política. Daí que se trate de uma imagem de uma pretensa “democracia” em que a maior parte da população não deve atuar.

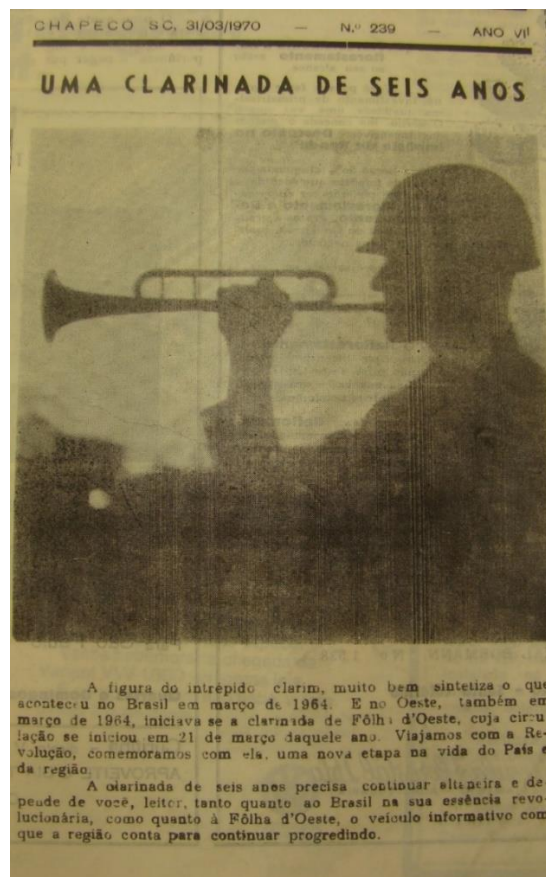
Na “democracia” dos políticos-empresários, não cabem disputas em torno de projetos coletivos. Ao refletir sobre sua própria trajetória como modelo político ideal, Plínio A. de Nês demonstra que a atuação política desejável é aquela que favoreceu seu enriquecimento, mesmo quando submeteu seu nome a pleitos eleitorais e assumiu os cargos de vereador e prefeito. O crescimento de sua influência política e seu poder econômico durante a ditadura – e enquanto vigoraram os planejamentos econômicos desenvolvimentistas em âmbito federal e estadual – não dependia do exercício democrático. Sua presença em cargos importantes como o de secretário da SNO (entre 1969 e 1975) e de presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (entre 1976 e 1979) renderam-lhe frutos, inclusive nos negócios que mantinha, devido à manutenção de contatos com políticos, associações de classe e clubes de serviço que reforçavam seu capital social e que compartilhavam da mesma cultura política.

A preocupação do político-empresário no contexto em que proferiu a palestra foi o desinteresse que os empresários de então estavam tendo com a política. Para ele, a falta de empresários na vida política permitiu que a Constituição de 1988 concedesse muitos direitos para o cidadão, e um dos pontos questionados pelo mesmo foi o direito de greve dos trabalhadores. E continuou afirmando que, em 1964, “era uma questão de cair para uma democracia com socialismo intransigente e ditador” (ACIC, 1997, p. 187). Ignora-se o que empresário entendia por “democracia com socialismo intransigente”, mas fica demonstrado que sua lógica de exercício político passava longe da democracia com participação popular. E que,

mesmo assim, ao ter sido eleito para cargos públicos e obtido repercussão e influência junto à sociedade, tais valores eram compartilhados por setores mais amplos da população, no que se pode esboçar a configuração de uma cultura política que se expressava em partidos, associações, entidades assistenciais, rituais públicos e outras formas organizadas de engajamento.

A conformidade da *Folha d'Oeste* e das elites com a ditadura civil-militar foi demonstrada em seus posicionamentos anticomunistas, desenvolvimentistas e elogiosos ao regime, que acompanharam o veículo de comunicação praticamente desde sua fundação, ocorrida dez dias antes do golpe de 31 de março de 1964.

Figura 5 – Recorte do semanário *Folha do Oeste*



Fonte: FOLHA D'OESTE, n. 239, 31 mar. 1970, capa.

No recorte acima, observamos o apoio ao regime ditatorial por ocasião de seu sexto aniversário. Ao lado deste *clipping*, uma mensagem de Plínio Arlindo de Nês destacava seu compromisso e lealdade aos militares. Aos opositores da ditadura, reservou-se o perfil “imaturo” e “desvirtuado” de quem “esquece a existência de Deus” e que os “filmes e literatura



influencionista da juventude, atuam como início da motivação de nossos jovens a ingressarem na ideologia e na prática de atividades subversivas” (n. 260, 22 ago. 1970, p. 3).

O progresso e o desenvolvimento, andando lado a lado com o governo ditatorial e repressor, eram propagandeados pelo semanário *Folha d'Oeste* como uma unanimidade e um caminho inexorável, determinado por um horizonte de expectativas fixado no progresso técnico e na bonança (e caridade assistencialista) das elites locais. Seu compromisso político poderia ter uma parcela de cautela em um momento de repressão e vigilância constante da ditadura civil-militar, porém, o semanário colheu frutos desta parceria ao não sofrer “empastelamento”<sup>16</sup> e manter-se recebendo o prestígio e o apoio de políticos diretamente ligados com o governo.

Se no período democrático pré-1964 as elites se encontravam em processo de estabelecimento do ideário de progresso materializado nas agroindústrias, o golpe militar e a ditadura subsequente vieram a aprofundar e consolidar seu projeto através da ocupação mais efetiva de cargos públicos e acesso facilitado ao crédito e aos mecanismos do estado de Santa Catarina. Ou seja, a ditadura civil-militar não foi um problema para as elites, mas antes uma facilitadora do projeto econômico local. Os principais representantes no município – por suas trajetórias e contatos na política –, portanto, foram Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês.

Para as elites locais, não houve necessidade de defender ou se ajustar a programas democráticos. Pelo contrário, em sessão extraordinária de abril de 1964 o golpe foi aceito tranquilamente pela Câmara de Vereadores de Chapecó em nome do anticomunismo. Sadi de Marco (PTB) foi o único vereador crítico na ocasião. Desse modo, reafirma-se que as elites locais de Chapecó possuem uma cultura política “semidemocrática”, além de desenvolvimentista.

Na falta de um exercício pleno de democracia para além das instituições, este regime político encontra sérios limites e resistências. Em nome da eficiência das políticas econômicas e da modernização, as ditaduras da América Latina lograram convencer parte da população através de seu sucesso no crescimento. Conforme Avritzer:

Na maior parte de nossas experiências autoritárias, a própria ideia de modernização constituiu uma base alternativa para a legitimação. Não é por acaso que, no momento em que países da América Latina voltam a crescer economicamente, a modernização volta a ser a grande estrela do imaginário político da região. Mais uma vez, modernização e democracia parecem estarem conflito, o que constituiria mais uma

---

<sup>16</sup> O “empastelamento” consiste em uma intervenção violenta nos locais de impressão ou distribuição de jornais visando o silenciamento dos mesmos.

indicação da incompletude do processo de democratização em países como o Brasil. (AVRITZER, 1995, p. 11).

O apoio das elites locais a regimes antidemocráticos seria minimizado pelo sucesso econômico e execução de um plano de desenvolvimento. As obras construídas, a captação de recurso e facilidades para as empresas legitimavam o regime, não havendo necessidade de defender uma política democrática. A família Bertaso foi beneficiada desde o primeiro governo de Getúlio Vargas quando o patriarca Ernesto Bertaso ocupava o poder local.

Em setembro de 1968, por ocasião do cinquentenário da Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, o semanário *Folha d'Oeste* prestou homenagens ao empresário que “enraigou” [sic] a civilização, “desbravando uma região que estava entregue aos indígenas, esquecida, inclusive, das limitações internacionais” (n. 166, 21 set. 1968). O triunfo da “civilização” sob a “barbárie” dos indígenas, propagandeado sem meias palavras pelo periódico, atestam outra vez o compromisso das elites e seus representantes midiáticos com a superação do passado (ou, no mínimo, com a ressignificação do espaço de experiência em favor do pioneirismo empresarial) e estabelecimento da força local no trabalho dos coronéis e políticos-empresários.

Figura 6 – Vista parcial do centro de Chapecó na década de 1960



Fonte: foto de Victorino Zolet.

Além disso, a formação de uma elite burocrática no país como uma das metas do desenvolvimentismo (por meio do Iseb), refletiu também na tendência das elites políticas de Chapecó em buscar formação acadêmica. É o caso do grupo que denominamos de “bacharéis” em estudo anterior (SIQUEIRA, 2016). Esta característica tomou forma a partir de meados dos anos 1950, quando muitos políticos ligados ao PSD, UDN e PTB ascenderam na condição de

portadores de algum diploma de curso superior. Seria uma tendência que suplantaria a classe política mais “tradicional” que cultivava sua popularidade nas relações comerciais e pessoais.

Entre os anos de 1950 e 1980, os advogados José de Miranda Ramos, João Valvite Paganella e Elgydio Lunardi – todos com passagem pela política local – viriam a ocupar cargos no Poder Judiciário catarinense<sup>17</sup>. Para outros bacharéis, o acesso a cargos públicos também ocorreu, embora não necessariamente na área do Direito. Desse modo, as elites portadoras de um diploma neste contexto se encontravam em franca ascensão.

O porte de um diploma de ensino superior não garantia, necessariamente, o ingresso no círculo político das lideranças locais. Entretanto, possuir um diploma (capital cultural) era um elemento que auxiliava no trânsito destas pessoas por cargos públicos e espaços de sociabilidade de políticos influentes. O diploma, aliado a boas relações cultivadas com a elite e políticos da ditadura civil-militar, podia render uma boa carreira a quem o portasse.

Na esteira da modernização do Estado sob referencial desenvolvimentista, criou-se a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), fundada com a finalidade formar “elites civis” para o comando técnico dos estados durante a ditadura civil-militar. Entre os requisitos para ingressar na Adesg, os candidatos deveriam ter curso superior e ligação com a área empresarial, industrial ou acadêmica (SILVA, 2011, p. 4). Foi o caso, em Chapecó, de João Cândido Linhares (membro da Arena, advogado e funcionário do Banco do Brasil) e do empresário do setor de transporte público, João Scopel. Foi através dos estudos realizados com colaboração da Adesg que a Arena de Chapecó venceu sua primeira eleição em 1972, graças ao Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, que deu a vitória ao engenheiro Altair Wagner.

Naquele momento, a “modernização” do estado era uma realidade. As elites chapecoenses não cogitaram, em nenhum momento, mudar o rumo das coisas. Mesmo sofrendo reveses do ponto de vista eleitoral, as elites aglutinadas no Partido Social Democrático (PSD) e na União Democrática Nacional (UDN) – e Aliança Renovadora Nacional (Arena) pós-1965 – não tiveram necessidade de formar um bloco de oposição econômico no município enquanto a prefeitura estava concentrada nas mãos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O ideário de progresso relacionado à agroindústria

---

<sup>17</sup> Para três políticos, João Valvite Paganella, Elgydio Lunardi e José de Miranda Ramos, o curso de Direito viabilizou a posse de cargos no Judiciário catarinense, tais como o de adjunto de promotor público da Comarca de Chapecó (1966-1967) e procurador fiscal do Estado (1982-1983), no caso de Paganella; membro da Assembleia Constituinte Estadual de 1967 e procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (1974), no caso de Elgydio Lunardi; e promotor público (1943-1947) e procurador da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (1959-1977), no caso de Ramos (SIQUEIRA, 2016, p. 102).

era um consenso para elites, e este projeto “homogêneo” (e hegemônico) era propagandeado nos veículos de mídia, tais como o jornal *Folha d’Oeste* e a revista *Celeiro Catarinense*.

O culto da *Folha d’Oeste* a determinados políticos denota seu comprometimento com a aplicação do projeto desenvolvimentista das elites locais. A narrativa é centrada em uma noção de unanimidade em torno de suas ações. Quando Serafim E. Bertaso deixou a SNO, o semanário informou da seguinte maneira: “A notícia vem repercutindo, pois toda a população do Oeste Catarinense devota especial carinho, amizade e confiança no homem que empunhou a bandeira da redenção desta área, anteriormente abandonada pelos poderes públicos” (n. 202, 14 jun. 1969).

O projeto centrado no desenvolvimentismo e na noção de progresso em Chapecó apresenta duas frentes: por um lado, a situação nacional e estadual orientada por este modelo que encontrou eco nas elites locais, buscando se integrar e renovar-se em sua hegemonia; e por outro, o “evento-chave” que levou as elites a esta reorientação praticamente imediata, que foi o linchamento de 1950. De acordo com Claiton Marcio da Silva e Monica Hass:

Mesmo que os grupos hegemônicos insistam que a história de Chapecó e região seja análoga à ideia de progresso, e isto não represente uma singularidade, argumentamos que o reforço de tal ideário aconteceu justamente por determinadas situações sociais, políticas e econômicas, cujo evento central se encontra no linchamento de 1950 (SILVA; HASS, 2017, p. 349).

Para os mesmos autores, a criação da Secretaria dos Negócios do Oeste foi fundamental para o estabelecimento da hegemonia do progresso entre as elites e o silenciamento de vozes dissonantes (SILVA; HASS, 2017, p. 361). O semanário *Folha d’Oeste*, por sua vez, atuou como propagador deste ideal, fazendo diversas alusões às iniciativas tomadas nesta direção e exaltando seus representantes.

O mérito do progresso e do desenvolvimento se reservava, portanto, aos políticos-empresários de boa vontade e “abnegados homens públicos”. O avanço técnico-científico só foi possível, sob a ótica da publicação, graças ao esforço destes políticos que buscaram no governo do estado de Santa Catarina os recursos necessários – e, muitas vezes, “negado” – para a instalação de tecnologias como a televisão, o telefone, a energia elétrica e etc. Por outro lado, quando o assunto era a pobreza do município, a resolução dependia de toda população chapecoense e não da mesma vontade e iniciativa de homens públicos detentores de cargos na política.

Para compreender melhor o desenvolvimentismo em Chapecó, é preciso mencionar a festa do cinquentenário (que resultou na primeira Efapi). Pelo menos três estudos já foram

publicados sobre o assunto (BEN, 2005; SILVA e HASS, 2017; SIQUEIRA, 2017). Portanto, não nos alongaremos nesse tema e trataremos apenas de aspectos específicos que nos auxiliam na compreensão deste estudo.

A Sociedade Amigos de Chapecó (SAC)<sup>18</sup>, responsável pela organização e realização da primeira Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (Efapi)<sup>19</sup> por ocasião da comemoração do cinquentenário do município em 1967. Na festa dos cinquenta anos, amplamente coberta pelas páginas da *Folha d'Oeste*, o objetivo era atrair mais capital e atenção para Chapecó em um momento de paulatino crescimento da agroindústria, nascida de um movimento de Serafim Enoss Bertaso com a instalação do frigorífico Sociedade Avícola Indústria e Comércio (Saic) em 1952<sup>20</sup>.

Na edição especial da *Folha d'Oeste* sobre o cinquentenário, o passado do município resumiu-se à chegada dos migrantes sul-rio-grandenses e suas ações em favor da “civilização” da região, relegando aos indígenas e caboclos um papel coadjuvante e de menor expressão, de qualquer forma condenados ao desaparecimento por efeito do progresso. O evento do cinquentenário procurou demonstrar para o estado e para a região da Fronteira Sul um município “repaginado”. A imagem do local como violento (por ocasião do linchamento de 1950 e outros episódios corriqueiros de violência) e estagnado na economia baseada no extrativismo deveria ser superada em favor de um município desenvolvimentista, moderno e com sua economia voltada à agroindústria. Este projeto visou tornar hegemônicos os valores da elite local por meio do periódico.

Em 1967, a *Folha d'Oeste* propagandeou a necessidade imperativa da modernização que transparecia um horizonte de expectativas dilatado e um espaço de experiência encolhido e ressignificado. Os jornalistas tornavam evidente a crença no futuro e uma espécie de esquecimento proposital de parte do passado do município, sobretudo das populações mais vulneráveis economicamente, ou seja, os indígenas e os caboclos. Além, é claro, do esquecimento daqueles envolvidos no linchamento – entre os quais havia membros da elite local – conforme atesta Hass (2007).

---

<sup>18</sup> A SAC foi fundada em 1966 por iniciativa do Rotary Clube. O objetivo era organizar a programação para o cinquentenário do município em 1967, porém, seguiu atuando nos anos seguintes. A SAC foi composta de diversas lideranças locais, atreladas ao empresariado e a diversos partidos políticos, além do próprio diretor da *Folha d'Oeste*.

<sup>19</sup> Esta feira ocorreu por iniciativa de membros da elite política e econômica local como modo de promover o agronegócio e divulgar o projeto desenvolvimentista do município.

<sup>20</sup> Outro frigorífico, o Marafon, já existia neste momento. Porém, a SAIC ganhou maiores proporções e provocou maior impacto a longo prazo.

Observamos em estudo anterior (SIQUEIRA, 2017) que as comemorações do cinquentenário de Chapecó estampadas na *Folha d'Oeste* apontavam para um horizonte de expectativas dilatado em detrimento do espaço de experiência, ou seja, o futuro tinha mais espaço para as narrativas do que o passado do município e da região. O passado, encolhido, referia-se quase que exclusivamente aos colonizadores e empresários que “civilizaram” o local, relegando ao esquecimento as populações caboclas e indígenas que habitavam a região.

A narrativa da *Folha d'Oeste* foi pautada pela “aceleração da história” e a dilatação do horizonte de expectativas. Como aponta Koselleck (2006), a aceleração deriva da abreviação do tempo das expectativas e estas expectativas são fixadas como metas que podem ser sempre invocadas, ou seja, o periódico descrevia Chapecó e a região Oeste catarinense como um lugar promissor (de terras produtivas, de pessoas trabalhadoras; enfim, como possuidora de todos os elementos necessários para um “salto capitalista”), transparecendo a intenção de promover a cidade para o futuro e invocando constantemente o objetivo do progresso. Enquanto nas metrópoles brasileiras já se vivia a modernização desenvolvimentista trazida pelas novas indústrias e pela expansão da oferta de bens de consumo, a cidade de Chapecó parecia “atrasada”. A editoria do semanário referia-se ao presente como um “quase lá”, apontando para o progresso, como quem busca “acelerar” a história local rumo ao futuro.

O passado do município teve pouco espaço na edição especial. Com exceção de pequenos textos, predominaram naquelas páginas a trajetória do empresariado local, o balanço das finanças da indústria, publicidades variadas e o enaltecimento das obras do então prefeito Sadi De Marco (cujá gestão havia iniciado em 1965) e da Secretaria dos Negócios do Oeste, além da propaganda direcionada à captação de recursos e investimentos. O espaço de experiência, encolhido, foi reservado ao comércio e às elites política e econômica de Chapecó, impondo um silêncio em torno das populações caboclas e indígenas. O horizonte de expectativa, dilatado, prognosticava um futuro de progresso e prosperidade para o município (SIQUEIRA, 2017, p. 102).

Os trabalhos da SAC, entretanto, não se restringiram aos festejos do cinquentenário de Chapecó. A organização reuniu em torno de si várias lideranças empresariais e políticas para intervir na gestão pública, realizando debates com associações de classe, clubes de serviço e outros espaços de sociabilidade para apresentar propostas ao município.

Em 1969, a SAC discutiu o desenvolvimento industrial de Chapecó. Os grupos sociais envolvidos se resumiam a autoridades políticas e representantes de associações de classe, como

Francisco Norberto Bohner (radialista), Sadi José de Marco (prefeito eleito pelo PTB e sem partido na ocasião), Rodolfo Mauricio Hirsch (presidente da Câmara de Vereadores pela Arena e genro de Serafim E. Bertaso), Altair Wagner (engenheiro e membro da Arena, que viria a ser eleito prefeito em 1972) e o próprio diretor da *Folha d'Oeste*, Homero Milton Franco.

Segundo o semanário, “todos os membros foram unânimes” no estabelecimento de um plano “elaborado por técnicos de gabarito, com o qual a política desenvolvimentista de Chapecó, reunirá condições indispensáveis ao crescimento regional” (n. 191, 29 mar. 1969). Estas medidas vieram acompanhadas de cobranças ao governo do estado de Santa Catarina por maiores “incentivos fiscais”, que não demorariam a aparecer na esteira da política desenvolvimentista federal e estadual.

Meses mais tarde, a SAC promoveu grupos de trabalho defendendo a instalação de novas indústrias no município, realizou diversas reuniões para tratar do assunto e levá-lo às esferas estaduais. O periódico, por sua vez, defendia a linha de atuação da SAC fazendo alusão, inclusive, ao papado:

Com essas iniciativas, pensa a SAC enquadrar o momento chapecoense ao célebre pensamento do Papa Paulo VI, de que “desenvolvimento é o novo nome da paz”.

Sim porque, as aspirações de progresso econômico e promoção social que impulsionaram a sociedade do terceiro mundo (67% da população mundial), são válidas e só encontram resposta no crescimento sistemático que se realizará pela utilização adequada dos fatores disponíveis e mobilizáveis, eliminando-se assim, o subdesenvolvimento que é paralelo da fome, da insatisfação, da justiça social e da guerra.

O desenvolvimento não é obra do governo. Não é obra da empresa. Não é do indivíduo. É resultado da ação conjugada dos esforços das pessoas, das empresas e do governo. Santa Catarina pode e deve participar desse frenesi desenvolvimentista que acomete todo o Brasil. E como tal, o Oeste Catarinense deve estar em posição prioritária nesse cenário, pois as estatísticas provam que de quinze anos para cá, nenhuma região catarinense se desenvolveu tanto como o Oeste. Estancar este ritmo será a prática de um crime contra o progresso social e econômico dessa região.

Para tanto, o Oeste não deve ficar à espera de que o governo faça alguma coisa sozinho. Isso vai depender de uma ação conjugada do governo, das pessoas. Chapecó conseguiu a participação do governo através de incentivos fiscais; conseguiu a sensibilização dos homens para uma arrancada gigantesca em busca da industrialização e deverá conseguir com facilidade a participação das empresas, destinando os descontos dos tributos devidos ao Estado, à formação do capital das novas indústrias que surgirem (n. 219, 18 out. 1969).

Demonstra-se, portanto, que a bandeira da publicação é o projeto das elites locais. Não apenas como ode ao “progresso” em abstrato (como já está bastante claro), mas com interesses empresariais bem delineados na medida em que seu diretor, Homero Milton Franco, era então Primeiro Secretário da SAC. Defender as ações da sociedade era defender seus próprios interesses enquanto membro desta, ainda que travestidas de “bem comum” em favor do

desenvolvimentismo local – que não passava da defesa das grandes empresas e empresários locais.

Por ocasião da candidatura de João Valvite Paganella para prefeito e Valmor Lunardi para vice na legenda arenista do pleito de 1969, este chegou a propor a instalação permanente da SAC dentro do gabinete do vice-prefeito, estendendo seu alcance para diversas áreas do município. Desse modo, o poder público seria “intermediado” por esta associação composta de membros da elite (Valmor Lunardi era presidente licenciado da entidade nesta ocasião), funcionando como um “autêntico conselho de desenvolvimento” e tendo direito a verbas e funcionários próprios (n. 223, 15 nov. 1969). O periódico propagandeou a chapa como uma forma de “misturar governo e governados” para que a população tivesse a oportunidade de participar das decisões – muito embora, nas ações anteriores, a SAC tivesse tomado decisões por si própria, sem conselhos que poderíamos chamar de “populares”. A proposta de designar um secretário específico para a SAC foi apoiada pelo prefeito eleito naquela ocasião, João Destri (MDB), em reunião com os membros da sociedade (n. 234, 14 fev. 1970).

Com notícias que cobriam integralmente as reuniões realizadas pela SAC – constando na capa, frequentemente, os nomes de políticos-empresários presentes – e outros informes como eventuais viagens que estas pessoas faziam para fora de Chapecó, a *Folha d’Oeste* exerceu o papel de intermediador entre a narrativa e o projeto das elites e os leitores de Chapecó e região. Além da SAC, as associações de classe como a Acic, a CDL e sindicatos patronais, e os clubes de serviço como Rotary e Lions, ganhavam espaço com frequência em suas páginas. A notícia, sempre acompanhada da relação de nomes de “forças vivas” da cidade, tinha por objetivo reforçar a visibilidade destas pessoas – desenvolvendo seu capital social que, eventualmente, era convertido em capital político.

A “unanimidade” em torno do projeto desenvolvimentista, orientado pelo ideário de progresso, foi amplamente divulgada e defendida pelo grupo midiático da *Folha d’Oeste* e da revista *Celeiro Catarinense*, cujo diretor, Gabriel Denzen, também compunha o expediente do semanário. Em matéria sobre o então prefeito João Destri (MDB), afirmou-se o seguinte:

Numa cidade, em cujo desenvolvimento incontestemente, o povo e a administração pública constituem uma só força, o progresso será constante e seu ritmo cada vez mais acelerado. Chapecó caracteriza-se pela unânime adesão de seus habitantes em torno do grande ideal desenvolvimentista que domina as consciências da população e poderes públicos (CELEIRO CATARINENSE, n. 4, mai/jun. 1970, p. 19).

Neste período, sem oposição oficial de vulto no município, o semanário e a revista reafirmaram diversas vezes seu compromisso com as classes dominantes e com a ditadura civil-



militar, exaltando-os não apenas como força hegemônica, mas como unanimidade. Quaisquer desvios ou contratempos eram meros “desajustes”, frutos de ações de pessoas “subversivas” e/ou descomprometidas com o ideal de nação calcado no desenvolvimento e no progresso.

Figura 7 – Vista parcial do centro de Chapecó na década de 1970



Fonte: autor desconhecido. Arquivo do CEOM.

Sob a ótica do semanário, a região Oeste de Santa Catarina crescia “apesar de tudo”. Dessa forma, se haviam problemas a resolver, era por conta de entraves burocráticos ou pela fuga de recursos pagos em impostos, pois, afirmava que “nesta região, tudo é grande, tudo é forte, tudo é pelo máximo, exceto algumas providências que ainda não foram tomadas” em favor de uma região que “é um admirável celeiro de riquezas e onde o desenvolvimento social e econômico não encontram barreiras, surpreendendo aos técnicos e administradores que não conseguem acompanhar a marcha incontestante do progresso oestino” (n. 234, 14 fev. 1970).

Sadi José de Marco administrou a prefeitura de Chapecó por 1.185 dias, até ser cassado por força do Ato Institucional nº 5, acusado de formar o “Grupo dos 11” de Leonel Brizola em Chapecó.

Após a cassação de Sadi José de Marco em 1969<sup>21</sup>, a *Folha d’Oeste* lamentou brevemente a deposição do ex-prefeito, porém, dias depois, rendeu largos elogios ao seu substituto – o então presidente da Câmara Municipal de Chapecó (CMC) pela Arena –, Rodolfo Mauricio Hirsch. Após confirmação das eleições para o executivo e legislativo em 1969, a

<sup>21</sup> Sadi José de Marco administrou a prefeitura de Chapecó por 1.185 dias, até ser cassado por força do Ato Institucional nº 5, acusado de formar o “Grupo dos 11” de Leonel Brizola em Chapecó.

esperança dos redatores era de uma candidatura única entre Arena e MDB, estampando em sua capa o título “surgem os prováveis candidatos, mas o povo quer união dos partidos”. Assim, se alguns nomes já eram cogitados, a narrativa da *Folha d’Oeste* denotava que a iniciativa em favor de uma chapa única no município acontecia “sob aplausos de toda a comunidade” (n. 217, 04 out. 1969).

Porém, é necessário pontuar que, sendo a *Folha d’Oeste* um periódico que intermediava a narrativa das elites em forma de cobertura jornalística, a categoria de “povo” empregada pelo semanário não correspondia a uma constatação resultada de alguma pesquisa de opinião, mas apenas dos grupos de empresários que compartilhavam sua opinião pessoal nos círculos pelos quais passavam membros de tal classe.

A unanimidade é elemento presente ao se referir a projetos políticos para Chapecó. A inexistência de alternativas políticas, segundo os responsáveis pelo periódico, justificaria a não necessidade de disputas entre legendas. Se, como afirmamos, as oposições concretas eram marginalizadas e consideradas apenas como subversivas ou “antirrevolucionárias” (sendo este um dos motivos apontados pela ditadura para a cassação de Sadi de Marco), agora, sob o referencial legal do Ato Institucional nº 5 (AI-5), era necessária apenas uma “vontade geral” de desenvolvimentismo e progresso na região.

Isso se evidencia nas páginas publicadas e no próprio processo histórico: a coligação não aconteceu, todavia, João Destri (MDB) não deixou de fazer uma gestão consonante com o projeto desenvolvimentista das elites locais. No primeiro semestre de governo de João Destri foram negociadas as condições para a instalação da avícola Sadia em Chapecó. Segundo o registro de capa da *Folha d’Oeste*, os diretores da agroindústria escolheram o município após estudo de viabilidade técnica em 14 municípios das regiões Oeste e Vale do Rio do Peixe. Porém, o fator determinante para esta escolha, certamente, foi a garantia oferecida pelo “poder público chapecoense e demais organismos atuantes da vida econômica local” de “terreno, água abundante, energia elétrica instalada no local, incentivos fiscais municipais, [e] acesso rodoviário ao local das instalações da indústria” (n. 249, 06 jun. 1970). Desse modo, mesmo que o executivo chapecoense permanecesse nas mãos da oposição, o projeto desenvolvimentista das elites locais não sofreu alterações.

A revista *Celeiro Catarinense* reportou estes incentivos da seguinte maneira:

A Prefeitura Municipal de Chapecó, através de Lei nº 51/70 doou àquela firma [Sadia], uma área de terra com 150.000 m<sup>2</sup> nas imediações da cidade e isentou de impostos a referida firma por 5 anos; ainda comprometeu-se de efetuar a terraplanagem no local

das futuras instalações, tudo sem ônus para a SADIA e mais ainda, a Força e Luz de Chapecó S/A doou 200 KVA de força, postos no local, pelo prazo de 3 anos (CELEIRO CATARINENSE, n.4, mai/jun. 1970, p. 19).

Este incentivo da prefeitura foi considerável para a época, demonstrando o compromisso da gestão emedebista com o projeto em curso das elites. Na opinião expressada pela revista, “a ação conjunta do Poder Público e de particulares em prol da industrialização de Chapecó merece menção constante no plano desenvolvimentista da cidade”. O plano, e a unanimidade em torno do mesmo, é apresentado frequentemente pela revista *Celeiro Catarinense* e pelo semanário *Folha d’Oeste*, exaltando seus executores.

Figura 8 – Ex-prefeitos de Chapecó



Da esquerda para a direita: Plínio Arlindo de Nês, João Destri, Ledônio Migliorini e Sadi de Marco. Fonte: autor/ano desconhecido. Arquivo do CEOM.

Na revista afirmou-se que aquele período estaria representando um novo salto para o município. A melhoria e/ou modernização da estrutura pública e a atração de capitais para o município representava, para Chapecó, a “marcha célere para o futuro grandioso que lhe está reservado” (CELEIRO CATARINENSE, n.4, mai/jun. 1970, p. 20), propagandeando o município como a “Nova Chapecó [que] ascende sempre em busca de sua grandeza. [...] projetada para um futuro grandioso”. O “futuro grandioso”, citado duas vezes na matéria, é indicativo da relação constante entre progresso e futuro, evidenciando um horizonte de expectativas dilatado, por isso a “nova” Chapecó estaria nascendo e deixando uma suposta cidade “velha” para trás.

Nas páginas da *Folha d'Oeste* há uma linha de defesa incondicional da imagem de Chapecó em movimentos que se assemelham a peças publicitárias no lugar de coberturas jornalísticas. Inserir o município na classe dos demais espaços urbanos orientados pelo desenvolvimentismo acaba sendo o grande objetivo da narrativa identificada em suas páginas, a ponto de publicar textos de repúdio a qualquer manifestação do contrário.

Foi o caso de uma resposta direcionada à *Revista Veja*, de São Paulo e com ampla circulação pelo país, que publicou em suas páginas um texto relatando as dificuldades enfrentadas por advogados do interior, que estariam sofrendo com a falta de “conforto e de diversões”. O texto (que não tem autoria assinalada), demonstra particular inconformismo com a descrição de Chapecó como uma “cidade de estradas poeirentas e casas de madeira”, repudiando a “prática contra o bom nome e a beleza de Chapecó”. As linhas subsequentes tratam de levantar dados positivos:

Esta cidade, que conhecida de todos, é um poema de beleza e conforto, com suas amplas avenidas todas calçadas, ajardinadas, floridas, com seus cinco clubes recreativos, seus cinemas, boate, clube de campo, futuro country clube, com seus edifícios inteiramente de alvenaria, com as estradas de acesso à cidade, todas amplas e macadamizadas, com sua iluminação a vapor de mercúrio, telefones automáticos na cidade e com ligações para todas as mais importantes cidades da região, enfim, Chapecó, onde se constrói uma nova residência por dia e onde o índice de crescimento populacional é de 7,2% ao ano, e em cuja Comarca não se registra sequer um homicídio por ano, nunca foi e nunca será motivo de chacota e desprezo por profissionais de imprensa desonestos e irresponsáveis, mas sim, uma cidade acolhedora para onde podem afluir todos os jornalistas do Brasil e aqui sorverem da hospitalidade, do cavalheirismo do povo chapecoense, dentro do maior respeito à ordem, à tranquilidade e aos costumes (n. 181, 18 jan. 1969).

Enquanto a *Revista Veja* estaria pintando um município interiorano de parcas oportunidades, o semanário local fez um esforço para defendê-la nos moldes propagandeados pelas elites locais. Não se trataria mais de um longínquo município violento, mas, sim, de um local em pleno crescimento e desenvolvimento. Outra evidência, pois, do papel desempenhado pela *Folha d'Oeste*, ou seja, de porta-voz do projeto dos políticos-empresários locais na construção e aprofundamento do desenvolvimentismo.

Não obstante, a reação imediata do periódico à “acusação” da revista aparenta ser um recado direcionado aos grandes centros do país (mesmo que não encontrasse eco nestes lugares). Isso porque, dois meses depois, a publicação trazia um texto lamentando a falta de espaços de lazer e atividades em geral no município, onde concluía que “decididamente, o chapecoense não tem onde ir quando cessa a atividade do trabalho” (n. 187, 01 mar. 1969). Portanto, há uma linha de defesa de Chapecó quando se trata de sua imagem externa e outra quando se refere aos problemas internos.

Outras matérias reforçam o alinhamento do semanário com o projeto das elites, ao afirmar que o “desenvolvimento virá com a fundação universitária do Oeste”, relatando reuniões entre o então secretário do Oeste, Plínio Arlindo de Nês, e prefeitos da região de abrangência da secretaria para a instalação da Fundação Educacional do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste). Para o redator, a criação desta instituição era “indispensável ao desenvolvimento de nossa região, tão carente de técnicos” (n. 249, 06 jun. 1970), demonstrando a necessidade de intensificar a preparação de força de trabalho para acompanhar o ritmo de crescimento da indústria moderna e cada vez mais exigente de qualificação, característica manifesta do progresso. No texto publicado há a seguinte afirmação: “é o Oeste que desperta e se levanta em pensamento e ação, na busca dos radiosos dias do futuro que lhe estão reservados”, confiando, assim, à universidade um papel importante na consolidação do projeto socioeconômico praticado naquele período.

No campo do desenvolvimento regional, em 03 de maio de 1969 – mesma edição que informou a cassação de Sadi de Marco –, foi apresentado um plano econômico integrado entre as prefeituras membros da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc) que ganhou forma “comprovando o máximo interesse que nossas autoridades têm no desenvolvimento de nossa região, a reunião de domingo último, convocada pela presidência da Amosc, constituiu-se em autêntico sucesso” (n. 196, 03 maio 1969). Neste encontro também estava o bispo Dom José Gomes, recém-chegado em Chapecó, e que provavelmente ainda estava se ambientando ao município.

Também vale mencionar outra iniciativa das elites locais. A criação do Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL) em 1969 visou, em sua fundação, a “camaradagem, colaboração e melhores serviços” a serem prestados pelos seus membros e com apoio de diversos setores sociais, destacando-se os envolvidos com o Rotary Clube. A *Folha d’Oeste*, comprometida com o projeto das elites locais, afirmou que “tal empreendimento concretizou-se graças a iniciativa e visão de homens laboriosos e dedicados ao progresso de nossa cidade” (n. 199, 24 maio 1969). Entre os objetivos da CDL, observamos que havia uma intenção clara de “normatizar” o comércio através do oferecimento de crediário e no controle da inadimplência. A modernização, portanto, atingiu diversos setores do município.

A Arena de Chapecó venceu sua primeira eleição para o executivo de Chapecó em 1972 com o candidato Altair Wagner. Como vimos anteriormente, no governo de Emílio G. Médici foram tomadas medidas para a “racionalização” do Estado por meio da nomeação de políticos tecnocráticos em setores estratégicos do governo. Em Santa Catarina, foi nomeado o

governador Colombo Machado Salles (Arena) em 1971. No início de seu mandato, Salles apresentou o Plano Catarinense de Desenvolvimento, elaborado por intelectuais envolvidos em ciclos de estudos da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.

Esse direcionamento do governo estadual – e por influência do governo federal – refletiu na política de Chapecó. Por intermédio de Plínio Arlindo de Nês, um perfil tecnocrático ganhou força para a disputa da prefeitura local. Um engenheiro civil de formação com passagem pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER), pela prefeitura de Chapecó no setor de obras em 1956 e, em 1969, pela SNO quando Plínio Arlindo de Nês foi prefeito e secretário, respectivamente. Tratou-se de Altair Wagner, ex-udenista e então alojado na Arena.

A campanha de Altair Wagner ocorreu com base no Projeto Chapecoense de Desenvolvimento (PCD)<sup>22</sup>, que foi uma espécie de “versão local” do Projeto Catarinense de Colombo Salles. Na solenidade onde tomou posse, Wagner afirmou que a intenção do PCD era “transpor as barreiras do subdesenvolvimento” (CELEIRO CATARINENSE, n. 11, mar. 1973). Os temas mais bem elaborados no PCD são aqueles relativos a infraestrutura, educação e bens de consumo. Para a agricultura, o planejamento declarou prioridade para a mecanização da produção e assistência técnica aos produtores, em conformidade com os planejamentos federal e estadual, além de documentos emitidos por órgãos do governo (como os do Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, da ACARESC, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE – e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Para Daniella Reche, o SERFHAU representou o auge da tecnocracia no período da ditadura civil-militar. O órgão, que era controlado pelos militares, visava à aplicação de investimentos de forma centralizada e estratégica, de acordo com os interesses do governo:

Através, então, do SERFHAU e dos Planos Diretores coordenados por este, o governo federal tinha como controlar e garantir que os investimentos federais (também centralizados) fossem aplicados nas áreas de interesse do governo, ou seja, na modernização e na industrialização, beneficiando o capital industrial, em prejuízo das ações sociais (RECHE, 2008, p. 18).

Observamos, assim, que o projeto desenvolvimentista nacional e estadual encontrou na elite agroindustrial de Chapecó sua representante, aprofundando suas relações durante a ditadura civil-militar. Esse fator demonstrou o alinhamento da cultura política “semidemocrática” das elites com o projeto nacional, de centralização e repressão. Agora

---

<sup>22</sup> Analisamos o PCD com maior atenção em estudos anteriores (SIQUEIRA, 2015; 2016).

veremos como alguns membros dessa elite se posicionaram durante a crise da chamada “peste suína africana”.

### 3.4 PESTE SUÍNA AFRICANA E TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA NA ESTEIRA DO DESENVOLVIMENTISMO

Um episódio que ilustra o conflito entre o progresso desenvolvimentista e a Diocese de Chapecó juntamente com milhares de agricultores, foi o da Peste Suína Africana ocorrida em 1978 a partir do município de Xanxerê (SC). Na esteira da política desenvolvimentista e desde o período do “milagre econômico”, a modernização do campo apareceu com força no Oeste do estado por meio da mecanização da produção com vistas ao aumento das taxas de lucro dos grandes produtores. Neste subtítulo abordaremos as perspectivas das elites sob o referencial do desenvolvimentismo, retornando ao assunto no próximo capítulo para analisar as perspectivas da Diocese de Chapecó.

A consequência para os empregados no campo, com poucas variações, era o desemprego que os empurrava para a cidade provocando o êxodo rural e, uma vez na cidade, formava um “exército de reserva” – ou seja, uma massa de desempregados – que rebaixava os salários no setor industrial urbano. Estes empregados do campo se juntavam a filhas e filhos de pequenos proprietários que não encontravam condições materiais de se manterem na área rural. Conforme Odilon Poli, “em Santa Catarina, [...], de 1970 a 1980, a população do estado sofreu uma reversão profunda, 1.088.091 pessoas migraram do campo para a cidade. Em termos proporcionais, a população rural passou de 57% em 1970 para 40,62% em 1980” (POLI, 2008, p. 54).

Para o economista Ruy Mauro Marini, a importação da maquinaria obsoleta dos países centrais reduzia a necessidade de mão-de-obra, aumentando o desemprego e diminuindo os salários (devido à grande demanda por emprego) e o consumo, que leva à inflação como modo de compensação destas perdas. O processo necessário para a industrialização pesada do país necessitaria de incentivos financeiros provenientes do setor agroexportador e da superexploração do trabalho operário e camponês (MARINI, 2012, p. 61). De acordo com Marini:

Qualquer transformação tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponês. Pelo contrário, é fonte de desemprego, forçando o trabalhador rural a fugir para as cidades, onde, por um lado, irá somar-se

ao triste quadro das favelas [...] e, por outro lado, irá aviltar o nível dos salários urbanos, devido ao aumento da oferta de mão de obra (MARINI, 2012, p. 86).

Na região Oeste catarinense, além dos empregados no setor produtivo do campo, havia os pequenos produtores familiares que vendiam sua produção à agroindústria. E estes sofreram igualmente as consequências da modernização quando se viram defrontados com novas formas de produção que conflitavam com seu modo de criação. Conforme Noeli Pertile:

A banha, principal produto comercializado pelas agroindústrias, passa a perder espaço no mercado, pouco a pouco, para o consumo de óleos vegetais. Com isso, há uma pressão para novos direcionamentos do segmento agroindustrial, no sentido de diversificar e reorientar o processamento de sua matéria-prima. Como solução, inicia-se o processo de substituição da comercialização de banha pela comercialização de carne suína (PERTILE, 2008, p. 128).

Neste processo, milhares de criadores de suínos do tipo “banha” perderam espaço para as novas formas de produção baseadas no suíno tipo “carne”. Esta substituição foi incentivada e impulsionada pelo estado através de crédito aos produtores e na esteira dos planejamentos econômicos desenvolvimentistas do período:

A partir da década de 1970, dentro da chamada “modernização da agricultura” brasileira, o estado de Santa Catarina criou um conjunto de assistência técnica e programas de crédito voltados à agricultura. O objetivo dos Governos era difundir as inovações tecnológicas com a finalidade de aumentar a produção e a produtividade agropecuária para atender ao mercado consumidor que, a partir desse momento, estava crescendo e diversificando-se, especialmente nas áreas urbanas (PERTILE, 2008, p. 128).

Os boatos acerca da Peste Suína Africana iniciaram em maio de 1978, no Rio de Janeiro. O Ministério da Agricultura informou que apenas um laboratório no Brasil tinha condições de detectar o tal vírus, o Instituto de Virologia da Universidade do Rio de Janeiro que, segundo os padres Fiorentin e Oro, era ligado a um laboratório dos EUA. O primeiro caso de abate aconteceu no RJ, onde foram executados cinco mil porcos (FIORENTIN; ORO, 2002, p. 182).

Conforme André Zanotto (2013, p. 68-71), houve resistência entre as elites locais no momento da suposta disseminação da peste na região. Entretanto, observamos que o projeto de substituição da forma de produção não foi evitado e que a principal oposição veio da Diocese de Chapecó e dos agricultores organizados. Estes membros da elite (como Gentil Bellani e João Cândido Linhares, ambos da Arena), apesar de terem acesso aos meios políticos institucionais, não foram capazes de auxiliar aos pequenos agricultores (que, ademais, eram eleitores em potencial).

O impasse gerado pela peste no campo tinha implicações sérias não apenas na agricultura familiar, mas também no eleitorado catarinense, sobretudo na região Oeste do estado onde predominava a população (e o voto) do meio rural. Desse modo, compreende-se a



desconfiança de Bellani em relação à lisura dos exames laboratoriais que “comprovavam” a peste e também sua defesa do governo afirmando que este não teria qualquer envolvimento com os episódios de matança de porcos no interior. Linhares, por sua vez, foi mais longe e questionou inclusive autoridades federais responsáveis por conduzir o caso.

Outros políticos da Arena também se demonstraram desconfiados da peste neste contexto. De acordo com Zanotto:

Quatro dias antes deles se encontrarem em Chapecó no fim de julho, Ledônio Magliorini [sic]<sup>23</sup> voltou à questão. Ele tinha dúvidas se “existe mesmo peste suína africana”. Ledônio disse isso na frente de Vitor Batista Nunes, de outros representantes de frigoríficos, de suinocultores, de prefeitos e de representantes de sindicatos no auditório da Secretaria do Oeste em Chapecó. Ledônio Magliorini era o diretor de compras da Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (como é mais conhecido o Frigorífico Chapecó) e presidente da Câmara Municipal pela Aliança Renovadora Nacional. Vitor Batista Nunes, além de presidente do Sindicato Rural do município, era também vereador pela ARENA, e o diretor da Coopercentral (como é mais conhecida a Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda) (ZANOTTO, 2013, p. 152-153).

Esse recorte – que diz respeito ao ano de 1978 – indica que Migliorini também estaria interessado na opinião pública sobre a peste. Alguns anos depois, em 1982, elegeu-se prefeito de Chapecó. Já Vitor Batista Nunes, também da Arena, manifestava opinião contrária à do governo estadual e questionava a contaminação: “Ledônio Magliorini [sic] e Vitor Batista Nunes acreditavam, no entanto, que a ‘decisão dos técnicos foi precipitada’. Segundo eles, ‘a doença que vitimou o animal era uma moléstia peculiar em suínos’” (ZANOTTO, 2013, p. 153). Os esforços para a solução do caso, entretanto, não repercutiram de forma impactante suficiente para investigar as reais circunstâncias da peste suína naquele período, o que se demonstra por meio da propaganda a favor do suíno tipo “carne” impressa nas páginas do *Celeiro Catarinense*.

Antes dessas desconfianças de alguns membros da elite política local, a revista *Celeiro Catarinense* já propagandeava o “porco-carne” em suas edições, pelo menos desde 1970. O alinhamento da revista com o ideal desenvolvimentista e a noção de progresso se delineia através da atribuição que esta faz à Secretaria dos Negócios do Oeste como ponto de partida do desenvolvimento da região Oeste. Em setembro de 1974, após uma parada de dezessete meses nas publicações, a revista retornou afirmando em editorial que:

Escolhemos uma data especialíssima para relançar a revista: o 57º aniversário de emancipação de Chapecó, coincidindo com o 10º aniversário da evolução industrial que tomou conta de todos nós, iniciada em 1964, logo após a instalação aqui da Secretaria do Oeste, órgão governamental que devolveu ao empresário oestino a confiança que lhe faltava para continuar investindo na região e notadamente em

<sup>23</sup> O sobrenome correto é Migliorini.

Chapecó, polo geo-econômico-político-social-cultural e religioso do Oeste (CELEIRO CATARINENSE, n. 12, set. 1974).

Oito anos antes das grandes manifestações contra a peste suína africana, em 1970, a revista propagandeava as vantagens da produção de “porco carne” afirmando ser este “mais interessante para o criador porque é o mais precoce, tem melhor conversão alimentar”, além de oferecer para indústria “maior rendimento de abate, maior percentagem dos cortes carnes e menor percentagem de gorduras” (CELEIRO CATARINENSE, n. 4, maio/jun. 1970).

Em 1972, uma matéria intitulada “suinocultura: somos os melhores” afirmou que “os melhores núcleos de criação são os do oeste do Estado, especialmente na região de Concórdia e Chapecó, e no sul do Estado onde se está iniciando uma suinocultura de alta qualidade a partir de animais com ‘pedigree’ de importação”. Como indica o recorte, anos antes da peste já havia produtores desta raça específica de suínos, porém, sem lastro entre a maioria dos pequenos produtores.

Haveria, por conseguinte, um caminho certo a ser seguido pelos criadores, “um caminho seguro para melhorar a criação porco ‘tipo carne’, e as empresas frigoríficas do Estado já reconheceram a importância do porco aprimorado”, anunciando que, de acordo com o então Secretário de Agricultura de Santa Catarina, Glauco Olinger, estariam sendo firmados acordos e convênios entre o governo do estado e as indústrias para ampliação da política de produção de animais de raça (CELEIRO CATARINENSE, n. 10, nov. 1972).

Considerando o posicionamento da revista – e conforme já observamos em relação a seus posicionamentos políticos e em termos de projeto de cidade e horizonte de expectativas voltado ao progresso e ao desenvolvimentismo –, podemos afirmar que a resistência entre alguns membros da elite política local indicados por Zanotto não representaram grande impacto para os produtores, sendo mais efetiva a organização promovida pela Diocese de Chapecó (que veremos com mais especificidade no próximo capítulo). O projeto desenvolvimentista e modernizador da produção foi prerrogativa das lideranças locais, não havendo interesse econômico na manutenção de formas tradicionais de produção. A única ressalva que poderia ser feita, nesse sentido, era no aspecto político-eleitoral, uma vez que a base de apoio de políticos do Oeste catarinense se dava fundamentalmente entre pequenos e grandes agricultores.

O “desenvolvimento”, como vimos no capítulo anterior, prevê a suplantação de determinadas práticas em nome do aumento do consumo e da produção. O desenvolvimentismo catarinense se manifestou na região por meio de planejamentos econômicos e criação de órgãos

de estado – como a ACARESC – visando a assistência técnica e concessão de crédito. De acordo com José Campigoto (1996, p. 59):

A racionalidade desenvolvimentista, enquanto matriz discursiva, gerou uma série de representações sobre a agricultura no Estado de Santa Catarina, nas décadas de 70 e 80. Este pode ser entendido como uma proposta de gerenciamento da existência na qual, em relação a agricultura, a aplicação do conhecimento tecnológico se constitui uma fórmula suficiente de eliminar todos os entraves encontrados neste setor da economia estadual.

O projeto colocado pelo desenvolvimentismo, portanto, prometia eficiência e rendimento aos agricultores por meio do conhecimento técnico e do acesso ao crédito. Como se observa no caso da peste suína africana (e outros exemplos de pequenos produtores que falharam na tentativa de modernização de seu maquinário e produção, contraindo grandes dívidas bancárias), essa promessa não alertou os supostos beneficiários sobre as consequências sociais e econômicas que as novidades traziam.

### 3.5 CARIDADE E ASSISTENCIALISMO AOS POBRES

Na complexidade das relações da elite desenvolvimentista local também se destaca, como sua característica, a caridade cristã traduzida no assistencialismo. Este assunto aproxima o comportamento das elites com a perspectiva católica, onde há uma diferenciação entre a caridade associada ao romanismo (como atitude paliativa, visando à salvação no futuro) e a ação concreta no presente para resolução da pobreza (conforme o Concílio Vaticano II e a “opção preferencial pelos pobres”). De acordo com Leonardo e Clodóvis Boff:

Outrora a Igreja se associava às classes dominantes e mediante elas chegava aos pobres que eram auxiliados e assistidos por estas classes dominantes. Era uma presença assistencialista e paternalista que socorria o pobre mas não aproveitava suas forças no processo de mudança. Agora a Igreja vai diretamente aos pobres; associa-se a suas lutas, constitui comunidades de base, onde a fé é vivida em sua dimensão social e libertadora. (BOFF; BOFF, 1982, p. 13)

Segundo os autores, a articulação sócio-analítica da Teologia da Libertação ocorre por meio da procura de explicações para o surgimento e manutenção da pobreza; o conhecimento dos mecanismos produtores da miséria; e a utilização de categorias das ciências humanas. Desse modo, a intervenção junto aos pobres deveria ser pensada com objetivo da resolução efetiva do problema da miséria e não apenas de maneira temporária ou paliativa. O assistencialismo, embora possa ser interpretado ou propagandeado como “ato de amor”, é compreendido como medida capaz de resolver o problema de hoje, mas sem possibilidades de abalar a estrutura e os mecanismos que produzem e reproduzem a pobreza. Portanto, para os irmãos Boff, “importa

para isso conhecer melhor a realidade, seus mecanismos produtores da pobreza e os caminhos que poderão conduzir para fora dela” (BOFF; BOFF, 1982, p. 14).

As ações assistencialistas das elites eram desempenhadas geralmente por mulheres das alas femininas do Rotary e do Lions Clube. Essa concepção de auxílio à pobreza é consonante à caridade cristã ligada a uma Igreja conservadora, encontrando vulto apenas nas ações específicas praticadas por associações de lideranças políticas e econômicas, pois nas páginas da *Folha d'Oeste*, por exemplo, ao mesmo tempo em que se reverberavam estas ações, condenava-se transeuntes “comuns” do centro da cidade que davam esmolas a crianças em situação de rua sem pedir contrapartida (n. 186, 22 fev. 1969), como varrer a calçada ou realizar pequenas tarefas.

Quando se referiu ao bairro São Pedro, a *Folha d'Oeste* o considerou um “câncer”, “onde habitam 300 famílias indigentes, ‘vegetando’ o dia-a-dia da mendicância, da prostituição, da promiscuidade, da fome, da doença, dentro de um autêntico sub-mundo”, dependendo da presença de toda população para uma “batalha salvadora para evitar que no ano vindouro sejam 600 famílias indigentes” (n. 233, 07 fev. 1970). Desse modo, não existiam responsáveis pela situação de miséria social – além dos pobres mesmos – e não cabia às elites resolver a situação, mas, sim, à toda população chapecoense por meio da caridade ou da doação de dinheiro em troca da prestação de pequenos serviços. Veremos no próximo capítulo como este problema ganha outro contorno dentro da Diocese de Chapecó.

A responsabilidade pela situação de pobreza existente no município não era atribuída às elites (e sequer aos políticos), que demonstrariam sua atuação dinâmica através de organizações sociais de cunho privado, encabeçadas por mulheres. Ao noticiar que crianças estavam frequentando uma escola próxima ao aeroporto sem ter roupas adequadas para o frio, o redator afirmou que era um desafio para “as domadoras do Lions, as senhoras damas rotárias, da Câmara Júnior, enfim a todos nós que ainda temos um pouco de sobra para alcançar a quem precisa” (n. 253, 04 jul. 1970).

Ou seja, a caridade e a consciência individual se colocam como soluções para um problema grave da periferia de Chapecó. Ao mesmo tempo em que a grande Avícola Sadia foi agraciada por toda sorte de incentivos para instalação de sua indústria no município, as pequenas escolas da periferia eram frequentadas por crianças com roupas doadas pela iniciativa “abnegada e caridosa” das elites locais.

Como observamos no capítulo anterior – quando conceituamos a Teologia da Libertação –, a salvação para a Igreja Católica romanizada acontecia na vida eterna dependendo de suas ações na vida terrena, e a caridade (como medida paliativa) era dever cristão para a salvação “no futuro”. Na Diocese de Chapecó, sob liderança de Dom José Gomes, veremos que a caridade permanece como ato de bondade cristã, porém, ela reinterpreta a situação de miséria e abandono para que aquelas pessoas pudessem mudar suas vidas através da organização e da luta, deixando de depender de esmolas e soluções paliativas.

Em 1974, a *Folha d’Oeste* trouxe um chamado que desestimulava os leitores a darem esmolas. A atitude promovida pela Ação Social Diocesana (Asdi) juntamente com o Movimento Familiar Cristão, Lions Clube, Rotary Clube, Câmara Junior, entre outros, visava incentivar alunos e famílias das comunidades escolares a doarem roupas, móveis, brinquedos, remédios, ferramentas e etc., visando, assim, a “conscientização dos alunos” que estaria “sendo educado para que possa fazer algo de concreto”. Não aceitando doação de comida ou dinheiro, o objetivo da ação não era a simples doação dos produtos arrecadados.

A finalidade desta campanha será arrecadar material útil, aos nossos irmãos necessitados e depois vendidos a eles. Os objetos seriam vendidos a preço simbólico [...]. Com isto queremos destruir a ideia paternalista de dar. Tudo o que é dado não é valorizado e não educa. O nosso interesse é educar estas pessoas. Para isto necessitamos fazer funcionar mais a razão e menos o coração. Nós nunc educaremos dando. Eles têm necessidade de conquistarem as coisas necessárias para si. Só assim sairão do comodismo e assumirão um sentido mais positivo de sua vida. Por isso, não de esmolas. Ajude-nos a construir a personalidade desta pessoa (n. 488, 10 ago. 1974).

Dessa forma, a aproximação do tema da caridade muda ligeiramente de face. Se em 1970 era dever de todo cidadão chapecoense se empenhar na resolução do problema da miséria no município (doando, mas pedindo uma contrapartida em pequenas tarefas), em 1974 a intenção foi de vender os produtos doados. Esta ação, vinda da Asdi, tem relação direta com a Diocese de Chapecó que, poucos anos depois, viria a assumir outro papel que identificamos na narrativa dos sermões de Dom José Gomes.

Neste capítulo procuramos demonstrar a relação próxima entre as elites locais, o projeto desenvolvimentista orientado pelo progresso das políticas nacionais e a interlocução realizada por veículos da imprensa escrita de Chapecó. Apontamos as lideranças locais como vinculadas a uma cultura política “semidemocrática”, no período entre 1966 e 1980. Procuramos, ainda, apontar brevemente como os valores católicos destas elites estavam relacionados a uma concepção “tradicional” de igreja, ou seja, ao ultramontanismo que abordaremos oportunamente no próximo capítulo.

Por um lado, as elites viam no início dos anos 1990 que o sucesso de novos empresários não poderia mais ser concretizado nos moldes de antigamente: se antes um bom capital social poderia render bons negócios e bons contatos, naquele momento ressaltavam a importância dos estudos acadêmicos, o que não é necessariamente correto, uma vez que identificamos um grupo de bacharéis entre a elite política local que havia ascendido no âmbito estadual por meio de sua formação acadêmica.

Por outro lado, o destaque de suas próprias trajetórias – como de quem ascendeu “do nada” e apesar de todas as adversidades – reivindicava para si e para os seus a responsabilidade pelo sucesso econômico do município. Para a própria elite, foi a sua iniciativa e seus agrupamentos – espaços de sociabilidade – que permitiram o crescimento de Chapecó. E esta ação teria ocorrido por homens abnegados, que poderiam ter prosperado sozinhos, mas que preferiram se doar pela comunidade do município. O que, como sabemos através das fontes, não se sustenta.

O processo de desenvolvimento imposto pelo Estado brasileiro durante o “milagre” ajudou a aprofundar a desigualdade no país ao associar-se com o capital externo, que encontrou condições vantajosas no mercado interno (LUNA; KLEIN, 2014, p. 92-111). Os trabalhadores de Chapecó não deixaram de sentir os efeitos do arrocho salarial que afetava todo o país. Na década de 1970, os canais de manifestação popular foram enfraquecidos por causa da perseguição a sindicalistas e fechamento de sindicatos (direcionados geralmente a agremiações de esquerda), o que geraria protesto e enfrentamentos à repressão nas ruas. No Oeste catarinense fez-se sentir também a alta oferta de mão de obra na cidade como consequência do êxodo rural. As condições no campo — precarização do trabalho e “minifundização” (divisões de terra por herança entre muitos filhos), por exemplo — levaram muitos camponeses a procurar melhores condições no meio urbano.

A SNO tornou Chapecó definitivamente a “capital do Oeste”. Todas as demandas da região para o governo estadual deveriam passar pelo conhecimento e intermediação da secretaria. Com isso, a relevância das elites que comandavam este espaço foi potencializada e expandida, sobretudo para Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês, que permaneceram como lideranças políticas e econômicas locais durante a ditadura civil-militar. Passava por estas lideranças a possibilidade de ocupar espaços públicos na forma de nomeações e ou acessar crédito por meio de financiamentos do estado de Santa Catarina.

Modernização e democracia não andaram juntas, necessariamente. E a trajetória das elites de Chapecó atesta isso. Vimos, por meio do livro *Vida Empresarial*, que algumas das lideranças empresariais enxergavam o passado autoritário com saudosismo. Naquele momento, pós-reabertura e com todos os graves problemas econômicos enfrentados durante a década de 1980, os empresários mais experientes notavam a transformação que se operava no país e na região.

O projeto de um município voltado para o desenvolvimentismo foi praticado pelas elites político-econômicas locais por meio dos seguintes fatores: a união destas pessoas em torno de associações de classe que reforçavam e multiplicavam o capital social de seus membros (que poderia ser convertido em capital político); a ocupação de cargos públicos centrais do estado de Santa Catarina, como a liderança do grupo de Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês na Secretaria dos Negócios do Oeste, que fixou definitivamente a “capital” da região em Chapecó e permitindo relações estreitas com outros políticos e empresários de grandes cidades do estado; e na divulgação de seus projetos na mídia, sobretudo através do semanário *Folha d'Oeste* e da revista *Celeiro Catarinense*.

No próximo capítulo, relacionamos estes aspectos da cultura política das elites e mídia escrita locais com um novo contexto histórico que permitiu a formação de uma cultura política “democrática”, orientada primeiramente pela Diocese de Chapecó, que iria resultar na formação do Partido dos Trabalhadores e movimentos sociais no campo e na cidade.

#### 4. CAPÍTULO 3 – SERMÕES PARA O PRESENTE: ECOS DA CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTISMO E AO PROGRESSO EM DOM JOSÉ GOMES E NA DIOCESE DE CHAPECÓ

A partir de meados dos anos 1970, houve uma reversão na euforia associada ao crescimento provocado pelo chamado “milagre econômico” (1968-1973) – quando o regime militar alcançou o auge de popularidade e acentuou mecanismos de comunicação e propaganda. A redução das expectativas de crescimento somou-se à elevação dos preços e ao achatamento salarial, o que começava a demonstrar sua força no plano local conforme a conjuntura nacional. De acordo com João Mello e Fernando Novais:

[...] entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornamos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma. Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. **De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo”.** [...] A partir dos anos 80, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 560. Grifos meus).

Se no período chamado de “desenvolvimentista” o crescimento do Brasil indicava um futuro de prosperidade e estabilidade que permitiam – para os setores da elite – uma visão de país desenvolvido em curto prazo, nos anos 1980 os limites destas políticas foram confrontados pela realidade do aumento da desigualdade social e da exclusão. Além disso, a explosão da crise da dívida externa gerou um duro embate com o Fundo Monetário Internacional (FMI) na regulação da economia brasileira.

Neste capítulo trataremos de analisar a temporalidade histórica e seus conflitos na atuação do bispo Dom José Gomes e da Diocese de Chapecó na região Oeste catarinense, sobretudo a partir dos sermões escritos pelo bispo entre 1974 e 1985<sup>24</sup>. Nesta análise consideraremos as questões já pontuadas nos capítulos anteriores, relacionando-as aos debates realizados em nível nacional no viés religioso (específico da TdL) e no viés socioeconômico (relacionado à Teoria Marxista da Dependência). Na segunda parte do capítulo, abordaremos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) que demonstram a preocupação da

<sup>24</sup> No livro *Sermões do Bispo Dom José Gomes (1975-1992)*, organizado por Clair Lovera, observamos que a frequência dos textos não era regular, diminuindo em quantidade a partir de 1986.



ditadura civil-militar com a atuação da Diocese da Chapecó e o ambiente de vigilância e ameaça em que se formou essa cultura política em oposição a das elites locais.

No plano religioso local, observa-se que a Igreja Católica começou a conviver com um bispado distinto no final dos anos 1960. É certo que o bispo Dom José Gomes, neste período específico, não significava um problema para as elites, mas veremos que suas “andanças” na década de 1970 transformariam sua forma de ver e fazer a Igreja — sendo influenciado pela Teologia da Libertação —, dando confiança e fôlego a atores políticos até então imobilizados pela repressão ou carentes de uma “leitura” da nova conjuntura nacional.

A modernização propagada no período pela mídia e elites locais encetou um choque temporal nas gerações mais velhas, sobretudo de setores empobrecidos, ao perceberem seus modos de vida tradicionais, experimentados ao longo de várias gerações e baseados em práticas do passado, serem gradativamente confrontados. Os processos desencadeados na década de 1970 favoreceriam um modo de vida mais “veloz” e dinâmico, voltado ao futuro, efeito da modernização do trabalho e do Estado no aprofundamento do capitalismo.

A mudança de agricultores para a área urbanizada significou a adaptação a um novo modo de trabalhar e de convívio em sociedade. Em um contexto de reestruturação do capital e do trabalho (que seria estabelecido mais tarde através neoliberalismo), ocorre para estes trabalhadores a substituição de um modo *solidário* de viver para um modo *competitivo*. Esta mudança carrega uma concepção que serve como uma das bases do capitalismo: a de que no mundo competitivo sempre haverá vencedores e perdedores. Para os vencedores se reserva a fortuna e o sucesso – melhores cargos e salários –, enquanto para os perdedores resta adaptar-se às possibilidades que lhes são oferecidas – subempregos e miséria.

Nesta maneira de viver, os vencedores estão inclusos em um meio que lhes favorece socialmente pelo conhecimento das “regras do jogo” e/ou pelo apadrinhamento de pessoas influentes que aconselham ou auxiliam seus amigos próximos de forma amistosa ou puramente estratégica. Para os trabalhadores do campo que praticaram o êxodo rural, nada mais distante de sua realidade do que a forma de “disciplina” urbana e o individualismo. Conforme Paul Singer:

A sociedade competitiva é culturalmente condicionada a acompanhar apaixonadamente as competições, no plano econômico, político ou esportivo. O público não-competidor torce por um ou outro dos concorrentes. O vencedor ganha o favor dos torcedores meramente porque é o vencedor, sem muita preocupação pelos métodos usados para vencer. [...]. No capitalismo, a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade. É a posse de capital que permite, em princípio, competir. Os proprietários não apenas podem dispor de seu dinheiro, mas a sua posse lhes dá crédito

para obter mais dinheiro. A posse dum diploma, as conexões sociais da família, a residência num bairro fino e outros sinais exteriores de ‘riqueza’, vale dizer, de pertencer à classe superior são as condições essenciais para entrar nas competições por posições de poder, seja este empresarial, financeiro, político ou semelhante (SINGER, 2001, p. 104).

Para os trabalhadores do campo e da cidade, as possibilidades de ascensão são condicionadas pelo apadrinhamento de algum detentor de capital político e/ou econômico, que permitem uma espécie de “incremento” do capital social dos excluídos. Por meio da aproximação (ocasional ou não) e algumas características pessoais como carisma, trabalho duro ou afeição subjetiva, se abrem parcas possibilidades para os despossuídos entrarem marginalmente no círculo dos detentores do capital.

Inicialmente, podemos observar em leituras da sociologia que a cidadania brasileira estaria condicionada por duas situações sociais adversas: o poder e a dádiva. O liberalismo europeu foi apropriado pelas elites brasileiras de modo a adaptar-se ao domínio social e às formas de exploração existentes. Ou seja, para os possuidores haveria um liberalismo estabelecido convenientemente para o avanço econômico individual, enquanto para os despossuídos a contrapartida dos direitos foi substituída pela “dádiva” e as concessões da classe dominante. Dito de outra forma, aos empobrecidos não se estabeleceu uma consciência de direitos que tornaria estes cidadãos conhecedores e donos de sua cidadania, mas sim, um favor concedido pelos detentores do poder. De acordo com Teresa Sales:

A cidadania concedida, que está na gênese da construção de nossa cidadania, está vinculada, contraditoriamente, à não-cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares de cidadania civil. O rompimento com essa cidadania concedida dar-se-ia apenas com o amplo processo de expulsão do trabalhador rural para fora do grande domínio territorial nos idos dos anos de 1960. À abolição da escravatura, que poderia ser um marco para esse rompimento, seguiu-se o compromisso coronelista, ou, mais genericamente, os mecanismos de patronagem e clientelismo que marcaram toda a nossa Primeira República, contribuindo para perpetuar as bases sociais da cidadania concedida (SALES, 1994, p. 1).

Mais adiante, uma alternativa aos despossuídos seria cultivar uma boa relação e/ou deter certa quantidade de capital (não apenas econômico, mas também o capital social, político e/ou cultural) abrindo possibilidades para a expansão da influência e ingresso no círculo das elites.

De acordo com Singer:

Entre os pobres há muito menos competição, mesmo porque faltam recursos para premiar os vencedores. A infundável carência de tudo o que dá qualidade à vida – duma moradia confortável e segura à saúde, vestuário etc. – torna o repartir um comportamento antes de mais nada racional.

A vida do pobre está muito sujeita ao acaso; ela é frágil porque os pobres carecem também dos seguros que dão aos não-pobres confiança em si e esperança no futuro. O pobre não tem patrimônio familiar para herdar, não tem seguro de vida, contra

acidentes, fogo, roubo etc., sequer tem, muitas vezes, inscrição no seguro social obrigatório (que no Brasil constitui a fronteira entre o trabalho formal e o informal) (SINGER, 2001, p. 104).

Desse modo, além das dificuldades inerentes ao êxodo rural (adaptação a um novo espaço que inclui a busca por trabalho, moradia e condições mínimas de sustento da família) há também a necessidade urgente de adaptação às relações específicas do meio urbano em desenvolvimento capitalista, que é condição básica para a resolução do problema anterior, ou seja, a necessidade de sobrevivência.

Sob a gestão de grupos de políticos-empresários e bacharéis – desde 1956 com a eleição de Plínio Arlindo de Nês a prefeito de Chapecó e aprofundado ao longo da ditadura civil-militar –, Chapecó e a região Oeste passaram por diversas transformações. No Brasil, mesmo com os dados econômicos positivos do “milagre econômico”, a política desenvolvimentista comandada pelo Estado culminou em uma forte crise a partir de 1980. De acordo com José Ricardo Ramalho:

O aumento dos preços era constante e acelerado. O Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) chegou próximo a 100% em 1980 e 1981, alcançando 104,8% em 1982. No ano seguinte, o índice deu um salto para 163,99%. Em 1984, atingiu o patamar de 215,27%. Somente em dezembro daquele ano, o IPCA foi de 11,98%. Os trabalhadores e a população mais pobre sofriam com os aumentos dos preços. As classes médias e os ricos tinham como se defender com as aplicações financeiras. Os trabalhadores perdiam todo mês. Ao receber seus salários, corriam para os mercados para se abastecerem de mantimentos, uma vez que os preços aumentavam no dia seguinte (RAMALHO, 2018, p. 47).

Alcides Goularti Filho afirma que apesar da grave crise econômica que o Brasil e o continente latino-americano sofreram nos anos 1980, em Santa Catarina (e outros estados como Maranhão, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul) alguns fatores contribuíram para que o impacto não fosse tão forte. Para o autor, o problema do país foi a falta de um montante de capital financeiro disponível (ou seja, combinação de capital industrial e capital bancário) que desse financiamento para crescimento das empresas:

No Oeste, a continuidade do crescimento [neste período] foi garantida pela forte expansão dos cinco grandes frigoríficos, tanto em nível nacional como estadual. Apesar da crise, o setor de alimentos manteve-se em ritmo constante de crescimento. As exportações de carnes, que iniciaram na segunda metade dos anos 1970, passaram a ser responsáveis por mais de 13,0% das exportações catarinenses no final dos anos 1980. O número de integrados na suinocultura começa a reduzir somente no início dos anos 1990 (GOULARTI FILHO, 2007, p. 295).

Ao longo dos anos 1980, a produção agroindustrial foi marcada no Oeste por um aumento vertiginoso de produtores integrados. Conforme Goularti Filho (2007, p. 291), “[...] em 1980, havia 67.000 suinocultores no oeste catarinense, sendo apenas 3.860 integrados; em

1985, esse número foi reduzido para 45.000 e o número de integrados aumentou para 18.232; e em 1990 já eram 30.000 suinocultores e 24.000 integrados”. Dessa forma, apesar de haver uma fonte de renda, bem como avanços tecnológicos (acessados via crédito oferecido pelo Estado) e assistência técnica a uma parcela de pequenos agricultores vinculados à produção da grande agroindústria integrada (sobretudo àqueles relacionados à Sadia, Chapecó, Coopercentral e Perdigão) (PERTILE, 2008, p. 129), milhares de famílias foram impactadas negativamente por esta política desenvolvimentista:

Em 1984, 22,2% da população economicamente ativa de Santa Catarina não tinham rendimentos – na agricultura esse número aumentava para 51,1%, e 30,8% dos empregados não tinham carteira assinada. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, havia 136.000 famílias sem-terra, ou seja, 680.000 pessoas, mostrando claramente um processo de concentração fundiária; segundo a COHAB/SC, o déficit de moradia em 1987 era de 158.388 residências e aproximadamente 719.000 pessoas moravam em condições precárias (GOULARTI FILHO, 2007, p. 305).

Além disso, a década de 1980 foi marcada por iniciativas mais ou menos heterodoxas de combate à inflação, registrando *superávit* comercial no período. Apesar deste dado econômico confirmar a perspectiva cepalina (que, como vimos, criticou o critério do *superávit* como elemento determinante do crescimento, conforme a teoria de David Ricardo), e, portanto, desenvolvimentista, nos anos 1980 ficava evidente que a condução da economia brasileira dependeria das negociações com o FMI. O fracasso na tentativa de estabilidade promovida pelo governo José Sarney – o “último suspiro” do desenvolvimentismo (PRADO; LEOPOLDI, 2018, p. 78) –, resultou na assinatura do Plano Brady em 1989, que inseriu o Brasil definitivamente na agenda neoliberal.

Estas crises foram acompanhadas de outros fatores importantes no período. Para Eder Sader, a Igreja, os agrupamentos de esquerda e os sindicatos enfrentaram um “descolamento de suas bases”. No âmbito da Igreja, sua lenta perda de influência a partir dos anos 1950 (perdendo espaço para o pentecostalismo e a umbanda); nos grupos de esquerda (onde se incluem os partidos), tentando se recuperar após a derrota política para a ditadura e buscando novas formas de integração com os trabalhadores; e nos sindicatos, diante de sua falta de função em relação ao “novo sindicalismo” (SADER, 1988, p. 144).

Portanto, esse contexto permitiu que novas interpretações do contexto brasileiro surgissem e se difundissem, sobretudo por causa da abertura que a ditadura vinha promovendo. A Teologia da Libertação, aliada com interpretações marxistas, recobrou fôlego à organização política no Brasil e no Oeste de Santa Catarina.

#### 4.1 OS SERMÕES DE DOM JOSÉ GOMES EM MEIO AO DESENVOLVIMENTISMO

A Diocese de Chapecó foi instalada em abril de 1959 por meio da Bula *Quoniam Venerabilis Frater* do Papa Pio XII, desmembrando-se da Prelazia de Palmas (PR). Antes de Dom José Gomes, passaram pela diocese os bispos Dom José Thurler (1959-1962) e Dom Wilson Laus Schimidt (1962-1968) (SILVA, 2017, p. 61). A mesma abrange 80 municípios do Oeste de Santa Catarina e é composta por 40 paróquias (FLORA, 2007, p. 37), conforme mapa abaixo:

Figura 9 – Mapa da Diocese de Chapecó



Fonte: Flora (2007).

Em janeiro de 1970, o estado de Santa Catarina foi desmembrado da Regional Sul III da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), formando a Regional Sul IV. Esta foi composta pelas dioceses de Florianópolis, Lages, Joinville, Chapecó, Tubarão, Caçador, Rio do Sul e Joaçaba (CAMPIGOTO, 1996, p. 63).

No livro *Sermões do Bispo Dom José Gomes*, organizado por Clair Lovera, observamos diversas narrativas do bispo diocesano de Chapecó que nos ajudam a compreender sua visão de mundo e de religião. Estes sermões foram escritos por Dom José Gomes para serem lidos nas

celebrações pelos padres ou ministros da eucaristia nas diferentes comunidades pertencentes à Diocese de Chapecó.

Os sermões de Dom José Gomes combinam narrativas católicas tradicionais com narrativas relativas à TdL (chamada na literatura sociológica e histórica de “progressista”). Com base nos sermões, classificamos as motivações do mesmo em três possíveis ordens: interesse pessoal na narrativa (como quem acredita apenas na narrativa tradicional, sendo a hipótese menos provável); adaptação da narrativa para uma legião de católicos ainda não familiarizados com uma perspectiva religiosa oriunda do Concílio Vaticano II e da TdL (introduzindo, em doses pequenas, novas ideias que seriam incomuns no meio leigo e religioso tradicional); ou mesmo por receio do aparato de vigilância da ditadura civil-militar atuante na região, ao qual o bispo provavelmente tinha conhecimento (conforme os documentos do SNI apontam).

Esta hipótese é reforçada no fato de Dom José Gomes ter vivenciado um contexto de vigilância e desconfiança de poderes locais quando era bispo da Diocese de Bagé (RS), onde, conforme Paulo Gomes (2019), há indícios de que o bispo teria sido transferido para a Diocese de Chapecó por interesse de militares e latifundiários daquela região. Segundo o mesmo autor, foi nesse período que Dom José Gomes começou a atuar de acordo com os preceitos do Concílio Vaticano II. Assim, compreendemos que o bispo foi desenvolvendo seu pensamento e ação ao longo dos primeiros anos que esteve à frente da diocese catarinense conforme os bispos latino-americanos também formulavam novas estratégias e interpretações sobre o lugar da Igreja no continente.

Conforme a periodização formulada pelos padres Adayr Mário Tedesco e Romualdo Dyonísio Zimmer – bastante citada em estudos sobre o assunto –, a atuação de Dom José Gomes em Chapecó pode ser dividida em três fases: de 1968 a 1975, de 1975 a 1984 e de 1985 a 1998. Na primeira fase, o bispo iria assumir as primeiras questões elaboradas a partir do Concílio Vaticano II por meio da “[...] introdução Ministros da Palavra e da Comunhão (então chamados ministros da Eucaristia), também dos Cursilhos de Cristandade e dos Treinamentos de Lideranças Cristãs para jovens” (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 77), questões que visavam aproximar a Igreja da população leiga.

Na segunda fase, os autores identificam a intensificação da dedicação social, que chamaram de “período de transformação libertadora”. Foi com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que Dom José Gomes definitivamente dedicou-se à causa social, dos movimentos sociais, dos indígenas e dos

pequenos camponeses. Os padres ligados ao CIMI-SUL (criado em 1972), trataram de romper com a perspectiva desenvolvimentista, rumando para um viés “libertador” que tomava os setores empobrecidos como “opção preferencial”. Deslocavam-se do discurso e do planejamento para a prática: procuraram formar as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e estabelecer textos para os grupos de reflexão<sup>25</sup>.

Não se pode afirmar que Dom José Gomes tenha sido um opositor renitente do projeto das elites chapecoenses. Ele circulava por alguns espaços frequentados por lideranças políticas conservadoras e foi fotografado ao lado destas pessoas uma porção de vezes. Também há ponderações necessárias a se fazer em torno da crítica ao progresso, pois, como veremos, depende da perspectiva que tomamos para analisar o tema. Entretanto, estes fatores não diminuem a importância e o impacto da oposição política que viria a se formar no município, sobretudo se considerarmos que seu pensamento e ação foram se desenvolvendo durante esse período – ou seja, a narrativa e a prática de Dom José Gomes na década de 1980 não eram as mesmas de 1968.

Alguns exemplos da aproximação do bispo com setores conservadores podem ser observados em seu envolvimento na criação de uma instituição de ensino superior em Chapecó – a Fundeste – da qual viria a ser vice-presidente, ao lado do então presidente Plínio Arlindo de Nês.

Figura 10 – Plínio Arlindo de Nês e agentes da Diocese de Chapecó

---

<sup>25</sup> “Os grupos de reflexão funcionavam como espaço social onde se difundia a ideia do engajamento dos cristãos na luta pela transformação da sociedade. Nestes grupos formados por 10 a 20 famílias discutia-se os ‘problemas da comunidade’, fazia-se a reflexão bíblica e ‘partia-se para a busca de soluções’” (CAMPIGOTO, 1996, p. 65).



Foto registrada na Secretaria dos Negócios do Oeste, possivelmente nos anos 1990. Plínio A. de Nês (falando em pé), tendo ao seu lado esquerdo (sentados) Dom José Gomes, Santo Rossetto e Pedro Uczai. Fonte: autor/ano desconhecido. Arquivo do CEOM.

Outro exemplo é a narrativa mais conciliadora sobre o problema das primeiras ocupações de terras promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Santa Catarina, presente em entrevista que concedeu ao correspondente do periódico *O Estado* (Florianópolis), Marcos A. Bedin, em julho de 1985. Dom José Gomes sugeriu a possibilidade de assentamentos por meio de arrendamento de terras (e não desapropriações), defendendo o cumprimento estrito da lei vigente naquele contexto, e inclusive do Estatuto da Terra de 1964<sup>26</sup>, desenvolvido durante o governo que o próprio bispo chamou de “revolução” (a ditadura civil-militar) (*O ESTADO*, 06 jul. 1985, p. 24).

Se, por um lado, esses aspectos apontam que Dom José Gomes não esteve sempre na oposição às elites locais, por outro revela uma habilidade narrativa promotora de vínculo entre os despossuídos e os proprietários, ademais da cautela com as questões importantes da região e pelas quais não deixou de lutar na sua condição de autoridade máxima da Igreja local. Na prática, uma das primeiras mudanças ocorreu na liturgia onde, conforme Keller Bresolin (2017, p. 40), “as celebrações, antes rezadas em latim, cabendo ao povo apenas assistir aos ritos realizados pelo sacerdote, passaram a ser feitas em português”, permitindo que leigos participassem ativamente da vida da Igreja e dos ritos.

<sup>26</sup> Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 sancionada pelo General Castelo Branco. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm). Acessado em 24 abr. 2018.



Os debates sobre reforma agrária no âmbito da Igreja ocorriam desde o período do “milagre econômico”. Diversas notas e documentos foram lançados denunciando as consequências do modelo de crescimento empregado pelos militares que provocava a pauperização, o subemprego, a expulsão de camponeses e a marginalização. Os documentos eclesiais lembravam a existência de direitos garantidos por lei, expressos no Estatuto da Terra (1964), para além do respeito à propriedade.

A Igreja Católica, de acordo com José de Souza Martins, assumiu o compromisso de “denunciar um processo de desumanização do homem” (MARTINS, 1986, p. 69). É importante destacar que o Estatuto da Terra visava o desenvolvimento rural em conformidade com o ritmo de industrialização do país e que, embora concebido como uma ferramenta que possibilitaria a reforma agrária, foi pouco eficaz neste sentido, não passando de uma legislação conservadora<sup>27</sup> consultada pelo governo nos momentos de resolução de impasses no campo.

A compreensão da complexidade da área de abrangência da Diocese de Chapecó foi um dos aspectos importantes considerados pelo bispo e por agentes pastorais, percebendo logo o problema da concentração da terra em relação ao alto número de agricultores sem-terra. Sob referencial do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, Dom José Gomes coordenou visitas de padres e demais agentes às paróquias visando conhecê-las em suas especificidades, para em seguida organizar as informações e realizar “diagnósticos” da realidade da diocese.

Diante da presença de uma população diversa e de diferentes condições sociais, o bispo apontou contradições e denunciou situações de miséria e exclusão na região, sobretudo das populações sem-terra, indígenas e de caboclos<sup>28</sup>. O estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) oportunizou a estes (e outros) grupos discutirem suas condições de vida por

---

<sup>27</sup> De acordo com Panini (1990) e José de Souza Martins (1986), o Estatuto da Terra foi escrito baseado em um decálogo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) como resultado da Conferência da OEA, em Punta del Este, no ano de 1960. O IPES, juntamente ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foram órgãos empenhados na desestabilização do governo João Goulart a partir de 1962 através da propaganda e da agitação política.

<sup>28</sup> Compreendemos o “caboclo” como habitante pobre do meio rural, conforme aponta Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 48) em estudo sobre a Guerra do Contestado. “Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores e posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de João Maria”. De forma semelhante, Arlene Renk (2006) também emprega o termo “brasileiro” para designar esse grupo de pessoas. A autora discute, entretanto, maneiras estigmatizadas e depreciativas pelas quais os caboclos eram definidos pelos descendentes de europeus (“de origem”), que os classificavam pela “falta de higiene; a promiscuidade; os casamentos consuetudinários; [...] não aproveitamento correto do dinheiro obtido na safra da erva-mate; os problemas financeiros da entressafra e a espera pelo assistencialismo do Estado” (RENK, 2006, p. 11), revelando a complexidade das relações discriminatórias existente sobre estas pessoas.

meio dos grupos de reflexão. A crítica presente no posicionamento do bispo diocesano influenciou a maneira como estas pessoas entendiam seu próprio meio.

Em sintonia com o documento de Puebla, as CEBs oportunizaram aos leigos a participação ativa dentro da Igreja. Isso pode ser observado, por exemplo, no envolvimento de muitos caboclos que, na década de 1990, seriam representados dentro da Diocese de Chapecó pela Pastoral Cabocla. Décio Marchetti e Juraci Silva afirmam que foi da ação da Igreja renovada pela Teologia da Libertação que estes grupos étnicos passaram a se reconhecer como portadores de uma cultura própria que deveria ser valorizada. Os autores afirmam que:

A percepção e a valorização daquilo que é “próprio da cultura cabocla” deve-se, em boa parte, ao seu envolvimento nos movimentos de renovação que a Igreja, na Diocese de Chapecó, vivenciou a partir dos anos 1980, com a emergência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e por meio de suas pastorais. Suas reflexões, inspiradas na Teologia da Libertação, levaram em conta o contexto histórico-social da região e seus sujeitos.

A Pastoral Cabocla, organizada nos anos 1990, é resultado dessa concepção de que o “Reino de Deus” ocorre quando as pessoas se reconhecem como portadoras de dignidade plena sem precisar esconder ou camuflar sua história ou identidade cultural. Dessa maneira, passam a envolver-se em lutas políticas na concepção ampla da palavra, por meio da atuação em movimentos sociais e sindicais, como os que reivindicam a (re)distribuição da renda e a garantia de direitos sociais (MARCHETTI; SILVA, 2015, p. 124).

A consequência desta espécie de “tomada de consciência” dos caboclos trouxe reflexões sobre o futuro das novas gerações. Segundo Marchetti e Silva, a adesão de parte dos caboclos às novas práticas religiosas (geralmente ligadas ao protestantismo) visava diminuir o preconceito e a rejeição que sofriam na sociedade (MARCHETTI; SILVA, 2015, p. 125). Muitos caboclos foram movidos por uma expectativa de adaptar-se à “crise temporal” provocada pelas rápidas mudanças da sociedade, evidentes na urbanização e na transformação da paisagem, buscando uma inserção em novos espaços de sociabilidade. Não significa que estes tenham deixado suas crenças tradicionais de forma automática e instantânea, mas o contexto aponta para o pessimismo dos caboclos de maneira geral em relação ao futuro, buscando alternativas no presente para superá-lo.

Este pessimismo acompanhou caboclos que seguiram resistentes em seu modo tradicional de vida. Eles entendiam que sua cultura religiosa estaria ameaçada por conta do tempo (as rápidas mudanças tecnológicas e comportamentais personificadas nas novas gerações) e das igrejas protestantes (pentecostais e neopentecostais) em crescimento, por estas negarem a necessidade de santos para comunicar-se com Deus. Uma clara ameaça à fé católica

popular em João Maria<sup>29</sup> e à sua prática religiosa. Campigoto (1996, p. 91) afirma que, para a CPT, o declínio da forma de vida cabocla representava a própria extinção de uma organização social oriunda da “vontade divina”, que apesar de ter sido derrotada na Guerra do Contestado, permanecia resistindo com sua cultura em alguns pontos do interior do estado.

A estrutura familiar estaria sendo abalada por conta do esvaziamento da autoridade e do conhecimento dos pais. Os filhos, sobretudo aqueles ambientados no meio urbano, não reproduziam os mesmos valores dos pais, que foram reproduzidos anteriormente por muitas gerações. Os mais novos estariam recebendo informações qualitativamente distintas e absorvendo as normas de condutas relativas ao presente (e, podemos dizer, à indústria cultural e à propaganda), ignorando o passado. As gerações mais velhas, ainda que resistissem com sua cultura, não estavam imunes às transformações do presente e foram igualmente influenciadas. De acordo com Ângela Flora, a televisão engendrou novos padrões de comportamento, sobretudo para a juventude:

A juventude desse tempo esteve mais do que qualquer outro grupo social suscetível a absorver as novidades nos modos de vestir e se comportar, constituindo-se no que poderíamos chamar de uma “geração televisiva”. Almejou as roupas da moda lançadas pelas novelas, conquistar o mundo, projetos individuais, estudar, mudanças no namoro e comportamento sexual, demarcando uma ruptura comportamental entre as gerações (FLORA, 2007, p. 63).

No sermão do dia 20 de março de 1977, Dom José Gomes abordou o tema da família, colocando o problema da distância geracional entre pais e filhos naquele contexto. Esta citação indica também o choque provocado pela distância temporal que se estaria produzindo através do abandono das perspectivas dos pais – que, por sua vez, vinham sendo reproduzidos por várias gerações:

Todo o mundo afirma que a família hoje passa por muitas dificuldades. Existem os que afirmam que estas dificuldades vão aumentar ainda mais. **O mundo vai mudando rapidamente e muitas ideias novas vão surgindo.** São ideias que aparecem rapidamente e que muitas vezes modificam o comportamento das pessoas. A principal dificuldade que aparece em tudo isso é a **dificuldade dos pais entenderem os filhos e dos filhos entenderem os pais.** Os mais velhos não entendem os mais jovens, e estes não entendem os mais velhos. Há muita novidade no mundo de hoje: mais facilidade de estudo, muitas revistas, cinema, rádio, televisão em quase toda parte (LOVERA, 2013, p. 58. Grifos meus).

---

29 “A devoção ao monge João Maria emergiu na região contestada (oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná), em fins do século XIX e início do XX. Passaram, pela região, três monges, sendo o primeiro deles João Maria D’Agostini (ou de Agostinho). Segundo a tradição popular, tratava-se de um eremita que andava pela região curando, pregando e abençoando as pessoas. Não permanecia mais do que três dias no mesmo local e vivia do que a natureza oferecia e de doações” (MARCHETTI; SILVA, 2015, p. 119). Para um estudo mais aprofundado sobre o conflito do Contestado e suas lideranças, ver MACHADO (2004).

A desestruturação vivenciada pelos caboclos (jovens e anciãos) demonstra uma crise na perspectiva temporal deste grupo. O passado não conduz mais o comportamento familiar e passa a dividir espaço com a experiência do presente observada no comportamento e ambições dos caboclos mais jovens que não mais veem nos pais (experiência) a principal fonte de conhecimento. O futuro, por outro lado, é ambíguo: os mais jovens inserem-se nas expectativas contidas nos padrões propagados pelas mídias escritas, a televisão e o capitalismo; os mais velhos são pessimistas em relação ao presente e ao futuro por conta das rápidas mudanças observadas e previstas de maneira catastrófica por João Maria (filho matando pai, pai matando filho, cães adulados como crianças, crianças abandonadas e etc.).

Neste aspecto da juventude em específico (abarcando não apenas jovens caboclos), observamos que a Ação Católica foi um dos primeiros movimentos a valorizar a participação de jovens na Igreja. O movimento arrefeceu a partir do golpe de 1964 e retornou como prática “espiritualizada” (não combativa, conhecida como “encontrismo”) nos anos 1970 (FLORA, 2007, p. 24-29). A partir da TdL, a participação da juventude na Igreja ganhou fôlego e foi incentivada não apenas na narrativa, mas no uso efetivo dos espaços e recursos disponíveis. Entretanto, a visão religiosa sobre os jovens expressadas em materiais como cartilhas de formação, os carregava de um sentido romantizado:

O conteúdo das cartilhas aponta para a existência de perigos que comprometeriam a “ousadia” ou impediriam que o jovem desenvolvesse o seu senso crítico e todo o seu potencial transformador: programas televisivos, novelas, *shows*, os ídolos, a moda, as drogas, a discoteca são concebidos como “falsos deuses” que os jovens correm risco de adorar. Nesse sentido, a análise do material revela o caráter conservador do pensamento católico progressista (FLORA, 2007, p. 94).

Os efeitos desses aspectos “temporais” e modernos foram criticados por Dom José Gomes em diversas ocasiões – muitas das quais observamos nesse capítulo. Em um contexto de transformações velozes e a necessidade de compreensão deste tempo “no calor do momento” poderia orientar sacerdotes e agentes pastorais a interpretar movimentos de liberdade juvenil como um problema associado a modernização, ou seja, uma consequência direta do progresso desagregador da sociedade. Entretanto, observamos que a Diocese de Chapecó e as orientações católicas de modo geral seguem preceitos que não são puramente transformadores ou inovadores, contendo, evidentemente, aspectos tradicionais que resistem às mais variadas investidas do tempo – fator que consideramos como um “estrato” (KOSELLECK, 2014).

Do ponto de vista econômico, os caboclos sofreram no Oeste e Planalto Serrano com os trabalhos mais degradantes e subvalorizados, fruto de seu alijamento das esferas de decisão do estado ou dos municípios. Desde a Guerra do Contestado, ex-combatentes caboclos se

deslocaram para o Oeste em busca de terra e oportunidades de trabalho, tornando-se força de trabalho na área extrativista da madeira e como balseiros. Conforme Goularti Filho:

No planalto serrano e no Oeste, foram os pobres caboclos que se tornaram presas fáceis para os capitalistas da madeira. Os madeireiros enriqueceram em cima de uma dádiva divina e não distribuíram os frutos da riqueza. Na sua ânsia de valorizar ao máximo o seu capital, do ponto de vista sócio-ambiental, destruíram todo o planalto serrano, levando à extinção de aves raras e de matas nativas. O mesmo aconteceu com os caboclos da erva-mate, com os balseiros do Rio Uruguai e com os peões. A eles ficou reservado o trabalho mais degradante e arriscado. Muitos que perderam suas propriedades se juntaram aos sem-terra e ainda continuam na busca de uma posição social mais justa (GOULARTI FILHO, 2007, p. 123).

A “luta pela erva”, nos termos de Arlene Renk (2006), marcava nitidamente a fronteira étnica entre os caboclos e os “de origem” (migrantes ou descendentes de europeus). A autora afirma que ser ervateiro significava “ser” caboclo na medida em que esse ofício era a única alternativa de vida para essas pessoas, que a despeito das dificuldades (trabalho intenso mesmo em idade avançada, necessidade de levar a família para o “mato” em época de safra, risco de mutilações e etc.), preferiam isto à incerteza da pequena produção. Para os “de origem” que trabalhassem na extração de erva-mate, significava que o mesmo foi “acaboclado” (RENK, 2000b, p. 242).

O problema que se coloca na ordem do dia, para os caboclos, é a “dificuldade de existir”. A crise iniciada nos anos 1980 teve os seguintes fatores conjunturais colocados: a concentração expressiva da agricultura; a redução do volume de recursos de crédito agrícola e aumento dos juros; esgotamento dos recursos naturais por conta da exploração acima de sua capacidade; e a redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais como o milho e o suíno. Além destes fatores conjunturais, há também fatores estruturais como a distância dos mercados consumidores; escassez de terras nobres; fechamento da fronteira agrícola; estrutura fundiária pulverizada (minifundização); e a alta densidade demográfica (RENK, 2000a, p. 47).

Por esses motivos, o trabalho na extração de erva-mate era a única alternativa. A descrença no futuro, o pessimismo em relação às novas gerações e a falta de perspectiva de recuperação do “tempo d’antes” levava esses caboclos a uma condição de poderíamos chamar de “inércia temporal”: saudosismo do passado sem esperanças de recuperá-lo; precariedade no presente sem boas expectativas do futuro.

Conforme Renk, o desalento com o presente estaria verificado “nos sinais externos das moradias dos colonos, tais como as casas em desleixo, em abandono, ressaltando a ‘falta de cuidado’, que estaria refletindo o desânimo dos mesmos” (RENK, 2000a, p. 48). A juventude estaria refletindo estes “novos tempos”, pois abandonava a propriedade rural para tentar novas

perspectivas na cidade. O sinal disto estaria visível nos bailes: onde antes era um espaço para a formação de casais que davam continuidade nas casas (herdeiros), agora era frequentado apenas por idosos e crianças. Além disso, a saída dos jovens do campo também esvazia a força política dos agricultores, uma vez que a juventude não se interessaria mais pelos problemas do local.

Para os colonos mais velhos (migrantes ou não), sair do campo temporariamente era uma oportunidade de ter acesso a recursos não disponíveis na colônia. Para os homens, a possibilidade de ir para o Exército ou o Seminário representava aprender melhor o português, aprender algum instrumento musical, entre outros fatores que os diferenciavam daqueles que permaneciam. Era a oportunidade de “sair da asa do pai”. Para as mulheres, havia a possibilidade do convento ou de cursos de corte e costura, por exemplo.

Giralda Seyfert (1992, p. 5) aponta que a modernização do campo encontrou resistência entre colonos, sobretudo na racionalização da produção. A tradição da policultura baseada na subsistência com comercialização de excedente não concordava com a orientação de técnicos agrícolas do Estado que incentivavam a monocultura, integrando-os na cadeia de produção do agronegócio.

Renk (2000a, p. 312) destaca também que este contexto pessimista para os agricultores começa a mudar com novas iniciativas de diferentes grupos em relação ao campo. Um dos aspectos mencionados é a transformação no mundo religioso causado pelo Concílio Vaticano II e sua respectiva abertura para leigos nos ritos católicos. Outros fatores foram o melhoramento/abertura de estradas para escoar a produção; o acesso facilitado ao crédito no Banco do Brasil; os trabalhos de extensão rural (4-S); ampliação da rede escolar no campo; a energia elétrica e os novos aparelhos que se inserem (refrigeradores e televisão); acesso facilitado ao mercado (roupas, alimentos e etc.); e a agroindústria, que padroniza atividades de produção e manejo. Todos estes fatores representam, mais ou menos, o que a autora chamou de “encolhimento do mundo”, o que entendemos neste estudo como um período “acelerado”.

De todo modo, a iniciativa da Diocese de Chapecó em criar uma pastoral específica para debater os temas relacionados aos caboclos demonstra que sua atenção foi focada numa cultura rejeitada pelo projeto e ideologia das elites. Enquanto, para estas, a figura do caboclo representava um resquício do passado (um estrato de tempo) a ser superado em nome do progresso (integrando-os apenas na medida em que fossem úteis, ou seja, como força de trabalho barata), os setores católicos incentivaram uma espécie de “resgate” da cultura

tradicional, valorizando-a (mesmo que de forma romântica), e apontando consequências negativas de sua exclusão.

Adayr Tedesco e Romualdo Zimmer definiram a “teologia” de Dom José Gomes como a junção de ensinamentos do Concílio Vaticano II, os encontros de Medellín e Puebla, Encíclicas papais e a Teologia da Libertação. Embora não especifiquem como e quando se deu este contato, evidencia-se que o bispo estava inteirado sobre as discussões católicas do continente latino-americano. Sobre o contato de Dom José Gomes com a TdL, os padres afirmam:

*Da Teologia da Libertação:* sobre ela D. José não possuía uma obra específica que lhe servisse como manual de cabeceira. Sempre lia, isto sim, as principais obras dos autores desta corrente teológica da América Latina, deles aproveitando as intuições e pistas práticas. Sabe-se que, nos tempos áureos de sua atuação pastoral, D. José participava todos os anos de reuniões nacionais junto com um grupo de Bispos desta corrente teológica, com o propósito de aprofundar a realidade brasileira à luz da fé (TEDESCO; ZIMMER, 2002, p. 89. Grifos no original).

A influência direta da TdL na prática do bispo, segundo Tedesco e Zimmer, se evidenciou a partir de 1978 com a Campanha da Fraternidade “Trabalho e Justiça para todos”, que veremos adiante. É provável, portanto, que a atuação de Dom José Gomes tenha se aprofundado na medida em que a ditadura civil-militar ia se esmorecendo.

Para Paulo Gomes, a atuação e pensamento de Dom José Gomes foi caracterizada por uma “eclesiologia de baixo”, que explicaria a iniciativa de percorrer a região Oeste e vivenciar as diferentes situações e modos de vida do interior:

O pastoreio de Dom José Gomes está em sintonia com a eclesiologia que o teólogo Haight (2012, p. 21) define como “Eclesiologia de Baixo”, na qual se procura priorizar as relações humanas: a partir do concreto, existencial, realista e historicamente consciente. Estamos diante de uma visão eclesiológica que tem como marca a pluralidade. Dom José Gomes procurou estabelecer um diálogo com a comunidade regional e foi ao encontro das comunidades, das diferentes culturas estabelecidas na Diocese de Chapecó. O Bispo encurtou distâncias, esteve sintonizado com o contexto histórico de cada paróquia (GOMES, 2019, p. 28-29).

A narrativa de Dom José Gomes é composta de um amálgama de percepções sobre o desenvolvimento, o progresso e a modernidade. Em outubro de 1976, por exemplo, se analisarmos estritamente a narrativa do bispo, perceberemos um alinhamento com a concepção da Igreja Ultramontana. Ele queixou-se das dificuldades crescentes em combater o “paganismo” afirmando que “[...] hoje não é fácil pregar o Evangelho para os que não acreditam em Jesus Cristo. Nesta época das ciências e da técnica, o pessoal não se interessa muito por Deus. Pensam mais no progresso e no desenvolvimento” (LOVERA, 2013, p. 41). Esta fala não deixaria nada a desejar aos porta-vozes da Romanização.

Entretanto, quando colocamos as palavras do bispo em perspectiva histórica e espacial, vemos que o progresso e o desenvolvimento nesta época significavam diretamente “sucesso” e “riqueza material” para a região – além de uma concepção defendida como unânime no veículo configurado como “porta voz” das elites, o jornal *Folha d’Oeste* (conforme demonstramos no capítulo anterior). E não podemos, de forma alguma, afirmar que a elite local fosse “ateia” ou opositora da Igreja Católica. Estas mesmas elites impulsionadoras do desenvolvimentismo local também eram ligadas às ações da Igreja em comunidade, principalmente em relação aos ritos tradicionais e a caridade. Portanto, entendemos que o argumento do bispo se aproxima mais da crítica aos resultados socioeconômicos do progresso, do que a crítica aos iluministas originalmente formulada pela Igreja Ultramontana no século XIX.

Artur Cesar Isaia (2009, p. 101) propôs uma discussão em torno de uma pretensa “essência católica” do brasileiro, que teria se estabelecido desde o marco temporal da primeira missa rezada no território. Essa conclusão foi tomada como uma interpretação rasa no que se refere a efetividade da permanência de tal essência, considerando o crescimento do neopentecostalismo e outras vertentes religiosas, onde o autor conclui que esse pensamento “conservador” (que desconsiderava o pluralismo religioso) permaneceu no pensamento pós-Concílio que resultou na Teologia da Libertação.

João Pedro Stédile (2012, p. 22), por outro lado, afirma que um dos fatores fundamentais para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi precisamente a “vocação ecumênica” da Igreja Católica ao trabalhar juntamente com setores influentes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sobretudo no Paraná e entre descendentes de alemães, que se aglutinaram em torno da Pastoral Popular Luterana. Stédile defende que a formação de um movimento coeso só foi possível por conta do trabalho conjunto da Igreja católica “libertadora” e a luterana, que evitaram a pulverização em pequenos movimentos pela região.

O posicionamento crítico da Diocese de Chapecó era resultado ou condicionante das discussões levantadas em outros espaços e esferas de atuação da Igreja Católica. Conforme Campigoto (1966, p. 79), a CPT de Santa Catarina promovia debates sobre questões políticas e econômicas durante o calendário de celebrações (no Dia do Colono, na Romaria da Terra, na Páscoa, no Natal e etc.), como por exemplo em 1986, que discutiu criticamente o pacote econômico do governo José Sarney em clara conexão com a temporalidade.



Conforme Ivan Manoel, os preceitos da Igreja Ultramontana contemplam a “condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura)” (MANOEL, 2004, p. 45), ou seja, ocupando todos os âmbitos da vida e condenando tanto a economia quanto o avanço técnico-científico. Entendemos que nos sermões de Dom José Gomes a preocupação não é com a ameaça da modernidade para a fé na Igreja Católica (como o entende o ultramontanismo), e sim no seu resultado socioeconômico para os pequenos produtores rurais e pessoas empobrecidas do meio urbano da região Oeste de Santa Catarina. A modernidade, no campo econômico, resultou na exclusão destas pessoas, seja pelos novos padrões produtivos que os alijava do processo e pelo endividamento como resultado das tentativas de modernização, no campo, e seja pela proletarização e falta de oportunidades na cidade.

Este posicionamento do bispo estava em conformidade com o entendimento da Igreja do Vaticano. Em 1967, na Carta Encíclica *Populorum Progressio*, o Papa Paulo VI defendeu que “o desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo”<sup>30</sup>.

Assim, observa-se que a diferença na percepção de modernidade preconizada por Dom José Gomes (e outros sacerdotes ligados a Teologia da Libertação) não era a única discordância com a Igreja Ultramontana. De acordo com Ivan Manoel, o projeto católico vigente entre 1800 e 1960 implicava em:

1) aceitarem e praticarem os preceitos e o ritualismo católico em sua forma romanizada; 2) repelirem o conjunto teórico e filosófico racionalista do mundo moderno; 3) aceitarem o tomismo como única filosofia válida para a humanidade; 4) recusarem o mundo capitalista e recuperarem a feudalidade como paradigma social (MANOEL, 2004, p. 51).

Nestes termos, se a Igreja Ultramontana preconizava o ritualismo em sua forma romanizada, Dom José Gomes estabeleceu as Comunidades Eclesiais de Base, introduzindo leigos na vida da Igreja e da diocese (como os ministros de eucaristia) e rezando as celebrações em português em vez do latim. Se a Igreja deveria repelir filosofias racionalistas, os sacerdotes locais não deixaram de utilizar arcabouços teóricos da ciência (sobretudo do campo da economia e da sociologia) para compreender a região. E se a recusa do mundo capitalista deveria ser a regressão ao feudalismo para os ultramontanos, a TdL recusava o sistema sem evocar o passado feudal, aceitando a técnica e a tecnologia como meio de melhorar e facilitar a

---

<sup>30</sup> Esta Encíclica foi acessada *online* no site oficial do Vaticano, disponível em <encurtador.com.br/filR1>. Acesso em 04 nov. 2020.

vida das pessoas e condenando as consequências oriundas do mau emprego ou má distribuição destas (gerando pobreza, desigualdade social e etc.).

Não há, pelo menos nas fontes que estamos trabalhando, qualquer crítica das elites locais ao modelo desenvolvimentista, pois este estaria fundado nas estratégias do agronegócio para toda região Oeste de Santa Catarina. O bispo diocesano de Chapecó apontou, portanto, os problemas desta perspectiva quando já se observava em todo o Brasil os efeitos negativos da centralidade na modernização e no progresso, como a alta vertiginosa da desigualdade social e o endividamento crescente de agricultores.

No sermão do dia 06 de março de 1977, Dom José voltou a lamentar a supervalorização da riqueza “no mundo de hoje”:

No mundo de hoje, as pessoas pouco valem. O que vale é o dinheiro, e vale quem trabalha e produz para ganhar dinheiro. Nas cidades maiores, ninguém conhece ninguém. Há muitas pessoas, mas não se sabe quem é. Na colônia, na agricultura, também começa a mesma coisa das cidades. Todos precisamos produzir e produzir muito, senão não se vive mais. É aquele corre-corre o dia todo. Só vale quem trabalha, quem produz muito. E assim não há mais tempo para viver a vida de família. [...]. Quando papai só cuida do trabalho, só xinga em casa porque se gasta muito, a mulher e os filhos começam a pensar que valem menos que a lavoura, menos que o arado ou o trator, menos que uma junta de bois. Então nos convencemos de que valem menos do que as coisas, menos do que o dinheiro, menos do que os animais!... (LOVERA, 2013, p. 54).

Desse modo, não significa necessariamente que a religião como instituição estaria ameaçada, tal como defendiam os romanistas. A preocupação de Dom José Gomes é motivada pela desagregação da comunidade como resultado da impessoalidade, da busca incessante por melhor rendimento no trabalho e os conflitos familiares. Por causa deste “desvirtuamento” do mundo centrado na riqueza e no progresso, o bispo insiste em diferentes momentos sobre a importância das comunidades se interessarem mais pela união e pelo debate sobre sua própria realidade. Nestas passagens de Dom José Gomes, começamos a identificar mais claramente a influência da TdL em suas narrativas, em conformidade com o que Campigoto (1996, p. 88) identificou na atuação da CPT em Santa Catarina: “os agentes de pastoral opõem ao progresso, ao futuro proposto pela tecnologia da agroindústria, da extensão rural e da racionalidade desenvolvimentista, o presente vivido na pequena propriedade não tecnificada que se utiliza da enxada, da tração animal e da carroça”.

O “mundo de hoje” estaria subjugado pela lógica da acumulação, processo que teólogos ligados à TdL, como Hugo Assmann, identificam como “idolatria do mercado” (ASSMANN e HINKELAMMERT, 1989; SUNG, 2003). O papel da Igreja nesse contexto seria lutar contra as mitificações e idolatrias promovidas pelo capitalismo e pelo neoliberalismo que

propagandeavam a premissa do livre-mercado e previam “sacrifícios necessários” (resultados sociais injustos), orientados por um horizonte de expectativas utópico.

A centralidade na acumulação de dinheiro indica uma transformação dos tempos no que se refere à ascensão do neoliberalismo. Mesmo que o capitalismo já provocasse a acumulação de capital e previsse a desigualdade, a ideologia neoliberal não passava de uma referência para classes enriquecidas, que a praticaram à revelia da cultura das classes empobrecidas. Para Jung Sung (2016, p. 796-797), o neoliberalismo tornou-se um “mito” no sentido de que mal pode ser percebido, uma vez que as classes sociais (mesmo as mais baixas) enxergam o mundo por esta ótica, ou seja, estão imersos nessa forma de pensar e agir. O alastramento da ideologia neoliberal acabou por transformar-se em “núcleo estruturante” que atingiu as narrativas teológicas.

Recentemente, o Papa Francisco teceu críticas à “idolatria do dinheiro” e à “divinização do mercado” contra a lógica do neoliberalismo que estaria praticando o “capitalismo como religião”. Assim, Allan Coelho e Jung Sung (2019) defendem que essa associação estaria evidente em uma espécie de substituição do culto ao transcendental-metafísico divino pelo culto ao materialismo centrado no dinheiro e no mérito individual, uma vez que este propõe soluções que envolvem sacrifício no presente encarnando uma expectativa de completude e solução de todos os problemas no futuro.

Eder Sader reconhece na TdL um salto qualitativo da doutrina católica, porém, a classifica como uma narrativa “normatizadora” (tal como a doutrina tradicional). Todavia, o que nos parece importante nesta matriz é a base em que ela se forma – sendo, a nosso ver, uma relação dialética entre os valores tradicionais e as ciências sociais racionalistas do período. Para Sader:

Se [...] a Igreja se abre para reconhecer as aspirações e lutas “humanas”, a própria caracterização daquilo que é “verdadeiramente humano” representa uma normatização [...]. É em nome do direito natural – baseada, portanto, em valores supremos que transcendem qualquer relativismo sociológico – que ela combate a “imoralidade” expressa tanto na permissividade sexual quanto nas arbitrariedades policiais, tanto no egoísmo da exploração capitalista quanto na quebra dos laços familiares. A Igreja em Medellín reafirma o papel central da “família cristã” na preservação da moralidade que ela prega e que se vê ameaçada pelo crescimento de “uniões ilegais” e “ocasionais”, pelo “divórcio tão facilmente aceito”, pelas “desordens sexuais”, “acentuação do hedonismo e do erotismo”. No plano familiar, a norma do recato, da obediência à “lei divina”, manteve a Igreja como pilar da ordem social. Embora, ao denunciar as condições econômicas do capitalismo que provocam a desagregação familiar nas camadas pobres da população, seu “combate moral” vincule-se a uma “denúncia política” (SADER, 1988, p. 154).

Esta matriz discursiva moralizante está presente nos sermões de Dom José Gomes. Não obstante, Sader minimiza a influência das ciências sociais neste processo, o que nos parece um equívoco, bastando observar os escritos dos principais expoentes da TdL para compreender o papel das ciências racionalistas na argumentação teológica. Nos parece mais coerente, nesse caso, observar que a prática da Igreja é oriunda de uma relação dialética entre os valores católicos tradicionais (moralizantes e mais próximos do ultramontanismo) e as interpretações sociopolíticas das ciências racionalistas (economia e sociologia), configurando-se, a nosso ver, em uma tomada de posição mais expressiva que uma mera “denúncia política”.

Já apontamos, no primeiro capítulo, quais são os limites das ciências (e do marxismo) diante da matriz católica. Porém, entre as referências de teólogos responsáveis por formular definições da TdL havia leituras racionalistas do campo da economia e da sociologia, como se observa nas obras de Gustavo Gutiérrez (1975) e Enrique Dussel (1988). Portanto, mesmo para uma doutrina, a concepção “libertadora” da Igreja não prescindiu da temporalidade (ou “realidade”, se quisermos) por meio das ciências humanas e econômicas.

No contexto de ascensão da TdL, o Cristo “tradicional”, metafísico e salvador na “vida eterna” – no pós-morte – deu lugar a um Cristo humanizado que propunha a salvação dos homens e a transformação do mundo *hoje* (e não no futuro), conforme vimos no primeiro capítulo. Esta concepção está inserida em diferentes sermões de Dom José Gomes até o ano de 1982, como quando afirma, em 1975, que o “[...] cristão, como foi Cristo, deve ser um homem para os outros” (LOVERA, 2013, p. 37), ressaltando ações no presente; em fevereiro de 1978, no terceiro domingo da quaresma, pedindo que “Deus nos ilumine nesta quaresma para sermos pessoas que amem a justiça e criem um mundo que **Deus quer**” (LOVERA, 2013, p. 100. Grifos meus), tal qual a concepção libertadora apontada por Catão (1986). Na celebração do Natal de 1978, o bispo afirmou que:

O mundo está cheio de injustiças. Se ninguém trabalha pela justiça, o Reino de Deus não vai chegar até nós. Não podemos esperar que a justiça venha por conta própria. Quem sofre injustiças tem que lutar firme com o Cristo, sem violência, com muito amor pelos irmãos, para assim haver justiça no mundo. Justiça sem bagunça (LOVERA, 2013, p. 127).

Ou seja, não esperar que a justiça venha por conta própria resulta em uma ação concreta na realidade para a salvação católica, não dependendo exclusivamente da vontade de Deus, de ações de caridade ou o mero aguardo pelo Juízo Final, mas pela luta dos injustiçados no presente. Este objetivo poderia ser alcançado de forma pacífica (“sem bagunça”), porém, a

persistência das injustiças resultaria em movimentos contestatórios e revolucionários, como lembrou na celebração do dia primeiro de 1980:

Atrás das revoluções, quase sempre está o desprezo pelas pessoas, a exploração de grupos fortes contra grupos fracos. E, algumas vezes, está a ganância de algum político. E este se torna um ditador. Outras vezes, o país vive sempre em revoluções. [...]. Sem justiça não há paz. E num país onde a maioria da população é pobre e miserável e apenas alguns são ricos, dificilmente haverá paz. Ninguém pode dizer que em nosso país existe a paz. [...]. Greves em toda parte mostram o descontentamento dos trabalhadores e servidores públicos. A inflação e o custo de vida subindo assustadoramente. Troca de ministro. Manifestações populares contra o custo de vida. Tentativa de estabelecer os salários. Os pequenos agricultores querendo fazer seus sindicatos próprios (LOVERA, 2013, p. 192).

Observa-se que persiste a crítica ao governo brasileiro e a maneira como este conduzia as questões sociais e políticas. A injustiça das ditaduras geraria revoluções. E a realidade social da ditadura brasileira (no presente) justificaria o enfrentamento por variadas vias, desde as revolucionárias (ainda que a diocese defendesse uma organização pacífica) até greves e tentativas de organização sindical. Outro sermão, em março de 1980, relaciona a luta contra a injustiça com a trajetória de Jesus e aborda situações do contexto brasileiro de então:

A escravidão de hoje é a miséria do povo. A multidão de miseráveis nas grandes e pequenas cidades ameaçando a “paz social”. A dívida externa do país, a inflação, a ditadura que está prometendo uma abertura política. A falta de alimentos, pois devemos importar feijão, milho, batata, leite, queijo, cebola e até alho. Tudo isto são escravidões em que vivemos, e quem sofre é povo. [...] Os posseiros e pobres trabalhadores do campo sabem, hoje, que a terra é de quem nela trabalha. Eles estão fincando o pé na terra e dizendo que dali só saem depois de mortos. Criaram coragem para resistir ao roubo de suas terras pelos grandes e estrangeiros. O grito dos fracos assusta até os poderosos. São pequenos sinais de esperança. Sinais de que a salvação trazida por Jesus começa a dar seus frutos no meio dos pobres e explorados (LOVERA, 2013, p. 201-202).

A ação concreta do homem na temporalidade – e estamos assumindo, é claro, que a teleologia católica tradicional permanece na TdL e na narrativa do bispo –, embora não fosse exclusividade da Igreja inaugurada no Concílio Vaticano II, foi um elemento central nos sermões de Dom José Gomes. Nesse sentido, há uma mudança em relação às concepções antigas de Igreja, onde o sofrimento e as injustiças direcionariam as pessoas para a salvação. Para a TdL – e para o bispo diocesano – era necessário agir no mundo e transformá-lo em como “Deus quer”, conforme celebração do dia 02 de dezembro de 1979:

**O mundo vai mudar, se nós trabalharmos para mudar.** Se nós nos unirmos para defender nossos direitos. Se nós trabalharmos para mudar o que é injusto. É bom e necessário rezar. Mas **só rezar não muda o mundo.** Enquanto o pobre, o agricultor e o posseiro ficam rezando, os grandes dos negócios vão tomando conta da terra, vão vendendo a terra para firmas estrangeiras. E o pobre vai ficando mais pobre ainda, na beira das cidades. E ali não tem emprego, não tem atendimento médico, não tem escola, não tem casa, não tem comida.

Só rezando, a comida não chega à mesa. Só rezando, a casa não fica pronta. Só rezando, não se ganha remédio e não se cura a doença. É preciso rezar, **ter fé em Deus e lutar**. [...]. Lutando assim, Deus vai ajudar (LOVERA, 2013, p. 178. Grifos meus).

Além de explicitada a vontade de transformar o mundo em como “Deus quer”, nesta passagem fica nítido o amálgama a que nos referimos. Ao mesmo tempo em que signos tradicionais do catolicismo estão presentes – a reza e a fé – colocam-se também os problemas socioeconômicos característicos da região, pregando a saída através da ação prática – a luta – expondo a necessidade de “ter fé em Deus e lutar”, ou seja, amalgamando a espiritualidade católica e a ação racional diante do materialismo na temporalidade.

Vejamos outras situações semelhantes, onde a reflexão e incentivo para a ação sobre os problemas socioeconômicos da região se fizeram presentes na doutrina do bispo, tal como na TdL. Cerca de um ano depois, na celebração do dia 14 de dezembro de 1980, Dom José Gomes reafirmou a necessidade de ter fé ao mesmo tempo em que age socialmente em favor das mudanças na sociedade visando a superação das injustiças, sobretudo das questões ligadas ao trabalho no campo:

Deus não muda o mundo, não faz reforma agrária, não melhora o preço do milho, do feijão, do porco; não melhora a política, o sindicato a cooperativa, se vocês não estudarem estes problemas e não se unirem e lutarem para que sejam tratados como gente. Pensem bem no que acabo de dizer (LOVERA, 2013, p. 241).

Assim, se “Deus não muda o mundo”, assume-se que o “Reino de Deus já começa aqui”, conforme afirmou Dom José Gomes em março de 1981. Por este motivo seria necessário agir na temporalidade dos homens e “[...] começar a construir, com vontade, o Reino de Deus. Por isso todos devem colaborar em tudo o que ajuda a melhorar a comunidade e o povo. Uma das coisas importantes, em que todos devem colaborar, é o problema da justiça social!” (LOVERA, 2013, p. 255-256). Esta sugestão do bispo também indica a influência da TdL e a preocupação com bases interpretativas da temporalidade, uma vez que o diagnóstico do problema social era resultado de análises racionalistas somadas ao pensamento religioso.

Em novembro de 1981, no sermão para a Festa de Cristo Rei, a ação concreta na temporalidade dos homens foi incentivada através do exemplo da trajetória terrena de Jesus Cristo. Esta relação é feita com alguma frequência nos textos, sobretudo nos acontecimentos ligados à injustiça no presente:

Os problemas que Jesus diz que devem ter solução e que nós devemos ajudar são os problemas da *fome*, da *sede*, da roupa, das doenças, dos *direitos humanos*, da terra, da casa. Hoje, nós chamamos estes problemas de *problemas sociais*, ou *problemas políticos*! E todos são problemas que devem ser resolvidos com a ajuda dos cristãos, se querem ganhar o céu. Se querem ir para o inferno, não metam a mão nisso ou não se preocupem com isso.

Estes problemas **se resolvem hoje**, através da união do *povo de Deus*, lutando pelos sindicatos autênticos, pelo verdadeiro cooperativismo. Pela previdência social. Pelos preços justos. Pelos salários e leis sociais. Pela reforma agrária verdadeira. Lutando pela educação, pela saúde, pela higiene e pelo respeito aos direitos humanos. Com estas lutas, onde todos estamos unidos, nós cumprimos com o Evangelho. Cumprimos o que Jesus mandou. Por isso, dizemos que lutar para resolver os *problemas sociais* é praticar o Evangelho. [...]

**As palavras e os ensinamentos são de Jesus e não invenção de padres, bispos, ou agentes da pastoral subversivos** (LOVERA, 2013, p. 296-297. Grifos em itálico no original. Grifos em negrito meus).

“Ganhar o céu”, nestes termos, é resultado da ação concreta na temporalidade. Há, portanto, uma inversão da doutrina tradicional, pois esta, desconfiada dos rumos da modernidade, defendeu uma regressão para a Igreja medieval onde a ação dos homens sobre a temporalidade humana não deveria transcender a doutrina de Roma, menos ainda se esta ação implicasse em uma afronta à autoridade papal, como foi o caso dos Estados que iam-se laicizando no século XIX.

“Não meter a mão” nos assuntos socioeconômicos – ou seja, abster-se de discutir e resolver estes problemas – passa a ser a razão da condenação ao inferno. Como já demonstramos no capítulo um, o fator socioeconômico é central na TdL e nas prerrogativas resultantes do Concílio Vaticano II, e estas interpretações da temporalidade humana foram oriundas das leituras racionalistas da economia e sociologia marxistas. Desse modo, a salvação não dependeria da penitência e da caridade na vida temporal, e sim da interferência direta e luta concreta contra os pecados produzidos pelo *status quo* político.

Além de podermos observar a centralidade que Dom José Gomes atribui ao presente (resolver os problemas sociais *hoje*, sem aguardar o Reino de Deus após a morte) e de vermos novamente a relação entre a doutrina católica reinterpretada pela TdL e os problemas sociopolíticos, nos chama a atenção que as narrativas mais “polêmicas” venham acompanhadas por uma espécie de autodefesa sobre seus posicionamentos políticos, o que nos parece um recado a informantes ou opositores presentes nas diferentes comunidades e capelas da Diocese de Chapecó onde os sermões eram lidos. Assim, o ensinamento do dia era justificado pela doutrina católica e pela própria trajetória de vida de Jesus Cristo, procurando relativizar as concepções socioeconômicas de determinadas correntes de esquerda do período consideradas “subversivas”.

A interpretação concreta do presente fica demonstrada na sugestão do bispo aos cristãos católicos para a defesa de bandeiras existentes na ordem do dia. A luta pela educação, pela

saúde, pelos sindicatos autênticos<sup>31</sup>, pela previdência, pela reforma agrária, por salários, pelo respeito aos direitos humanos, etc., eram sinônimos de cumprimento do Evangelho, coincidindo com um período de abertura da ditadura civil-militar (sem significar, entretanto, que o aparato repressor não foi acionado contra agentes pastorais).

A comparação da trajetória de Jesus Cristo com o compromisso cristão no presente constou também na celebração de março de 1982. O recado de Jesus – que na doutrina cristã sacrificou-se para salvar a humanidade – era para aqueles que se dedicavam à causa dos oprimidos “[...] mesmo arriscando a própria vida” (LOVERA, 2013, p. 326). A dedicação viria desde causas mais simples (pela liturgia, pela escola e o esporte), passando pela defesa das cooperativas e dos sindicatos, até as “[...] coisas [que] começam a se complicar” (LOVERA, 2013, p. 327) como a reforma agrária, a luta pela posse da terra, a luta pela defesa dos bairros e favelas. E o bispo alerta que nesse ponto “[...] já são poucos os que se arriscam nestas lutas” (LOVERA, 2013, p. 327). Dom José Gomes enfatiza que não basta a oração para os cristãos e sim a ação concreta na temporalidade dos homens: “Estar no monte com Jesus era cômodo! Mas Jesus diz: ‘Vamos descer do monte. Vamos para o meio do povo’. Teremos nós a coragem de estar no meio do povo?” (LOVERA, 2013, p. 328).

Dias depois, no mesmo mês e ano, o bispo falou sobre as diversas tentativas de Deus em alertar nobres e reis sobre o desrespeito consigo e das suas leis, enviando profetas à Terra. Quando as tentativas esgotavam, Deus castigava com destruição e morte para “educá-los” e lembrá-los de sua presença. Na segunda parte do sermão, relaciona-se a presença e os alertas divinos com acontecimentos contemporâneos:

As lutas dos agricultores sem terra para ter o seu pedaço de terra, principalmente os posseiros do norte e nordeste. Vocês acham que Deus pode concordar que tantos milhões de agricultores continuem pobres e miseráveis? Nesta luta dos posseiros não está a mão de Deus educando o seu povo para que não seja mais escravo? A luta dos sindicatos dos cortadores de cana, verdadeiros escravos dos donos das fábricas de álcool e de açúcar... Deus aceita tal escravidão? Será que Deus não está presente *e educando seu povo?* (LOVERA, 2013, p. 333. Grifos no original).

Dessa forma, se Deus estava “permitindo” que houvesse miséria e violência na temporalidade dos homens, era para conscientizá-los para a organização e resistência no presente com vistas a transformação através da luta. As dificuldades do cotidiano, impostas pela “realidade”, encontrariam solução na própria trajetória de Jesus Cristo como figura ao mesmo tempo sagrada e humanizada que foi, ele mesmo, atingido pelas mazelas de seu tempo. Essa

---

<sup>31</sup> Concepção de sindicato que reivindicava a verdadeira natureza e função dos sindicatos, qual seja, a mobilização e luta por direitos contra o caráter assistencialista e atrelado aos patrões, como ocorria na época.



concepção do Cristo humanizado foi elaborada em estudos de Leonardo Boff, conforme aponta Claudete Gomes Soares (2000, p. 86).

De acordo com Cleto Caliman (1999, p. 167), “o pressuposto dessa [...] postura é que Deus fala ao mundo e à Igreja pela linguagem dos acontecimentos históricos”. A ação concreta era verificada na formação dos sindicatos autênticos, na organização dos operários em todo o Brasil, nas Comunidades Eclesiais de Base e no problema dos indígenas:

É o povo simples descobrindo que não pode mais se deixar explorar, porque Deus não quer ser *Deus de escravos*. Ele quer a *verdade que liberta*. Podíamos ainda falar da Fazenda Burro Branco, das estradas, das assinaturas pela previdência social, os acampados de Ronda Alta! (LOVERA, 2013, p. 333-334. Grifos no original).

Neste sermão de abril de 1982, percebe-se que a ação no campo ganhava forma. Este assunto relativo à resolução de problemas da comunidade através do envolvimento efetivo das pessoas era abordado por Dom José Gomes pelo menos desde 1977. Embora com aproximação mais “cautelosa” do tema (ou, poderíamos dizer, “introdutória”, mesmo nos últimos anos da ditadura civil-militar), o bispo incentivou a comunidade a fazer uso de instrumentos de luta existentes para superação dos problemas enfrentados.

Em março de 1977, ele alertou sobre como as famílias do interior estavam conectadas apenas por meio da capela e da escola, sem manter uma relação mais forte com o restante da comunidade. Entre os problemas, sobressaíam-se os relacionados a jovens que não se interessavam em ajudar nas ações promovidas pela Igreja. Em um dos pontos, o bispo cobrou a seguinte questão:

*f) o interesse em outros assuntos importantes da comunidade: por exemplo, o problema dos sindicatos rurais, os problemas das cooperativas, os problemas de melhorias das condições de saúde, higiene, alimentação... Por que será que despertam pouco interesse e a maioria não colabora nessas coisas? E, quando se fala do desenvolvimento técnico dos agricultores, quantos acreditam nisso? Se a família se abrir e colaborar para estes problemas, todos da comunidade podem melhorar a própria família (LOVERA, 2013, p. 62. Grifos no original).*

Portanto, a organização da comunidade e o uso dos instrumentos legais para cobrança de melhorias demonstra a ação concreta do bispo, incentivando as comunidades a tomarem parte da transformação através da luta. Se demonstra, também, que a modernização enquanto progresso técnico (material) não é necessariamente combatida, mas vista como fator positivo.

Assumimos como válida a interpretação de Silva e Hass quando afirmam que o progresso de maneira geral não foi necessariamente criticado por representantes da cultura política “democrática” de esquerda no município, inclusive durante a gestão do Partido dos Trabalhadores a partir de 1997.

O Bispo Diocesano Dom José Gomes (1921-2002) é considerado o grande representante da corrente teológica conhecida como Teologia da Libertação e incentivador dos movimentos sociais da região Oeste de Santa Catarina. Em 1976, em um de seus sermões dominicais, Dom José Gomes expõe: “Porque o progresso, a técnica, a paz e a igualdade dos povos é ter fome de Deus. Deus é o autor do progresso, do desenvolvimento e da paz” (SILVA; HASS, 2017, p. 344).

Compreendemos, entretanto, que o progresso assume duas formas. Por um lado, o incentivo dado ao progresso visava a melhoria das condições de vida das pessoas. Por outro, o “modelo” de progresso praticado pelas elites foi criticado por seus efeitos socioeconômicos, que resultavam na má distribuição e acesso aos maquinários e recursos técnicos, provocando desigualdade e miséria entre os trabalhadores. Estes efeitos, portanto, foram condenados pelo bispo diocesano de Chapecó, já que observava que o progresso técnico veio acompanhado pelo aprofundamento das relações capitalistas que provocavam problemas sociais, desagregação de famílias e dos valores comunitários.

Na narrativa de Dom José Gomes, Deus foi autor de todas as coisas, inclusive de “lições” que não são, necessariamente, positivas. Serviam para “educar” seu povo. O progresso como “fome de Deus” poderia significar, neste caso, uma espécie de “progresso espiritual” orientado por preceitos católicos, ou mesmo o progresso material enquanto facilitador da vida dos trabalhadores. Mais uma vez, compreendemos que o alvo era o modelo de desenvolvimento empregado por conta de suas consequências socioeconômicas entre as camadas mais vulneráveis.

De todo modo, concordamos com os autores que o ideário de progresso permaneceu como elemento invocado nas disputadas de poder ao longo dos anos 1990 e 2000, inclusive em campos vinculados à esquerda. O que nos interessa ressaltar é que o bispo, munido das leituras eclesiais orientadas pelo Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação, teceu críticas diretas e objetivas contra o modelo de progresso implantado na região, no sentido de demonstrar as consequências desta ao longo de 30 anos.

Figura 11 – Homenagem a Dom José Gomes em 1999



Fonte: autor desconhecido. Arquivo do CEOM.

Em outubro de 1977, as comunidades foram provocadas outra vez a agir. As famílias deveriam ser portadoras de uma ação missionária coletiva e superar a fé individual (ou de núcleo familiar) em favor do conhecimento de sua própria realidade e daqueles que os circundavam. Desse modo, o sermão trouxe dados recolhidos pela própria Diocese de Chapecó sobre a região:

Todas as comunidades têm famílias pobres. Na cidade existem muitas. Quanto maior a cidade, maior será o número de pobres ao redor dela. Mas também na colônia existem muitos pobres. Na colônia temos muita gente sem terra, que vive de cá para lá, como agregados, como peões. Num levantamento feito em nossa diocese descobrimos que existem mais de 20 mil famílias sem terra. Isto significa que temos mais de 100 mil pessoas pobres, ou que estão no caminho da pobreza. E isto só no meio da colônia, sem contar os pobres das cidades, que também devem andar pelos 100 mil. Vocês se deram conta desta realidade? (LOVERA, 2013, p. 79)

Assim, observamos que para enfatizar a necessidade de agir na temporalidade dos homens no presente, a Diocese de Chapecó tratou de circular pela região Oeste de Santa Catarina recolhendo dados para compreender melhor seu quadro social, traçando ações e estratégias para interferir na mesma, como observamos anteriormente.

Se a desagregação da comunidade e das famílias era uma preocupação por parte do bispo, maior ainda era seu empenho em estimular jovens a se integrarem às atividades da Igreja. Na celebração de 16 de outubro de 1977, sob o título “O Brasil é nossa família”, Dom José Gomes abordou os indígenas e a questão das missões católicas em regiões empobrecidas do país, provocando a juventude a envolver-se nos trabalhos missionários de agentes cristãos nas

prelacias (dioceses em formação) desde o Mato Grosso, passando pelo Norte até o Nordeste brasileiro, ressaltando as dificuldades vividas pelas pessoas nestas localidades e a predominância de missionários estrangeiros em relação aos brasileiros.

Neste tema, o bispo finaliza perguntando e afirmando: “você sabia que nas prelacias há tão pouco brasileiro trabalhando como missionário? Mas em compensação existe muito gaúcho e catarinense roubando as terras dos pobres” (LOVERA, 2013, p. 83). Uma afirmação que, sem dúvidas, causava mal-estar em alguns setores das comunidades, e demonstra o conhecimento do bispo sobre os processos de espoliação e grilagem de terras na região.

A participação da juventude na Diocese de Chapecó – desde um viés combativo – foi incentivado por Dom José Gomes a partir do encontro episcopal de Medellín. Durante seu bispado, a Pastoral da Juventude teve grande relevância e foi uma das bases importantes que formou lideranças políticas engajadas nos movimentos sociais. O declínio do protagonismo jovem, segundo Ângela Flora (2007, p. 42), coincidiu com os problemas de saúde e progressivo afastamento do bispo das atividades da diocese, além da ascensão da Renovação Católica Carismática centrada no individualismo/espiritualismo.

O baixo envolvimento de pessoas interessadas no sacerdócio verificava-se também nas comunidades caboclas que viam nesse desinteresse um sintoma dos tempos “corrompidos” do presente. De acordo com Renk:

Veja-se o caso das vocações, também essas estão em crise. Não obstante o Brasil meridional ser considerado um celeiro de vocações, em relação a outras regiões do país, mesmo assim o recrutamento para a formação de religiosos está em crise: os seminários menores da região foram fechados, inúmeros sacerdotes e religiosas têm abandonado o hábito, e o recrutamento de novos integrantes ao clero está cada vez mais reduzido. As frequências às práticas religiosas também diminuíram. A missa, atualmente, é assistida pelos idosos: “só os velhos vão na Igreja. Os novos não têm mais tempo”. [...]. O discurso derrapa para os rompimentos, as subversões, isto é, valores em naufrágio. Assim, acoplam-se os casamentos dissolúveis. E o considerável aumento de moças que casam grávidas. O que antes era impensado, o que era raro de ocorrer, hoje tornou-se comum, ao menos no que diz respeito ao último aspecto, e é razão para escândalo (RENK, 2000a, p. 61).

A valorização, portanto, da vida e costumes de caboclos refletia uma espécie de “retorno” a um tempo em que a religiosidade era valorizada e significava um elemento aglutinador da comunidade, agregando valores cristãos caros a estes grupos. O pessimismo em relação ao presente era resultado das transformações da paisagem, do êxodo rural e a corrupção de valores tradicionais.

Na questão dos povos indígenas do Brasil, revela-se outra vez que a Diocese de Chapecó vinha estudando e refletindo sobre a realidade da região:

Hoje ainda existem um pouco mais de 150 mil índios. Alguns dizem que são 200 mil. Nem sabemos bem quantos índios temos! E estamos querendo ainda liquidar os poucos índios que restam! Como é que estamos procedendo? Invadimos suas áreas de terra! Roubamos suas terras, como se eles não fossem gente! Isto acontece em toda parte. De Norte a Sul do país, a invasão das terras dos índios está sendo uma vergonha! Rouba-se a terra! Em alguns lugares matam-se os índios! **E isto em nome do progresso e da produção agrícola. Pobre progresso, pobre produção que é feita pela miséria e pelo sangue dos outros.** [...] Na região das missões a coisa se torna mais dramática. Se os índios não fogem, até se mata índio para roubar terra. E os que fazem isso não são os que compram grandes fazendas. São os donos de indústrias e donos de muito dinheiro. Assim como vão indo as coisas queremos mesmo é acabar com os índios. Mas será que isto é cristianismo? **Será que isto é progresso?** (LOVERA, 2013, p. 84. Grifos meus)

Portanto, sob a ótica do bispo, em nome do progresso e da produção agrícola – aspectos característicos do desenvolvimentismo e do horizonte de expectativas das elites locais – produzia-se miséria, desigualdade e morte entre os indígenas. O comentário direcionado aos industrialistas e “donos de muito dinheiro”, responsáveis por tal modelo de produção, exemplifica a interpretação oriunda das ciências sociais empregada no sentido de explicar “causa e efeito” da situação dos indígenas. Naquele contexto, o ideal de progresso era amplamente divulgado e reproduzido pelas elites chapecoenses, sendo, certamente, de conhecimento do bispo diocesano.

Revela-se que Dom José Gomes e a Diocese de Chapecó – animados pela TdL – renunciavam desde o final da década de 1970 um processo de inversão de valores, de enfraquecimento da perspectiva cristã defensora da igualdade, de centralidade no dinheiro e no desenvolvimento material, que subvertiam a própria teologia católica valorizadora dos laços afetivos da comunidade, da solidariedade e da comunhão em família. Em outras palavras, a Igreja Católica parecia sentir os ventos do neoliberalismo.

O “mito do desenvolvimento” (SUNG, 2016, p. 801) serviu como núcleo estruturante e normalizador da lógica do progresso, sobrepondo interesses do mercado e da técnica sobre saberes e costumes tradicionais. Essa racionalidade, ou esse “mito”, encontrou seus limites na década de 1980 com a ascensão de um novo mito: o neoliberalismo. A busca incessante pela acumulação de capital econômico e esquecimento proposital ou não dos efeitos nefastos para o campo social se tornaram norma, e Dom José Gomes foi sensível a esse novo contexto.

Como vimos no segundo capítulo, o termo hegemônico de progresso presente no semanário *Folha d'Oeste* de Chapecó denotava o modelo de desenvolvimento centrado no avanço tecnológico, da infraestrutura e no consumo para o campo e para cidade, ao mesmo tempo em que se verificavam poucas atitudes (ou mesmo nenhuma) em favor de avanços sociais na forma de políticas públicas que confrontassem a situação de desigualdade social crescente

do estado de Santa Catarina e de Chapecó, uma vez que estes setores públicos estavam ocupados pelas elites em torno de Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês. A questão do trabalho, por exemplo, aparecia em segundo plano nas narrativas da elite chapecoense através de seus porta-vozes (periódicos de informação e pronunciamentos/ações de clubes de serviço e associações de classe entre as décadas de 1950 e 1970).

Na celebração de 12 de fevereiro de 1978, 1º domingo da quaresma, foi anunciado o tema da Campanha da Fraternidade daquele ano: Trabalho e Justiça para Todos. Para os padres Adayr Tedesco e Romualdo Zimmer, foi nesse momento que influência da TdL ficou mais evidente na atuação de Dom José Gomes. O bispo levantou os aspectos positivos do trabalho (como a luta pela sobrevivência, o sustento, a fabricação de ferramentas e a transformação do mundo, indicando que a técnica não era, necessariamente, negativa), e abordou os aspectos negativos do trabalho da seguinte forma:

Caim já matou seu irmão Abel por causa da inveja. Os homens começaram a brigar por causa das terras. Por causa do gado. Por causa do ouro e do ferro. Quem tinha mais explorava os que tinham menos. Começou assim a escravidão. Compravam-se homens para o trabalho, como nós compramos hoje uma junta de bois ou um trator. **Quando terminou a compra de homens para o trabalho, apareceu a exploração nos preços do trabalho através do salário mínimo.** Para os agricultores veio a exploração dos preços de seus produtos, a falta de terra para trabalhar. A maioria dos agricultores tem pouca terra. E, no entanto, alguns têm terra que não sabem o que fazer com ela. Por causa de terra, hoje, se mata como no tempo de Caim e Abel (LOVERA, 2013, p. 96. Grifos meus).

O trabalho e o salário são elementos centrais para marxistas na categoria de *mais-valia*. E é possível afirmar que Dom José Gomes provavelmente teve contato com estas leituras, mesmo que através de terceiros. Seria o caso de o bispo ter lido autores como Gustavo Gutiérrez e Enrique Dussel, nomes fundamentais da TdL, que mobilizam categorias e autores marxistas em seus escritos. Este elemento é importante também na Teoria Marxista da Dependência, sendo a “superexploração da força de trabalho” uma de suas principais categorias. Através de outros termos, como “realidade” e “classe”, se demonstra também o contato de Dom José Gomes com leituras racionalistas das ciências sociais.

Em março de 1978 (4º domingo da quaresma), ainda sobre o tema geral da Campanha da Fraternidade – Trabalho e Justiça –, o bispo afirmou que “a justiça nos obriga a conhecer a situação de nossos irmãos. [...]. **Os entendidos** dizem que isto é conhecer a realidade. Então podemos dizer que a realidade do mundo não é nada bonita. Somos explorados de todos os lados e achamos que tem que ser assim” (LOVERA, 2013, p. 101. Grifos meus). Os “entendidos” só podem significar, neste contexto específico e de acordo com os termos empregados, os intelectuais da sociologia e da economia categorizados na filosofia racionalista.

Na mesma celebração, no subtítulo “A justiça deve ser animada pela bondade”, Dom José Gomes afirma:

Bondade não é aceitar as injustiças cometidas pelos outros. Bondade não é aceitar as situações injustas e as explorações, de boca calada. Mas a bondade exige que lutemos com coragem pela justiça e fraternidade de todos. **A bondade exige que estejamos unidos em nossos sindicatos para a defesa de nossa classe.** Exige que saibamos lutar para criar um mundo sempre mais fraterno e humano. Exige que se lute contra toda e qualquer forma de exploração do homem (LOVERA, 2013, p. 102. Grifos meus).

A bondade adquire, neste sentido, uma conotação mais próxima da resistência do que da resiliência. Este valor, associado à justiça, se demonstra essencial para a reivindicação de direitos e confrontação com situações de exploração do homem. Tal como no valor da bondade, o amor também é relacionado a condutas em favor da justiça e dos direitos, contendo exemplos concretos de atitude moral em favor da igualdade e do respeito.

Em 23 de março de 1978, quinta-feira santa, o bispo introduziu o tema falando sobre justiça e libertação para a salvação, afirmando a necessidade de “conhecer nossos direitos e deveres e lutar por eles”. Durante o sermão, questionou: “será que lembramos que ninguém se salva, se não se esforça para fugir do pecado? E pecado é tudo o que prejudica os direitos humanos? Tudo o que vai contra os direitos humanos?”, para então afirmar que “não adianta ir à missa e explorar os outros com salários injustos” (LOVERA, 2013, p. 108-109). Ao final do sermão, o bispo cita um mandamento da doutrina cristã, “amai uns aos outros como vos amo”, relacionando-o com exemplos concretos. Vale transcrever a citação deste trecho integralmente:

Amar é, em primeiro lugar, praticar a justiça.  
 Amar é respeitar os direitos do outro.  
 Amar é lutar pelos direitos de todos.  
 Amar é trabalhar em favor da paz e da fraternidade.  
 Amar é os pais respeitarem os direitos um do outro.  
 Amar é respeitar e promover o direito dos filhos.  
 Amar é pagar o justo salário.  
 Amar é não lograr o outro nos negócios.  
 Amar é não ser fofoqueiro na comunidade.  
 Amar é não inventar calúnias e difamações dos outros.  
 Amar é ser capaz de dar a própria vida para respeitar e promover e salvar nossos irmãos (LOVERA, 2013, p. 109).

O amor assume um sentido concreto na narrativa de Dom José Gomes, relacionando-o a questões de cotidiano das comunidades – a fofoca, a difamação e o “logro” nos negócios –, e aos problemas estruturais da sociedade como o pagamento justo de salários, respeito pelos direitos e cumprimento da justiça.

A salvação, portanto, deriva da ação direta dos cristãos em prol da mudança através de sua própria conduta, devendo, por exemplo, “pagar o justo salário, pagar o justo preço pelos

produtos agrícolas” para “melhorar as classes mais pobres do Brasil”. Assim, “enquanto não se realiza esta justiça, pouco se pode falar de salvação e libertação. Não pode haver paz e justiça quando metade da população vive pobre, vive na miséria” (LOVERA, 2013, p. 113).

Ainda em março de 1978, Dom José Gomes redigiu um sermão intitulado “Saber lutar pelos direitos humanos”. Em um contexto no qual a ditadura civil-militar vinha mantendo cassações políticas e promovendo intervenções com vistas a aprovação do Pacote de Abril, o bispo cobrou os direitos do homem proclamados pelo Papa João XXIII, afirmando que “todos tem direito de ter suas ideias”, defendendo o “direito de reunião e associação”, pregando o “direito de se reunir para estudar os seus problemas e resolvê-los”, e “fundar associações de classes, como: sindicatos, clubes e outros”. No artigo oitavo, finalmente, afirma: “Todos têm direitos políticos. Podemos opinar sobre os problemas sociais e nacionais e participar da vida pública” (LOVERA, 2013, p. 105-106).

Se foi necessário para Dom José Gomes reafirmar que todos teriam direito de formar associações de classe, clubes e sindicatos, não era por total imobilidade na região. Em termos de classe, as elites já estavam associadas há muitos anos em órgãos profissionais (Acic, CDL e outros) e clubes de serviço (Rotary e Lions clube) sem enfrentar qualquer oposição da ditadura civil-militar – pelo contrário, muitos de seus membros eram afiliados à Arena e ocuparam cargos políticos centrais em nível estadual. Esses espaços se constituíram, além do mais, como redutos suprapartidários (SIQUEIRA, 2016, p. 127). Desse modo, o recado do bispo está direcionado àqueles que não tinham condições de se organizar sem reprimendas do Estado, ou seja, os trabalhadores.

Como viemos observando, as ciências sociais exerceram profunda influência na narrativa e interpretação de Dom José Gomes. A exploração é tema frequente e abrangente, sendo possível identificar que o bispo provavelmente tomou parte nas leituras de Gutiérrez e Dussel sobre dependência. “Os países grandes exploram os países pequenos, os países pobres. Dentro de cada nação, os grandes exploram os pequenos. E isto vai criando a insatisfação, o desespero. E quando num país há luta, logo outros se metem no meio! Cada um tira partido para si” (LOVERA, 2013, p. 136).

A centralidade da salvação dos pobres, portanto, supera a simples associação de países pobres com seu próprio povo, identificando dentro destas nações a contradição entre ricos e pobres: “Não são os grandes que aplaudem Jesus. Nem os políticos, nem os poderosos de



dinheiro. Mas quem segue mais a Deus são os simples, os pobres, os doentes, os famintos e necessitados” (LOVERA, 2013, p. 154).

O posicionamento de Dom José Gomes, nesse contexto, já apresenta oposição manifesta aos projetos das elites locais. Se anos antes o bispo se relacionava de maneira mais próxima e amistosa com as lideranças políticas e econômicas do município, no final dos anos 1970 se delineou mais claramente sua tomada de posição em favor dos pobres e colocando-se como crítico do projeto desenvolvimentista praticado. Alguns empresários locais se queixaram do bispo anos mais tarde.

Acompanhada da ação concreta na temporalidade dos homens, deveria surgir dentro das comunidades o interesse e engajamento no estudo e conhecimento da realidade para identificar as causas da pobreza e da desigualdade na região. Na celebração de 16 de novembro de 1980, o bispo sugeriu aos grupos de reflexão que discutissem estes problemas. Ele afirmou a necessidade de compreender o comportamento dos trabalhadores pobres para agir na sociedade em favor da justiça:

Os pobres não existem por acaso ou má vontade. Antes de maldizê-los, devemos nos perguntar: quem os faz preguiçosos ou vagabundos? Será que é só falta de vontade de trabalhar? Ou é falta de serem educados para o trabalho? **E será que não existe gente interessada em manter uma multidão na pobreza para ter operariado barato?** Estes são assuntos muito sérios e devem ser bem pensados (LOVERA, 2013, p. 231. Grifos meus).

Desse modo, tomar conhecimento sobre os problemas sociais – sobretudo os relacionados ao trabalho e a miséria – permitia às famílias em comunidade interpretarem com maior complexidade o espaço em que viviam. Reafirma-se, assim, a importância e influência das ciências sociais leigas neste processo. E nota-se, também, a defesa de uma “educação para o trabalho”, embora não esteja explicitado que tipo de educação seria essa. De todo modo, a crítica atinge as camadas mais abastadas da população ao sugerir que havia interesse na manutenção da pobreza através do pagamento de baixos salários.

O posicionamento de Dom José Gomes em relação aos empresários e industrialistas, que tomou corpo a partir do final dos anos 1970, reverberou nos meios empresariais. Em palestra no dia 04 de julho de 1991, com transcrição publicada no livro *Vida Empresarial* em 1997, a formulação de uma pergunta da plateia ao empresário Joaquim da Silva Neri<sup>32</sup> levantou a seguinte questão:

---

<sup>32</sup> Dono da loja “Casas Neri”.

[...] me preocupa, porque hoje o empresário é visto como um explorador, como um ladrão, aquele que não segue o preço tabelado, que altera os preços. Então, às vezes, dá a impressão de que alguém tem que defender o empresário, é o que faz a Acic, nesta noite, por exemplo. A quem o senhor acha que cabe a culpa de que o empresário é um corrupto, um ladrão, ele altera os preços? Se é de um partido “X” da esquerda, ou se é dos empresários, digamos assim, dos empresários que não seguem uma norma de conduta como a sua, por exemplo? (VIDA EMPRESARIAL, 1997, p. 109)

Neri respondeu afirmando que o insucesso do empresário dependeria das condições que ele trabalhava, mas se defendeu:

Aquele que vender muito caro, além da gente ficar prejudicado nesse aspecto, muitos assim, pessoas que falam, que muitas vezes **até os padres falam como rezar para que o patrão seja menos ladrão**, para que ele explore menos os funcionários, então a gente fica muito revoltado. A gente que não deve, fica muito revoltado, mas também a gente respeita a opinião de cada um (VIDA EMPRESARIAL, 1997, p. 109-110. Grifos meus).

Esse recorte do depoimento de Joaquim da Silva Neri demonstra um certo grau de insatisfação do empresariado local em relação à Diocese de Chapecó, sendo que esta constituiu sua própria narrativa sobre os trabalhadores e o progresso. O desenvolvimento e o avanço técnico-científico eram valorizados por Dom José Gomes, todavia, suas consequências socioeconômicas eram condenadas – e, como vimos no segundo capítulo, o grupo em torno da Acic e de políticos proeminentes de Chapecó eram os representantes desta noção de progresso. Se haveria injustiça no pagamento de salários e cumprimento de direitos, os responsáveis seriam aqueles que há muito ocupavam os espaços de poder político e econômico. Em março de 1985, Dom José Gomes proferiu um sermão com a seguinte mensagem: “por que existe fome no mundo? Porque existem pessoas e indústrias que só pensam no lucro e no aumento de capital. Por causa do lucro fácil, as indústrias de alimentação pagam preços baixos pelos produtos agrícolas e ganham fortunas com o suor dos outros” (LOVERA, 2013, p. 499).

No âmbito da Diocese de Chapecó, a justiça, a salvação e a libertação deveriam ser alcançadas por meio da compreensão dos problemas do presente e ação concreta na temporalidade. A forma de entender o problema se deu através da formação promovida pela Igreja (na figura das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs), cujo entendimento se deu pela via das ciências sociais, influenciadoras das interpretações da TdL. Desta forma, os baixos salários, a falta de saúde, a falta de terras, moradia, educação e os preços injustos dos produtos agrícolas seriam, ao mesmo tempo, pecado e problemas sociopolíticos a serem resolvidos por meio da luta no presente.

Os trabalhos de formação promovidos pela Diocese de Chapecó foram matéria na primeira edição do jornal *O Oestão*. Esta edição trazia uma mensagem de apoio de Dom José

Gomes a iniciativa pela criação de um novo semanário no município, e o periódico noticiou o trabalho pastoral de formação de jovens agricultores na matéria religiosa e comunitária por meio dos Grupos de Reflexão (O OESTÃO, 05 de abr. de 1978). Uma coluna assinada pelo padre Adayr Tedesco na segunda edição do mesmo semanário levantou as críticas recebidas pela Diocese quando decidiu exigir cursos preparatórios para sacramentos. Para ele, a tradição portuguesa de imposição do catolicismo teria gerado nas pessoas a necessidade do sacramento abrindo mão da reflexão e da evangelização. “Quando, a partir do Concílio Vaticano II, a Igreja começou a insistir na necessidade da preparação, da evangelização e da vivência, começou a ‘dar zebra’ no catolicismo brasileiro, porque começamos a distinguir entre católicos de nome e católicos de fato” (O OESTÃO, ed. 2, 12 de abr. de 1978).

Esta concepção teve de ser reafirmada em contraponto ao que Eder Sader chamou de “conformismo” da classe trabalhadora que afirmaria ser desnecessário agir em um campo sem perspectiva de mudança concreta:

Na medida em que a Igreja é reconhecida como instituição de Deus na Terra e na medida em que assumia os reclamos populares enquanto exigência evangélica, ela abriu um espaço de legitimidade por onde os protestos sufocados vieram à tona. Nas ambiguidades da cultura popular, entre o conformismo e o protesto, o conformismo costuma ser resultado de uma experiência que diz que “as coisas são assim porque sempre foram, e as tentativas de mudar só trazem mais malefícios” (SADER, 1988, 160-161).

Assim, observamos como o espaço de experiência desta população atribui à luta uma ação desnecessária e até pernicioso, no sentido de manter as coisas como estão e sem correr riscos. Do aspecto católico/espiritual, a situação de dificuldade e sofrimento na vida terrena seria recompensado através da Salvação, conforme os preceitos tradicionais da Igreja romanizada. Portanto, a base interpretativa oferecida pela Igreja através das CEBs rompe com a ideia conformista da situação e abre o horizonte de expectativas para novas aspirações através da intervenção direta no presente.

Para Dom José Gomes, “estudar a vida do povo é conhecer todas as necessidades do povo. [...]. É conhecer os problemas da riqueza e da pobreza. [...]. Evangelizar é lutar pela reforma agrária: é dar terra a todos os que precisam dela para viver. Evangelizar é lutar contra a exploração” (LOVERA, 2013, p. 168-169). Portanto, demonstra-se que, conforme Eder Sader, “a importância da Igreja para as CEBs decorre ainda do fato de ela oferecer uma legitimação teológica para as aspirações terrenas de seus membros” (SADER, 1988, p. 160). A teologia recebeu importante aporte das ciências sociais racionalistas ao mesmo tempo em que

estas ciências receberam aporte espiritual/religioso. Por isso, nos referimos ao pensamento de Dom José Gomes como um amálgama.

Na celebração de 02 de março de 1980 o tema do sermão foi “A terra é um dom de Deus e é para quem nela trabalha”<sup>33</sup>. Na introdução do sermão, o bispo afirmou que “[...] o problema desta onda de pobreza, que toma conta do Brasil, está ligado ao problema da terra e das migrações. [...] um povo para ser feliz, deve ter sua terra” (LOVERA, 2013, p. 195). Com dados da alta inflação brasileira (que foi de 77,21% em 1979), ele alertou os agricultores para que não vendessem suas terras naquele momento.

Um indicativo da valorização da terra era o repentino interesse das elites em comprá-las, uma vez que estas valorizavam cada vez mais enquanto a moeda continuava desvalorizando (o que foi uma norma na década de 1980). Desta maneira, a organização dos agricultores em sindicatos era uma forma de tomar medidas em conjunto em um momento de transformação tecnológica no campo e mudanças nas relações de trabalho. Para indicar esta tendência, Dom José Gomes ressaltou o crescimento da atividade sindical em nível nacional, sobretudo na área urbana do ABC paulista.

De acordo com a lei, todas as classes de trabalhos e profissões podem se *unir em sindicatos*, para defesa de sua classe. Então dizemos que o sindicato é a força, é o instrumento de luta legal para a proteção da classe.

Se os sindicatos têm defeitos, esperamos que com a nova política se dê aos sindicatos a sua verdadeira missão. E se algum, ainda assim, não funcionar, vamos lutar para que funcionem. [...]

Os agricultores todos do Brasil, unidos, são uma força extraordinária. São, na certa, 40 milhões de habitantes. *Unidos*, são uma força. *Desunidos*, não fazem nada (LOVERA, 2013, p. 200. Grifos no original).

Os defeitos do sindicato a que o bispo se refere eram provenientes da sua função meramente assistencialista enquanto permanecia sob gestão patronal, sobretudo no período autoritário. A missão do novo sindicalismo era a organização e ação concreta em defesa de direitos.

A “nova política” referida pelo bispo estaria relacionada ao novo sindicalismo, já que a legislação da ditadura não previu aberturas neste período (pelo contrário, Figueiredo acionaria a Lei de Segurança Nacional contra os movimentos grevistas do ABC). Entretanto, conforme Marco Aurélio Santana, “os militares não tinham muito mais fôlego para impedir que a

---

<sup>33</sup> Desta concepção de propriedade da terra seria originado, no Encontro Nacional dos Sem Terra em 1984, o lema “terra para quem nela trabalha”.

sociedade brasileira em geral e os trabalhadores, em particular, fossem reconquistando seus direitos” (SANTANA, 2007, p. 289).

Para Dom José Gomes, a luta dos cristãos unidos em favor da transformação social e contra a “sociedade de pecado” era justificada, pois “Cristo não queria apenas salvar o homem. Queria também salvar a sociedade. [...]. Jesus veio mudar as estruturas sociais” (LOVERA, 2013, p. 210. Sermão de abril de 1980). Portanto, o cristão deveria estar interessando em “[...] ajudar a resolver os problemas da terra, da fome, preços dos produtos, sindicato, trabalho, salários, saúde, pobreza, favelas, previdência social” (LOVERA, 2013, p. 279. Sermão de outubro de 1981).

Na arrecadação de dinheiro para as missões católicas, ocorrida todos os anos, destacava-se nesse contexto que uma pequena parcela era destinada sempre aos indígenas da região Oeste. Em outubro de 1981, o bispo destacou e agradeceu a solidariedade das comunidades com os acampados da ocupação de uma fazenda em Ronda Alta (RS) por famílias sem-terra – onde a doação foi de 60 mil quilos de alimentos e 335 mil cruzeiros –, porém, Dom José Gomes lamentou que “[...] houve também muita gente que não ajudou a criticou esta ajuda”, afirmando que “[...] esta gente não entendeu o que Jesus disse” e pedindo para que os críticos fossem perdoados por Deus (LOVERA, 2013, p. 282), outro indicativo de resistência e desconforto de setores conservadores em algumas paróquias. Nesta mesma celebração há uma prestação de contas sobre os valores doados pelas comunidades, e destacamos que os valores reunidos pelo município de Campo Erê foram integralmente repassados às famílias sem-terra acampadas na fazenda Burro Branco.

Como já viemos observando, as narrativas de Dom José Gomes foram se tornando mais críticas conforme o contexto político e social brasileiro ia se transformando em direção à abertura. Os posicionamentos do bispo, contudo, não desagradavam apenas grupos de fiéis que não colaboravam com as ajudas da Diocese de Chapecó aos indígenas e trabalhadores sem-terra. Por este motivo, Dom José achou necessário enviar uma nota especificamente aos ministros de eucaristia para orientá-los sobre a fidelidade da leitura dos sermões nas capelas sem suprimir sua narrativa, mesmo que discordando de seus posicionamentos. Em outubro de 1981 ele afirmou:

É meu pensamento enviar o sermão para todos os domingos do ano. Assim, vocês podem ter nas mãos um roteiro, umas indicações do que deve ser ensinado e anunciado a todo o povo.  
No entanto, estou ouvindo, sempre mais, que tem certos ministros que não aceitam os sermões que mando para as capelas.

Os temas da Campanha da Fraternidade vêm da Conferência dos Bispos do Brasil. Será verdade que tem ministros que querem saber mais que a Conferência dos bispos, o *que é religião*? Ou será ainda que tem ministro que conhece mais o Evangelho e a vida de Jesus do que a Conferência dos Bispos?

Já expliquei, em outra ocasião, que não precisam ler ao pé da letra o sermão que eu mando. Podem dizer com as próprias palavras. Mas isto, se transmitirem o conteúdo ou a mensagem que está no sermão.

O responsável pelo conteúdo da catequese na diocese é o Bispo Diocesano e não vocês. O bispo é responsável pela catequese, pela liturgia, pela educação da fé de todo o povo.

Por isso, eu faço um apelo, um pedido: os ministros que não concordarem em transmitir ao povo o que eu envio, em consciência tem obrigação de se demitir do cargo. [...]

Se o povo reclamar de algum assunto que eu mando, então a obrigação de vocês é ler ao pé da letra o que eu mando. Por aquilo que eu digo, sou responsável diante de minha consciência e diante de Deus. O meu dever é cumpri-lo, custe o que custar (LOVERA, 2013, p. 293-294. Grifos no original).

Como se demonstra, além dos conflitos já enfrentados pela Diocese de Chapecó com a ideologia das elites locais, havia também resistência dentro das comunidades católicas. Se apresenta, assim, uma espécie de “crise” entre o pensamento católico conservador – predominante antes do Concílio Vaticano II e relacionado ao romanismo – e o pensamento católico proveniente do Concílio e ligado à Teologia da Libertação.

O bispo da Diocese de Chapecó foi enfático no recado aos ministros que discordavam de suas posições. Também em meados de 1981, Dom José Gomes transmitiu uma mensagem diretamente aos mesmos pedindo “[...] que ninguém seja *traidor* da palavra que o Bispo manda para as comunidades” (LOVERA, 2013, p. 278. Grifo no original). Não sabemos dizer quais seriam os motivos exatos que levavam alguns ministros a não transmitirem integralmente as mensagens de Dom José Gomes (se por discordância ideológica ou receio das reações que poderiam enfrentar em suas comunidades entre fieis ou agentes da repressão). Presume-se que o papado de João Paulo II, iniciado em 1978 e avesso às ideias do Concílio Vaticano II, contribuiu para que ministros conservadores resistissem às narrativas do bispo chapecoense.

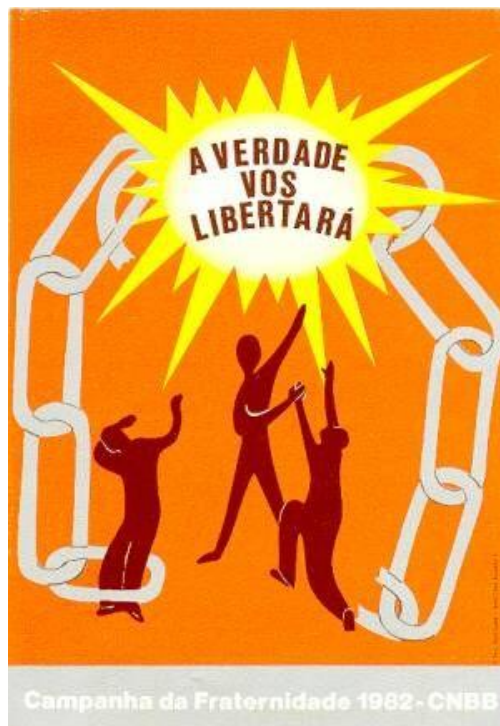
Certo é que o bispo recebia informações de outros fieis nas comunidades para certificar-se de que os sermões eram transmitidos com fidelidade, realizando-os com firmeza e assumindo a responsabilidade pela redação, ressaltando igualmente o respeito à hierarquia dentro das paróquias.

No dia 24 de fevereiro de 1982, quarta-feira de cinzas, Dom José Gomes falou sobre o tema da Campanha da Fraternidade que foi “Fraternidade e Educação”. Na frase “A verdade vos libertará”, contida no cartaz da campanha, o bispo explicou afirmando que a mesma representava aqueles que se salvavam rompendo as correntes e olhando para a luz libertadora de Deus. Porém, ele afirma que:

[...] tem um homem que está preso dentro do anel da corrente e não quer olhar para a luz da palavra de Cristo. Este homem representa todos aqueles que não querem saber da fraternidade e da justiça. Representa aqueles que colocam a riqueza, os bens, o comodismo acima dos irmãos e da vida dos outros... Representa aqueles que são pela violência do *poder, da riqueza, do saber e do prazer*. Estes não querem nada com a *comunidade*. Não querem nada com a verdade ensinada por Jesus (LOVERA, 2013, p. 321. Grifos no original).

Portanto, observamos que os pobres que lutavam pela transformação no presente (conhecendo a verdade) são exaltados, enquanto aqueles que permaneciam aferrados à riqueza, ao comodismo, ao poder e a falta de compromisso com a comunidade estariam acorrentados e resistentes ao ensinamento de Jesus.

Figura 12 – Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1982



Fonte: site da Paróquia São José de Assaí

Desse modo, a narrativa de Dom José Gomes nos sermões citados indica um caminho de questionamentos sobre o propagado progresso, as consequências do desenvolvimentismo e a modernidade – oferecendo dados “científicos” das ciências humanas e de pesquisas próprias da Diocese de Chapecó sobre a região Oeste catarinense –, e também relações diretas entre a vida, os problemas da época e os ensinamentos de Jesus Cristo e os problemas sociais e a realidade vivida pelas pessoas no tempo presente.

## 4.2 PESTE SUÍNA AFRICANA NOS CÍRCULOS DIOCESANOS

Como vimos no capítulo anterior, a peste suína africana teve sua existência questionada entre os círculos da elite política local. Entretanto, o processo de substituição da forma de produção de suínos não foi evitado, enfrentando resistência consistente pelo lado da Diocese de Chapecó e milhares de pequenos produtores. Para a classe “senhorial” da produção, a extinção do modelo tradicional era bem vista. Já os pequenos produtores, apesar de proprietários de suas terras, dependiam da produção de carne suína para subsistência e venda, que consistia na modalidade de “porco-banha”. A agroindústria, por sua vez, apostava na modalidade de “porco-carne”, enfrentando resistência dos pequenos produtores.

Observamos também que a revista *Celeiro Catarinense* representava a narrativa das elites locais sobre a superioridade do modelo “moderno” do porco-carne tendo por objetivo inserir o Oeste catarinense no rol dos grandes produtores do estado e do país. O modelo era propagado desde o início dos anos 1970. Foram grandes os apelos da mídia local de Chapecó e do próprio governo catarinense no financiamento da modernização visando à elevação da produção e da concentração de capital.

Embora em dados absolutos seja possível afirmar que neste período o estado catarinense deu um salto na pauta produtiva brasileira, é importante considerar que grande parcela dos pequenos produtores – arrendatários, parceiros, agregados, produtores familiares e etc. – ficaram de fora deste crescimento. Dom José Gomes acompanhou os problemas sociais decorrentes deste modelo de modernização, sobretudo no que se refere à agricultura e a concentração de terra na região Oeste catarinense. De acordo com André Zanotto:

José Gomes insistiu na união dos agricultores naquele dia [por volta de outubro de 1980] em Chapecó. Segundo ele, a união deles não poderia ser “resumida apenas na luta por melhores preços” para os animais. Antes dos trabalhadores tomarem em passeata a Rua Clevelândia, a Avenida Getúlio Vargas, a Rua Quintino Bocaiúva e a Rua Nereu Ramos até a Clevelândia novamente, José Gomes tinha lhes falado também sobre a importância da reforma agrária. José Gomes e seus colegas estavam envolvidos há cerca de três meses com a ocupação da Fazenda Burro Branco por trabalhadores sem terra no município de Campo Erê. Talvez José Gomes não tenha dito nada sobre isto, mas os sindicatos de trabalhadores rurais da região também tinham pela frente o problema dos agricultores diante dos projetos das barragens do Rio Uruguai e a questão das mulheres agricultoras (ZANOTTO, 2013, p. 175).

Zanotto afirma, baseado em fontes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que o conflito entre produtores e a Polícia Militar de Santa Catarina foi inaugurado na Linha São João, interior de Xanxerê (SC), atingindo membros da Diocese de Chapecó. De acordo com o mesmo:



Antes das cinzas [da incineração dos suínos] baixarem em Xanxerê, um padre de Chapecó conseguiu libertar um agente de pastoral da Diocese de Chapecó. O “vagabundo”, segundo os policiais militares, tinha sido colocado numa das caminhonetes para ser levado à Chapecó. O “sem vergonha” havia aguentado “chutes nas pernas, murros e tapas na cabeça e na altura do ouvido”, depois de levar “chutes e bofetões” a caminho do carro e escutar “cala a boca, seu merda”. O “cachorro” tinha se recusado a entregar a máquina fotográfica ao Tenente que comandava a operação (ZANOTTO, 2013, p. 161).

O agente da pastoral Wilmar D’Angelis, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foi preso por estar fotografando a ação das tropas de extermínio, sendo solto posteriormente quando um padre de Chapecó chegou ao local. O *modus operandi* da PM consistia em forçar a execução das ordens das autoridades sanitárias através da força, praticando a repressão em conformidade com a violência da ditadura. Conforme Zanotto, “não foi sem querer que os policiais militares de Chapecó levaram consigo até Xanxerê uma Veraneio ‘sem placa, como essas que sequestram pessoas em diversas cidades, levando para torturar’” (ZANOTTO, 2013, p. 182).

Em “Comunicado da Igreja de Chapecó em defesa do povo” datado de 27 de outubro de 1978, Dom José Gomes se posicionou da seguinte maneira sobre o episódio da peste:

Cientes desta nossa missão, afirmamos que nós não somos neutros entre o bem e o mal, entre a verdade e a mentira, entre a justiça e a injustiça. Nós temos uma escolha definida e por isso lutamos pelo povo para que tenha os seus direitos respeitados, não seja enganado, nem simplesmente considerado meio de produzir lucros para os outros. [...]. **Nós não concordamos com a desigualdade crescente, fruto do atual modelo econômico brasileiro.** Os pobres se tornam cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos. Enquanto **aumenta a técnica e o progresso, também aumenta a miséria e a marginalização.** O custo de vida sobe a cada passo e a fome vai aumentando, levando muitos de nossos irmãos à doença e à marginalização (FIORENTIN; ORO, 2002, p. 187).

Neste comunicado, Dom José Gomes manifesta sua posição em dois sentidos. O primeiro é o enfrentamento direto às autoridades policiais e de governo envolvidas na questão da peste, posicionando-se ao lado dos produtores atingidos. O segundo é a crítica ao modelo de desenvolvimento nacional que tornava os “ricos mais ricos e os pobres mais pobres”, tecendo uma crítica à modernidade e ao progresso (e, poderíamos dizer também, ao futuro que este modelo reservava) que estaria provocando a situação de marginalidade e pobreza.

O bispo diocesano questionou publicamente a existência da peste suína africana, mesmo após outras localidades catarinenses apresentarem supostas contaminações, como nos municípios de Seara, Saudades, Galvão, São Lourenço, Palmitos, Itapiranga e Cunha Porã. As palavras do bispo contra a peste eram enérgicas: de “peste inventada” ao estímulo aos criadores para colocar “esta gente pra correr”, dizendo às autoridades que a “peste é mentira e que foi o

bispo que disse”. Em Abelardo Luz, Dom José Gomes teria dito também que “os grandes frigoríficos, as secretarias da agricultura e o governo querem matar os porcos, mentindo” (ZANOTTO, 2013, p. 173).

Em dezembro de 1978, o bispo afirmou que era “preciso ter mais união no meio do povo para saber defender os seus direitos. Para lutar contra a exploração da terra, dos preços, da peste suína, e tantas outras explorações” (LOVERA, 2013, p. 123). No dia primeiro de janeiro de 1979, num sermão escrito para revisar o ano de 1978, o bispo afirmou que a suposta peste foi um “susto muito grande”, e que até aquele momento “[...] ninguém sabe como contar a história desta peste. Foi um desespero para todos os criadores de suínos. Além da ameaça das criações de suínos, veio o preço do porco com uma exploração tremenda” (LOVERA, 2013, p. 135). Os clamores do bispo de Chapecó levariam, em 15 de outubro de 1980, entre 15 e 20 mil pessoas para o Estádio Regional Índio Condá contra a peste suína, saindo em passeata pela Avenida Getúlio Vargas em seguida (FIORENTIN; ORO, 2002, p. 183).

A atuação de Dom José Gomes, portanto, chamou a atenção da ditadura civil-militar, que vigiou de perto a atuação do mesmo junto a Diocese de Chapecó. Mais do que opositores políticos, os atores envolvidos questionavam o modelo de desenvolvimento, atuando no sentido de minimizar os impactos sofridos.

Na informação número 0115 da agência do SNI<sup>34</sup> de Curitiba em 17 de abril de 1979, o órgão registrou a atividade de membros da Diocese de Chapecó durante a peste suína africana no sentido de mobilizar os agricultores afetados para defesa de seus direitos. Segundo o informante do SNI, foram distribuídos panfletos entre os agricultores por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – que o documento define como “clero progressista” – sobre a peste suína africana. E continua:

Na ocasião circulou entre os agricultores outro panfleto contendo versos cantarolados abordando a “peste suína”. Neste panfleto incluem-se protestos pela matança de

---

<sup>34</sup> Os documentos do SNI/PR – que incluem registros de Santa Catarina – foram acessados por meio digital no Sistema de Informações do Arquivo Nacional *online*. Os documentos consultados para essa pesquisa consistiram em buscas pelo termo “Chapecó” ou nomes próprios de pessoas que estudamos nesse trabalho. Se tratam de prontuários com os históricos de pessoas observadas pela ditadura civil-militar, nos quais constam informações gerais sobre seus respectivos comportamento e movimentação política. Além do prontuário, algumas pastas contêm formulário preenchido manualmente por informantes – de nomes impossíveis de se identificar –, que revelam a concepção dos homens do governo a respeito das pessoas vigiadas e também o grau de articulação e penetração da ditadura por meio da informação. Os campos para preenchimento do formulário do informante, além dos dados pessoais e profissionais, requisitam informações sobre a “capacidade de liderança”, o “grau de penetração no meio estudantil/sindical/população”, as “bases eleitorais”, as “ligações a grupos econômicos/culturais”, o “grau de integração na revolução”, o pertencimento a organizações políticas, as “razões por que não está integrado à revolução”, a “inteligência”, o “caráter”, se responde a processo e “conceito”. Em outros casos, há dossiês sobre pessoas ou assuntos específicos.

porcos, críticas as autoridades constituídas e versos contestatórios, como por exemplo, a canção “Funeral de um lavrador”, de autoria de Chico Buarque de Holanda e João Cabral de Melo Neto<sup>35</sup>.

O documento segue informando dados pessoais dos membros do clero envolvidos na manifestação ao lado dos agricultores e suinocultores. Na ficha há os “dados de qualificação” com filiação e breve resumo das atividades do padre Egon Dionisio Heck (do Conselho Indigenista Missionário), do seminarista Vilmar D’Angelis (que segundo o documento do SNI havia participado, em 1979, do Comitê Brasileiro pela Anistia) e do bispo Dom José Gomes, acusado de ser um contestador das atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai) na região Oeste catarinense.

Neste documento do governo brasileiro se demonstra a atividade da Igreja junto aos agricultores, embora com isso não estejamos afirmando o protagonismo da mesma, ou seja, o próprio registro do SNI, apesar de apontar o clero como responsável por “encabeçar” o movimento, destaca a participação ativa dos leigos.

A desconfiança dos agentes da ditadura em relação à Diocese de Chapecó era fundamentada não apenas na relação de Dom José Gomes com indígenas e agricultores. As narrativas do bispo em seus sermões para as capelas da região revelam que, embora num período de relativa “abertura” da ditadura (1978 em diante), seus posicionamentos firmes confrontavam perspectivas do regime militar.

Não é de se estranhar, portanto, que o bispo não tivesse mais um perfil conciliador com as elites como outrora. Percebe-se mais claramente o alinhamento da ação do bispo com a Teologia da Libertação. Um detalhe importante deste momento é que José Fritsch (que viria a ser prefeito de Chapecó em 1997 pelo Partido dos Trabalhadores) foi, naquele momento, um dos agentes da CPT enviados por Dom José Gomes para avaliar os casos dos produtores atingidos. De acordo com Fritsch:

[A peste] foi uma farsa sem tamanho. Surgiu de uma articulação nacional e até internacional, para obrigar os produtores a comprar novas linhagens de suínos do Canadá e forçá-los a vender os seus frigoríficos por pouco mais de 25% do valor de mercado.

Foi uma coisa terrível para a região. Quando morria um suíno grande ou um leitão, retiravam dele as vísceras e mandavam para o Rio, num lugar chamado Fundão, onde diziam haver um laboratório de identificação da peste. O produtor que tivesse um caso ‘confirmado’ tinha todos os seus animais fuzilados, queimados e enterrados. Também queimavam os chiqueirões. A polícia utilizava as maquinas de cada prefeitura e fazia

---

35 Serviço Nacional de Informações. Agência Curitiba. Informação número 0115/116/ACT de 17 de abril de 1979. Cópias digitalizadas disponíveis no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/UDESC), em arquivo titulado ACT\_ACE\_95\_79.

valas para enterrar os porcos. Ironizávamos, dizendo que o vírus da peste suína era do tamanho da bala de um fuzil que a polícia usava para matar os suínos.

Muitos produtores foram à falência, porque o projeto era para dizimar o sistema tradicional e excluir agricultores. Mas, aí, começou a acontecer o seguinte: um leitão adoecia, o laboratório diagnosticava a peste. Procuramos dar um basta nisso e evitamos que muitos tivessem todo o rebanho extinto por causa da ‘confirmação de um caso’. Ora, morria um leitão e, ao protegermos o produtor contra o extermínio, começamos a ver que passavam quatro, cinco meses sem morrer outro. Que peste suína era essa que só atingia um porco?

Para pôr fim àquele esquema que gerava sofrimento, prejuízo, êxodo e exclusão, passamos a fazer grandes mobilizações, com sindicatos, igrejas e a própria organização dos produtores. Dizíamos: ‘Chega de matança, chega de prejuízo’, chegamos a colocar 15 mil produtores no Estádio Índio Condá, pedindo o fim de tudo aquilo. Provamos que era um golpe, uma forma de enganar o produtor. Mas uma coisa, lamentável, é certa: muita gente ficou sem nada (FRITSCH apud MORISSAWA, 2001, p. 129).

O episódio dos conflitos sociais em torno da peste suína africana foi desdobramento do processo de formação de uma cultura política opositora àquela das elites. A imposição da modernização agrícola foi aplicada com certa tranquilidade desde os anos 1960, porém, a prática da Diocese de Chapecó e o incentivo à organização dos agricultores a partir do final dos anos 1970 possibilitou a formação de uma oposição de vulto ao projeto desenvolvimentista.

Figura 13 – Revista policial a militantes na década de 1980



Ao centro, José Fritsch sendo revistado pela Polícia Militar. Fonte: autor desconhecido. Arquivo do CEOM.

Demonstra-se, também, o “choque temporal” ao qual nos referimos neste estudo. Observamos que até o final da década de 1970, pelo menos no Oeste catarinense, o futuro

continua como regime temporal dominante pautado, sobretudo, nas políticas de modernização (ou seja, a mecanização, adoção de insumos importados, raças diferenciadas e etc.) que também poderia contemplar o pequeno produtor que desejava melhoramentos da sua produção e, conseqüentemente, da sua habitação e condição de vida.

Contudo, para os pequenos produtores da região a modernização foi uma grande frustração, pois beneficiava os grandes produtores por meio de incentivos fiscais e ao setor estrangeiro fornecedor dos equipamentos e insumos modernos. Segundo o ex-deputado federal Ernesto de Marco (MDB), durante a crise da peste suína africana o Ministério da Agricultura autorizou a importação de suínos, tendo ingressado no país aproximadamente 500 leitões em junho de 1978, causando aflição entre os produtores do interior de Santa Catarina que enfrentariam dificuldades para escoar sua produção (O OESTÃO, n. 18, 02 ago. 1978, p. 08).

O clima de tensão e questionamento gerado nesse debate chamou a atenção da ditadura civil-militar, que registrou os movimentos em torno da peste suína africana na região Oeste de Santa Catarina:

Ainda, segundo consta, caso a onda da “Peste Suína” não tivesse terminado, os suinocultores e agricultores teriam se reunido em massa para impedir, de uma forma ou de outra, que seus animais fossem mortos, sempre com a alegação de que a “Peste” não existia, pois era “inventada”.

3. Na região Oeste catarinense, a Comissão Pastoral da Terra é composta por padres das paróquias, daquela área, sob a coordenação do Bispo DOM JOSÉ GOMES de CHAPECÓ/SC, dela participando também, advogados e agricultores. Essa Comissão atua junto aos Sindicatos, INCRA e órgãos ligados à questões de terra, que segundo a Igreja, é mal distribuída à população brasileira. Atualmente, a Igreja está instruindo os agricultores para que, ao voltarem para suas comunidades, possam instruir seus semelhantes em defesa de seus direitos<sup>36</sup>.

A produção de relatos para o SNI atesta a presença de informantes do regime militar em diversas regiões. E não era novidade para os membros da Diocese, como vemos nas narrativas de Dom José Gomes. A “instrução” a que se refere o documento era, aparentemente, relativa à discussão que ocorria em torno das CEBs sobre a situação dos pequenos agricultores, neste caso, atingidos pela peste suína africana.

O futuro para o pequeno produtor não era tão interessante quanto para os proprietários da agroindústria. Além de não contar com incentivos fiscais de vulto, o pequeno produtor se viu confrontado com a necessidade de abandonar sua forma tradicional de trabalhar na suinocultura. E não por vontade própria. Apesar de na esteira da modernização o setor bancário

---

36 Idem. Serviço Nacional de Informações. Agência Curitiba. Informação número 0115/116/ACT de 17 de abril de 1979. Cópias digitalizadas disponíveis no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/UEDESC), em arquivo titulado ACT\_ACE\_95\_79.

promover a facilitação de oferta de crédito a juros fixos, a modernização da agricultura trouxe também dois efeitos principais: o endividamento bancário dos camponeses provenientes destas ofertas de crédito e a crise da suinocultura, pois neste modelo crescia o padrão de exigência de produção e os gastos necessários aos pequenos produtores relativos à produção de insumos, importação de maquinário e etc.

Observamos também que o caso da peste suína africana acirrou o conflito entre grandes produtores detentores da terra e os pequenos agricultores familiares da região, momento em que a Igreja se posicionou ao lado dos pobres promovendo grande mobilização na cidade. Este episódio, unido à gradual organização dos agricultores sem-terra, fez com que a Diocese de Chapecó liderada por Dom José Gomes se envolvesse diretamente junto a estas pessoas, fatores que culminaram na organização de movimentos sociais importantes que permanecem agindo na atualidade.

#### 4.3 VIGILÂNCIA, RESISTÊNCIAS E DISPUTAS

O contexto sobre o qual estamos nos referindo diz respeito aos últimos anos de ditadura civil-militar no Brasil. Ainda havia, portanto, a atividade dos aparelhos repressivos do Estado e o anticomunismo como políticas norteadoras do controle social. O Serviço Nacional de Informações (SNI) esteve observando os passos de pessoas envolvidas com o que podemos considerar “esquerda” no município de Chapecó. Santo Rossetto<sup>37</sup>, o bispo Dom José Gomes e o padre Egon D. Heck foram alguns dos espionados naquele período como “subversivos”.

A reação da ditadura, portanto, aponta que Dom José Gomes não era mais uma figura que poderia estar alinhada de alguma forma com as elites locais, o que explica, também, as autodefesas que fez por meio dos sermões quando haviam acusações de subversão e etc. A estratégia das narrativas era demonstrar que, tal como Jesus Cristo em sua época, os que lutavam ao lado da justiça para os pobres eram perseguidos e considerados criminosos.

---

<sup>37</sup> Santo Rossetto ordenou-se padre após estudar Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana de Roma por sete anos. Entretanto, deixou a função religiosa após realizar uma missão pastoral em favelas do Rio de Janeiro e ter contato com grupos de esquerda antiditadura, quando foi, segundo suas palavras, “convertido ao materialismo dialético” (ROSSETTO, 2000, p. 11). Passou 14 meses exilado na Europa por conta de perseguição política dos militares. No contexto sobre o qual estamos escrevendo, Rossetto já vivia em Chapecó e era professor de Sociologia da Fundeste.

Na celebração da sexta-feira santa de 24 de março de 1978, Dom José Gomes valorizou o trabalho pelo bem-estar entre os cristãos apontando a importância de viver (e mesmo morrer) pela “verdade” e pela missão de ensinar o pensamento de Jesus. Ele enfatizou as dificuldades e perseguições sofridas por Cristo para, em seguida, propor algumas analogias com o presente. Após citar alguns deveres cristãos, tais como, o de deixar o pecado, praticar a justiça, a paz, a santidade e o espírito de pobre, ele afirmou:

Parece que Ele [Jesus] pregava coisas tão bonitas. Mas assim mesmo foi chamado de subversivo, de inimigo do governo, de instigador do povo. Por isso foi acusado ao governador. E este o condenou a morrer na Cruz. [...]. E assim, sempre, na história do mundo, os que lutaram pela paz, pela justiça, pela salvação dos outros, foram perseguidos. Desde o tempo de Cristo, até hoje (LOVERA, 2013, p. 111).

O bispo associa, portanto, a perseguição sofrida por Jesus Cristo com a perseguição sofrida por opositores da ditadura. Os opositores – considerados “subversivos” –, e o povo devoto de Jesus em sua época – considerado “agitador” –, se assemelhavam. Desse modo, se Jesus Cristo havia morrido defendendo a justiça e a paz, seria dever de todo cristão defender estes valores no presente, em que a realidade mostrava um governo injusto e violento.

Na celebração de 21 de outubro de 1979, o bispo lembrou do encontro de bispos latino-americanos em Puebla e tocou nas críticas que vinha sofrendo por abordar determinados assuntos: “os bispos em Puebla, no México, mostram bem claro que religião é um compromisso com todos os problemas da vida. [...]. Eu sei que muita gente xinga o bispo porque fala muito destes problemas. Mas religião é isto mesmo” (LOVERA, 2013, p. 173).

Em dezembro de 1979, na preparação do Natal, Dom José Gomes seguiu na mesma linha afirmando a necessidade de lutar através do ensinamento de Jesus Cristo, independentemente das reações que poderiam sofrer. Ele citou líderes de grupos de reflexão perseguidos no Brasil para exemplificar esta luta, parafraseando uma entrevista concedida por um destes líderes:

E o repórter falou ainda: “Mas os grandes, os poderosos não gostam que vocês lutem para abrir os olhos dos pobres.” E o líder respondeu: “*Não faz mal. Eu já fui na cadeia. Depois me soltaram. Mas Jesus quer assim. Jesus mandou dar comida, bebida, roupa, remédio e terra para os pobres. Também mataram a Jesus. Então, se Jesus manda, a gente tem que fazer, mesmo que vá para a cadeia. Mesmo que chamem a gente de comunista*”. [...]. Este era um homem que por amor de Jesus e dos seus irmãos era capaz de dar a vida pela libertação. [...]. Natal é isto, gente! É ter fé em Jesus e ser capaz de lutar pelos irmãos, mesmo com ameaças dos grandes e com a cadeia. A fé em Deus supera tudo isto (LOVERA, 2013, p. 184. Grifos no original)

As acusações promovidas pela ditadura e supostos opositores locais à diocese alinhavam-se aos pressupostos da ideologia militar e não, necessariamente, com a realidade. Nesse ponto, se apresenta uma espécie de “ruptura” entre a perspectiva religiosa (centrada na

TdL, sem assumir o marxismo e a revolução como referência) e a perspectiva político-ideológica centrada nos movimentos comunistas do período.

O posicionamento do bispo e da diocese excedia o mero artifício de “esconder-se” atrás das palavras bíblicas. A narrativa de Dom José Gomes, por si mesma, se caracterizava como uma defesa dos ensinamentos da vida de Jesus e não um alinhamento explícito aos projetos dos movimentos de esquerda. No Domingo de Ramos, em abril de 1981, o bispo reafirmou seu compromisso com os ensinamentos da trajetória de Jesus Cristo e defendeu-se das acusações de “subversivo”, afirmando que o próprio Cristo havia sido condenado por ensinar o povo a não aceitar injustiças:

Hoje acontece a mesma coisa. O povo está começando a entender os seus direitos e a se defender quando é roubado ou explorado. Lembramos a luta de várias comunidades contra o fato de o Governo não indenizar a terra que os pequenos agricultores perdem com as estradas que são feitas. O mesmo acontece onde tem projetos de barragens. Os agricultores ainda estão exigindo reforma agrária. [...]

Que dizem os grandes, os donos do poder diante disso? **Dizem que é agitação, subversão! Em vez de fazer justiça, mandam a polícia perseguir os agricultores e até prender!** Temos vários casos pelo Brasil. Ameaçam os que têm coragem de defender os seus direitos. Os trabalhadores que lutam por salários melhores são expulsos de suas fábricas. Como não acreditam que o povo tem inteligência e que é capaz de lutar pelos seus direitos, **começam a procurar outros culpados. E então encontram o bispo, os padres e outros...**

Aquí em nossa região o caso ficou claro com o padre vigário de Campo Erê. Os grandes ficaram revoltados com a invasão da Fazenda Burro Branco e ainda hoje estão usando violência contra o vigário. [...]

Cristo sofreu por seu povo. Nós todos estamos dispostos a sofrer com o nosso povo. Venha o que vier! Mas não concordamos que o povo, que luta pelos seus direitos, seja chamado de subversivo e desordeiro! O povo não usa violência e luta sempre em ordem. Violência é cometer injustiça! Isto sim é violência.

**O que fica claro na vida de Jesus é que quem trabalha e luta pelo povo é perseguido.** [...]. No Brasil temos padres assassinados, presos, torturados, porque estavam ao lado do povo. Temos padres expulsos do país. [...]. Temos vários advogados assassinados porque defendiam os posseiros! [...]

**O Brasil de hoje tem uma multidão de mártires, como Jesus, que deram a vida pelos seus companheiros.** Deviam ser os **santos de hoje** (LOVERA, 2013, p. 266-267. Grifos meus).

Percebe-se na sua narrativa as relações diretas do ensino da vida de Cristo com situações do presente. A perseguição ao padre vigário de Campo Erê por causa da ocupação da Fazenda Burro Branco e a morte de advogados de posseiros expropriados aparecem no sermão como injustiças. Desta forma, os chamados de “subversivos” pelo governo seriam, na verdade, mártires e os “santos de hoje”, por lutarem contra a injustiça tal como Jesus havia ensinado e praticado. Em março de 1982, o assunto foi semelhante:

A diocese quis imitar Jesus. Procurou *fazer o povo falar*, nos grupos de reflexão. [...]. E o que aconteceu? Muita gente ficou revoltada. Queria doutrina, doutrina, doutrina. [...]. E com os grandes do *poder* e do *dinheiro*, o que aconteceu? Ninguém mais quer os grupos de reflexão. E se pegam os livrinhos dos grupos é para entregar para a



polícia e para a segurança nacional! Bem como os escribas e fariseus do tempo de Jesus!

Bispos, padres e dirigentes de grupo, aqui na diocese, como em outras partes do Brasil, são chamados de *subversivos*, comunistas, inimigos da ordem! Bem como Jesus foi acusado pelos grandes de seu tempo. Mas Jesus disse: Por amor a seus irmãos, vocês devem ser capazes de arriscar a vida: “*Não há maior amor que dar a vida pelos irmãos*”. Esta é a *verdade* e a “*verdade vos libertará*”. Assim Deus educa seu povo (LOVERA, 2013, p. 337. Grifos no original).

Nesse sermão, observamos novamente que a narrativa do bispo diocesano procurou, por um lado, mandar um recado para setores conservadores entre fiéis e grandes empresários da região que resistiam às novas práticas da Diocese de Chapecó e, por outro, se “defender” das acusações de comunista e subversivo, possivelmente para informantes da ditadura civil-militar. Fica delineada, assim, a “oposição ideológica” entre diocese e grupos conservadores (empresários e grupos católicos tradicionais) que ganharia contornos mais bem definidos na formação dos movimentos sociais e do PT no que consideramos uma cultura política “democrática” no município.

Em 1985, os movimentos oriundos das pastorais diocesanas haviam conquistado expressivo espaço em sindicatos e importante avanço em termos de organização para luta pela terra, contra a desapropriação para construção de barragens, pelo direito das mulheres e pela garantia da terra para os indígenas. O crescimento da influência e da atuação dessas pessoas gerou reações por parte do governo (notadamente em registros do SNI), por classes patronais rurais e urbanas e por católicos “resistentes” à forma da Diocese de Chapecó conduzir as questões religiosas. Além de um argumento político, havia a sustentação de que a Igreja Católica não deveria intervir em assuntos temporais, tal como discutimos anteriormente.

O crescimento dos movimentos sociais e o aprofundamento das ações da Diocese de Chapecó desde meados dos anos 1970 agitou toda a região Oeste. Formou-se uma situação de conflito entre indígenas Kaingang e colonos posseiros do Toldo Chimbangue, além de forte reação de setores conservadores da sociedade pelo fato da Igreja Católica ter dado suporte aos indígenas e a ocupantes de terras em Campo Erê (SC). Além disso, o MST se organizou com força na região e realizou grande ocupação simultânea de terras no Oeste de Santa Catarina no dia 25 de maio de 1985 (SIQUEIRA; PAIM, 2014).

A situação foi sendo radicalizada por parte de colonos e proprietários que se sentiram prejudicados pela Diocese e ameaçaram Dom José Gomes e agentes pastorais. A Câmara Municipal de Chapecó (CMC) – à época dividida apenas entre políticos do PMDB e PDS – subscrita pelo presidente Jair Corá (PMDB), pediu em 24 de setembro de 1985 ao presidente geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, ao Vaticano e ao Núncio Apostólico do Brasil que

transferissem o bispo do município para uma Diocese distante, pois a população estaria “temendo pela integridade física” do mesmo, e que aquela tensão colocava em “risco o conceito que se tem do povo chapecoense como pacífico e ordeiro” (OFÍCIO 422, 24 set. 1985, Câmara Municipal de Chapecó).

Dom José Gomes declinou do “apoio” e da “preocupação” demonstrados pela CMC. Apesar de vereadores como Nelson Galina (PDS) terem aparecido na imprensa para demonstrar zelo com a segurança da autoridade católica – sem condenar aqueles que o estavam ameaçando –, para o bispo estava clara a intenção da classe política de se livrar dele. Segundo o próprio Dom José Gomes, quem o ameaçava dizia que controlava a opinião pública por meio da imprensa, portanto, acusando os grupos locais de serem, no mínimo, coniventes com a situação (ACE/SNI, n. 006076/85)<sup>38</sup>.

No mesmo ano, as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foram intensas por conta dos conflitos crescentes no campo. O grupo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), naquele momento candidatura de situação, enfrentou a oposição de colonos que viam na gestão do sindicato um dos responsáveis pela situação de impasse ao se posicionarem a favor dos indígenas do Toldo Chimbangue. Porém, mesmo com apoio da prefeitura de Chapecó, da câmara de vereadores, de grupos cooperativistas e dos partidos PMDB, PDS e PFL, a chapa de oposição foi derrotada.

A ditadura observava de perto Dom José Gomes e outros membros da Diocese de Chapecó. Em seus sermões – que eram lidos em dezenas de capelas pela região Oeste catarinense –, podemos perceber que o bispo tinha ciência de ser observado pelos aparelhos repressivos do Estado. Além dos textos possuírem um tom de autodefesa, também buscam legitimar seu posicionamento perante a comunidade de fiéis da Igreja Católica. De todo modo, as atitudes de Dom José Gomes podem ser consideradas bastante corajosas para o período.

Além dos agentes oficiais da ditadura civil-militar, a considerada “esquerda” do município de Chapecó teve de lidar com facções violentas da extrema-direita. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) também atuava na cidade intimidando pessoas que supostamente eram ligadas a grupos comunistas. Em matéria do dia 24 de dezembro de 1978, o jornal *O*

---

<sup>38</sup> Essa fonte é do jornal *O Estado* de Florianópolis, do dia 1º de outubro de 1985, anexada em dossiê classificado como Arquivo Cronológico de Entrada (ACE) em registro do Serviço Nacional de Informações (SNI). Esse tipo de registro ACE é relativo a um conjunto de documentos sobre uma pessoa, organização ou fato específico, organizado em ordem cronológica, com informações recolhidas em diversas fontes: periódicos, informantes (“secretas” e “cachorros”), denúncias e etc.

*Oestão* repercutiu a denúncia do professor Santo Rossetto e do padre Egon Dionísio Heck que teriam recebido cartões com ameaças do CCC.

Rossetto afirmou para o jornal que “quando leciona sociologia geral, aborda as contradições do capitalismo e aponta a dependência do capitalismo brasileiro, sem se importar, se isso agrada ou não os donos do poder” (O OESTÃO, n. 38, 24 dez. 1978, p. 18), afirmando ser esse o motivo da tentativa de intimidação do grupo. A frase de Rossetto indica também que o professor estava inserido nos debates sobre a Teoria Marxista da Dependência do período, assunto que abordamos anteriormente.

O sociólogo afirmou que não procurou dar queixa na polícia por entender que “quem deveria tomar conhecimento do fato já tomou há muito tempo”, impressão confirmada por relatórios do SNI que observavam o movimento do professor em Chapecó. O padre Egon Heck, por sua vez, entendeu que as ameaças do CCC se deviam por sua atividade a favor dos indígenas na região através do Cimi (O OESTÃO, n. 38, 24 dez. 1978, p. 18).

No plano histórico-temporal, apresenta-se uma contradição do futuro em relação ao presente que colocava de um lado o otimismo desenvolvimentista das elites chapecoenses (defendendo a manutenção do poder vigente voltado para o futuro) e de outro os novos atores políticos e agentes religiosos influenciados pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) que apontavam as consequências do desenvolvimentismo (a grave desigualdade social, a carência de um debate democrático amplo e a impossibilidade de realização de um capitalismo avançado dentro da natureza capitalista mundial que subordinava países “subdesenvolvidos” à dependência), centrando sua atenção no presente em duas vias distintas, mas complementares neste caso: a luta de classes da teoria marxista e a opção preferencial pelos pobres da Teologia da Libertação.

Como experiência do tempo, esse período pode ser considerado “acelerado” e direcionado ao futuro. Contrapunha-se a um tempo histórico até então dominante em que o passado era por si só a única fonte constante de aprendizado social — tomando a própria História como “mestra da vida”, como o fora desde a antiguidade até pelo menos o século XVIII. Desde então, contudo, no mundo ocidental, o futuro passou a ser determinado não mais por lições morais, mas pelas inovações tecnológicas e novidades, reduzindo a autoridade desfrutada pelos mais velhos e experientes para “conduzir” a sociedade.

Há, portanto, uma ruptura entre experiência e expectativa, com a noção de progresso por conta dos avanços da navegação, do pensamento e da Reforma Protestante. A percepção do

tempo foi dominada pelo futuro – que ensejaria sempre avanço, progresso e desenvolvimento (KOSELLECK, 2006, p. 318-319). Isto indica que se no regime moderno há um fim esperado, uma expectativa, e as produções ou atividades promovidas neste contexto levarão em conta ou serão influenciadas por um futuro previsível. Após a crise deste regime abrem-se as mais variadas possibilidades de interpretação do que virá no futuro, dando espaço para “novos atores” em disputa.

Percebemos através das fontes e das referências teóricas sobre temporalidade que a partir da atuação mais combativa da Igreja Católica no Brasil e na região Oeste, iniciada no final dos anos 1960, a narrativa do futuro, do desenvolvimento e do progresso propagada pelas elites começava a dar sinais de desgaste na medida em que as pessoas mais empobrecidas percebiam a necessidade de se mobilizar contra sua própria situação precária de vida e os resultados do desenvolvimentismo.

Assim, mesmo no período de redemocratização, os relatórios do SNI – embora não apresentassem mais um caráter de definição do PT como inimigo do governo tal como se observava no período autoritário – os movimentos de oposição política continuavam a ser tratados como ameaças potenciais. Desse modo, permanecia uma grande preocupação com a atuação da Diocese de Chapecó e de Dom José Gomes, atribuindo a ele a possibilidade de maiores conflitos no campo em toda região Oeste de Santa Catarina, apontando, ainda, que as classes patronais atuavam “defensivamente”, sendo “vítimas” das atitudes intransigentes do bispo diocesano. O ACE/SNI 7214 de 1987, dossiê que apresentava uma estimativa sobre evolução dos movimentos sociais relacionados à Diocese de Chapecó, apontou o seguinte problema:

Com a exploração sistemática das mazelas sociais da região e das deficiências e dificuldades das autoridades competentes diante das inúmeras questões, a Igreja e os movimentos a ela ligados desgastam o Governo nos três níveis e facilitam a penetração e expansão de Partidos Políticos de programas mais radicais, como o PT e o PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) e de outras organizações sindicais também radicais.

Na narrativa oficial, portanto, o problema não eram os resultados socioeconômicos das políticas adotadas pelo governo desde antes do regime militar que provocavam a desigualdade e a agitação no campo, e sim, os agentes católicos que discutiam esse problema e orientavam os trabalhadores sob a luz do Evangelho.

Observamos neste capítulo alguns aspectos que auxiliam na compreensão do regime temporal estabelecido entre membros da Diocese de Chapecó, principalmente na figura do

bispo Dom José Gomes. Com uma narrativa crítica do modelo desenvolvimentista (centrado no futuro e preconizando o “progresso” e a “modernidade”), estes religiosos adeptos da Teologia da Libertação centravam sua narrativa no presente, como interferência direta na temporalidade dos homens, enfatizando os problemas existentes em sua realidade e propondo ações para a transformação do mesmo.

Destacamos que nosso propósito com a temporalidade foi o de apontar como estas perspectivas apareceram nas narrativas e ações da Diocese de Chapecó frente a contemporaneidade expressa nas transformações do capitalismo sobre a região Oeste, sobretudo nos seus aspectos sociopolíticos evidenciados na formação dos movimentos sociais, do Partido dos Trabalhadores, suas relações com a realidade política local quando o poder esteve concentrado na classe de políticos-empresários e bacharéis, além da emergência da Igreja “progressista” (vinculada à TdL) com perda de influência dos “tradicionais” (romanistas ou conservadores). Ou seja, uma análise temporal mais voltada a questões materiais e narrativas da Diocese de Chapecó sabendo da existência de outras questões complexas relativas ao tema que não aprofundamos nesta tese.

Observamos o caso dos caboclos da região Oeste catarinense, apontando que a Diocese de Chapecó trabalhou no sentido de valorizar sua cultura contra a narrativa dominante das elites locais. Para estas elites, os modelos socioeconômicos existentes no município até meados de 1950 – exploração da madeira, ocupação de espaços por posse e economia de subsistência, por exemplo – deveriam ser substituídos por um modelo capitalista de ocupação e exploração da área – através da venda de lotes registrados independente da posse de famílias antigas e o estabelecimento da agroindústria, ferindo a forma de vida e impondo condições que impossibilitavam a compra de terras pelos caboclos.

Desse modo, a Diocese de Chapecó trabalhou a valorização da cultura destes grupos quando percebeu que seus modos de vida e religiosidade iam se transformando, sobretudo nas novas gerações. Entendemos que a resistência destes grupos foi também uma estratégia de frear a debandada de caboclos para as religiões protestantes, evitando assim a transformação de sua forma de encarar o tempo. Ou seja, manter tradições no presente contra a “modernidade” e o “progresso” voltados ao futuro que as “novas” religiões apontavam.

Os grupos de reflexão organizados pela Diocese de Chapecó também apontaram para esta direção. Mais do que discutir textos católicos tradicionais, estes grupos se propuseram a discutir aspectos da realidade vivida naquele momento. Aqui observamos que a influência das

leituras racionalistas da sociologia e da economia foi determinante para o surgimento deste tema nos grupos, como vimos nos sermões escritos por Dom José Gomes.

Como foi enfatizado pelo bispo, o Reino de Deus não seria algo a ser conquistado através da caridade com recompensa após a morte, mas sim no trabalho para torná-lo real no presente. E para torná-lo real, era fundamental conhecer sua própria realidade e participar de ações que visassem sua realização. Esta leitura de mundo derivou da TdL e de Medellín onde, conforme Caliman (1999, p. 170), “pelo caminho das ciências sociais, chegou-se a essa categoria carregada de sentido bíblico”.

De maneira semelhante, a “peste suína africana” seria mais um flagelo para o “povo de Deus”, que no catolicismo tradicional seria recompensado na vida após a morte. Contudo, a narrativa de Dom José Gomes deixa claro que as injustiças do presente não deveriam ser ignoradas e incentivou os agricultores a resistirem, como o fizeram. Além disso, a peste foi outra evidência do choque temporal existente naquele momento, pois colocava o presente (e o passado) representado pela produção tradicional do “porco banha” em confronto com o futuro representado pelas novas formas de produção suína do “porco carne”.

O passado e o presente se encontram com frequência na narrativa do bispo quando avalia sua realidade e a de seus fiéis de acordo com a realidade vivida por Jesus Cristo. Como vimos, foram frequentes as associações feitas nesse sentido. Elas serviram para mostrar que a trajetória de Jesus foi pautada pelo confronto com os problemas de sua época, portanto, afirmava que os cristãos deveriam fazer o mesmo em seu contexto apesar de todos os perigos que este confronto poderia gerar, inclusive a morte – como ocorreu a Jesus.

É preciso considerar, entretanto, que ao refletir sobre o passado e o presente, o bispo formula também uma expectativa, que seria o Reino de Deus da Terra. Contudo, esta expectativa parte de ações do presente, diferentemente da expectativa tradicional que interpreta os acontecimentos da vida como vontade de Deus ou como destino, tendo assim apenas no futuro a salvação contida na doutrina católica.

Até aqui vimos como a Diocese interpretou sua própria realidade e como a abordou entre os fiéis, e a partir disso interpretamos como seu regime temporal estava estabelecido, criando condições para uma nova e possível cultura política em Chapecó. No próximo capítulo abordaremos como as ações promovidas pela Diocese de Chapecó se traduziram na formação de movimentos políticos, como estes se relacionavam com novos e velhos partidos do município, e seu desempenho nas eleições entre 1982 e 1996.

## 5. CAPÍTULO 4 – PARTIDO DOS TRABALHADORES: PROCESSO DE FORMAÇÃO PARTIDÁRIA, ELEIÇÕES E CULTURA POLÍTICA

Neste capítulo abordaremos as ações práticas resultantes do trabalho pastoral no campo político, no sentido de compreender sua inserção na sociedade e o estabelecimento de práticas sociais que compuseram uma cultura política “democrática” em oposição àquela que chamamos de “semidemocrática” e desenvolvimentista, que norteava as práticas sociais das elites locais. Apontaremos características das fontes periódicas empregadas fazendo relação com o contexto e alguns atores sociais. Observamos brevemente algumas ações promovidas em torno do movimento sindical de oposição, o MST, MMA e o CIMI, analisando com maior especificidade o processo de formação e o itinerário histórico do Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua fundação, em 1981, até 1996 (por meio da análise de atas e outros documentos produzidos no âmbito do partido), na cobertura de periódicos sobre o mesmo e no seu desempenho eleitoral entre as primeiras eleições que disputou, em 1982, até a vitória nas eleições para prefeito em 1996.

O interesse em compreender e interpretar as interações sociais geradas pela formação do Partido dos Trabalhadores se dá pela sua importância no contexto da redemocratização brasileira na década de 1980, sendo um dos principais partidos do embate político daquele momento. No Oeste catarinense, a formação do partido esteve diretamente ligada aos movimentos sociais do campo que agitaram a região com novas pautas para a área rural em um momento de abertura política e certa liberdade de mobilização. O cenário político observado nas décadas anteriores em Chapecó se ampliou para o surgimento e crescimento do PT junto aos movimentos sociais e religiosos.

Analisaremos, portanto, os períodos eleitorais do executivo e do legislativo chapecoenses através dos periódicos *Diário da Manhã* e *O Oestão*, procurando identificar e compreender neles as narrativas dominantes e os aspectos que circundam a produção destas narrativas. O período entre eleições é analisado por meio das atas oficiais do PT.

Para quem viveu aqueles anos de 1980 em uma cidade com cerca de 85 mil habitantes, dependente da agroindústria e começando a experimentar as chamadas “maravilhas” dos bens de consumo trazidos de fora, talvez não tenha compreendido aquele tempo como uma “década perdida”. Para quem ouviu o empresariado chapecoense ligado à Associação Comercial e Industrial de Chapecó (Acic) lamentando a situação brasileira de 1991, poderia imaginar que o passado recente teria sido positivo para os negócios.

Os católicos de setores mais conservadores viveriam os anos 1980 com uma fé individual e desconfiada dos rumos da Igreja e do Brasil. Na televisão e nos jornais, o assunto era a crise política da ditadura e a economia trôpega, com as autoridades buscando desesperadamente conter a inflação. Na Catedral Santo Antônio, o bispo diocesano explanava a dificuldade dos pequenos agricultores e trabalhadores da cidade, com uma narrativa que os apoiadores do regime chamariam de subversiva.

Para os trabalhadores, a década de 1980 revelou os limites do futuro preconizado pelas elites e o amplo horizonte que a distensão da ditadura abria. Na área rural, os trabalhadores assumiram o protagonismo no enfrentamento ao latifúndio e disputaram sindicatos contra o patronato. Na área urbana, os operários se organizavam. Lado a lado com a Diocese de Chapecó, decidiram pôr em prática o que idealizavam nos encontros que ocorriam depois das missas, nos quais discutiam a dura realidade brasileira.

Este quadro foi permeado por diferentes crises. Das circunstâncias geradas por estas crises formou-se em Chapecó uma vigorosa oposição que ensejou experiências políticas e práticas sociais que compreendemos como elementos de uma nova cultura política que disputou espaço com aquela praticada e estabelecida – e sem considerável resistência – pelas elites locais.

Os leitores da edição comemorativa do semanário *Folha d'Oeste* em homenagem aos 50 anos de Chapecó (com a cobertura da primeira Efapi de 1967) tiveram a sensação de otimismo em relação ao futuro. O programa de industrialização da suinocultura colocado em marcha desde 1952 mostrava seus resultados através da consolidação de uma classe empresarial pujante que superara os velhos extrativistas de madeira (o próprio Plínio Arlindo de Nês, primeiro diretor da Sociedade Avícola Indústria e Comércio, era madeireiro). A sensação era de não haver limites para o crescimento e desenvolvimento da região.

Este sentimento foi aprofundado pela política desenvolvimentista praticada pelas elites locais, independentemente do partido que estivesse governando, sobretudo, no contexto de políticas tecnocráticas da ditadura civil-militar – e mais notadamente no período de governo em Santa Catarina de Colombo Machado Salles (Arena) – que inseriram a região Oeste na tecnologia para produção. Em consonância com o governo federal, Colombo Salles implementou o Projeto Catarinense de Desenvolvimento como ponto de partida de um governo tecnocrático e centrado no desenvolvimento e no progresso técnico. A Arena chapecoense, por sua vez, venceu sua primeira eleição apresentando o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento, baseado no plano quase homônimo do governo estadual.



Vimos no segundo capítulo que o semanário *Folha d'Oeste* atuou como agente difusor do ideário desenvolvimentista e voltado ao “progresso”, demonstrando alinhamento com os interesses das elites de Chapecó. Entretanto, os últimos exemplares que localizamos são do ano de 1980, o que nos impediu de realizar uma análise específica do periódico no recorte estudado. Por este motivo, o *Diário da Manhã* apresentou-se como alternativa importante para a continuidade da investigação em periódicos, pois além de ter sua fundação próxima ao momento em que a *Folha d'Oeste* deixou de circular, seus posicionamentos demonstraram semelhanças. Analisamos, ainda, o semanário *O Oestão* que, apesar do curto período de circulação, trouxe conteúdos que nos auxiliam na compreensão daquele contexto.

### 5.1 OS PERIÓDICOS “O OESTÃO” E “DIÁRIO DA MANHÃ”

O semanário *O Oestão* teve como diretor-presidente João Carlos Block, e como editor-chefe o jornalista Marcos Antônio Bedin. Como veremos adiante, Bedin teve passagem pelo jornal *Diário da Manhã* e pelo cargo de assessor de comunicação da Prefeitura Municipal de Chapecó. Trabalhou também como correspondente no periódico *O Estado* (Florianópolis) e na Rádio Difusão Índio Condá (Chapecó). Gersi Alfredo Bays<sup>39</sup> foi o responsável pela supervisão e composição do semanário. O diretor-executivo era Ovídio Ilton Araldi, que concorreria a vereador nas eleições municipais de 1982 pelo PDS.

Apesar da aparente vida curta do semanário *O Oestão* (localizamos apenas exemplares de 1978 e 1979), suas proposições possuíam um caráter distinto daquele observado em outros periódicos daquele momento, como a *Folha d'Oeste* e o *Diário da Manhã*. Além de haver um claro interesse na atuação e opinião da Diocese de Chapecó (com notícias e entrevistas de Dom José Gomes e colunas católicas assinadas pelo padre Adayr Tedesco, também adepto da Teologia da Libertação), havia outro colunista que nos chamou a atenção. Evaldo Francisco Mafra, membro da Comissão Pastoral Operária (CPO), assinava diversas críticas ao regime militar na coluna “Balanço”. No entanto, embora tenha se declarado “arenista” (*O OESTÃO*, n. 33, nov. 1978), Mafra (que foi tesoureiro do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS – segundo o SNI<sup>40</sup>) atuava na Diocese de Chapecó e compôs o diretório municipal do PMDB anos mais tarde. Em agosto de 1978, Evaldo F. Mafra afirmou:

<sup>39</sup> Gersi Alfredo Bays fundou em 1979 a Editora Fonto, especializada em literatura na língua esperanto.

<sup>40</sup> É importante que fique claro que sempre que nos referimos aos documentos do SNI, estamos lidando com um registro tal como foi relatado nesta agência da ditadura. Ou seja, é possível que seus relatores e informantes estivessem mentindo, suprimindo ou acrescentando informações. Por isso, as afirmações que farei serão no limite

Apesar de toda a crise, empresas monopolistas, como as montadoras de automóveis, não param de elevar os preços de suas mercadorias, mesmo sem enchentes ou secas, ocorre escassez e encarecimento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade por causa do sistema latifundiário-exportador e da especulação comercial dos atravessadores. [...] É na forma como o capitalismo vem se desenvolvendo no Brasil, sob dependência dos capitais e da tecnologia estrangeira e em combinação com o monopólio da terra – que deve ser buscada a explicação última para a persistente e acentuada inflação brasileira, o que aliás vem sendo tentado ser escondido pelos pretensos criadores e mantenedores do “milagre brasileiro” (sic)<sup>41</sup> (O OESTÃO, n. 18, 02 ago. 1978, p. 2).

Por ocasião da peste suína africana, observamos que *O Oestão* assumiu posicionamento de crítica ao episódio – ou, pelo menos, seus editores e proprietários não se opuseram às matérias de seus repórteres, colunistas e chargistas. Isso ocorreu por meio de veiculação de entrevista com o deputado federal Ernesto José de Marco, questionando a efetiva incidência da doença na região (O OESTÃO, n. 18, 02 ago. 1978), algumas charges (figuras 1 e 2) e a coluna de Evaldo F. Mafra. Nesta, a peste suína foi tratada como artimanha do Grupo Rockefeller para estabelecer um modelo dominante de criação de suínos, eliminando a concorrência dos pequenos produtores com raça do animal distinta. O colunista concluiu:

É, enquanto houver toda essa porcaria [estabelecimento da multinacional na região], será impossível erradicar a febre suína. Voltei ao assunto peste suína africana, aliás, pretensa peste, de acordo com a opinião de vários técnicos, porque está para visitar a região o Sr. Ministro de Agricultura (O OESTÃO, n. 19, 09 ago. 1978, p. 13).

Figura 14 - Charge sobre peste suína africana (02 de agosto de 1978)



Fonte: O OESTÃO, n. 18, 02 ago. 1978, p. 13.

daquilo que podemos comprovar com o auxílio de outras fontes, ressaltando quando se trata de uma afirmação visualizada apenas nos documentos do SNI. Este cuidado, para além do procedimento metodológico, é tomado tendo em vista algumas informações confidenciais da ditadura civil-militar que poderiam comprometer ou constranger pessoas ainda atuantes na sociedade.

<sup>41</sup> O (sic) está no original, como que ironizando o “milagre”.

Figura 15 – Charge sobre peste suína africana (09 de agosto de 1978)



Fonte: O OESTÃO, n. 19, 09 ago. 1978, p. 13. Charge publicada juntamente com a coluna de Evaldo F. Mafra.

Destacamos as colunas de Evaldo F. Mafra<sup>42</sup> para demonstrar que as pastorais (e seus agentes) lideradas pela Diocese de Chapecó levantavam discussões políticas conflitantes com as das elites locais e da ditadura civil-militar (conforme abordamos anteriormente, por meio da discussão bíblica e das ciências sociais), ganhando certo espaço nas páginas do semanário *O Oestão*. Destacamos ainda que, apesar do posicionamento à esquerda do espectro político local e da ligação com pastorais da Diocese de Chapecó, Mafra foi filiado ao PMDB e não ao PT. A mesma situação pode ser verificada no caso de José Carlos Ortiz<sup>43</sup> e do médico-psiquiatra Alan Índio Serrano<sup>44</sup>.

O breve tempo de circulação do semanário *O Oestão* pode ser explicado pela necessidade crescente de venda de publicidade em um município em que muitos comerciantes e empresários não viam necessidade deste tipo de investimento. Como veremos no caso do *Diário da Manhã*, o aporte financeiro da prefeitura municipal de Chapecó para a publicação de informes oficiais foi fundamental para manter o empreendimento funcionando, fator com o qual

<sup>42</sup> Como colunista, Evaldo F. Mafra atuou na cobertura de eleições de sindicatos, conforme indica o trabalho de Maria Aparecida dos Santos (2011, p. 217), tendo havido fraude na contagem de votos a favor da chapa de situação, considerada “pelega”.

<sup>43</sup> José Carlos Ortiz (também conhecido como “Castelhano” por ser argentino) foi afiliado de diversos partidos. Conforme registros, concorreu a vereador pelo PMDB em 1982, constou como membro do PDT nas eleições de 1988 e ocupou a presidência do PSB em 1992.

<sup>44</sup> Alan Índio Serrano, de acordo com registros do SNI, teve envolvimento com o PCdoB e a juventude do PMDB. Era agente da Pastoral Operária e da Comissão Pastoral da Terra.

um periódico que pode ser considerado “crítico” dificilmente poderia contar, sobretudo em uma gestão da Arena/PDS.

Evaldo F. Mafra continuou sua coluna “Balanço” no semanário *Folha d’Oeste*. Em fevereiro de 1980, Mafra replicou uma entrevista realizada pelo *Jornal Movimento* (São Paulo) com o comunista Nelson Werneck Sodré na qual este associa o comportamento das Forças Armadas com os interesses do imperialismo e atribuindo ao anticomunismo a “verdadeira doutrina exótica”, eximindo os militares da responsabilidade exclusiva pela situação política do país – ou seja, considerando o regime como “civil-militar” (FOLHA D’OESTE, n. 758, 02 de fev. 1980). Pouco tempo depois, a *Folha d’Oeste* e *O Oestão* deixaram de circular e o *Diário Manhã* tornou-se um dos maiores veículos de mídia em Chapecó.

O periódico impresso *Diário da Manhã* foi fundado em 1935 por Tulio Fontoura no município de Passo Fundo (RS). Fontoura permaneceu na direção até o ano de 1972, quando seu genro Dyógenes Auildo Martins Pinto assumiu a diretoria. Foi na gestão deste que o diário foi implantado em Chapecó, sob sua própria direção e de seu filho, Péricles Martins Pinto.

Em 1979, em Chapecó, foi inaugurada a gerência e a sede própria, momento em que já possuía filiais em outros municípios do interior do Rio Grande do Sul, como Carazinho e Erechim. Segundo Alisson Moro (2015, p. 23), a filial de Chapecó foi inaugurada com 12 funcionários (boa parte deles oriundos do Rio Grande do Sul, por “falta de profissionais locais”) e tiragem de 600 exemplares.

A trajetória jornalística do município sofreu uma espécie de “ruptura” no final dos anos 1970, quando os semanários *Folha d’Oeste* e *O Oestão* começaram a perder força ao mesmo tempo em que o *Diário da Manhã* crescia. Essa mudança pode ser atribuída ao fato deste ser o primeiro jornal de circulação diária de Chapecó, e que já contava com estrutura e estabilidade no município de Passo Fundo (RS). Além disso, o apoio público de políticos e empresários atestavam sua “legitimidade” expressa nos patrocínios e publicações oficiais da prefeitura.

Durante o período analisado neste capítulo passaram dois gerentes pela sucursal de Chapecó, Darcy Schultz (1979-1982) e João Roman Vieda (1982-1997). Nos dois casos, os gerentes foram oriundos do Rio Grande do Sul. Schultz, que possuía longa experiência no jornalismo de Cruz Alta (RS), foi contratado por Dyógenes exclusivamente para a implantação

do *Diário da Manhã* em Chapecó. Depois de Schultz, a gerência de Chapecó foi ocupada por Vieda, então redator-chefe da matriz passo-fundense<sup>45</sup>.

Conforme Moro, a primeira edição do *Diário da Manhã* em Chapecó trouxe diversas notas e textos de políticos e empresários locais que, meses antes, quando o diretor Dyógenes Aulido Martins Pinto esteve estudando as bases para implantação do diário no município, demonstraram apoio aos jornalistas sul-rio-grandenses.

Estão presentes na edição inaugural do *Diário da Manhã*, quase 30 notas de entidades e empresas, que congratulam a inserção do veículo no município. Entre as entidades destacam-se a Secretaria de Negócios do Oeste, Câmara de Vereadores de Chapecó, Câmara de Vereadores de Passo Fundo e a Prefeitura de Passo Fundo. Entre as empresas que se manifestaram estão Ludovico J. Tozzo Ltda., Arduino Galina S.A., Irmãos de Marco S.A., Ernesto F. Bertaso S.A., Condá S.A. e Retífica de Motores Reti-Car. Algumas companhias de Passo Fundo, outras do estado do Rio Grande do Sul e até mesmo de outros estados, como São Paulo, também cumprimentaram a instalação do jornal: Grupo Gaúcha Madeireira S.A., Empreendimentos Imobiliários de Passo Fundo Ltda. e Lorilleux do Brasil (MORO, 2015, p. 26).

A prefeitura de Chapecó, administrada então por Milton Sander, do Partido Democrático Social (PDS), teria observado no novo periódico uma oportunidade de projeção positiva do município para fora de seus limites e outro meio de divulgação de iniciativas empresariais e da política partidária. A iniciativa foi apoiada pelo assessor de comunicação da prefeitura, Marcos Antônio Bedin, que como vimos era também editor-chefe do semanário *O Oeste*.

O incentivo da prefeitura, conforme Bedin, deu-se através do apoio à consolidação do projeto no município. Segundo o empresário, havia o estímulo e a intenção de cooperar com os meios de comunicação. “Na época o prefeito Milton Sander tinha uma política de promoção da cidade, de divulgação de Chapecó, das potencialidades, de atração de novos investimentos”. Para contribuir no desenvolvimento do *Diário da Manhã*, a prefeitura passou a fazer investimentos regulares em publicidade, veiculação de campanha e inserções de interesse público (MORO, 2015, p. 34).

A cooperação da prefeitura e outros órgãos ocupava “espaços vagos” do jornal, que não eram preenchidos devido a “monotonia” da cidade. Desse modo, a produção diária de conteúdo teria sido um desafio, mesmo com a agitação crescente no campo e a atuação incisiva da Diocese de Chapecó, além de outros acontecimentos locais. Entretanto, nos chamou a atenção a seguinte colocação de Moro, referindo-se a um depoimento da jornalista local Zilda Ceretta:

Sobre a linha editorial do veículo, Zilda é enfática: “era pra manter o que estava posto”. As entrelinhas são traduzidas pela presença constante de empresários, personalidades e figuras de influência da sociedade nas páginas do jornal. Os jornalistas sentiam o dever de estar de bem com o governo e des preocupados em

<sup>45</sup> “[...] antes de começar sua trajetória no *Diário da Manhã* João Roman Vieda trabalhava no jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, no qual escrevia a coluna semanal “Opinião Livre”, além de angariar publicidades para rádios e jornais do município. Em 1971, entrou para a Academia de letras de Passo Fundo, onde ocupou a cadeira de número 11, teve como patrono o jornalista Assis Chateaubriand e assumiu o cargo de secretário da entidade. Em 1974 passou a integrar a equipe do *Diário da Manhã* de Passo Fundo” (MORO, 2015, p. 39-40).

direcionar o jornalismo de forma a beneficiar quem menos estampava as páginas turvas e descoloridas (MORO, 2015, p. 38)

Fica delineado, portanto, o posicionamento do periódico em conformidade com a rotina política do município, aspecto que explica também os reduzidos espaços de cobertura a respeito da formação de partidos de esquerda locais e outros movimentos de oposição, além da veiculação constante de reuniões partidárias do PDS e setores ligados ao mesmo, como a Juventude Democrática Catarinense (JDC) e o Movimento Trabalhista Catarinense (MTC)<sup>46</sup>, ambos vinculados ao partido de sustentação da ditadura, em nível estadual e municipal, pelo menos nos primeiros anos de formação da organização. O prefeito pedessista Milton Sander e o Secretário dos Negócios do Oeste, Ivan Bertaso, tinham ampla cobertura, com pequenas inserções do PMDB e inserções menores ainda do PDT e do PT.

Pode-se dizer, de maneira geral, que o posicionamento e linha editorial do *Diário da Manhã* não diferia substancialmente daqueles defendidos pela *Folha d'Oeste*. A referência contextual ao progresso e ao desenvolvimento, além do apoio à ditadura civil-militar, se faziam presentes. Tulio Fontoura foi opositor do governo Getúlio Vargas, estando alinhado com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Todavia, em matérias sobre a questão indígena o *Diário da Manhã* se demonstra favorável aos kaingangs ao mesmo tempo em que os movimentos de esquerda e a postura da Igreja Católica eram criticadas em editoriais. Adiante apresentaremos um contexto destes movimentos sociais e sindicais do período em Chapecó.

## 5.2 MOVIMENTOS SINDICAIS E ORGANIZAÇÃO DE OPOSIÇÃO EM CHAPECÓ

Os agricultores e trabalhadores urbanos de Chapecó e região sentiam os efeitos da modernização desenvolvimentista brasileira. A “economia moral” destas pessoas foi confrontada com novas formas econômicas e problemas de ordem nacional – notadamente, a modernização da agricultura a partir dos anos 1970 e a crise econômica brasileira nos anos 1980 – não sendo necessariamente “absorvidos” ou convencidos pela nova realidade, como indica sua organização posterior em movimentos sociais, chapas de oposição de sindicatos e partidos políticos. Esse fator se observa tanto entre descendentes de imigrantes quanto entre caboclos.

---

<sup>46</sup> De acordo com Santos (2011, p. 215), o Movimento Trabalhista Catarinense teve vínculo com a Arena, com o PDS e, posteriormente, com o Partido da Frente Liberal (PFL), Democratas e Partido Progressista (PP). Em Chapecó, o MTC controlou sindicatos ligados aos trabalhadores da alimentação por meio de gestões burocráticas.

De acordo com Edward P. Thompson, a insatisfação dos trabalhadores no contexto sob o qual se debruçou superava o determinismo econômico. Não era apenas a alta de preços e as crises que os atingiam diretamente por meio do mercado que geravam descontentamento. As queixas só poderiam ocorrer, segundo autor, “dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado” sob uma “visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres” (THOMPSON, 1998, p. 152).

De modo semelhante, os trabalhadores empobrecidos da região Oeste de Santa Catarina foram confrontados com formas de produção e de convívio contraditórias a sua cultura tradicional popular. A ação da Diocese de Chapecó buscou promover a conscientização da importância da vida (e da cultura) dessas pessoas, rompendo com a concepção que estabelecia a modernização e a individualidade como processo sócio-histórico irreversível.

Para Frederico de Castro Neves, esta concepção de Thompson refere-se também a uma cultura política dos trabalhadores que incluía “expectativas, tradições e superstições da população pobre em seu relacionamento ou envolvimento com ou no mercado”, avaliando a situação que enfrentavam desde uma perspectiva cultural do grupo e não necessariamente econômica. As transformações da sociedade inglesa do século XVIII permitiram a Thompson compreender a revolta dos trabalhadores desde outra concepção.

Ao experimentarem essas mudanças, [os trabalhadores] não estavam exatamente convencidos de sua inevitabilidade nem, muito menos, dos benefícios que elas poderiam lhes trazer. [...] Há, dessa maneira, formas diferentes e por vezes antagônicas de se pensar a distribuição da riqueza social, especialmente nos momentos de escassez popular. É sobre isso que trata a “economia moral” (NEVES, 1998, p. 43).

A contradição entre a perspectiva econômica imposta ou sugerida pelas elites e a cultura popular mantida sob a “economia moral” pode ser empregada para compreender parcialmente o contexto em que se formam os movimentos sociais do campo na região Oeste de Santa Catarina e o movimento partidário em torno do PT.

Se, por um lado, a economia já não ia tão bem quanto o período de 1968 e 1973, por outro lado a ditadura civil-militar começou a demonstrar sinais de fraqueza e passava a ceder aos poucos alguns espaços para atuação das oposições. É preciso ressaltar que diferentemente de outras regiões do país onde o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) apresentava determinada oposição política (mesmo que esta oposição fosse consentida pelos militares), em

Chapecó a gestão do prefeito emedebista João Destri significou uma tranquila continuidade do projeto das elites locais, como vimos no segundo capítulo. De certo modo, de acordo com Claiton Marcio da Silva (2014), nem a cassação do prefeito petebista Sadi de Marco em 1965 foi uma reação a um possível projeto desafiador das classes dominantes locais, mas sim a “eliminação” de uma força política com grande potencial no cenário estadual<sup>47</sup>. Entretanto, a partir do final dos anos 1970, as oposições sindicais começaram a se formar em toda região.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Chapecó foi presidido por Domenico Ramos Scussiato entre 1979 e 1988, ligado ao sindicalismo patronal e parente de Bernardino da Luz (presidente do Sindicato da Construção Civil, primeiro sindicato do município fundado em 1962). De acordo com Maria Aparecida dos Santos:

Além de presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Bernardino foi interventor da ditadura no Sindicato dos Pedreiros, e como demagogo e nepotista, fundou o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação, nomeando seu cunhado Scussiato como presidente e sua mulher como secretária do mesmo. Chegou o senhor Bernardino à presidência da Federação dos Sindicatos da Construção Civil, e mais tarde como juiz classista do TRT (SANTOS, 2011, p. 216).

Os primeiros impactos da oposição oriunda das pastorais se faziam sentir no meio sindical. Observamos isso na instabilidade causada pela oposição na gestão de Scussiato, que levou este a denunciar a Pastoral Operária diretamente à ditadura. Em carta enviada ao SNI datada do dia 23 de março de 1982, Scussiato se queixou da Igreja Católica por estar “gerando um verdadeiro clima de guerra”, cobrando do governo “medidas mais enérgicas para conter esses elementos ameaçadores a paz e a verdadeira democracia”. A razão da intranquilidade, segundo relatório do SNI, era a atuação da Pastoral Operária que entregava panfletos nas saídas das agroindústrias e na Fundeste por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE)<sup>48</sup> incitando a greve geral. Além disso, haveria motivação no sentido de fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no município. Chama-nos a atenção que o líder sindical tenha reivindicado a “verdadeira democracia” justamente em um processo eleitoral no qual havia chances reais de vitória da oposição, recorrendo ao governo para minar as chances dos trabalhadores organizados. De acordo com Santos (2011, p. 217), a contagem de votos não foi testemunhada por qualquer membro da oposição e foram impedidos por adeptos da situação e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

---

<sup>47</sup> A cassação não foi justificada pelo governo, porém, estima-se que através do AI-5 a cassação se justificaria por subversão à ordem ou atitudes que contrariavam a Lei de Segurança Nacional (SILVA, 2014).

<sup>48</sup> O agente pastoral José Fritsch é identificado no relatório como membro do Diretório Central de Estudantes da Fundeste nesse momento.



Por ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, o *Diário da Manhã* entrevistou o bispo diocesano Dom José Gomes. Na transcrição de suas falas, percebe-se que a crítica foi dirigida para amplas frentes, como a recepção do discurso do Papa pelos grandes meios de comunicação (que teriam dado destaque a aspectos que supostamente condenariam a ação da Igreja “libertadora”), o tratamento violento praticado contra os indígenas (considerando que nesse momento Dom José Gomes era presidente do Conselho Indigenista Missionário – Cimi) e o estatuto para estrangeiros, que ameaçava o trabalho de missionários e sacerdotes em regiões de difícil acesso no país, como a Amazônia (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 196, 18 jul. 1980). O clima de tensão no Toldo Chimbangue, onde brancos e indígenas disputavam a posse da terra, foi se acirrando no início dos anos 1980 e desencadeou ameaças contra o povo kaingang e agentes pastorais do Cimi. A sessão chapecoense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se posicionou a favor dos indígenas, prestando apoio aos mesmos (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 163, 08 de jun. 1982).

Observamos que apesar de manter uma linha considerada “conservadora” e alinhada com o projeto de políticos-empresários locais (e, conseqüentemente, dando suporte à sua cultura política), o *Diário da Manhã* produziu notícias relativas aos direitos dos trabalhadores e movimentações dos mesmos, dando espaço a atores que estudamos aqui, como Dom José Gomes.

Entretanto, o diretor do periódico evidenciou em editorial o posicionamento de reação aos novos movimentos ligados à Diocese de Chapecó e a Igreja Católica brasileira. Referindo-se a um desentendimento entre Igreja e governo ocorrido em Belo Horizonte (MG), Dyógenes Martins Pinto afirmou o seguinte:

Parece-me que, de uns tempos para cá, alguns padres mais novatos vêm inovando a Igreja Católica, incluindo no decorrer da Missa, no contexto das orações, temas que, a rigor, não podem ser considerados religiosos, inclusive programando [sic] cânticos com letras que não expressam o verdadeiro sentido do Cristianismo e fogem para temas materialistas, abandonando o espiritual (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 182, 07 jul. 1982, p. 4).

Esta narrativa, como já apontamos anteriormente, está vinculada a uma ideia de que a Igreja Católica não deveria tomar parte em aspectos temporais e políticos, se abstendo de tais polêmicas e devendo dedicar-se apenas a temas espirituais, interpretação que não era compartilhada pela TdL. A crítica editorial prenunciava os anos de conflito que estavam por vir.

A ocupação da fazenda Burro Branco, em Campo Erê, ganhou capas do jornal *Diário da Manhã*. Os agricultores e agentes pastorais envolvidos com a Diocese de Chapecó adquiriram experiência política na necessidade de negociar saídas com partes contraditórias. Uma das fontes que subsidiava os trabalhadores rurais era o Serviço de Assessoria e Informação (SAI), ligado à Diocese de Chapecó e fundada oficialmente apenas em 1986, provavelmente organizado a partir das visitas de agentes pastorais a diferentes comunidades da região, observando suas características e carências. A reação da família Taborda Ribas, proprietária das terras, foi enérgica contra a Diocese de Chapecó, afirmando através de seu advogado que a Mitra Diocesana do município estaria “mentindo conscientemente” e mandando que a Igreja fizesse ocupações “em suas próprias propriedades” (DIÁRIO DA MANHÃ, 22 jul. 1980). A ocupação, entretanto, não foi organizada por membros da Igreja Católica. Estudos como o de Cristiane Dias de Melo (2012, p. 98) apontam que a ocupação específica da fazenda Burro Branco foi desencadeada por famílias de agricultores sem-terra, sendo que as razões variam entre o “engano” sobre um suposto processo de desapropriação daquelas terras e um suposto vazamento de informações de dentro do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Sem pretendermos aprofundar esse assunto, ele nos mostra que apesar da sintonia existente entre a CPT e os agricultores, estes já vinham adquirindo maior autonomia.

Em 1980, após greves deflagradas na região do ABC paulista, Dyógenes Martins Pinto lamentou em editorial que o país estivesse perdendo por “radicalismo de ambos os lados”, equiparando trabalhadores e patrões pelas perdas econômicas na indústria automobilística. Entretanto, o diretor do jornal explicitou ao final do texto que os principais responsáveis seriam os grevistas, ignorando o posicionamento deliberado pelo movimento em assembleias: “deixar de trabalhar resulta em ociosidade pernicioso ao ser humano, que se habitua facilmente a não produzir e a ficar em posição mais cômoda, omitindo-se de participar do progresso nacional, que diz respeito a todos nós” (DIÁRIO DA MANHÃ, 03 jun. 1980, p. 6). Ou seja, o trabalhador (que tinha seu salário descontado por dia não-trabalhado) estaria optando pela greve sob efeito do hábito pernicioso de não trabalhar, sendo assim responsável pelo “atraso” que impedia o progresso. Não sabemos se o editorial foi publicado também em outras praças onde o jornal era editado, porém, em Chapecó o recado estava dado. Em relação ao nascente movimento sem-terra (antes da fundação do MST), Dyógenes defendeu o arrendamento público das terras para fixação do homem no campo, dispensando a titulação particular aos agricultores. Em outras palavras, reconheceu no êxodo um problema da ordem do dia, porém, prevendo meios estatais dirigidos “por cima” para resolvê-lo.

O crescimento do movimento de oposições sindicais teve importante contribuição da Igreja Católica. De modo semelhante ao surgimento de outras organizações, as oposições sindicais se desenharam a partir do debate entre trabalhadores nas comunidades incentivadas pela Diocese de Chapecó, por meio das Comunidades Eclesiais de Base e a Comissão Pastoral da Terra. Desse modo, a formação de chapas opositoras em diferentes sindicatos ganhou força no início dos anos 1980, conquistando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em 1982 e o Sindicato dos Empregados no Comércio de Chapecó. Este foi presidido por Euclides Antônio Badin, agente da Comissão Pastoral Operária (CPO).

Euclides A. Badin denunciou, em 1982, que empresários estariam demitindo funcionários apenas pelo fato destes procurarem o sindicato em busca de informações sobre direitos dos trabalhadores (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 66, 15 jan. 1982). É possível pensar esta denúncia de Badin como indício de uma reação por parte do empresariado local ao novo perfil sindicalista que se fazia presente no município e região Oeste, pois o sindicato estaria deixando de lado o perfil conciliador e assistencialista para se tornar “combativo” – termo adotado pelos próprios trabalhadores das chapas de oposição.

Conforme aponta Valdete Boni (2004, p. 290), a vitória da chapa de oposição no STR representou maior espaço para atuação e afirmação das mulheres. Embora ressalte que a discriminação dentro da entidade ainda não havia sido superada, a autora afirma que as mulheres agricultoras foram incentivadas a participar do sindicato e requerer documentações (tais como carteira de identidade, título de eleitora e CPF), além de fazer seus nomes constarem no bloco de produtor rural, que lhes dava o reconhecimento como trabalhadoras e “garantia seus direitos à aposentadoria, a salário maternidade e a auxílio-doença, direitos já garantidos às trabalhadoras urbanas”. A partir da fundação do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA)<sup>49</sup>, em 1983, a questão de gênero foi levantada com mais força dentro dos sindicatos, de maneira que Boni associa a trajetória de mulheres dirigentes sindicais à influência do movimento (BONI, 2004, p. 293). Relações semelhantes de avanço na participação e permanência de discriminações foram identificadas por Cristiani Bereta da Silva (2004) no MST, analisando o assentamento Conquista na Fronteira, no município de Dionísio Cerqueira (SC).

---

<sup>49</sup> Mais sobre o MMA, ver Alison Paim e Sirlei Gasaretto (2014). Os autores analisam cronologicamente aspectos do movimento a partir seu próprio arquivo e registros do Ceom.

O STR foi presidido por Arlindo Schwarz (que chegou a ser cogitado como candidato a vereador pelo PDS, apoiado pelo Movimento Trabalhista deste partido). Schwarz se manifestou no *Diário da Manhã* expressando indignação pelo fato da Comissão Pastoral da Terra estar realizando reuniões entre agricultores, supostamente em nome do sindicato. Denunciou a realização de encontros de agricultores no salão paroquial da Catedral e os classificou como “clandestinos”, pois os agentes pastorais não se faziam presentes, além de comparar o movimento de oposições sindicais às Ligas Camponesas da década de 1960, motivo pelo qual teriam potencial subversivo. Na mesma matéria, Dom José Gomes respondeu que Schwarz não “entendia de democracia” e questionou como era possível formar uma chapa de oposição sindical sem as reuniões legais que o sindicalista chamou de clandestinas (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 139, 05 maio 1982). Esses embates são reveladores do impacto que as ações realizadas por agricultores a partir das reflexões levantadas pela Diocese de Chapecó estavam causando em diferentes âmbitos da sociedade. Essas experiências sociais, na medida em que forneciam leituras comuns do passado e projetos políticos de futuro, constituem uma cultura política que se manifestava com força por meio de movimentos sociais nascentes (luta junto aos sem-terra e aos indígenas Kaingangs), disputa por sindicatos e formação de partidos políticos, principalmente o Partido dos Trabalhadores.

### 5.3 A FUNDAÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Na conjuntura histórica de redemocratização brasileira e crise da experiência soviética, abriram-se as mais diversas fissuras entre a esquerda que o PT pretendia representar e aquela que já era assumida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde longa data no país (este último ligado inicialmente à Internacional Comunista, tendo se mantido na órbita soviética na maior parte de sua história). Assim, a organização partidária petista se colocava em posição distinta daquela empregada pela esquerda do “partidão” e do trabalhismo getulista ou brizolista. De acordo com Izabel da Costa:

Reconhecendo os distintos graus de apreensão, a ampla maioria dos petistas demarcava-se muito claramente da experiência soviética. Mesmo entre aqueles que ressaltavam as importantes conquistas do regime e reivindicavam os primeiros anos do socialismo na União Soviética, o balanço era negativo. Destacava-se também, numa dinâmica crescente, uma rejeição aos desdobramentos ocorridos, principalmente, a partir de outubro de 1917 (COSTA, 2013, p. 325).

De acordo com Marco Aurélio Santana, no Brasil do início dos anos 1980 o PT e o PCB disputavam “mentes e corações” do sindicalismo renascente. As ondas grevistas do ABC

paulista liderada por metalúrgicos como Luís Inácio Lula da Silva acarretaram divisões sindicais que colocaram em lados opostos o PCB e os “autênticos”, pois para os comunistas o movimento grevista em contradição com o governo militar poderia prejudicar o objetivo maior que seria a democratização, enquanto os trabalhadores organizados davam sequência na luta contra o arrocho salarial provocado pela ditadura, a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem diminuição das remunerações e outras bandeiras. Conforme Santana:

Se no passado, apesar de suas propostas de unidade, o partido [comunista brasileiro] sempre se pautou pelo embate e pela disputa de posições com os pelegos, neste novo quadro – experimentando agora a existência de um grupo que lhe pressionava à esquerda [o sindicalismo dos metalúrgicos], um grupo nada desprezível ou distante das bases – o PCB se lançava para uma posição de maior identidade com os setores conservadores (SANTANA, 2007, p. 47).

Consequentemente, junto às críticas da experiência soviética e do PCB, viriam dos petistas diversas críticas teóricas no que se refere à adoção de leituras como a do alemão Karl Marx. De acordo com Costa, inexistia uma crítica homogênea do marxismo e muitos defendiam a validade de sua obra para explicar determinados mecanismos do sistema capitalista, porém, “[...] elas ressaltavam muitas inadequações e a ausência de respostas às alterações do sistema capitalista no final do século XX. Portanto, a obra de Marx deveria ser modernizada e complementada à luz de novos conceitos e autores”, revisando a “[...] visão fatalista, o messianismo operário, a inevitabilidade do socialismo e a ideia de progresso presentes nos seus pressupostos”. Entretanto, a autora ressalta que “formalmente, ninguém – ou pouquíssimos – defendia o modelo da social-democracia para o Partido dos Trabalhadores. [...]. Se stalinismo era um termo maldito nas esquerdas, no PT, pior ainda era ser rotulado de ‘social-democrata’” (COSTA, 2013, p. 326-327).

A estratégia do PT neste contexto foi direcionar críticas à III Internacional sem aderir a teses da direita nacional, característica que permitiu o surgimento de uma pluralidade de vozes e posicionamentos dentro do partido. Ainda assim, e apesar da dissonância entre seus membros – que era tida como um ponto positivo devido à recusa de uma pretensa uniformidade interna – o I Congresso do PT reafirmou o seu compromisso com o socialismo. Costa comenta que “paradoxalmente, ele [o ecletismo petista] foi viabilizado pela desagregação do socialismo real” (COSTA, 2013, p. 328).

De acordo com Olavo Furtado, o Partido dos Trabalhadores possuiria características de “social-democracia” distintas de outras agremiações formadas na redemocratização, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Enquanto este teria surgido de uma cisão do Movimento Democrático Brasileiro, sendo organizado “de cima para baixo”, o PT surgiu como

“movimento de massa” em consequência do forte movimento sindical de base popular (FURTADO, 1996, p. 78).

O PT foi fundado por conta da necessidade do movimento sindical do ABC paulista de expandir suas pautas para além do campo do sindicato e pela intenção de “pressionar o Estado de dentro do Estado” e não apenas desde a sociedade civil. Para Furtado, a decisão pela fundação de um partido e não o ingresso em algum já existente se explica pela ilegalidade do PCB e PCdoB até 1985, além da pouca identificação e até mesmo crítica dos sindicalistas em relação a experiência soviética.

O autor afirma que a ideia de fundação de um novo partido foi colocada pela primeira vez numa conferência de petroleiros na Bahia em 1978, tendo continuidade e ganhando forma no ano seguinte em Lins (SP) no XI Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo. O lançamento oficial do partido ocorreu “[...] no colégio Sion, em São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980” (FURTADO, 1996, p. 121).

O PT congregou diversas frentes políticas em torno do partido. Os setores representados foram o de sindicalistas (sobretudo do estado de São Paulo), membros da Igreja “progressista” – que “realizava, extraoficialmente, pelo menos três tarefas básicas: na fase inicial, formando diretórios, e posteriormente, agindo nas próprias campanhas eleitorais dos candidatos petistas e até em cargos de direção do partido” (FURTADO, 1996, p. 122) –, parlamentares advindos de uma ruptura do MDB que agregaram recursos financeiros, infraestrutura básica (automóveis, salas, serviços postais e telefônicos, auxílio jurídico) promovendo inserção nas bases estudantil, urbana, popular e classe média, além da participação de intelectuais e professores que agregavam na formação política e ideológica do partido e na popularização da sigla devido a sua exposição na mídia – por meio de nomes como Francisco Weffort, Fábio Munhoz e Paul Singer; por organizações de esquerda com segmento marxista, como a Convergência Socialista (CS), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Liberdade e Luta (LIBELU), a Ação Popular (AP) e a Política Operária (POLOP) –, e os movimentos sociais oriundos de organizações da Igreja, dos movimentos negros, indígenas, feministas, de associações de bairro, “sem-teto”, “sem-terra”, pacifistas e etc.

Para os propósitos deste estudo, nos interessa frisar o papel da Igreja Católica na formação e estabelecimento do PT. Conforme Rachel Meneguello:

Vale ressaltar que, ao lado da autonomia e espontaneidade características de boa parte das mobilizações populares, organizações de bairro, movimentos libertários e de vários segmentos sociais, a *Igreja Católica* teve atuação fundamental no estímulo e

abarcamento das iniciativas, através de seus setores progressistas e da constituição das Comunidades Eclesiais de Base (MENEGUELLO, 1989, p. 30).

A autora afirma que o partido foi uma iniciativa mais ou menos autêntica de proposição política, argumentando que os partidos formados entre a República e o retorno do pluripartidarismo pós ditadura civil-militar (1989-1979) haveria certa ausência de bases sociais na consolidação de legendas políticas. O PT, portanto, representaria uma organização distinta que dava “maior ênfase às lutas sociais e menor importância, comparado aos outros partidos, à luta eleitoral-parlamentar. Seu perfil é o de uma organização mais complexa, definida pela formação de um núcleo profissional e de uma atuação permanente, extra-eleitoral” (MENEGUELLO, 1989, p. 41).

Além disso, no caso paulista, o PT foi apontado como único partido de oposição na redemocratização a propor a “revinculação entre as demandas sociais e as instituições políticas”, aspecto que seria a “essência da novidade da proposta petista de partido político” (MENEGUELLO, 1989, p. 104). Os demais partidos de oposição, segundo a autora, repetiam pautas bastante semelhantes de defesa da democracia sem possuir, entretanto, uma proposta concreta tal como os partidos de sustentação do regime militar o tinham.

Por conta da pluralidade de representação no partido que levantava as mais diversas pautas, não era tarefa simples estabelecer orientações políticas claras e coesas. Desse modo, em termos de deliberação geral para os partidários, não havia definição criteriosa na referência ideológica do PT:

Em seus aspectos ideológicos (em grande parte pelo número excessivo de tendências) torna-se difícil definir um perfil único para o PT. De forma breve, devemos ressaltar que a maioria de seus quadros defende algum tipo de concepção socialista, esteja ela no campo de uma “social-democracia de esquerda” ou na extremidade da mais pura ortodoxia marxista (FURTADO, 1996, p. 131).

O autor destaca, em documentos do partido, que a base ideológica seria um “socialismo petista” que se “constrói no dia a dia”, sem adotar modelos de outros países e criticando determinadas experiências como o “socialismo burocrático”. Lincoln Secco (2011, p. 26) e Zilas Queiroz (2011, p. 141) consideram esse socialismo do partido como “indefinido” ou “impreciso”. Furtado afirma que “o programa [do PT] não faz nenhuma menção a qualquer proposta socialista, mas muitas vezes dá a impressão de que esta vem implícita em suas linhas” (FURTADO, 1996, p. 134). Entretanto, os debates ideológicos do PT sobre qual socialismo assumir eram direcionados para uma linha de “socialismo democrático”, que seria uma terceira via entre o socialismo real e a socialdemocracia. O programa petista não pretendia acabar com

mercado e previa um planejamento econômico orientado socialmente e que evitasse a predominância do lucro.

Para Daniel Aarão Reis Filho (2005), a esquerda fundadora do PT teria gênese em experiências anteriores de siglas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), argumentando que a tradição trabalhista (nacional-estatista) permaneceu no ideário de parte da esquerda armada após 1964 e estaria evidente nos conceitos usados, nos valores, nas propostas e nas bandeiras defendidas por alguns agrupamentos. Após a ditadura, para o autor, o PT adotou uma postura mais democrática do que as esquerdas de então – que teriam “direções monolíticas, marcadas pela verticalidade e pelo desrespeito às minorias” (FILHO, 2005, p. 181) –, e que, apesar dos esforços empregados para se distanciar do trabalhismo, continuou cultivando dentro do partido uma corrente nacional-estatista.

Por outro lado, Alexandre Fortes (2005, p. 200-201) afirma que o PT foi uma das primeiras experiências de esquerda em períodos de legalidade política, antecedido apenas pelo PCB nos anos 1930. Isso atesta que, diferentemente de Reis Filho, Fortes não considera a experiência trabalhista como esquerda. Para Fortes, a identidade que o PT assumiu nos anos 1980 foi formada da negação de experiências anteriores ligadas ao PTB e ao PCB. O surgimento do PT no contexto da redemocratização teria causado um mal-estar entre as esquerdas, sobretudo àquelas ligadas ao PCB, pois estes não acreditavam na possibilidade da proposta petista ter sucesso – e isso teria sido evidenciado em 1982 com o fraco desempenho do partido nas eleições –, mas que o êxito de 1989 mostrou o contrário. Estas críticas petistas às experiências anteriores culminavam em um certo afastamento das esquerdas organizadas do partido.

Para Lincoln Secco (2011, p. 25), mesmo com a pluralidade de correntes e ideias que circulavam internamente no partido, a formação e consolidação do PT na década de 1990 necessitou de um *aggiornamento* ideológico devido ao fim da União Soviética, processo que foi mais ou menos concluído na vitória das eleições presidenciais de 2002. Zilas Queiroz (2011, p. 145), analisando a Carta de Princípios do PT de 1999, atesta que havia “forte influência do movimento comunista internacional” que se fundava na “canonização da democracia, em oposição ao autoritarismo stalinista, e o entendimento de que o Estado pode ser utilizado em favor dos trabalhadores”. Esta concepção é reforçada por Júlio Barassa Neto (2012, p. 18) quando afirma que “ao adentrar os anos 1990, o PT aprofunda sua inserção no âmbito do sistema representativo e se consolida enquanto ‘alternativa de governo’, diluindo aqueles elementos constitutivos de uma retórica de ‘enfrentamento global’ dos problemas estruturais do



capitalismo”. Desse modo, os conteúdos iniciais de formação do PT foram ganhando novos contornos ao longo da década de 1990 embora se conservasse uma defesa imprecisa do socialismo com foco na democracia.

Se no nível nacional (sobretudo em São Paulo) o PT teve um ambiente propício para a atividade sindical por situar-se no meio urbano e industrial mais avançado do Brasil e com maior densidade de operários e circulação de ideias, no Oeste de Santa Catarina observa-se que foram os pequenos agricultores, homens e mulheres sem-terra, os servidores públicos, os trabalhadores da indústria incipiente de Chapecó e as pastorais da Diocese do município que articularam um movimento político no espaço que provocou projeção nacional quando das ocupações de fazendas improdutivas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esta especificidade do âmbito “micro” é que pretendemos pôr em perspectiva junto à experiência das reivindicações dos trabalhadores no âmbito “macro” brasileiro, identificando os aspectos semelhantes e discutindo especificidades da experiência local.

#### 5.4 A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES EM SANTA CATARINA E EM CHAPECÓ

De acordo com José Paulo Teixeira (1996, p. 23), o PT de Santa Catarina “foi fundado em 1980 por um grupo de sindicalistas, agentes pastorais e militantes de organizações de esquerda”. Para o mesmo autor, o caráter do partido nos anos 1980 era essencialmente socialista, e este aspecto seria observável nas eleições de 1982 pelas motivações do partido, que seriam a construção partidária, a luta contra a ditadura civil-militar, a democratização da sociedade brasileira e a luta pelo socialismo, além das campanhas pela Anistia e contra a Lei de Segurança Nacional (LSN) (TEIXEIRA, 1996, p. 24-25). Baseado no 11º encontro petista, realizado em 1995 no município de Blumenau (SC), o autor afirma que a maioria dos delegados<sup>50</sup> se autodeclararam “socialistas”:

[...] a maioria dos petistas se define como *socialistas, socialistas e revolucionários, revolucionários-socialistas, socialistas-cristãos e socialistas-progressistas*. Portanto, 78% dos entrevistados se auto-reivindicam *socialistas*. Apenas três delegados apresentaram-se como *comunistas* e dois como *anarquistas* (TEIXEIRA, 1996, p. 38-39. Grifos no original).

---

<sup>50</sup> Os delegados eram definidos em encontros dos diretórios municipais, portanto, os critérios de escolha dos mesmos podem variar bastante. As atas do PT de Chapecó indicam que a escolha dependia da disponibilidade de afiliados, assim, nem sempre os quadros “mais politizados” ou “mais representativos” do diretório local participavam. Ou seja, é possível que na região Oeste (com maioria de afiliados provenientes do campo) houvessem delegados que não eram agricultores.

Admitindo que a concepção de “socialista” é vaga neste trecho e o autor tampouco esclarece o conceito no livro, podemos considerar que há uma clara tendência à esquerda que diferenciaria a proposta do partido em relação ao nacional-desenvolvimentismo (e o trabalhismo), pelo menos entre os delegados do PT de Santa Catarina. Fica delineado que a orientação política da legenda mantinha pressupostos levantados e defendidos desde sua fundação, ou seja, a luta pela “construção do socialismo”, apesar de permanecer a mesma imprecisão do conceito observada no partido em nível nacional.

Teixeira afirma que 76 dos 100 delegados presentes haviam se afiliado ao partido entre 1980 e 1990 e 23 entre 1991 e 1995 (TEIXEIRA, 1996, p. 31)<sup>51</sup>. A proveniência política da maioria destes delegados era do movimento sindical (29%), seguidos por membros da pastoral (19%), pelo movimento estudantil (11%), pelo movimento popular (8%) e setor educacional (7%). Na categoria “sem-terra” haveria apenas dois delegados no referido encontro.

Em relação ao passado político destes delegados, Teixeira registrou que 84% começaram a militar no PT e entre os demais havia antigos afiliados de agrupamentos de centro como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Verde (PV) e de legendas conservadoras como o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Democrático Social (PDS) e a extinta União Democrática Nacional (UDN). Na escolaridade dos membros, registrou-se que 21% atingiu o 1º grau, 22% o 2º grau e 57% o 3º grau, somando os afiliados que realizaram pós-graduação (especialização e mestrado) (TEIXEIRA, 1996, p. 33). Teixeira registrou ainda que o número de negros no encontro foi baixíssimo. Em relação à classe social dos delegados o autor afirmou que:

[...] 73% dos petistas se reconhecem como *trabalhadores*. Somente 10% se consideram membros da *classe média*; 5% como *intelectuais*; 04%, *trabalhadores de classe média*; um *trabalhador-intelectual*; um *trabalhador-intelectual de classe média*; um *burguês*; e 4% não responderam a esta questão (TEIXEIRA, 1996, p. 36. Grifos no original).

Com os dados trazidos por Teixeira temos um ponto de partida para pensar a característica do partido na região. Apesar de considerarmos que a parte majoritária do PT chapecoense foi proveniente dos movimentos sociais do campo e das pastorais, temos de considerar as características dos afiliados no resto do estado que demonstram, após 15 anos da fundação do partido, que havia maioria de católicos (69% dos delegados), dividindo espaço

---

51 Dados diretos do autor, embora a soma dos percentuais resulte em 99%.

com ateus, agnósticos e “sem religião definida” que representavam 24% dos membros pesquisados (TEIXEIRA, 1996, p. 34).

Os balanços históricos sobre a formação do partido parecem dar pouca atenção à presença de ativistas (minoritários a princípio) inspirados pela perspectiva da chamada Teoria Marxista da Dependência como corrente interpretativa de esquerda envolvida na fundação do PT. Segundo João Paulo Strapazzon, a composição do PT de Chapecó nos anos 1980 era de agricultores ligados aos movimentos sociais e às pastorais católicas:

[...] a CPT, em termos político-partidários, alinhava-se diretamente com o Partido dos Trabalhadores, sendo que vários destes agricultores e também assessores do mediador filiaram-se ao Partido e também participaram das eleições de 1986 como candidatos. [...]. Podemos também ressaltar que os agricultores sem-terra foram, em sua maioria, fundadores do PT no Oeste de Santa Catarina (STRAPAZZON, 1997, p. 52-53).

Na sequência do contexto político que observamos nos capítulos dois e três, compreendemos que o cenário era de reestruturação política em Chapecó após a reabertura conservadora que teve início na ditadura civil-militar. A oposição concentrada no MDB pôde tomar diferentes rumos por meio da fundação de novos partidos políticos. Do ponto de vista da esquerda, a conjuntura favoreceu a organização do PT no município quando, em 1981, uma tentativa de greve de trabalhadores da Sadia resultou na demissão dos “líderes” do movimento (SANTOS, 2011, p. 216). Em 1982, a construção do partido a partir das lutas se reafirmou durante disputas por sindicatos de trabalhadores em variados segmentos.

José Fritsch afirmou, em entrevista para Lucas Godinho (2019, p. 104), que a notícia sobre a organização do PT em São Paulo foi trazida por Dom José Gomes às pastorais, pois este tinha contato direto com a Arquidiocese paulista sob bispado de Dom Paulo Evaristo Arns. Em uma retrospectiva histórica do PT de Chapecó, registrada em caderno-ata pelos próprios afiliados em abril de 1991, a fundação do partido teria sido gestada pelos agricultores Francisco Dal Chiavon, Antônio Zuchello, Casemiro Capeletti, Vitório Sitherenn e João Carlos Vanzella em fevereiro de 1981. E anota que:

A Igreja teve papel fundamental no processo de construção, pois ela indicava as lideranças que eram pessoas em potencial para entrar no partido. Neste processo de construção do PT, para que o mesmo tivesse legalidade era necessário registrá-lo e para tanto necessitava-se de 196 filiados. Diante da pressa, já que em 1982 haveria eleições, passou-se a fazer filiações aleatoriamente e sem critérios políticos. Para se concretizar a proposta, os companheiros começaram um roteiro de visitas nas comunidades de toda a região, onde a Igreja ou os STRs fossem progressistas. As despesas decorrentes eram pagas pelos próprios companheiros sem controle algum das mesmas. [...]. Em 1982, o PT concorre em Chapecó e no Estado, à sua primeira eleição. Os candidatos de Chapecó foram os mais votados do Estado pelo PT. Em 86, nova eleição. O partido já está organizado em Chapecó e apesar das dificuldades e divergência o PT elege uma dep. estadual.

De acordo com entrevista concedida a Godinho (2019, p. 105), José Fritsch insinua que a formação dos movimentos sociais, da oposição sindical e do PT foi resultado de um processo vivenciado na região, ou seja, oriundo de lutas que vinham ocorrendo no Oeste de Santa Catarina (como, por exemplo, a peste suína africana, as desapropriações para construção de barragens e a ocupação da fazenda Burro Branco). Portanto, a fundação do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do MAB não se configuraram como uma simples reprodução institucional da experiência nacional, conferindo à organização local um status “autêntico”.

Teresa Kleba Lisboa, em estudo de 1987, ressaltou que a Igreja Católica teve papel crucial para a mobilização e organização de agricultores que desempenhavam diversos papéis entre os movimentos sociais:

No Oeste catarinense o que ocorre geralmente é que os mesmos indivíduos, membros da Igreja como líderes, estão engajados na luta pela terra participando do Movimento dos Sem Terra. São inscritos também no Sindicato e filiados a um partido (geralmente o PT). [...]. Em Chapecó, por exemplo, alguns agentes são ao mesmo tempo membros da Igreja, funcionários da Comissão Pastoral da Terra – CPT, filiados ao Partido dos Trabalhadores – PT (saindo inclusive como candidatos nas eleições de 86), membros da oposição sindical e assessores do Movimento dos Sem Terra (LISBOA, 1987, p. 197).

Como veremos adiante, ao analisarmos as estratégias do PT de Chapecó registradas em atas oficiais, a falta de uma fronteira clara entre partido, movimentos sociais e trabalhos pastorais da Diocese de Chapecó acarretaria em desentendimentos e desorganização, sobretudo em períodos eleitorais.

Conforme Ângela Flora (2007, p. 98), o PT de Chapecó contou com o apoio e militância de Pastoral da Juventude da Diocese de Chapecó. A orientação desta para os jovens era a resistência à “cooptação” do Estado e incentivo a participação política, de modo que suas cartilhas e cartazes indicavam a legenda petista como meio de atuação prática. Para a autora, portanto, a Pastoral da Juventude atuou de modo a controlar e orientar a juventude apesar da intenção de formar sujeitos “construtores da história”. Por meio de entrevistas com membros da Pastoral da Juventude, Flora afirma que a afiliação era praticamente automática ao PT. E no caso daqueles que se elegeram, indica frustrações com o mecanismo político-institucional e com as diretrizes do partido para o mandato.

Desse modo, quando tratamos da formação do PT em Chapecó temos de, necessariamente, considerá-la como resultado de um processo ao longo dos anos 1980. O primeiro fator que nos chamou a atenção nas atas e no caráter dos registros feitos na mesma, foi o amadorismo da organização e o aprendizado dos meandros políticos institucionais e

burocráticos na prática. A falta de recursos financeiros foi um problema recorrente no partido e persistiu durante todo o período que analisamos. Percebe-se que a dinâmica do partido era condicionada pela vontade e pelo trabalho dos próprios militantes que cediam espaços, recursos ou tempo para funções necessárias aos interesses estratégicos do diretório.

As fontes que trabalhamos nessa sessão são registros legais e oficiais do partido em Chapecó, além de periódicos e outros documentos que identificaremos oportunamente. Na documentação pesquisada, constam três livros de registro do partido: dois deles oficiais com termo de abertura assinado pelo juiz eleitoral da 35ª zona, Rubem Odilon Antunes Córdova (sendo um destinado a registro das deliberações e outro para lista de presença), e ainda um caderno de uso comum que contém apontamentos e orientações semelhantes ao livro de deliberações, havendo certa confusão em anotações do mesmo período visíveis pela mistura de funções dos livros (com a lista de presença sendo registrada no livro de deliberações e vice-versa). Aparentemente, os diferentes escrivães responsáveis pela redação não a fizeram de maneira regular e organizada, pois há informações divergentes entre encontros registrados do mesmo dia nos dois livros e no caderno<sup>52</sup>. Disso, e outros fatores que veremos adiante, afirmamos que a organização do PT em seus primórdios guardava um certo “amadorismo”, como quem aprende os meandros político-institucionais e burocráticos na prática.

O primeiro livro ata do Partido dos Trabalhadores do município é datado de 15 de junho de 1981. O primeiro registro, realizado no dia 21 de junho, foi decorrente da convocação do diretório municipal para eleição da comissão executiva, formalidade validada por 18 membros que estiveram presentes. A chapa única foi eleita por unanimidade, tendo a seguinte configuração: João Carlos Vanzella (presidente), Francisco Dal Chiavon (vice-presidente), Norberto Staub (secretário) e Ledenir Pedroso (tesoureiro), com suplência de Casemiro Capeletti, Antônio Zuchello, Pasqualino Toscan e Desidério Castagna.

O segundo registro desse livro ata ocorreu apenas no mês de setembro de 1982, com o objetivo de definir a numeração que seria usada pelos candidatos do partido nas eleições de 15 de novembro do mesmo ano. Entretanto, no período de 1982 a 1983 há apenas registro na ata das deliberações, nos chamando a atenção o fato de não haver outras anotações em ata em um intervalo de mais de um ano, inclusive no período de escolha dos candidatos a vereador e prefeito. A convenção para definição dos nomes ocorreu em agosto de 1982 (conforme registro no *Diário da Manhã*), porém, não houve qualquer apontamento no livro ata do PT.

---

<sup>52</sup> Nos referimos a este registro ao longo do capítulo como “caderno-ata”.

A partir de 1993 começaram a ocorrer registros mais regulares e completos em termos de informações sobre o que era discutido nos encontros. Desse modo, tanto a organização burocrática tornou-se mais eficiente quanto o partido parecia mais experiente e melhor estruturado. Os encontros realizados entre 1983 e 1996 tinham lugar em diferentes endereços do centro da cidade, sendo os principais a paróquia da Catedral Santo Antônio, o Salão Paroquial do bairro São Cristóvão (cedidos pela Diocese de Chapecó), nos sindicatos geridos pela militância petista e em sede própria organizada mais tarde. Conforme estudo de Alison Paim e Sirlei Gasaretto (2014, p. 217), o Movimento das Mulheres Camponesas também contou com sala própria anexa à catedral Santo Antônio a partir de 1984.

Para o cenário político de Chapecó, o PT em sua gênese estava ligado às práticas e relações políticas de esquerda voltadas para o meio rural brasileiro e um projeto impreciso de socialismo. Esta literatura vinha de círculos de debate do próprio partido, conforme observamos nos materiais de formação localizados no acervo do PT chapecoense, e da base de interpretações levantadas pela Diocese de Chapecó nos círculos de reflexão das CEBs. Desse modo, as fontes indicam que o PT e o PCdoB foram as primeiras oposições orientadas por um caráter marxista, porém, a legenda petista tinha como base política a área rural do município.

Portanto, se os três pilares que sustentaram a formação do PT em nível nacional foram o movimento operário, a Igreja “progressista” e a esquerda marxista, no Oeste observamos que a predominância de afiliados e lideranças era de agricultores, havendo entre eles um menor número de funcionários públicos, profissionais liberais e operários da agroindústria. No início do partido, as atas indicam que os trabalhos de arregimentação de novos afiliados se dava mais no interior do que na cidade, além das jantas e almoços realizados para levantar recursos que ocorriam predominantemente no interior do município, excetuando as reuniões do partido, que geralmente aconteciam na área urbana em espaços ligados à Diocese de Chapecó e sindicatos. A partir da década de 1990, como veremos, a área urbana passou a receber maior atenção.

Se considerarmos apenas o sobrenome de lideranças e membros do diretório do partido, perceberemos que a maioria seria descendente de imigrantes italianos e alemães. Percebe-se que as práticas (ou a “cultura”) dos fundadores do PT em Chapecó não difere da cultura observada nos migrantes sul-rio-grandenses em geral, com valores comunitários e centrados na pequena propriedade. A atuação do partido voltada aos pequenos agricultores demonstra isto. A grande diferenciação está na discussão política desenvolvida e promovida pela Diocese de Chapecó em suas inserções no interior.

Há, no entanto, diferenciação significativa no campo do “respeito à propriedade”, muito caro aos migrantes “tradicionais”, e que foi relativizada nas reflexões proporcionadas pelas Comunidades Eclesiais de Base. Embora mantida a essência de propriedade (sem coletivizar todas terras da reforma agrária, por exemplo<sup>53</sup>), o questionamento sobre as práticas de latifundiários e a maneira pela qual se constituiu tal propriedade – colocada muitas vezes como resultado de grilagem e da herança histórica de desigualdade e exclusão – levaram estes migrantes a outra interpretação da região e da própria realidade socioeconômica, flexibilizando uma cultura arraigada entre agricultores. Pode-se observar que a referência socialista colocada estava vinculada à crítica ao capitalismo e seus resultados na região, entendendo que o aprofundamento das relações capitalistas representadas pelo incremento da tecnologia no campo e o fechamento da fronteira agrícola colocou milhares de famílias de pequenos agricultores em situação de extrema dificuldade. Desse modo, o êxodo rural se aprofundou e elevou o número de desempregados e miseráveis na cidade.

A seguir procederemos a análise do itinerário do Partido dos Trabalhadores de Chapecó entre as primeiras eleições que concorreu, em 1982, até a vitória nas eleições para prefeito em 1996, acompanhando os debates internos do partido e a repercussão de suas atuações no periódico *Diário da Manhã* no período entre os pleitos.

## 5.5 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1982

Desde o Ato-Institucional nº 2 (AI-2), promulgado em 1965, apenas dois partidos políticos estavam autorizados a atuar no Brasil, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), considerado “oposição consentida”. Entretanto, o governo chegou ao final da década de 1970 bastante desgastado, e a ditadura observava que poderia sofrer uma derrota dura para o MDB nas eleições previstas para 1980. Desse modo, uma reforma partidária foi instituída em 1979 pelo general e presidente João Figueiredo com a intenção de fragmentar a oposição e dar uma sobrevida ao regime, pauta relativamente “comemorada” por aqueles opositoristas que não tinham opção além da legenda emedebista. Porém, um pacote enviado pelo governo ao Congresso Nacional em novembro de 1981 proibiu coligações e instituiu o voto vinculado em partidos, o que na prática enfraquecia as oposições e impossibilitava a composição de frentes amplas (LAMOUNIER, 1987, p. 3).

---

<sup>53</sup> A única exceção no MST do estado foi a experiência do assentamento Conquista na Fronteira em Dionísio Cerqueira (SC).

Desde 1979, outras medidas do governo militar promoveram – aos poucos – pequenas aberturas políticas no sentido de redemocratizar o país “por cima”, de maneira “controlada” pelos altos escalões do regime. É o caso da revogação do AI-5 em janeiro – restituindo garantias individuais e o *habeas corpus* em processos políticos – e da promulgação da Lei de Anistia em agosto, que beneficiava presos políticos ao mesmo tempo em que garantia a impunidade a agentes repressivos do Estado, sobretudo na figura de torturadores.

Em Chapecó, a formação de partidos seguiu tendência nacional e teve como maiores legendas o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP). Para efeito de compreensão da dimensão dos partidos políticos atuantes no município desde a reforma partidária de 1979, apresentamos o quadro abaixo com o número de afiliados em cada agremiação em 1981, segundo dados do TRE/SC<sup>54</sup>:

Tabela 1 – Relação de afiliados em partidos políticos de Chapecó em junho de 1981.

Partido	Homens	Mulheres	Total de afiliados
<b>PDS</b>	879	282	1.161
<b>PP</b>	277	65	342
<b>PMDB</b>	271	64	335
<b>PDT</b>	174	74	248
<b>PT</b>	130	68	198

Fonte: TRE/SC.

Um ano depois, pouco antes das eleições municipais de 1982, houve expressivo crescimento no engajamento em torno dos partidos políticos oriundos de uma tradição mais conservadora e de centro, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Relação de afiliados em partidos políticos de Chapecó em junho de 1982

Partido	Homens	Mulheres	Total de afiliados
<b>PDS</b>	2.040	756	2.796
<b>PMDB</b>	645	159	804
<b>PDT</b>	212	97	309
<b>PT</b>	147	72	219

Fonte: TRE/SC

<sup>54</sup> Acessado no Sistema de Histórico de Eleições do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, disponível online <<https://bitly.com/dBbOV>>. Acesso entre os anos de 2018 e 2020.



Na tabela 2 podemos observar que o PP foi fundido ao PMDB de forma estratégica para as eleições de 1982 e que, portanto, o quadro peemedebista absorveu os seus afiliados. O maior salto, entretanto, foi do Partido Democrático Social (PDS), mais que dobrando o número de adeptos. Essa tendência ocorreu apenas neste ano, pois em 1983 o quadro partidário pedessista diminuiria para cerca de mil e oitocentos afiliados. Esse crescimento díspar não refletia o contexto nacional que indicava tendências ao estabelecimento do PMDB como maior força política na redemocratização, porém, a resposta eleitoral no pleito de 1982 seguiu essa tendência.

O PMDB apresentou ligações importantes com setores da Diocese de Chapecó no início dos anos 1980. Porém, o processo de formação partidária que os membros pastorais desenvolveriam terminaria distanciando os peemedebistas das bases petistas. Antes da formação dos movimentos sociais na região, as informações das pastorais sob coordenação de Dom José Gomes já alertavam alguns setores chave da sociedade. O deputado federal emedebista Ernesto José de Marco (pai de Sady de Marco) já denunciava na Câmara os problemas inerentes a minifundização que forçava grandes contingentes de agricultores a migrarem em busca de melhores condições de vida. Ele se opôs abertamente aos projetos de colonização de Altamira (PA)<sup>55</sup> estabelecidos pela ditadura. Em 1979, na primeira reunião ordinária da Câmara Municipal de Chapecó (CMC), o vereador Victor Batista Nunes (eleito pela Arena, mas que migraria para o PMDB na eleição seguinte) declarou que “apesar do milagre do minifúndio em Santa Catarina, é preciso crer na verdade dos dados referentes à situação agrária catarinense”, dados estes levantados pela Diocese de Chapecó, que indicavam cerca de 20 mil famílias sem-terra (O OESTÃO, n. 2, 12 abr. de 1978). Nunes, além de legislador, era também presidente da Associação dos Sindicatos Rurais do Oeste Catarinense e do Sindicato Rural de Chapecó, se caracterizando como um quadro conservador.

Outra liderança sindical que comentou a situação levantada pela Diocese de Chapecó foi Arlindo Schwartz, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que entendeu o êxodo rural como “normal” devido às circunstâncias socioeconômicas da região, porém, cobrou timidamente a aplicação do Estatuto da Terra para resolução do problema (O

---

<sup>55</sup> De acordo com Francivaldo José Mendes, César Martins de Souza e José Queiroz Neto (2018, p. 74), na década de 1970 iniciou-se um forte processo migratório de diversas regiões do país para a área próxima ao Xingu, possibilitada a partir da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Banco da Amazônia S/A e da construção da rodovia Transamazônica (BR-230). A maior área corresponde a região do município de Altamira (PA) com 3.759.500 hectares, cuja colonização foi feita por cerca de seis mil colonos.

OESTÃO, n. 33, 17 nov. de 1978). Nesse período não havia ainda um movimento de vulto organizado a partir da CEBs e, por esse motivo, o assunto das mazelas do campo era compartilhada por setores conservadores, notadamente aqueles que ocupavam posição de poder há muitos anos em suas respectivas áreas, estando em conformidade com o ritmo da ditadura civil-militar. Essa “sintonia” entre os dados levantados e apresentados pela Diocese e os setores mais conservadores – ou seja, com Victor Batista Nunes sendo da Arena e Arlindo Schwartz considerado “pelego” pelo movimento de oposição sindical – terminaria assim que os agricultores embasados na legitimação bíblica e no aporte das ciências humanas tomassem as rédeas de seu próprio destino, participando e fazendo política.

Após o final do bipartidarismo nacional, o PMDB de Chapecó apresentou grande crescimento e aglutinou em torno de si diversos empresários que eram alinhados à Arena. Alguns emedebistas “históricos” ainda compunham os quadros do partido, mas as alas mais combativas<sup>56</sup> fundaram o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sobretudo antigos petebistas, caso do ex-deputado estadual Genir Destri (cassado pelo AI-5 à época). De acordo com Ângela de Castro Gomes, o PDT representou a terceira fase do trabalhismo brasileiro, sofrendo algumas alterações na conjuntura de redemocratização:

O trabalhismo se encarnou no brizolismo e a tradição, mais uma vez, se transformou para se fortalecer e sobreviver. Nessa conjuntura, os temas da defesa dos direitos do trabalhador e do nacionalismo igualmente permaneceram, patrimônio indiscutível que eram dessa tradição. Mas, ao lado deles, cresceu em importância a questão da defesa da democracia, até porque minimizada em 1963-64, e a busca de uma definição para um socialismo brasileiro: o então chamado “socialismo moreno” (GOMES, 2005, p. 40).

As alas trabalhistas consideradas de “esquerda” não tiveram grande representatividade em Chapecó durante a redemocratização, de modo que poucas lideranças propuseram saídas socialistas que convergissem com aquelas defendidas (mesmo que de maneira disforme) pelo PT ou pelo PCdoB. Veremos adiante como as tratativas de alianças políticas ocorreram por meio desse assunto nas eleições municipais ocorridas entre 1982 e 1996.

Conforme apontam Claiton Marcio da Silva e Carla Rigo (2019), o trabalhismo chapecoense se desenvolveu a partir do intercâmbio de ideias trazidas do Rio Grande do Sul por jovens universitários. O crescimento dessas ideias, entretanto, gerou formas de violência

---

<sup>56</sup> Apesar de considerarmos apenas Genir Destri neste argumento, é necessário frisar que outros políticos petebistas possuíam perfil semelhante, como Sadi José de Marco e Ferdinando Damo. Conforme Silva e Rigo (2019, p. 53), “todos [os três políticos] com idade menor de 25 anos quando eleitos pela primeira vez; estudantes de Direito no Rio Grande do Sul em período próximo à Campanha da Legalidade; e, por fim, reconhecidos pela ‘garra’ de seus pronunciamentos públicos”.

física e simbólica por parte de camadas da elite local, fato evidenciado no linchamento de 1950 – que Monica Hass (2007) demonstrou de forma clara a relação entre o episódio e a conjuntura política da época –, e na perseguição a militantes trabalhistas por ocasião do golpe de 1964, seja por sua oposição manifesta ao regime imposto, seja pela acusação vaga de “comunismo”.

Genir Destri se colocou como candidato a prefeito para o pleito de 1982, vindo a recusar mais tarde em favor de Orlei Caldas. O motivo teria sido, de acordo com o *Diário da Manhã*, a falta de representantes trabalhistas dispostos a concorrer à vereança em número mínimo de quinze nomes (o partido lançou nove candidatos). Apesar da especulação em torno de um apoio do PDT ao PMDB, aqueles acabaram optando por concorrer ao pleito com candidatos próprios (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 205, 12 ago. 1982).

O pacote eleitoral enviado por João Figueiredo ao Congresso Nacional, em novembro de 1981, proibiu coligações para disputa das eleições de 1982 e instituiu o voto vinculado (impossibilitando o voto em dois partidos diferentes, visando manter a sustentação política dos militares por meio do PDS), motivo que, para Genir Destri, impediu uma aglutinação de forças da oposição no estado de Santa Catarina. Em relação ao trabalhismo da região, Destri ficou satisfeito com a fundação de dezesseis diretórios do PDT no Oeste, porém, acreditava que muitos quadros trabalhistas ainda permaneciam no PMDB (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 207, 18 ago. 1982). Visando, de certa forma, promover maior força à oposição, Tancredo Neves (Partido Popular) propôs a união do PP junto ao PMDB, do qual Neves tornou-se vice-presidente. Em Chapecó, essa união dos partidos significou a transferência de Ledônio Migliorini e João Cândido Linhares (ambos afiliados ao PP) para o PMDB.

No âmbito estadual, manteve-se a polarização entre PDS (herdeiro político da Arena) e PMDB (oriundo do MDB). Conforme Reinaldo Lohn (2014, p. 47), aposta da situação foi Esperidião Amin, “uma promessa de renovação das forças conservadoras”, contra o peemedebista Jaison Tupy Barreto, então senador, “cujo posicionamento de franca oposição parlamentar ao regime empolgara os setores mais à esquerda do seu partido”. O pleito contou ainda com os candidatos a vice-governador Victor Fontana (membro do PDS e presidente do grupo Sadia), e João Cândido Linhares, quadro arenista que fez carreira na política de Chapecó, naquele momento alojado no interior do PMDB. Os demais candidatos a governador foram Eurídes Mescolotto (PT, com o petista Vitório Sitherenn<sup>57</sup> como candidato a vice-governador),

---

<sup>57</sup> Apesar de ter auxiliado na formação do PT em Chapecó, Vitório Sitherenn atuou no município de Caxambu do Sul (SC).

Osmar Cunha (PTB) e Lígia Douzel de Andrade (PDT). Esperidião Amin terminou eleito com diferença de apenas 0,7% (12.650 votos) para Jaison Barreto.

A candidatura de Esperidião Amim reuniu aspectos do que pode ser considerada uma cultura política dominante do estado de Santa Catarina, pois, apesar de ser apresentada como uma renovação na política estadual, tinha em torno de si a congregação de diversas forças que há tempos ocupavam o poder, o que unia tanto as oligarquias quanto as forças empresariais que enriqueceram ao longo da ditadura. Um desses apoios veio, justamente, da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), órgão ideológico da ditadura civil-militar. Conforme Itamar Aguiar (1991, p. 200), “em torno da Adesg-SC estarão reunidos os principais atores que vão estar ao lado da candidatura de Esperidião Amin ao governo, assim como as principais personalidades que congregavam a ordem vigente no Estado”. Desse modo, de acordo com Reinaldo Lohn (2014, p. 55):

O bipartidarismo, a tendência a um voto conservador e a permanência de mecanismos de gestão do Estado que manteve vínculos com interesses político-empresariais são marcas de uma transição para a democracia que não rompeu com uma estrutura de poder incrustada nas redes sociais e que resiste à redemocratização.

No cenário chapecoense, o PDT detinha certa força entre o eleitorado local, ainda que sem tanta expressão. Alguns quadros trabalhistas “autênticos” se destacaram durante a ditadura civil-militar, como Sady José de Marco (ex-prefeito de Chapecó) e o próprio Genir Destri (ex-deputado estadual), que terminaram cassados pelo regime em 1969. Entretanto, na década de 1980 não puderam superar o PT em termos eleitorais (exceto pela eleição presidencial de 1989, quando Leonel Brizola obteve a maioria absoluta dos votos em Chapecó no primeiro turno), figurando, geralmente, como quarta força do município.

Figura 16 – Vista parcial da avenida Getúlio Vargas, Chapecó, em 1982



Fonte: foto de Victorino Zolet.

Diferentemente do professor Santo Rossetto (PT), que via nas eleições uma forma de divulgar o partido e observar o “termômetro” político do município, Genir Destri visualizava as eleições como meio objetivo de conquista da prefeitura. Retirou sua candidatura nas eleições municipais de 1982 afirmando (com razão, como seu viúvo) que aquele pleito seria um “plebiscito” para escolher entre PDS e PMDB. O ex-deputado afirmou ao *Diário da Manhã* que:

Teremos fatalmente uma reformulação partidária depois de 15 de novembro especialmente porque a vocação continuísta e preservadora do sistema faz o joguete dos partidos políticos, através de legislações casuísticas, impedindo, por muito tempo ainda, que através do voto se chegue ao poder de fato a nível nacional (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 207, 18 ago. 1982).

Na visão do *Diário da Manhã*, Genir Destri representaria a terceira força do município, porém, o resultado das urnas com Orlei Caldas foi diferente. Santo Rossetto, do PT, acabou sendo o terceiro mais votado. A troca de candidato possivelmente ajudou o PMDB a sair vitorioso, pois Destri teria maior impacto sobre os eleitores da oposição ao PDS. Os preparativos partidários para a eleição, sob a ótica do colunista Marcos A. Bedin, colocavam a seguinte situação sobre o PT:

Uma figura relativamente nova surgiu no cenário político local: o PT. Um partido pequeno, mas que com o apoio de alguns setores da Igreja vem estendendo seus tentáculos aos setores operários do município. O Partido dos Trabalhadores indicou o professor e sociólogo Santo Rossetto para concorrer à Prefeitura. Rossetto nunca teve qualquer atividade político-partidária e suas atividades se resumem ao magistério superior na Fundação de Ensino de Desenvolvimento do Oeste, onde desfruto de bom conceito frente ao corpo discente. Sua candidatura pode ajudar o PDS a manter sua hegemonia no município (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 194, 27 jul. 1982, p. 4).

O panorama esboçado por Bedin atestaria, com certa razão, que “o PDT e o PT, com suas estruturas iniciais pequenas, colocarão que ‘o mais importante não é a vitória, mas sim vender a imagem e a mensagem do Partido’. Conscientes de que ‘mudanças não se fazem repentinamente’, serão menos imediatistas”. O próprio candidato petista, Santo Rossetto, afirmou no dia seguinte para o *Diário da Manhã* que a mudança desejada pelo partido “não pode acontecer no atual momento brasileiro”, se tratando de um projeto socialista que excederia os limites “culturais” do povo, englobando aspectos estruturais da sociedade, da economia e da política.

A mudança para Rossetto, é a saída de um sistema social, político, econômico e cultural para outro, bem melhor, proposto pelo PT e disso tem consciência absoluta: “Digo isso, quando ouço o que ouvi na Festa do Colono em Sede Figueira onde o próprio agricultor faz seu discurso, politizando, e propôs as mudanças porque já sabe o que está errado” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 195, 28 jul. 1982).

Em agosto, Rossetto reafirmou o compromisso do partido em tomar parte no processo de mudança social em favor do socialismo (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 201, 05 ago. 1982), o que se demonstrou no plano de governo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores para a administração municipal no pleito de 1982 – e veiculado pelo *Diário da Manhã* –, no qual observamos que a orientação foi baseada no marxismo evocando objetivamente o “raciocínio lógico do socialismo” com vistas à “libertação nacional”. Como observamos, Santo Rossetto não tinha pretensões de vencer o pleito, porém, destacamos que as propostas do PT contemplavam somente áreas e vieses relativos aos trabalhadores contra o interesse de “grandes patrões”, inclusive na pauta da agroindústria, prevendo “incentivos materiais e técnicos, melhor condição de vida, preços justos, apoio ao sindicato, que serão desligados da máquina do Estado, pois eles se apoderam de grande parte do que os trabalhadores produzem” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 224, 15 set. 1982, p. 2), ou seja, sem se apropriar de bordões amplamente utilizados naquela campanha e em pleitos anteriores, como o incentivo fiscal às grandes empresas e o famigerado “progresso”.

Por ser a única opção “oposicionista” durante a ditadura, o MDB congregou as mais diversas forças e correntes no seu interior. Desse modo, com a reforma partidária, o PMDB de

Chapecó tanto não foi capaz de conservar todos seus quadros e antigos representantes, como manteve nomes considerados “progressistas” como os agentes pastorais da Diocese de Chapecó Alan Índio Serrano e José Carlos Ortiz (o “Castelhano”). O PT, por sua vez, recebeu em seus quadros alguns antigos membros do PMDB como José Fritsch e Waldir Waldameri.

Em 1982 ocorreram desentendimentos entre o PDS e o PMDB, com vistas à disputa eleitoral daquele ano. Conforme o pleito se aproximava, mais “farpas” eram trocadas entre Milton Sander (prefeito do PDS) e Ledônio Migliorini (vereador do PMDB), se configurando como uma disputa voltada para o controle do grupo sobre o poder local. De forma semelhante ao que se observou nos anos 1970, a “oposição” peemedebista não representava uma cultura política distinta da que se praticava pelos políticos-empresários tradicionais, motivo pelo qual haveria uma sensação de continuidade. Além disso, outro fator que assemelhava o caso de João Destri (MDB) nos anos 1970 e o de Ledônio Migliorini em 1982 era a ligação de parentesco e/ou compadrio com Plínio Arlindo de Nês que ambos tinham. Como defendemos em dissertação (2016), este político-empresário se configurava como “ponto-alfa” das relações políticas locais, sobretudo após o falecimento de Serafim Bertaso em 1976. Seu vínculo com o PDS, aliás, não influenciou a tomada de posição em favor do sobrinho peemedebista.

Em declaração para o *Diário da Manhã*, Plínio A. de Nês afirmou que estava afastado da política desde a extinção da Arena e que se manifestava, naquele momento, a favor de todas as candidaturas do PMDB a nível estadual e municipal, “contra as oligarquias” e políticos que supostamente haveriam tentado prejudicar seus negócios no Grupo Chapecó, por meio do abandono de obras no bairro da agroindústria e outras “pressões, coações e persuasões”, como supostas restrições a liberação de verbas para seu grupo empresarial. O político-empresário afirmou que seu apoio público era de caráter “ideológico”, porém, se queixou de financiamentos do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) para empresas congêneres e que não teriam sido destinadas para seu grupo empresarial, além de afirmar que o Grupo Chapecó era a “única empresa do ramo da agroindústria em Santa Catarina a não contar com benefícios do Procape”. Os estudos de Barbara Giese (1991, p. 149-185) e José Carlos Espíndola (1996, p. 74-78), entretanto, demonstram o contrário. Apenas dois anos antes dessa declaração, a Chapecó Avícola (da qual Plínio A. de Nês era presidente do Conselho de Administração à época) constava no demonstrativo de ações de incentivos fiscais do Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (Procape). Embora recebendo montante inferior a outros grupos agroindustriais, não é correto que o empresário não teria sido atendido pelo incentivo. Para Espíndola (1996, p. 75), “essa participação reduzida do grupo [Sadia e outras empresas do

Oeste] pode ser explicada pela sua fraca presença no governo do Estado no período de 1975 a 1982, diferentemente do Grupo Perdigão, que [...] contava com Ivan Bonato na Secretaria da Fazenda”.

Plínio A. de Nês prestou apoio à candidatura de Ledônio Migliorini por avaliar que “pior que está não fica” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 223, 14 set. 1982). A afirmação do político-empresário foi respondida pelo então prefeito pedessista Milton Sander, que falou da abertura de uma estrada pavimentada no bairro, a qual “25% [do valor] foi o povo chapecoense que pagou”. Para além de uma mera discussão pública, isso revela uma nova conjuntura no município com a correlação de forças mudando em desfavor de Plínio A. de Nês. Analisando mais detidamente, essa manifestação de Plínio A. de Nês para o periódico local revela que o abandono de cargos públicos veio acompanhado de “balanços” de sua trajetória política, como que preocupado com o legado que teria deixado, a reputação da qual ainda desfrutaria, para exaltação de ações da própria vida dentro da política local e da vida pública, se esquivando de quaisquer deslizes que tivesse cometido em suas gestões ou desvinculando seu sucesso empresarial dos incentivos recebidos pelo poder público, quando ele mesmo ocupava cargos estratégicos de governo. No capítulo dois, abordamos com maior profundidade a forma como o político-empresário se manifestava e exercia a cultura política “semidemocrática” e dominante de sua época.

Nesse momento é importante salientar que as oposições se aferraram, e o contexto político brasileiro de reabertura democrática permitiu que outras lideranças se formassem independentemente da influência ou compadrio de Plínio A. de Nês. De todo modo, não desconsideramos a força que o apoio deste político ainda provocava em certos setores da sociedade durante as eleições no município de Chapecó, seja por sua atuação como político, seja como diretor de uma das maiores empresas locais. Porém, sua influência já não era tão expressiva quanto cinco anos antes, possivelmente por conta da nova correlação de forças no estado de Santa Catarina e da ascensão de novas lideranças políticas no âmbito municipal.

Apesar do fraco desempenho do PT em nível estadual e municipal nas eleições de 1982<sup>58</sup>, os candidatos mais votados do partido foram os oriundos de Chapecó (João Carlos Vanzella na 36ª suplência para Deputado Federal, 2.064 votos; e Ângelo Donzelli para Deputado Estadual com 1.603 votos, na 104ª posição). O lançamento das candidaturas no Oeste foi realizado em Xanxerê com presença de Luís Inácio “Lula” da Silva, então presidente do PT.

---

<sup>58</sup> Nesse ano houve eleições para prefeito, vereadores, deputado estadual, deputado federal e governador.



A matéria no *Diário da Manhã* afirmou que “a presença de Luís Inácio da Silva no Oeste Catarinense marcou profundamente as bases do Partido dos Trabalhadores na região, trazendo grande ânimo aos seus membros e contribuiu para a consolidação do PT nessa região”, uma vez que Lula “manifestou muita alegria de encontrar em Xanxerê o PT organizado na forma que ele deseja para o Brasil inteiro, ‘feito e dirigido pelos trabalhadores’” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 167, 15 jun. 1982). Nesse evento estiveram presentes várias lideranças petistas do estado de Santa Catarina.

Tabela 3 – Resultado eleições municipais de 1982 em Chapecó (SC)

Candidato	Partido	Votação	% Votos Válidos
<b>Ledônio Migliorini</b>	PMDB	19.395	50,97%
<b>Ivan F. Bertaso</b>	PDS1	12.381	32,54%
<b>José Correia do Amorim</b>	PDS2	3.876	10,19%
<b>Santo Rossetto</b>	PT	471	1,24%
<b>Orlei F. Caldas</b>	PDT	192	0,5%

Fonte: TRE/SC

Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Santa Catarina, o município de Chapecó registrou 37.834 votos válidos<sup>59</sup> nas eleições municipais de 1982. Os vereadores disputavam 17 cadeiras no legislativo local. O desempenho do PT foi tímido, atingindo pouca expressão eleitoral tanto na disputa pela câmara quanto pela prefeitura. O candidato petista ao executivo, Santo Rossetto, recebeu 471 votos (1,24% do total). Para a câmara municipal, os candidatos Antônio Zuchello, Waldir Waldameri, Ledenir Pedroso, Natal Vanzella e José Vanzella não atingiram o quociente eleitoral de 2.226 votos, registrando, juntos, 501 votos.

O desempenho do Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi ainda mais fraco. O candidato a prefeito, Orlei Caldas, obteve 192 votos (0,5% do total). Os candidatos a vereador do partido (com nove nomes)<sup>60</sup>, somados, atingiram apenas 186 votos. Desse modo, o Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista ficaram sem representantes nessa oportunidade e o resultado dessa eleição contrariou um palpite levantado pelo *Diário da Manhã*, que cravava no PDT a “terceira força” do município.

<sup>59</sup> De 43.502 eleitores aptos a votar na ocasião.

<sup>60</sup> Foram eles Nuiz Lemes, Eliza Pante, Pedro Inocente, João Gordini, Pedro da Silva, Leozio Brizola, Célio Baú, José Talasca e Osvaldino da Silva.

O vencedor daquele pleito foi Ledônio Migliorini (PMDB) para a prefeitura (com 19.395 votos, 50,9% do total), com a câmara municipal dividida entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (com 9 eleitos) e o Partido Democrático Social (com 8 eleitos). Se, por um lado, demonstra que o PDS como partido situacionista e herdeiro da Arena havia sido derrotado por um partido considerado de “oposição”, por outro revela que o apoio de Plínio Arlindo de Nês ainda afirmava certa legitimidade nesse cenário. Ledônio era sobrinho de Ilma Rosa Migliorini de Nês, esposa de Plínio A. de Nês, e foi convidado por este para trabalhar na Saic em 1962, local em que construiu um capital político para se eleger vereador por três legislaturas antes da eleição de 1982. Se sobressaía, ainda, a cultura política proveniente das elites empresariais diante da (ainda) pouco expressiva oposição oriunda dos movimentos sociais e pastorais.

## 5.6 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1988

Nas eleições estaduais de 1986, predominaram representantes do grupo político das elites locais como candidatos e eleitos. Houve crescimento moderado da esquerda e o PMDB manteve certa relevância. Sady de Marco, ex-prefeito de Chapecó e cassado em 1969, apesar de apontado como “brizolista”, constou nessas eleições como afiliado ao PTB (mesma sigla que militou antes do AI-2) e não ao PDT de Leonel Brizola. Neste pleito, o PT de Santa Catarina conquistou sua primeira cadeira no legislativo estadual com uma representante do Oeste, a agricultora Luci Choinack. Com votação expressiva dos municípios de Descanso, São José do Cedro, Chapecó e Mondaí, a deputada eleita atingiu 6.068 votos, entrando por meio do quociente eleitoral. Integrante do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Choinack foi a única mulher eleita para aquela 11ª legislatura em Santa Catarina.

Em 1986, houve mudanças importantes no número de afiliados aos partidos políticos de Chapecó, comparando ao levantamento de 1981. A principal alteração observada diz respeito à fundação do PFL, desmembrado do PDS<sup>61</sup>, cujo número de afiliados também registrou aumento.

---

<sup>61</sup> Partido oriundo da Frente Liberal, dissidência do PDS, formada a partir da Aliança Democrática composta por Tancredo Neves e José Sarney, que teve como signatário em Santa Catarina o ex-arenista Jorge Bornhausen.

Tabela 4 – Relação de afiliados em partidos políticos de Chapecó em setembro de 1986

Partido	Homens	Mulheres	Total
<b>PDS</b>	1.279	590	1.869
<b>PMDB</b>	677	237	914
<b>PFL</b>	228	137	365
<b>PT</b>	196	98	294
<b>PDT</b>	346	205	551

Fonte: TRE/SC

Consideramos que esses dados por si só não explicam, necessariamente, a influência de um partido ou seu poder de engajamento da população. Para um eleitorado de cerca de 55 mil pessoas, a representatividade dos partidos não era tão significativa. Entretanto, o desempenho superior do PT em relação ao PDT, apesar do menor número de filiados, demonstra que o trabalho da militância e as diversas ações promovidas por essas pessoas nos sindicatos, pastorais e movimentos sociais imprimiam maior poder de engajamento e voto.

A caracterização da primeira mesa diretora do PT de Chapecó, em 1981, não refletia a construção e organização que tomou forma no partido ao longo da década. Esse é outro indicativo do intercâmbio entre a experiência partidária e a experiência dos movimentos sociais e sindicais, pois a dinâmica destes influenciou a composição do partido no período. Em julho de 1987, seis anos após a fundação do PT local, registrou-se em ata um consenso em torno da “necessidade imediata da renovação do conjunto do diretório, pois o trabalho do Partido no movimento social se ampliou e este trabalho precisa refletir-se na composição do diretório”. Nas entrelinhas dessa estratégia estava a concepção de luta de classes oriunda da teoria marxista, porém, no sentido de luta por representação dos trabalhadores, que deveria contemplar a área urbana. Até então a representação estava focada, principalmente, na área rural do município por dois motivos: conquista de sindicatos rurais e formação de movimentos sociais no campo. Os dirigentes petistas locais eram, em sua maioria, agricultores oriundos desses movimentos. Entretanto,urgia a necessidade de expandir a legenda para setores urbanos visando maior representatividade e engajamento.

O diretório municipal do PT de Chapecó contava nesse período com auxílio da Diocese de Chapecó no sentido de conseguir contatos de possíveis simpatizantes do partido nos bairros

e comunidades, além de espaços para realização de reuniões e eventos para angariar recursos. Em julho de 1986, o diretório apontou avanços na construção do partido em comunidades do interior:

[...] vimos que o PT cresceu dentro do município de Chapecó; com formação de alguns núcleos de base. Em todas as comunidades há contatos com pessoas simpatizantes ou filiados. Comunidades onde já existem núcleos formados: Linha Feliz; Barra do Rio dos Índios; Faxinal dos Rosas; Praia Bonita; Linha Caravajo [sic]; Vila Rica; Linha Cambucica; Linha Capinzal; Barra da Chalana; Horti Fruti Granjeiro; Linha Amizade; Linha Pinheiro e Colônia Bacia.

Percebe-se que os focos continuam sendo as comunidades do interior do município. Entre as propostas de trabalho registradas na ata deste encontro estão a construção de núcleos em novos lugares (incluindo bairros da área urbana) e organização de formações políticas nas comunidades, focando em localidades do interior do município como a “Coca Cola” (Bairro Belvedere), Goio-Ên, Distrito de Marechal Bormann e comunidade de Rodeio Bonito.

O aspecto financeiro foi uma grande dificuldade enfrentada pelo partido em sua formação ao longo da década de 1980. Não há, nos documentos pesquisados, nenhum sistema de contribuição estabelecido, exceto para vereadores eleitos que só ocorreram depois de 1989. Para angariar recursos, eram promovidos bailes e torneios de futebol e bocha, além de contribuições espontâneas arrecadadas nas formações políticas das comunidades. Em agosto de 1986, um dos afiliados “cedeu um pedaço de terra para fazer uma roça para o partido”, estabelecendo que iriam “pessoas daqui trabalhar na roça”.

Sem dispor de muitos recursos, a produção de materiais do partido – tanto para campanha eleitoral quanto para formação política – ficava a cargo dos próprios membros partidários, possivelmente por pessoas que tivessem alguma identificação ou conhecimento da demanda necessária para o momento. Em setembro de 1986, discutindo em ata sobre a montagem de um jornal (provavelmente o “A Estrela”), registraram-se os problemas visuais do informativo, a necessidade de maior clareza no material e de correção de erros de datilografia e diagramação, o que revela certo grau de amadorismo e disposição dos próprios petistas em produzir material com a preocupação de não comprometer os escassos recursos da legenda. Na sequência da mesma ata, foi traçada uma estratégia de venda de camisetas e bonés e promoção de jantares para arrecadar fundos e pagar dívidas. A falta de dinheiro também acabou impossibilitando a realização de uma propaganda no rádio e na TV planejada para aquele ano.

Mais do que apontar a forma de registro do partido em seus primeiros anos, esses aspectos levantados pretendem demonstrar que a construção do partido foi de certa forma

condicionada pela vontade e iniciativa dos próprios afiliados, em sua maioria da área rural, que não dispunham de grandes recursos financeiros ou experiência na condução institucional e burocrática do partido, apostando na solidariedade entre os membros e simpatizantes do partido para se consolidar tanto institucionalmente (no sentido de manter as finanças e burocracias em dia), quanto politicamente (no sentido de se apresentar como representante “legítimo” e engajador da classe trabalhadora).

Sobre esse tema consideramos que mesmo que o partido em nível nacional e estadual orientasse medidas de organização para os diretórios municipais, estes nem sempre funcionavam a contento nos diferentes espaços em que o partido estava atuando. A própria deliberação para organização interna – como estratégia de uma situação específica como a campanha para eleições no município –, muitas vezes demonstrava inconsistências e desorganização, passando a impressão de que os militantes “aprendiam na prática” por meio de erro e acerto. Um indicativo disso consta em ata do dia primeiro de dezembro de 1986, em meio às avaliações das eleições para governador, senador, deputados federais e deputados estaduais daquele ano, em que se fez a seguinte conclusão:

Não dá para fazer campanha e fazer nucleação, isso não se organiza durante o período de campanha. Diretório e comitê junto e não se sabia qual a função de ambos. Faltou conseguir distinguir a atividade do Diretório e Comitê. Membros do diretório não assumiram, faltou estrutura para fazer andar as coisas. Na campanha tudo era proibido pra nós do PT. Devemos fazer encontro municipal e fazer planos em todos os sentidos.

O processo de formação e consolidação do partido, portanto, evidenciou dificuldades organizacionais, financeiras e mesmo “ideológicas” no sentido de dar uma coerência à prática do partido priorizando a formação política dos membros sobre a vitória em eleições. A necessidade de atingir o número mínimo de afiliados, como vimos, levou o partido a aceitar diversas pessoas que não tinham compromisso com as pautas estabelecidas pelo PT em nível nacional e municipal. Desse modo, compreendemos que a consolidação do partido em Chapecó foi impulsionada pelas decisões do diretório ao dedicar recursos e tempo para a formação de militantes e condicionando o êxito eleitoral a um processo natural de conscientização política e não por meio de “vale-tudo” ou alianças com partidos descomprometidos com as bandeiras propostas.

De acordo com Monica Hass (1996, p. 129), no período entre as eleições de 1982 e 1992 não houve coerência ideológica entre partidos políticos (devido à natureza das coligações formadas), uma vez que este foi um contexto de organização e redefinição partidária na redemocratização. A tendência geral do eleitorado também não era de fidelidade partidária.

Veremos algumas análises internas do PT sobre a política de alianças e contradições locais com lideranças de outros partidos que circundam esse tema.

No início de 1987<sup>62</sup>, o PT realizou reunião do diretório municipal na qual discutiu, entre outros assuntos, a formação de alianças para a eleição de 1988 e novas afiliações ao partido. No documento o diretório deliberou da seguinte forma:

Coligações: recebemos proposta do Milton Sander. Se aceitarmos ganharíamos uma secretaria. Já decidimos a nível nacional e estadual de não se fazer coligações. Esclarecer a opinião pública porque nós do PT não se coliga [sic] com esses outros partidos. Filiações: não vamos coligar<sup>63</sup> todo mundo, somente os que estão demonstrando na prática que estão comprometidos com a construção do socialismo; justiça; quem está interessado em se filiar no PT terá uma reunião de discussão e esclarecimento, fazer reuniões nos bairros com simpatizantes e filiados, criar um núcleo do PT no centro.

Demonstra-se que por determinação das outras instâncias do partido, o PT estava decidido – um ano e meio antes das eleições municipais – a concorrer com chapa pura ou, no máximo, com agremiações “comprometidas com a construção do socialismo”. O mesmo estaria valendo para novas filiações, o que poderia explicar, em partes, o baixo crescimento do mesmo em relação aos outros partidos do município no período e a intenção de consolidar uma orientação político-ideológica coesa. Neste recorte destacamos, além disso, que Milton Sander (PDS) preparava terreno nos bastidores buscando coligação com um partido diametralmente oposto ao espectro pedessista.

Sander, entretanto, disputava as prévias do PDS com o engenheiro e ex-prefeito arenista Altair Wagner, cuja direção de campanha era coordenada pelo advogado e petista Waldir Waldameri (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 178, 01 jul. 1988). Esse fato não teria abalado a relação entre o partido e o afiliado, porém, um ano depois Waldameri seria punido com afastamento de um ano da legenda pelo comitê de ética do PT (os motivos não foram revelados nos documentos do partido). Diante do apoio do ex-governador Espiridião Amin a Milton Sander, Altair Wagner decidiu deixar o PDS e acabaria concorrendo às eleições pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Esses arranjos políticos demonstram que a disputa eleitoral de Chapecó passou por pequenas transformações no contexto da redemocratização. Novas lideranças surgiram e disputaram espaço com figuras que foram proeminentes durante a ditadura civil-militar. E as decisões partidárias tendiam a favorecer os novos atores, embora a maioria deles fossem herdeiros ou forjados nas correntes tradicionais aliadas do governo militar.

---

<sup>62</sup> Presume-se que seja em janeiro. A ata apenas inicia com “Aos 22 dias de 1987”.

<sup>63</sup> Aparentemente, está se referindo nesse momento às novas filiações e não às coligações.

Em 1987, o foco do PT de Chapecó persistia na área rural com vistas à inserção e representação legítima de demandas dos trabalhadores rurais por meio de discussões e a elaboração de materiais de conscientização. Em encontro do diretório municipal do PT, realizado na Paróquia Santo Antônio em maio de 1987, observou-se o seguinte registro.

Viu-se a importância de se organizar o partido e canalizar todo o descontentamento dos trabalhadores para a construção do partido. Como proposta a elaboração de um texto amplo denunciando; alertando e propondo todas as questões sociais. Levantamento dos preços atuais dos produtos agrícolas; altos juros – inflação; medidas do governo; Empresas Rurais; Reforma Agrária; e questões do meio urbano.

Apesar de citar “questões do meio urbano”, não há qualquer menção aos operários da agroindústria, o que indica que a categoria mais visada no partido ainda era a de trabalhadores rurais. Não há registros de como essa discussão chegou aos agricultores, mas nota-se a preocupação do partido em organizar a classe a partir de seus problemas, impulsionados pela conjuntura de crise econômica e reordenação política pós-redemocratização. Desta forma, reforçava-se a necessidade de promover formação política dos trabalhadores envolvidos com o partido. A falta de recursos para as funções diversas era evidente, pois nesse encontro foi realizado um balanço da difícil situação financeira.

Em maio de 1988, o PT confirmou o posicionamento contra coligações e registrou em ata apenas um voto favorável à formação de alianças dentre os 39 votos. Dois meses depois, o *Diário da Manhã* entrevistou o auxiliar de escritório e vice-presidente do diretório municipal do PT, Valdecir Brustolin, que ressaltou o foco do trabalho no interior de Chapecó, onde seriam disputados cerca de doze mil votos de agricultores. Além das pautas locais, a preocupação do partido era em debater com os eleitores os problemas decorrentes do pagamento da dívida externa e o oferecimento de curso de formação política a todos os candidatos a vereador pela legenda (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 184, 08 jul. 1988).

A pauta da dívida externa e a intenção de propor um projeto “socialista” também foram ambição de uma aliança entre PDT e PCdoB para as eleições de 1988, acusando as gestões municipais como grandes continuidades independentemente dos diferentes partidos políticos que passaram pela prefeitura. Essa aliança, mais estratégica do que prática<sup>64</sup>, estaria promovendo uma “adaptação ideológica” ao defender o “socialismo científico” contra o “socialismo democrático” (este atribuído ao PT), uma vez que os quadros brizolistas do

---

<sup>64</sup> Prática no sentido de promover engajamento e formações a partir dessa aliança, como fazia o PT.

município não compartilhavam das teorias marxistas (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 185, 12 jul. 1988).

O presidente do PDT à época era José C. Ortiz, argentino peronista exilado no Brasil e membro da Pastoral Operária<sup>65</sup>. Setores de dentro do PDT discordavam da aliança com comunistas, motivo que levou Luiz Antônio Gobb a concorrer nas prévias do partido contra a participação do PCdoB. Em convenção, entretanto, os trabalhistas aprovaram a aliança esquerdista e ainda lamentaram que o PT não tivesse disposto a compor a coligação – chamada de “Frente Popular”. Diante disso, alguns pré-candidatos a vereador do PDT retiraram seus nomes, sob alegação de abandono de bandeiras pedetistas e de Leonel Brizola ao se comprometer com o comunismo (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 198, 03 ago. 1988). Este racha causado no partido tumultuou a aliança, e poucos dias depois o PCdoB decidiu apoiar Alan Índio Serrano, candidato a prefeito pelo PMDB<sup>66</sup> e com histórico “progressista” no meio pastoral da Diocese de Chapecó (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 200, 05 ago. 1988). O PDT, por sua vez, não formou alianças e lançou Nemésio Carlos da Silva e o oficial de justiça Jaime Antônio Miotto para prefeito e vice, respectivamente.

Observamos, portanto, como este episódio revela as nuances ideológicas dos partidos em formação de Chapecó. Por isso afirmamos que as relações políticas que forjaram uma cultura política que atribuímos ao PT não são, necessariamente, exclusivas desta organização partidária e tampouco este foi o único canal de representação de lideranças oriundas das CEBs e das pastorais. O envolvimento de nomes ligados às pastorais (como Alan Índio Serrano e José Carlos Ortiz) promovia engajamento de partidos de esquerda como o PCdoB. O trânsito de Ortiz por vários espaços de atuação da Diocese de Chapecó (sobretudo em situações de greve ou pleitos de sindicatos da área urbana) e dos partidos políticos de oposição (como o PDT, o PSB e o PMDB) confere a sua trajetória uma boa ilustração da disseminação “irregular” das lideranças formadas nos circuitos católicos. Porém, a representatividade petista nestes meios permanecia maior e por isso a consideramos como “depositárias” da cultura política oriunda das formações diocesanas, além de oferecer propostas que pretendiam romper com a lógica de desenvolvimento imposta pelas elites que governavam o município há muito tempo, pois, mesmo considerando Alan Índio Serrano como “progressista” e um quadro próximo das

---

<sup>65</sup> De acordo com matéria do *Diário da Manhã* (n. 205, 12 ago. 1988), não se sabia que José C. Ortiz era argentino. Dois advogados o denunciaram no periódico, pois o mesmo teria documentos brasileiros e supostamente falsificados.

<sup>66</sup> Neste momento o PMDB de Chapecó era presidido por Rodolfo Maurício Hirsh, ex-arenista e ex-prefeito, além de sobrinho de Serafim Bertaso.



pastorais diocesanas, seu plano de governo para as eleições previa “investimento na área da indústria e comércio, para que o crescimento continue normalmente na sua caminhada”, e para isso contava com o candidato a vice-prefeito, o empresário Hermes Palaoro, para articular as demandas empresariais do município (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 204, 11 ago. 1988).

Esse debate em torno do posicionamento ideológico do PDT não é simples de encontrar consenso. Poderíamos levar em conta que o principal quadro do partido em sua fundação, Genir Destri, foi cassado pelo AI-5 e levantava críticas à ditadura. José Carlos Ortiz, membro da pastoral operária e ligado ao movimento de oposições sindicais junto a militantes petistas, também integrou o partido em 1988. Por outro lado, o PDT recebeu adeptos oriundos do antigo PTB e do MDB – que indica certa fidelidade a Brizola ou ao trabalhismo em geral – e também o diretor da *Folha d’Oeste*, Homero Milton Franco, ex-PSD. Portanto, mesmo aplicando critérios bastante flexíveis, não seria possível insinuar que haveria tendência mais à esquerda ou à direita dentro da agremiação trabalhista. Além disso, o caráter das alianças seladas e a fraca estabilidade de seus quadros, além de análises políticas promovidas no *Diário da Manhã* que associavam a candidatura pedetista como ameaça aos votos do PMDB, indicam que, assim como concluiu Hass em relação à região Oeste e como Rua e Filho afirmaram em relação a tendência nacional, o PDT é melhor caracterizado como partido de centro em Chapecó.

A chapa “Unidos por Chapecó” lançou o ex-prefeito Milton Sander (PDS) com o vice Dilson Cecchin (PFL), diretor da Cooperativa Central Aurora Alimentos. Diferentemente da eleição anterior, em que Plínio A. de Nês criticou duramente a gestão de Sander, dessa vez o empresário declarou apoio à chapa PDS/PFL, atribuindo os desentendimentos do passado a “imaturidade” do então prefeito (DIÁRIO DA MANHÃ, 07 out. 1988).

O PT, por sua vez, lançou chapa pura com José Fritsch e Francisco Dal Chiavon. Em manifestação ao *Diário da Manhã* (n. 191, 21 jul. 1988), o candidato a prefeito assumiu favoritismo no interior do município, demonstrando que a inserção petista na cidade era mais modesta apesar da campanha ter dedicado atenção especial aos bairros e periferias de Chapecó. O próprio periódico noticiou que a questão financeira era um problema para o partido e que a campanha dependia “única e exclusivamente das contribuições dos militantes e simpatizantes” através de cadernetas para colaboração mensal e auxílio em “roças comunitárias” onde se cultivava milho e feijão para comercialização. Outra maneira de economizar na campanha era por meio da “confecção de cartazes com propaganda conjunta dos candidatos a vereador, diminuindo sensivelmente os custos” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 210, 19 ago. 1988).

O plano de governo apresentado pelo PT de Chapecó nas eleições de 1988 teve orientação de um roteiro elaborado pelo partido em um seminário realizado entre representantes partidários e movimentos sociais no município de Palmeira das Missões (RS), em fevereiro de 1988<sup>67</sup>. Segundo o documento, tratava-se de um subsídio “para que os municípios já possam iniciar uma discussão”, ressaltando como indispensável o estudo de materiais de formação do partido. Alguns materiais de formação pesquisados no arquivo do PT de Chapecó indicam que a grande maioria dos livretos era proveniente de setoriais do partido de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

A orientação do roteiro é de viés marxista, conclamando os afiliados a construir uma “nova sociedade socialista”, que “irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT”. Essa narrativa afirma o distanciamento da orientação comunista aos partidos tradicionais de esquerda que teriam “cartilhas” políticas prontas, de maneira que para a legenda petista o projeto político não era orientado por estratégias e interpretações acabadas, ou seja, se constituindo numa construção diária de luta. Essa construção passava, necessariamente, pelo trabalho prático de apoio e fortalecimento dos movimentos sociais e dos sindicatos para além das pautas e disputas eleitorais. Dessa forma, a orientação do partido era a de que “ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária”.

A pauta com maior número de propostas no plano de governo é a agricultura, evidenciando que o roteiro elaborado no interior do Rio Grande do Sul encontrava eco nas demandas estabelecidas pelo PT de Chapecó, cuja diretoria era composta majoritariamente por agricultores. As propostas contemplavam incentivos a pequenos produtores, oferecimento de assistência técnica pelo município, isenção de impostos em feiras livres promovidas pelo município, entre outras medidas. As propostas demonstram a estratégia petista de se colocar diante da sociedade como uma nova alternativa, “arejada”, e contra práticas que de fato ocorriam no poder local, que o roteiro denuncia como “muito comum as prefeituras se tornarem cabides de emprego dos familiares do prefeito e demais membros de um partido. É comum também servirem a setores da burguesia local, transferindo serviços, dando concessões ou agindo de forma paternalista e populista”.

---

<sup>67</sup> Este documento foi acessado no arquivo no Partido dos Trabalhadores de Chapecó, junto a materiais de formação. O mesmo foi publicado parcialmente pelo *Diário da Manhã* durante a campanha.

Como defendemos nesse trabalho, o PT construiu práticas e experiências que forneceram elementos para uma leitura comum da vida política e dos conflitos no município que puderam ser reproduzidas na forma de uma cultura política, por meio de um processo formativo que envolvia não apenas a disputa eleitoral e os meandros burocráticos de ocupação de cargos no diretório, mas uma prática e uma narrativa qualitativamente distinta de outros partidos que já haviam atuado no município. A orientação ideológica influenciou, indubitavelmente, a formação dos militantes do partido, seja dentro de suas próprias instâncias, seja por meio das CEBs ou dos movimentos oriundos destas. No entanto, o contexto político local tal como estava estabelecido – com o declínio da influência de Plínio A. de Nês e o crescimento da oposição peemedebista que representava uma certa continuidade em termos de prática e costumes políticos – demonstra que, em Chapecó, o PT estabeleceu uma nova cultura política que surgiu da simbiose entre a estruturação do partido em nível nacional e o próprio processo dinâmico de discussões dentro de paróquias da Diocese de Chapecó, sobretudo as estabelecidas no meio rural. A leitura marxista proveniente dos materiais de formação do PT oriundos de fora de Chapecó traziam, por certo, uma abordagem mais direta e objetiva da teoria, porém, como vimos nos capítulos anteriores, havia nas interpretações da TdL uma parcela considerável de leitura de ciências racionalistas, notadamente da economia e das ciências sociais. Portanto, o conteúdo da formação não representava exatamente uma novidade para muitos dos fundadores e integrantes do PT local que, conforme indica caderno-ata do partido (datado de março de 1990), os próprios militantes produziam textos “teóricos” para discussão nos núcleos da sigla.

Para a conjuntura colocada na época, a intenção do plano de governo petista era bastante ambiciosa. Por mais que consideremos que as chances reais de vitória do partido eram pequenas, observa-se que o mesmo estabeleceu uma concepção de que a sociedade deveria se transformar junto com o município, não bastando, assim, que seus representantes chegassem ao poder. Conforme demonstra Carla de Paiva Bezerra (2014, p. 38), a noção de que o partido se constrói na luta dos trabalhadores e de que o programa de governo petista não nasceria “pronto e acabado” foi oriundo do Manifesto de Fundação do PT, ainda em 1980.

Seria necessário promover intensa participação popular em todas as esferas da administração por meio de audiências públicas e plebiscitos, além de oferecer suporte real aos movimentos sociais e sindicais quando houvessem demandas para os governos estadual e federal. A realização de obras contaria, ainda, com a força de trabalho da própria população por meio de mutirões para reduzir custo das obras e dispensar a contratação de empresas privadas

que “apenas visam o lucro”. Independentemente da viabilidade desse projeto, a proposta e as narrativas destoavam do *modus operandi* da política tradicional de Chapecó.

O plano de governo não previu qualquer ação de incentivo a grandes empresários. A proposta era proibir o loteamento por empresas privadas (afetando diretamente imobiliárias e colonizadoras como a Bertaso), incentivar o estabelecimento de empresas de interesse da comunidade e a instalação de pequenas agroindústrias cooperativas. Indo além, propôs a criação de indústria para fabricação de bens necessários a população, que poderiam ser vendidos a preço de custo.

Essas medidas apontam que a formação do PT se apresentou à população na década de 1980 como alternativa diametralmente oposta àquelas tradicionais legendas e políticos, conseguido, ainda, se descolar de partidos da esquerda tradicional ao se colocar como partido em formação e interação constante com a sociedade. Por isso, a formação de coligações não era bem vista no interior do partido, apesar de o *Diário da Manhã* (n. 222, 09 set. 1988) noticiar rumores de que o PT retiraria a candidatura em favor do PMDB. José Fritsch, entretanto, reafirmava sua candidatura e considerava que “o PDC é cria do PDS, da velha Arena, e que hoje em Chapecó passa a se configurar como o continuísmo do PMDB”, recusando, inclusive, tratativas com PCdoB e PDT.

A Diocese de Chapecó, portanto, deixou de atuar diretamente na orientação política destas pessoas (embora tivesse representantes das pastorais atuando em diferentes siglas) e que o contato com a leitura socialista se deu no âmbito do próprio PT em nível nacional e regional do Sul do Brasil. Porém, a base para a familiarização com os conceitos do partido veio dos debates promovidos e incentivados pela Diocese de Chapecó, na medida em que esta incentivava a leitura crítica de sua situação embasada nas leituras leigas das ciências sociais.

Durante o período de campanha coberto pelo *Diário da Manhã*, a maioria das previsões de “especialistas” em política e pesquisas – bastante dúvidas, encomendadas pelos próprios candidatos – apontavam que o democrata-cristão Altair Wagner disputaria de perto com o peemedebista Alan Índio Serrano quem teria mais força diante de Milton Sander. Fritsch, por sua vez, era frequentemente apontado como quarta força.

Tabela 5 – Resultado eleições municipais de 1988 em Chapecó (SC)

Candidato	Partido	Votação	% Votos válidos
<b>Milton Sander</b>	PDS	17.289	34,24%
<b>Alan Índio Serrano</b>	PMDB	13.829	27,39%
<b>José Fritsch</b>	PT	4.781	9,47%
<b>Altair Wagner</b>	PDC	3.720	7,37%
<b>Nemésio Carlos da Silva</b>	PDT	2.266	4,49%

Fonte: TRE/SC.

Confirmando as pesquisas divulgadas pelo *Diário da Manhã* na época, Milton Sander venceu o pleito com uma diferença de cerca de 3.500 votos para Alan I. Serrano. Em entrevista após as eleições, o peemedebista transpareceu mágoa em relação ao empresariado e lideranças do PMDB que não o teriam apoiado durante a campanha, afirmando que “o único rico que me apoiou foi Nilo Tozzo [empresário]. Todos os grupos econômicos, todo grande capital do município pendeu para o lado da coligação [Unidos por Chapecó]” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 27, 18 nov. 1988), fator que atribuímos ao fato de Serrano ser oriundo de uma pastoral da Diocese de Chapecó que, neste momento, era criticada publicamente pelas elites locais. Outro aspecto que colaborou na derrota do médico psiquiatra foi a baixa popularidade do PMDB na figura de José Sarney, quando a crise econômica ainda castigava a população.

Por outro lado, as pesquisas eleitorais erraram ao colocar Altair Wagner brigando de perto com Alan I. Serrano, e o ex-prefeito figurou em quarto lugar atrás de José Fritsch. Nemésio C. da Silva, que apostava no “voto surpresa” e no prestígio do partido brizolista, foi o menos votado com 4,4% do eleitorado.

Na região Oeste, o Partido dos Trabalhadores elegeu um total de 31 vereadores, espalhados por 21 municípios<sup>68</sup>. Em Chapecó foram eleitos os petistas Antônio Zuchello (756 votos) e João Sérgio Zuffo (412 votos), ambos agricultores. O PDS e o PMDB elegeram a maior parte das cadeiras do legislativo municipal de Chapecó com seis vereadores cada, seguidos pelo Partido da Frente Liberal (PFL) com três e PDC com um vereador. Na majoritária, venceu o ex-prefeito Milton Sander, com 34% dos votos. Foi seguido de perto por Alan Índio Serrano

<sup>68</sup> Descanso, Concórdia, Faxinal dos Guedes, Guaraciaba, Itapiranga, Modelo, Mondaí, Nova Erechim, São Domingos, São José do Cedro, São Miguel d'Oeste, Xanxerê e Xaxim com um vereador cada. Saudades, São Lourenço do Oeste, Quilombo, Coronel Freitas, Chapecó e Caxambu do Sul com dois vereadores. E Campo Erê e Ipumirim com três vereadores.

(PMDB), com 27%. Nesta eleição, Waldemar Dalmagro foi eleito em Campo Erê sendo “o único município catarinense a eleger um prefeito petista” (KECK, 2010, p. 221).

O PDT, que aglutinava em torno de si figuras políticas brizolistas importantes e com um apelo popular considerável (se levarmos em conta a expressiva votação que Brizola conquistou em 1989 entre eleitores do município), acabou perdendo seu melhor quadro político: Genir Destri. O advogado migrou para o PMDB e disputou as eleições para o cargo de deputado estadual por este partido, não sendo eleito.

Conforme Monica Hass (1996, p. 127), predominou nas eleições de 1988 a preferência por agremiações conservadoras como o PDS e o PFL nos 76 municípios da região Oeste de Santa Catarina. Enquanto estes partidos ocuparam 59% de todas as prefeituras, o PMDB e o PDT elegeram 39% dos prefeitos. O PT teve desempenho modesto, conquistando apenas uma prefeitura. Essa tendência acompanhou o quadro nacional, no qual, conforme Maria das Graças Rua e Carlos Roberto da Costa Filho (1990, p. 58), os “partidos conservadores<sup>69</sup> conquistaram a maioria das prefeituras – 56% em todo o país – bem como a maior proporção o total dos votos: 45%”.

Para os mesmos autores, o desempenho do PMDB em 1988 decaiu consideravelmente devido ao fracasso do Plano Cruzado, enquanto siglas menores e localizadas mais aos extremos do espectro político ganharam força. Apesar de esquerda e direita disputarem votos de maneira mais franca nesse pleito, Rua e Filho (1990, p. 68) consideram que esse quadro polarizado “ao invés de representar um realinhamento ideológico, constitui antes uma expressão de repúdio estrutura tradicional de oferta de representação política e de manifestação do desejo do novo, da busca da mudança, ainda que difusos e desorganizados”.

Os estudos que buscam analisar tendências e comportamentos do eleitorado em nível nacional são importantes para nos apresentar um quadro geral da aceitação partidária e as inserções que promovem no campo político local. Entretanto, como viemos afirmando ao longo desse estudo, a análise aqui empregada diz respeito a um recorte espacial e temporal bastante definido que levanta aspectos sem os quais deixaríamos nuances próprias do município sem uma devida atenção e teríamos de elaborar um argumento alinhado apenas com o quadro nacional ou estadual. Portanto, o estudo e pesquisa aos quais nos propomos consideram as atuações mais destacadas de determinadas pessoas e grupos políticos que não se traduzem

---

<sup>69</sup> No artigo citado, são considerados “conservadoras” as seguintes legendas: PFL, PDS, PTB, PL, PDC, PSC, PTR, PMB, PMC, PPB, PTN, PMN, PASART e PSD.

imediatamente de acordo com as tendências de comportamento ou atuação partidárias de outras regiões do país. É desse modo que observamos a atuação dos partidos políticos em Chapecó, onde a trajetória política e a “dança das cadeiras partidárias”, seja das elites, de elementos de centro ou de esquerda, permitem compreender com maior especificidade e complexidade a configuração da lógica de disputa e alianças.

Um caso que pode exemplificar isso foi a eleição de Waldemar Dalmagro (PT) em Campo Erê. Sua atuação não representou consenso dentro do partido. Junto ao documento de diretrizes do PT para administrações municipais, acessadas no arquivo do partido em Chapecó, há um relato de experiência de dois anos da administração municipal do prefeito (assinado em 27 de junho de 1991). Se destaca nele o fato de ser assinado por três membros da equipe de governo (Altemir Gregolin – secretário de agricultura, Dirceu Basso – presidente do sindicato dos servidores públicos, e Altair Antunes – técnico agrícola) e não por Dalmagro. Segundo os relatores, o prefeito não teria sido eleito pela organização do PT ou por seu trabalho de base, e sim pela vontade da população em derrotar o PMDB, tornando o PT uma “sigla de aluguel”, uma vez que afirmaram que o mesmo teria apenas interesses pessoais na prefeitura. Apesar disso, os relatores constatam avanços importantes para o setor da agricultura no município, tendo como base o programa do PT. Isso indica que, mesmo após sete anos de experiência na atuação e estruturação do partido, ainda havia inconsistências políticas dentro da sigla. A formação de bases, tão cara para o estatuto do partido, deixava a desejar e aparentemente abria brechas para o ingresso de pessoas sem comprometimento com as bandeiras do partido, calcadas apenas em seu próprio capital social ou político capaz de engajar outras pessoas.

Apesar disso, a legenda petista apresentava maior coesão ideológica em relação aos demais partidos. Se em 1988 o PT apostou em candidaturas isoladas (96% das candidaturas em todo o Estado), em 1992 o total de coligações já somava dois terços. Para Yan de Souza Carreirão (2006, p. 153), “no que diz respeito ao padrão das candidaturas, o PT é o partido com maior consistência ideológica: as coligações inconsistentes representam 13% do total de candidaturas”. As coligações do partido tenderam para partidos de centro (30%) e partidos de esquerda (57%) que tiveram uma crescente até 2000, declinando a partir de 2004.

## 5.7 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1992

O final da década de 1980 trouxe diversos problemas sociais decorrentes do modelo de crescimento praticado no município e constantemente criticado pela Diocese de Chapecó. Em

1988, o *Diário da Manhã* (n. 204, 11 ago. 1988) demonstrou os efeitos decorrentes de um município que se auto intitulava “cidade-polo”, na figura do êxodo rural que formava cordões de miséria nas periferias. A reportagem trazia trajetórias de vida de alguns moradores dos bairros Eldorado e Seminário, na periferia, expondo a situação de miséria, falta de oportunidades e assistência do poder público. Alguns deles teriam encontrado ocupação justamente na Diocese.

Dias depois, mais uma reportagem denunciava a situação de pobreza encontrada na periferia de Chapecó. Depois de quatro anos de ocupação de um terreno pertencente a uma corretora de imóveis, o juiz da 2ª Vara Civil de Chapecó, Geraldo da Rocha Reichmann, autorizou a reintegração de posse e colocou dezenas de famílias na rua. A prefeitura disponibilizou caminhões para transporte de barracos e pequenas culturas plantadas pelos moradores, que se queixavam do tratamento desprendido pelo poder público. Moradores de outros bairros empobrecidos do município, como o São Pedro, prestaram auxílio aos desapropriados. Um destes moradores afirmou, de forma bastante representativa, que “não pude ficar de fora. A gente que é pobre tem mais é que se ajudar, porque não se tem ninguém a favor da gente. Quando o poder chega é para isso aí, tirando a nossa paz” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 212, 20-21 ago. 1988). A formação de espaços empobrecidos era atribuída pelo periódico a contingentes de pessoas que vinham de fora de Chapecó, sem considerar que este é, justamente, o “lado B” do desenvolvimento empregado pelas elites, pretensos baluartes do “progresso”. Era contra essa situação que se formava a narrativa da Diocese de Chapecó e embalava os partidos de esquerda locais.

Um desafio constantemente levantado pelo PT local em suas discussões ao longo dos anos 1980 foi a inserção entre os trabalhadores dos bairros, tendo por objetivo a conscientização política dos mesmos e ofertar-se como representante das demandas populares. Em maio de 1990, levantou-se a necessidade de “construir movimentos de massa, não do PT” por meio da organização e formação política. Os desafios propostos neste encontro geraram os seguintes questionamentos:

O PT está dando respaldo, suporte aos vereadores? Qual a política com os lumpens? Com os operários, mecânicos, construção civil, bodegueiros, classe média? Como vamos penetrar nessas categorias, nessas classes? Temos uma proposta socialista. Como vamos mexer com o povo, que quer soluções imediatas?

A proposta e o vocabulário empregado demonstram a necessidade constante do partido em construir uma alternativa “a longo prazo” através da formação política da classe trabalhadora, sem centrar seus esforços na conquista imediata de cargos políticos eletivos. O



papel do vereador eleito pelo PT deveria ser apoiar os movimentos populares que, organizados e conscientes, promoveriam a transformação sociopolítica do país. A atuação do legislador, por outro lado, era “defensiva” no sentido de procurar utilizar mecanismos disponíveis para promover pequenas melhorias na vida dos trabalhadores.

Nesse momento, entre 1990 e 1991, o diretório municipal registrou em caderno-ata alguns debates em torno de uma crise interna do partido. O problema seria o descolamento do diretório e suas bases, havendo deficiências na articulação e organização do partido, além de dívidas crescentes que preocupavam os dirigentes e os forçava a pensar soluções para arrecadação de recursos. Assim sendo, aspectos muito mais imediatos, como as contas a pagar, resultavam em problemas internos no partido que eram alheios ao seu objetivo principal – a atividade política “de massa”.

Nesse clima, em abril de 1991, o encontro do diretório municipal do PT realizou uma retrospectiva de 10 anos de fundação da sigla com uma autocrítica contundente. Após levantar dados sobre a origem petista em Chapecó – que observamos anteriormente – a deliberação considerou que “desde 84 começam a surgir divergências internas, desconfianças entre companheiros. A não estruturação financeira do PT e o desgaste econômico dos companheiros leva muitos a se afastarem, devido a cobrança da família”. Em 1989, registrou-se a urgência em alterar a composição do diretório tendo em vista a fraca atuação e inserção do PT na área urbana, acarretando na “exclusão de companheiros que historicamente contribuíram com o partido”.

Em 25 de novembro de 1989, após o primeiro turno das eleições presidenciais, o diretório debateu estratégias de aproximação com setores brizolistas e fez uma autocrítica sobre a campanha. O recorte abaixo indica que o PDT teria setores em ambos espectros políticos e que o PT buscava reafirmar sua posição a favor de uma aliança estratégica para o segundo turno:

Falta de disciplina dos membros do diretório em não participar das reuniões e encaminhar as decisões. Poucos membros do diretório se empenhou (sic) na campanha. Faltou planejamento e organização inicial da campanha. Há necessidade de aprofundar a discussão em torno da concepção do PT ser estratégico. Houve crescimento na cidade por questão tática de prioridade. Deve-se levar em consideração o fanatismo brizolista da região e o uso da prática do voto útil para o desempenho eleitoral. Face as discussões alterou-se o ponto de pauta e incluiu-se os pontos: a) definição da linha política da campanha – tática, onde estabeleceu-se o não ataque ao Brizola, mas esclarecer as suas posições; que o inimigo número um é o Collor; trabalhar a questão do voto em branco e nulo; investir nos micro e médios empresários; diferenciar a base brizolista da direita brizolista; com os brizolistas trabalhar a questão do que está em discussão é o segundo turno, o primeiro já passou; intensificar a boca de urna<sup>70</sup>; definir pessoas para trabalhar com a imprensa.

---

<sup>70</sup> A prática de boca de urna tornou-se crime em 1997 (artigo 39, parágrafo 5º, I e II, da Lei Ordinária 9.504/97).

No mesmo ano, a frustração causada pela derrota de Lula gerou desmotivação na militância, arrefecendo o compromisso com a manutenção e engajamento em torno do crescimento do partido em Chapecó, clima que se conservou em 1990, quando foi concluído que o diretório estaria “levando o PT pela barriga”. A eleição estadual daquele ano “piojou a crise existente no partido, os rachas emergiram com mais força, companheiros da Executiva se afastaram, companheiros e grande parte da militância afastaram-se desgostados com o partido”. Como resultado dessa década de história, os militantes estariam “preocupados com a atual inoperância e atual crise por onde [sic] passa o partido”.

O contexto político nos âmbitos local, regional e nacional não dava margem para otimismo, apesar de o partido ter logrado eleger dois vereadores em Chapecó. De acordo com estudo de Hass (1996, p. 127), os partidos de tendência centrista tiveram a preferência do eleitorado em 1992. O PMDB, o PSDB e o PDT conquistaram 59% das prefeituras, enquanto a tendência à direita (PDS e PFL) elegeram 41% dos prefeitos da região Oeste de Santa Catarina. Para a autora, demonstrou-se que o desejo do eleitorado nesse pleito foi de mudanças “com moderação”, migrando da preferência pela direita para o centro.

Em ata sobre encontro do diretório municipal do PT de Chapecó em agosto de 1989, identificamos a produção de materiais impressos para distribuição a população. Um desses veículos, chamado de “A Estrela”, foi produzido para tratar de análises de conjuntura e aspectos partidários da legenda. Nenhum exemplar desse material foi localizado, entretanto, observamos uma estratégia partidária de disseminar a proposta do partido nesse contexto, principalmente levando em consideração a disputa do principal nome petista, Luís Inácio “Lula” da Silva, à presidência do Brasil no mesmo ano.

Nas eleições presidenciais de 1989, o desempenho do PT em Chapecó surpreendeu. No primeiro turno, conforme dados do TRE/SC, o pedetista Leonel de Moura Brizola foi o mais votado registrando 59,89% dos votos. Lula registrou 10,41% e Fernando Collor de Mello atingiu 8,3% do eleitoral chapecoense. Em Santa Catarina, Brizola teve igualmente o melhor desempenho com 25,94% dos votos, seguido por Fernando Collor (23,26%) e Lula (10,46%). No segundo turno da eleição presidencial, o candidato petista atingiu 68,51% dos votos em Chapecó, enquanto Fernando Collor registrou 30,47%. Em todo o estado de Santa Catarina, Collor venceu por estreita margem (49,7% contra 49,06%).

O desempenho de Leonel Brizola em Chapecó demonstra que as bases trabalhistas que havia no município desde os anos 1950 ainda possuía força, apesar da repressão da ditadura

contra essas correntes provenientes do PTB. Por outro lado, ao mesmo tempo em que Milton Sander (PDS) vencia o pleito municipal um ano antes, Lula teve votação expressiva, com larga margem em relação ao presidente eleito na ocasião. Desse modo, os votos “trabalhistas” (considerados de “centro”) foram em sua maioria para o candidato de esquerda.

Um encontro do diretório ocorrido no início de 1990 contou com a presença de Luci Choinacki para discutir frentes de esquerda em oposição ao presidente Fernando Collor e ao governo do estado de Santa Catarina. Destaca-se que neste momento não há tantas ressalvas em torno de coligações com outros partidos, havendo apenas a “condição” de ser uma coligação formada por uma proposta política e não partidária. Ou seja, condicionando a aliança a um programa de esquerda para os trabalhadores. Estariam reunidos nesta proposta, PCdoB, PT, PDT, PCB e ala esquerda do PMDB. A proposta do PT parece ser mantida no socialismo.

Dentro da discussão da Resolução do Diretório Estadual PT/SC sobre as eleições de 1990, o Santo [Rossetto] colocou sobre que a questão não se resume apenas numa oposição ao Collor de Mello e ao Pedro Ivo, mas uma oposição ao avanço do capitalismo no mundo, e uma posição clara de que a solução é o socialismo.

No turno único das eleições para governador, senador e deputados federal e estadual de 1990, o desempenho do PDT e do PT não se repetiram em Chapecó, sugerindo que a votação expressiva de Lula e Brizola em 1989 tiveram caráter mais personalista do que partidário ou ideológico. Em 1990, o município registrou a seguinte votação para governador: Vilson Pedro Kleinubing (PFL, com 40,74%), Paulo Afonso Vieira (PMDB, com 20,41%) e Nelson Wedekin (PDT, com o petista Eurides Luiz Mescolotto como vice, 17,96%).

Como observamos, a legenda petista estadual de Santa Catarina fechou coligação na majoritária com o PDT, contando também com o PCB e o PCdoB. Nas discussões internas do PT em Chapecó, registradas no caderno-ata, a preocupação era com a proposta de governo que sairia dessa aliança, sendo destacada a necessidade de reafirmar a saída pelo socialismo contra o capitalismo e sem estratégias ou interesses estritamente eleitorais.

Em março de 1990, o caderno-ata continuou registrando a necessidade de organização e melhor estruturação do partido. O desafio colocado era de formação de núcleos que engajassem mais pessoas em torno do partido, revelando um problema institucional no âmbito do qual se cobrava a criação de uma organização específica para o “movimento popular” e outra para o partido – o que demonstra sua simbiose – ao mesmo tempo que traça estratégias para afiliar mais pessoas oriundas dessas lutas, com orientação política-ideológica definida, pois avaliavam que “até agora o PT não organizou seus quadros, só participou de eleições”. No

mesmo encontro, a estratégia para a propaganda do partido previa a “formação de profissionais na área de comunicação; criar materiais e fóruns de ir para ofensiva na propaganda do socialismo, comunismo, a propaganda se faz quando se faz alguma coisa”.

Em 1991 intensificaram-se as discussões em torno das eleições do ano seguinte. O recém fundado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Chapecó sondou os partidos “progressistas” para formação de alianças contra o PDS e a gestão de Milton Sander no município. No mês de novembro, o PSDB reuniu-se com o PMDB<sup>71</sup> e cedeu a este o protagonismo na elaboração de uma proposta política e no lançamento dos nomes para a majoritária, desde que acertadas as questões “ideológicas” entre as legendas.

Os participantes da reunião pelo PSDB, Célio Damo [arquiteto] e Amarildo Vedana [escriturário]; e pelo PMDB Nelson Badalotti, João Roman, Hermes [empresário] e Luiz Palaoro, Joaquim Néri [comerciante] e Nelson Locatelli; concluíram pela necessidade da proposta básica e da oposição já, usando-se inclusive de uma central de informações conjunta, com opiniões dos partidos de oposição, previamente pautadas, sobre o desempenho da atual administração, apresentando alternativas.

As conversas fluíram bem neste momento. Havia entendimento e foco sobre a necessidade de derrotar o PDS. Neste documento observamos que a orientação do PSDB nesta conjuntura – na qual estava em processo de formação e conquista de espaço no cenário político local –, era semelhante ao que o PT deliberava, ou seja, “trabalhando dentro de sua proposta político-partidária [...], crescendo sem inchar, preocupado com a qualidade e não com a quantidade, procurando mais consciência política e humanitária do que resultados imediatistas”. O documento indica que estas legendas buscaram, em suas origens, construir propostas distintas das práticas políticas corriqueiras de Chapecó, porém, apenas o PT teve chances reais de êxito político naquele momento e as eleições presidenciais de 1994 polarizariam as duas legendas e impossibilitariam novo alinhamento.

O processo de negociações entre partidos políticos para a eleição municipal de 1992 foi intensa e revelou aspectos sobre legitimidade política das legendas, a coerência ideológica e a força que cada sigla teria em Chapecó. Em janeiro do mesmo ano foram iniciadas as conversas para formar uma frente de oposição ao PDS no município, surgindo desde cedo alguns desentendimentos entre membros da aliança e o PDT. A disputa decorrente deste debate – e que terminou rachando a coligação – girava em torno do maior ou menor protagonismo do PDT e do PT. Enquanto ambos concordavam que PMDB deveria fazer parte da majoritária (por conta

---

<sup>71</sup> Conforme documento encaminhado pelo PSDB ao PT, localizado no arquivo petista.

do eleitorado e estruturação do partido), petistas e pedetistas promoviam uma verdadeira queda de braço para ocupar a vaga de candidato a vice-prefeito.

As eleições de 1989, para os pedetistas, demonstraria a preferência do eleitorado chapecoense pelo trabalhismo de Leonel Brizola. Os petistas e José Carlos Ortiz (agora no Partido Socialista Brasileiro – PSB), por sua vez, argumentavam pelo melhor desempenho no âmbito local e pela representatividade da esquerda na coligação, uma vez que consideravam PMDB e PDT como partidos de centro. Em nota lançada à imprensa, em março, a coligação denominada “Frente Popular Progressista” confirmava a cabeça de chapa PMDB-PT. No final do mês, o presidente trabalhista Gui Pereira dos Santos comunicou à coligação que não participaria mais das reuniões. A razão era o método de escolha da majoritária, que para os pedetistas deveria ser feita com consulta popular, que referendaria as duas preferências do eleitorado independentemente do partido. Observamos que o PDT não mantinha conversas próximas com a Frente Popular Progressista, e a falta de diálogo aliada à rivalidade com o PT – que já havia atravessado os anos 1980 – impedia avanços no sentido de uma parceria.

Em maio de 1992, reuniram-se os presidentes e correligionários de PMDB, PT, PSDB, PCdoB, PSB, PDT e Partido Popular Socialista (PPS) para definir aspectos da negociação política, indicando que a aliança esteve perto de acontecer. Em reunião registrada em ata<sup>72</sup>, a deliberação estabelecia os problemas em negociar com o PDT (acusado por José C. Ortiz de ser “autoritário”), porém, incentivando a legenda a compor a coligação. Considerando que os pedetistas ficariam de fora, os representantes da Frente reafirmaram formação da majoritária PMDB-PT, o que causou mal-estar no PDT que contava com a participação na majoritária juntamente com os peemedebistas. Estes, entretanto, se demonstraram favoráveis ao acordo já firmado anteriormente, levantando ressalvas à legenda trabalhista. Nessa reunião se aferraram as diferenças, e diante da flexibilidade do PPS para mudança nos acordos da majoritária, os pedetistas impuseram à frente a condição de ser cabeça de chapa, gesto repetido pelo PT. Um membro petista foi mais longe e disse aos peemedebistas que estes poderiam deixar a majoritária se quisessem.

Apesar do tom registrado dessa reunião, continuaram as tratativas nas semanas seguintes com o PDT propondo novamente uma consulta popular com nomes dos três partidos. O PSDB, por sua vez, reafirmou o compromisso firmado nas primeiras reuniões, que tinha o PT como

---

<sup>72</sup> Ata arquivada na sede do PT de Chapecó, localizada de forma avulsa nas caixas de arquivo e não registrada na ata oficial do partido.

candidato a vice-prefeito, mas manifestou o desejo de ter o PDT na chapa. Se esgotaram, desse modo, as possibilidades de aliança com PDT e se criava um racha na coligação que vinha sendo construída há meses. Desse modo, a oposição se dividiu entre PMDB e PDT de um lado e PT e PSDB de outro. O caminho ficava tranquilo para o então vice-prefeito, Dilso Cecchin (PFL), vencer o pleito.

Tabela 6 – Resultado eleições municipais de 1992 em Chapecó (SC)

Candidato	Partido/Coligação	Votação	% Votos válidos
<b>Dilso Cecchin</b>	PDC / PDS / PFL	26.148	46,82%
<b>Altair José de Marco</b>	PDT / PMDB	18.124	32,45%
<b>Amélio Domingos Bedin</b>	PCdoB / PPS / PSB / PSDB / PT	5.600	10,03%
<b>Maximino Luiz Hertz</b>	PMN	1.367	2,45%

Fonte: TRE/SC.

## 5.8 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1996

Após o pleito de 1992, iniciou-se a organização e preparação do PT para as eleições de 1996. Em registro de ata do partido, observamos que os afiliados passaram a dispor de um local próprio como sede do diretório, que deveria ser reformado e pintado pelos próprios partidários em forma de mutirão. Desse modo, conservava-se um caráter “comunitário” de organização e condução da sigla, tanto por sua “cultura” quanto pelos recorrentes problemas financeiros que impediam maiores gastos. O déficit nas contas do partido, registradas em ata, foram uma constante em todo o período que analisamos nesse estudo.

Quanto a política de alianças, no mesmo ano, o partido se demonstrava aberto a formação de coligações como o fizera em 1992, excetuando negociações com o PMDB. Para as eleições de 1994, o diretório municipal via com bons olhos a coligação com PSDB, porém, ressaltando que “em hipótese alguma se admitirá palanque ou espaço de TV ou rádio da Frente Popular para FHC em Santa Catarina”, uma vez que Fernando Henrique Cardoso viria a ser candidato a presidência do Brasil contra Lula. Tal como 1990, Nelson Wedekin (PDT) foi cabeça de chapa tendo como vice Vilson Luiz de Souza (PSDB) em coligação que contava ainda com o apoio de PCdoB, PT, PPS, PCB e PSB. O diretório municipal do PT em Chapecó endossou o apoio a Wedekin e concentrou seus esforços na candidatura de Luci Terezinha Choinacki para o senado, José Fritsch à Câmara Federal e Pedro Uczai à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Após o primeiro turno das eleições de 1994, o diretório municipal do PT reuniu-se para avaliar a campanha. Os membros avaliaram que um dos únicos pontos positivos daquela eleição foi a expressiva votação de Lula, assim como em 1989. O candidato petista foi o mais votado em Chapecó com 36,5% dos votos contra 21% de Fernando Henrique Cardoso. O desempenho de Leonel Brizola, que havia sido retumbante em 1989, caiu radicalmente e atingiu apenas 8,4% do eleitorado chapecoense em 1994.

Sobre a campanha estadual, o diretório petista de Chapecó saiu descontente com a coligação. Os partidários avaliaram que “faltou acordo assinado sobre o não palanque para FHC que foi o fator que mais prejudicou a campanha [...], o PDT também é um partido de interesses, ficou difícil pensar numa frente para 98”. A orientação foi romper com essas correntes políticas e voltar a promover formação de quadros para lançar candidatos próprios na maioria.

No âmbito municipal, o partido deliberou que “o PT estava desestruturado e com quadros de lideranças inexperiente”, enfrentando os recorrentes problemas financeiros e falta de comprometimento integral de afiliados e simpatizantes. Entretanto, era necessário reconhecer que o partido havia apresentado sensível crescimento nesse ano.

O problema em torno da coesão e promoção de engajamento do partido perpassava as estratégias de atuação política, sobretudo em períodos eleitorais, indicando que a “independência” da sigla em relação aos movimentos que lhe deram base acarretava em divergências cruciais que ameaçavam o entendimento e a tomada de posição conjunta entre as diferentes partes (partido e movimentos sociais e sindicais). Desse modo, se a estrutura do partido contava com uma autonomia que por ventura não teria se estivesse colado às bases dos movimentos sociais, também perdia coesão por “prescindir” destes. Havia conexões fortes entre partido e movimentos, porém, conforme indicam as atas, a estratégia partidária focava nas áreas em que a influência da sigla era baixa. Assim, o diretório avaliou que “a aliança campo-cidade do PT é um conflito que perpassa a organização do partido como um todo”. Em março de 1995, a deficiência na formação de novos quadros levou a seguinte conclusão:

Atualmente não existe uma formação política formal, cursos específicos de formação, mesmo tendo alguma experiência no passado, a formação ocorre em encontros e plenárias. [...] existe um consenso da questão da postura ética entre os petistas de que é mais importante os meios do que os fins. Quando aos Movimentos Populares havia a discussão de que os movimentos não podiam ser “correia de transmissão” (déc. 80) e hoje é necessário rever essa relação entre movimentos e o partido, que hoje se preocupa com a estrutura e esquece a relação com a sociedade.

Desse modo, a formação de novos quadros militantes visando um salto qualitativo nas propostas e atuação política foi um assunto discutido:

PT nacional e local: há 15 anos o PT é alternativa graças a formação das lideranças fora do PT. São líderes sindicais, populares, rurais, pastorais que se unificam no partido, que não teve uma política sistemática, permanente, mas cursos específicos no Cajamar até 86-89, quando a preocupação se voltou a conjuntura. O PT deve pensar formação para além dos militantes, para os que engajados nos movimentos, simpatizantes estão despolitizados a exemplo da sociedade civil como um todo. O PT não construiu quadros além dos movimentos e daí, por exemplo, o abismo entre os discursos de candidatos a vereadores e prefeito.

Reconhecendo a carência de formação de novos quadros a partir do próprio partido, o diretório avaliou que “historicamente o PT foi formado pelos líderes da Teologia da Libertação que era mais prático que teórico”, motivo pelo qual era urgente contatar lideranças comunitárias e promover formação política mais “prática” (na atuação organizada) do que “burocratizada” (em salas de aula com formato de curso). Esse enfoque promoveria maior engajamento no campo político e organizacional do partido, fazendo com que teoria e prática resultassem na “dialética” desejada pelo partido.

Do ponto de vista da formação de militantes, permanecia a ação direcionada do partido em nível municipal. Nesta conjuntura, entretanto, identificamos um conjunto de materiais oriundos das executivas nacional e estadual, como a revista *Teoria e Debate* e o jornal *Brasil Agora* editados pelo PT e cuja assinatura deveria ser vendida aos afiliados e simpatizantes na região. Em ata de março de 1995, a deliberação para a área de formação política do partido permanecia orientada pelo “socialismo”, cujas formações deveriam ser conduzidas por José Fritsch, Pedro Uczai e Amélio Bedin, considerados os melhores quadros para politização.

Nas notícias veiculadas pelo *Diário da Manhã* sobre o PT, observamos que as pautas mais debatidas pelo partido foram propostas contra as reformas do governo conduzido por Fernando Henrique Cardoso, temas sobre “inversão de prioridades” no município que estaria orientada pelos interesses dos empresários, e campanhas moralizadoras contra privilégios como cargos comissionados, altos salários de políticos e outras rendas individuais provenientes do orçamento público (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 181, 28 jun. 1996).

Não há outros registros sobre deliberações do PT de Chapecó para as eleições de 1996 nos três documentos pesquisados (ata, lista de presença e caderno de anotações), entretanto, segundo o *Diário da Manhã*, o partido veio a compor uma coligação que estava pronta com Nemésio C. da Silva (PPS) como candidato a prefeito. Apesar de ex-pedetista e adversário político do PT nos anos anteriores, um manifesto lançado pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN) sobre a coligação indicava uma proposta ligada às pautas de esquerda.

O PMN quer chegar ao poder com o povo e pelo povo. Não para servir os poderosos ou com eles dividir espaços e benesses. [...]. O PMN não é contra os ricos, é contra o



crescimento vertiginoso da pobreza. [...]. É inadiável o confronto entre os dominados e os dominadores, explorados e exploradores, que continuam com sua política de espoliação da credulidade popular. O PMN quer somar na construção do Terceiro Caminho, juntamente com o PPS, PSB e PCdoB. [...]. A serviço do povo, o PMN, PPS, PSB e PCdoB estão selando a coligação Governo do Povo para o Povo, tendo como candidato a prefeito, o vereador Nemésio Carlos da Silva – o futuro prefeito do povo (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 150, 17 maio 1996).

Não fica estabelecido o que se definia como “terceiro caminho”, porém, a narrativa é semelhante a noção de “terceira via” que encontrava respaldo nas camadas de centro, “entre esquerda e direita”, “capitalismo e socialismo”, sem especificar análises mais detalhadas deste posicionamento político. A coligação e a majoritária davam indícios, portanto, de uma tendência de centro-esquerda composta por partidos que já haviam estado juntos nas eleições de 1992. Em junho de 1996, entretanto, o PT oficializou o ingresso na majoritária e praticamente reeditou a aliança da eleição anterior – dessa vez com o PMN e sem o PSDB. A decisão pela entrada da legenda petista na coligação seria tomada visando “compor com os demais partidos da frente democrática e popular uma coligação com chances reais de vencer” (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 155, 24 maio 1996), além de ser considerada uma coligação de membros “identificados ideologicamente” (n. 181, 28 jun. 1996), que demonstraria, conforme as discussões registradas em ata, uma preocupação com a coerência das pautas defendidas pela legenda, ao contrário de partidos de “centro” (como PMDB e PDT) que buscavam alianças estratégicas para conquista da prefeitura.

Diferentemente das eleições anteriores, em 1996 houve apenas três concorrentes ao executivo municipal. Observamos que o PDT, nessa trajetória desde 1982, oscilou entre candidaturas isoladas e alianças com a direita de Chapecó, o que pode ser explicado pelas diferentes lideranças que passaram pelo partido. Exemplo disso são nomes como Genir Destri (antiga liderança petebista), José Carlos Ortiz (ligado a Pastoral Operária), Gui Pereira (ligado ao ramo empresarial) e Nemésio Carlos da Silva, que migrou para o Partido Popular Socialista (PPS). Como vimos anteriormente, as decisões do diretório do partido sobre coligações geraram controvérsias entre suas fileiras, sobretudo pela coerência ideológica, e em 1996 não foi diferente. Enquanto negociava com os pedetistas, Milton Sander reclamava da falta de apoio integral do partido devido às divergências internas (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 150, 17 maio 1996), e o fechamento da coligação culminou na saída do ex-secretário da legenda, Aldemar Antônio da Silva (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 253, 03 e 04 out. 1996).

Milton Sander concorreu pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) contra o funcionário da Celesc, Antônio Varella do Nascimento (PFL), e o agente pastoral José Fritsch (PT). A frente de esquerda, denominada “Pra frente Chapecó”, reuniu os principais partidos de oposição do

município, e o PSDB, aliado da esquerda em 1992, assumiu posição na tendência nacional e se juntou ao PFL e ao PMDB. O pleito reviveu a disputa de 1988 entre Sander e Fritsch, com a diferença da legenda peemedebista não representar mais uma das principais forças como anteriormente (lançando nesta ocasião o empresário Flávio Baldissera como candidato a vice-prefeito de Varella) e o PT chegar com maior projeção que outrora. O PMDB, aliás, avaliava que não possuía quadros fortes suficientes para se lançar como cabeça de chapa e buscou aproximação com os petistas, que declinaram da aliança (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 177, 25 jun. 1996).

A coligação de Milton Sander (que tinha como vice o empresário pedetista Gilberto Luiz Haiduk) foi denominada “Chapecó, Trabalho e Progresso”, evidenciando que o termo desenvolvimentista permanecia no imaginário político local. Os políticos envolvidos na campanha dessa coligação faziam parte de uma tradição conservadora de Chapecó, como o advogado e ex-arenista João Cândido Linhares.

Apesar do alinhamento que tiveram no passado, Milton Sander e Plínio David de Nês (filho de Plínio Arlindo de Nês) haviam sido adversários na disputa pelo governo do estado de Santa Catarina em 1994, ambos como candidatos a vice-governador (Sander na chapa de Ângela Amin e de Nês na chapa de Jorge Konder Bornhausen). Possivelmente por esta “nova” oposição, Sander criticou de Nês e sua empresa em debate realizado entre candidatos a prefeito no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). O então presidente do grupo Chapecó, Plínio David de Nês Filho (que era afiliado ao PFL), respondeu em nota na capa do *Diário da Manhã* (n. 223, 28 ago. 1996) que “muitos podem ter memória curta, esquecer os seus primeiros passos na vida pública, o apoio recebido nas grandes dificuldades, o uso dos canais políticos só para si e até a ação permanente de participação da companhia no desenvolvimento econômico”, chamando para a empresa e o falecido político-empresário o sucesso político de antigos prefeitos. As polêmicas levantadas em um período em que o crescimento do grupo Chapecó estava arrefecendo, demonstram por um lado que o apoio desta grande empresa já não representava expressivo capital político e, por outro, que Sander traçava estratégia distinta do passado, em grande parte legitimado pela oposição partidária entre os mesmos.

Em reflexão breve, podemos afirmar que a coligação liderada pelo PT também estabelecia uma noção de horizonte de expectativas ao conclamar o município a ir “para frente”. Porém, como viemos destacando, as bases desse pensamento oriundo da Diocese de Chapecó eram qualitativamente distintas daquelas praticadas em longo período pelas elites locais.

Do mesmo modo que as eleições anteriores, observamos que Milton Sander teve maior repercussão no *Diário da Manhã* em comparação aos outros dois candidatos. A coligação liderada pelo PT reclamou com periódico sobre suposto favorecimento ao pepebista (n. 216, 16 ago. 1996).

Tabela 7 – Resultado eleições municipais de 1996 em Chapecó (SC)

Candidatos	Partido / Coligação	Votação	% Votos Válidos
<b>José Fritsch</b>	PCdoB / PMN / PPS / PSB / PT	28.257	43,81%
<b>Milton Sander</b>	PDT / PPB / PTB	27.134	42,07%
<b>Antônio Varella do Nascimento</b>	PFL / PMDB / PSDB	8.307	12,88%

Fonte: TRE/SC.

Conforme Monica Hass (2017, p. 272), a vitória de José Fritsch foi possível por conta de um racha entre PDS e PFL – oriunda das eleições estaduais de 1994 – que levou muitos adeptos desses partidos a votarem na esquerda que corria por fora, mas com chances de vencer.

O desempenho da coligação “Pra frente Chapecó” na disputa pela Câmara Municipal não representou um aumento na representação da esquerda. Foram eleitos a advogada Maria Aparecida dos Santos, Cláudio Antônio Vignatti e Amélio Domingos Bedin. A maior bancada eleita foi a do PPB (seis eleitos), seguido por PMDB (quatro eleitos), PFL (três eleitos) e PDT (dois eleitos). Desse modo, mesmo vencendo o pleito para o executivo municipal, a oposição de esquerda seguia sendo minoria no legislativo, composta por maioria conservadora.

A vitória de José Fritsch foi explicada pelo candidato Antônio Varella pelo resultado de pesquisas recentes que projetavam sua candidatura em terceiro lugar. Boa parte da coligação teria se descomprometido e descarregado votos no PT (para não eleger Milton Sander, como deveria ser o caso dos peemedebistas) e no PPB (contra o “radicalismo petista”). Essa posição foi endossada por repórteres do jornal que cobriram as eleições (DIÁRIO DA MANHÃ, n. 255, 07 out. 1996). O triunfo da coligação liderada pelo PT ocorreu com uma diferença de 1.123 votos (1,7%).

Figura 17 – Comemoração da vitória de José Fritsch no centro de Chapecó



Fonte: DIÁRIO DA MANHÃ, n. 255, 07 out. 1996, p. 13.

Apesar do presente estudo não se propor a analisar a gestão do PT no executivo municipal, observamos que a prática do partido de fato representou outra postura em relação àquelas elites que vinham governando ou se revezando no poder local. De acordo com Hass (2017, 273-274), foram constantes as reclamações de órgãos empresariais (como a Acic) com a gestão petista que estaria pondo esta classe de fora da rotina de decisões do município, sobretudo quando a gestão aumentou o valor do IPTU e promoveu uma reforma tributária que atingiu sobremaneira os donos de grandes imóveis. O prefeito petista enfrentou, até 1998, vinte e três denúncias e um pedido de *impeachment* que foi arquivado em outubro do mesmo ano.

Neste capítulo buscamos pontuar ações práticas resultantes de forma direta ou indireta nas pastorais da Diocese de Chapecó. Observamos as dificuldades de formação do Partido dos Trabalhadores no município e suas tomadas de posição durante o itinerário de derrotas que culminou na vitória de 1996, por meio da análise do *Diário da Manhã* e os arranjos políticos traduzidos em alianças durante o período. Vimos que o PT local se configurou em um movimento de oposição ao projeto político-econômico das elites locais, pois enquanto estas cultuavam o progresso e a aplicação de políticas desenvolvimentistas (alicerçados nos projetos nacionais e estaduais, sobretudo no período da ditadura, motivo pelo qual consideramos sua cultura política como “semidemocrática”), a legenda petista influenciada pela Diocese de Chapecó imprimiu leituras dissonantes do ponto vista econômico – embora calcado em valores “socialistas” imprecisos. De todo modo, a sua vivência no meio rural organizado e oriundo das leituras “socioreligiosas” de Dom José Gomes proporcionou a estes uma cultura política que chamamos de “democrática”.

Portanto, as experiências políticas ligadas ao trabalhismo não configuraram, em nossa ótica, uma cultura política que os diferenciasse e fizesse oposição com um projeto claro e uma militância orientada por bases sólidas, pois, como vimos, as correntes trabalhistas do MDB não lograram desenvolver suas ideias contrastantes (caso as tivessem) devido às cassações políticas e, quando na prefeitura com João Destri, a orientação para o futuro e o progresso permaneceu e recebeu estímulos na forma de consolidação da economia agroindustrial no município, ou seja, alinhado às elites locais. A seguir, apontaremos as considerações finais deste estudo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos ao longo deste trabalho que as relações e intercâmbios entre os dogmas católicos e as ciências racionalistas permitiram transformações no olhar de agentes religiosos que passaram a atuar na temporalidade ao invés de orientar suas ações por um devir metafísico. A Ação Católica e, posteriormente, a Teologia da Libertação foram movimentos importantes no sentido de romper com uma lógica conservadora, embora mantivessem diferenças importantes como a orientação de seu olhar para o presente ou para o futuro. De todo modo, as duas correntes representaram interpretações relacionadas a uma instituição de longa duração, como é a Igreja Católica.

Na sequência desta abordagem, vimos a necessidade de compreender as orientações socioeconômicas que embasavam a visão dos dois grupos católicos, no sentido de observar neles as temporalidades voltadas ao futuro (no caso do desenvolvimentismo e do progresso) e para o presente (a necessidade do estabelecimento do Reino de Deus na Terra). Desse modo, as teorias ofereceram suporte e visões de mundo que ganhariam contornos mais específicos dependendo do local de sua ocorrência. Ou seja, nesse estudo observamos que a Teologia da Libertação e as leituras racionalistas que lhe davam suporte influenciaram a ação política de grupos e classes sociais, sobretudo entre a população da área rural do município. O compartilhamento de costumes, normas e visões de mundo lhe conferem um *status* de cultura política “democrática” de esquerda, conflitante com a cultura política dominante de Chapecó, que chamamos de “semidemocrática”.

O principal representante desta cultura política “semidemocrática” foi Plínio Arlindo de Nês, por se configurar como membro da elite que se beneficiou das políticas da ditadura civil-militar e, de certa forma, capitaneou o estabelecimento da economia agroindustrial juntamente com Serafim Enoss Bertaso, emprestando sua influência e apoio a diferentes candidatos a prefeito entre 1982 e 1992, mobilizando, conforme demonstramos, interesses empresariais e a aposta em ganhos privados.

A cultura política “semidemocrática” se evidenciou por não haver, por parte das elites, aceitação manifesta ou esforço para compreender o novo cenário político do município. Portanto, as queixas do empresariado local sobre o novo contexto e a Constituição de 1988 – que teria concedido “muitos direitos” – é sintomática do choque entre a cultura política “semidemocrática” institucional (cujos espaços eram ocupados por políticos-empresários) e a

cultura política “democrática” oriunda dos movimentos sociais impulsionados pela Diocese de Chapecó.

Uma das conclusões que podemos tirar do intercâmbio entre Diocese de Chapecó e Partido dos Trabalhadores é que a partir dos anos 1990 a conjuntura se alterou econômica (ascensão do neoliberalismo) e politicamente (queda do Muro de Berlim), de modo que a TdL afastou pressupostos marxistas de sua atuação prática e focou na defesa dos direitos humanos e pautas específicas como o de movimentos étnicos, ecológicos ou de gênero (FLORA, 2007; BRESOLIN, 2017). Desse modo, o partido também não propôs saídas revolucionárias e se adequou a conjuntura reformista que abarcou parte dos movimentos de esquerda do período.

O campo sobre o qual as culturas políticas “democrática” e “semidemocrática” se defrontaram nos anos 1980 foi marcado por profundas transformações também no âmbito nacional, que impactariam nas relações de trabalho. Como observamos no primeiro capítulo, um contexto de crises proporcionou um ambiente de contestação e liberdade política que culminaria na ascensão do Partido dos Trabalhadores local.

Observamos que o eleitorado local não apostou em mudanças drásticas após o término da ditadura civil-militar. Muitos dos políticos da elite (políticos-empresários e bacharéis) continuam se elegendo nos anos 1980 e o PT obteve resultados modestos em Chapecó no período. Por outro lado, o PMDB foi composto por alguns filiados oriundos nas pastorais da diocese como Alan Índio Serrano e Evaldo Francisco Mafra, ambos ligados à Pastoral Operária. E este partido apresentou grande crescimento no município.

A atuação de Dom José Gomes provocou grande impacto na organização de trabalhadores em toda a área da Diocese de Chapecó. Diversos movimentos sociais e de oposição sindical se formaram a partir dos debates realizados nas Comunidades Eclesiais de Base, no sentido de promover discussões entre os frequentadores da paróquia sobre sua própria realidade socioeconômica. Estas ações, como vimos, incomodaram setores conservadores que reagiram com ameaças ou denúncias, combatendo o posicionamento tomado pelo bispo e por agentes pastorais orientados pela Teologia da Libertação.

A abordagem da Peste Suína Africana apresentou indícios sobre o choque político entre setores organizados dos trabalhadores e a aplicação de políticas desenvolvimentistas na região. Nesta ocasião delineou-se claramente o posicionamento de Dom José Gomes em favor daqueles que considerava mais vulneráveis e vítimas de políticas que demonstravam, já naquele momento, limites e consequências sociais.

As elites locais praticavam o cristianismo sob orientação de dogmas tradicionais, centrando sua atuação diante da pobreza por meio da caridade e do assistencialismo que eram estampadas nos periódicos abordados, não havendo cobrança dos mesmos aos políticos-empresários que detinham o poder e capacidade de dar respostas objetivas ao problema da miséria no município.

Em relação à documentação coletada em periódicos impressos que mobilizamos, cabe enfatizar sua importância para perceber movimentações políticas e a forma como a informação chegava aos leitores do município. Seus posicionamentos, suas opções jornalísticas e a narrativa orientada por referenciais dos grandes empresários evidenciam o papel deste tipo de imprensa para a manutenção de grupos políticos ou de um ideário que, no caso, foi o desenvolvimentismo e o progresso. O semanário *Folha d'Oeste*, a revista *Celeiro Catarinense* e o *Diário da Manhã* demonstram tais características.

A trajetória eleitoral de Chapecó, no período estudado, indica que o projeto político das elites esteve representado por candidatos com chances reais de vitória. Nas ocasiões em que a “oposição” venceu (pelo menos desde a segunda eleição de João Destri em 1970, passando por Ledônio Migliorini em 1982), não houve expressiva mudança de perspectiva política, uma vez que os empresários mantiveram o controle dos meios de ação pública e a condução econômica persistiu focada no setor agroindustrial, sobretudo a ala comandada por Plínio Arlindo de Nês. A perspectiva de desenvolvimento socioeconômico continuou centrada na lógica dos mais importantes capitalistas do município. A partir da década de 1990, com a reestruturação produtiva e o domínio do setor financeiro no país, percebe-se que um ideário desenvolvimento cede lugar a práticas próprias do neoliberalismo, o que impacta também o imaginário político local. Desse modo, compreendemos que a primeira oposição com projeto político ideológico verdadeiramente alternativo àqueles praticados desde longa data no município foi representada pelo Partido dos Trabalhadores.

Após duas vitórias consecutivas no executivo municipal, o Partido dos Trabalhadores de Chapecó sofreu diversos reveses e não pôde retornar ao governo até 2021, ano de conclusão desta tese. Essa trajetória política exige a abordagem de uma História voltada para o Tempo Presente, que seja capaz de propor discussões e reflexões fundamentais para compreender o “esvaziamento” que o partido sofreu nacional e localmente. Esperamos que o presente estudo tenha contribuído para tal abordagem, com elementos para a análise dos movimentos políticos atuais.



Por fim, compreendemos que este esforço intelectual não esgota as possibilidades suscitadas pelo estudo dos processos políticos recentes e sequer sobre as relações entre cultura e política em Chapecó. Esperamos que as reflexões levantadas aqui possam servir de suporte para futuras investigações nos âmbitos local e estadual, seja no campo da política ou da historiografia.

## REFERÊNCIAS

### *Documentais:*

CELEIRO CATARINENSE. Chapecó, 1970-1974.

DIÁRIO DA MANHÃ. Chapecó, 1980-1996.

FOLHA D'OESTE. Chapecó, 1967-1974.

O OESTÃO. Chapecó, 1978.

### *Bibliográficas:*

AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1991.

ANDRIOLI, Marina. **Celeiro Catarinense: a agricultura e a paisagem do Oeste de Santa Catarina nos planos desenvolvimentistas (1968-1979).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2020.

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. **A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia.** Ed. Vozes: São Paulo, 1989.

ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial de Chapecó. **Vida Empresarial.** Volume 1. Chapecó: Grifos, 1997.

AVRITZER, Leonardo. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 10, n. 28, junho de 1995.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública.** v. 12, n. 1. Campinas, maio de 2006.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BEN, Fernanda. **Trabalhadores da Indústria Frigorífica: trabalho, tradição, política e protesto.** Chapecó, 1967-1982. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2005.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. al. (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Do poder popular ao modo petista de governar: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores.** Dissertação (mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2014.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodóvis. **Da Libertação: o sentido teológico das libertações sócio-históricas**. Ed. Vozes: Petrópolis, 1982.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. **Estudos Avançados**. Volume 26, n. 75. São Paulo, maio/ago. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRANCHER, A.; LOHN, R. L. (orgs.) **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BRESOLIN, Keller Augusto. **A experiência de uma Igreja comprometida com os pobres: a influência da Teologia da Libertação na Diocese de Chapecó**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, v. 38, jul./dez. São Paulo, 2010.

CALIMAN, Cleto. A trinta anos de Medellín: uma nova consciência eclesial na América Latina. **Perspectiva Teológica**. N. 31, 1999.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **Roças, empresas e sonhos: jogos e discursos (A CPT em Santa Catarina)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1996.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006.

CASSOL, Evaldo. **A Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste – SNO: as ações do Estado no desenvolvimento do oeste catarinense (1963-1992)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2007.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.

COELHO, Allan da Silva; SUNG, Jung Mo. Capitalismo como religião: uma revisão teórica da relação entre religião e economia na modernidade. **Revista Horizonte**. Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 651-675, maio/ago. 2019.

COELHO, Sandro Anselmo. O partido democrata cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). **Revista Brasileira de História**, vol. 23, nº 46, dez. 2003.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. v. 4, n. 1. Florianópolis, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DUARTE, João de Azevedo e Dias. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Kosellec. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 8, abr. de 2012.

DUSSEL, Enrique. Teología de la liberación y marxismo. **Cuadernos Americanos**. N. 12, nov./dez. 1988.

ESPINDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do Oeste catarinense: o caso Sadia**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1996.

FILHO, Daniel Aarão Reis. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

FIorentin, Valter; ORO, Ivo Pedro. Dom José e as lutas dos pequenos agricultores. In: UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

FLORA, Ângela Della. **A Teologia da Libertação e a formação político-cristã de uma geração de jovens rurais militantes na Diocese de Chapecó – SC**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2007.

FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira. In: \_\_\_\_\_ (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en America Latina**. 5. ed. Mexico: Siglo Veintiuno, 1978.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. **Trajetos e perspectivas social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 1996.

GIESE, Barbara. **A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1991.

GODINHO, Lucas da Silva. **A cruz, a estrela vermelha, e o povo: a influência da Igreja Católica na formação de lideranças no Partido dos Trabalhadores na Diocese de Chapecó (1979-1989)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, 2019.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Paulo de Oliveira. **D. José Gomes, a revolução pela palavra: dos Planos de Pastorais as CEBS**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Especialização em História Regional, Chapecó, 2019.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides; RABELO, Giani. Planejamento, crescimento econômico e desigualdades sociais. In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Histórias na ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

GOYTISOLO, Juan Berchmans Vallet de. **O perigo da desumanização através do predomínio da tecnocracia**. São Paulo: Mundo Cultural, 1977.

GROSGOUEL, Ramón. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu, vol., n. 1, 2018.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teología de la liberación: perspectivas**. 7ª edición. Ediciones Sígueme: Salamanca, 1975.

HASS, Monica. O comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1988 a 1992 no Oeste de Santa Catarina. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 10, n. 10, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2001.

\_\_\_\_\_. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956**. 2ª edição. Chapecó: Argos, 2007.

\_\_\_\_\_. As elites políticas e o poder local: conflitos na política chapecoense de 1917 a 1998. In: CARBONERA, Mirian [et al.]. **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida. Chapecó: UFFS, 2016.

IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Santa Catarina**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1981; IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980, vol. 1, tomo 1, n. 20, 1981.

ISAIA, Artur Cesar. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano I, n. 3, jan. de 2009.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: Unesco, Mec, 2007.

KECK, Margareth. **PT – A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KLUG, João. **A escola teuto-catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina**: a ação da Igreja Luterana através das escolas (1871-1938). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar. Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.2, n.4. São Paulo, jun. 1987.

LISBOA, Teresa Kleba. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense – um novo movimento social**. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1987.

LOHN, Reinaldo L. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: LOHN, Reinaldo L; BRANCHER, Ana. **Histórias na ditadura**: Santa Catarina, 1964-1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

LOPES, Augustus Nicodemus. A hermenêutica da Teologia da Libertação: uma análise de Jesus Cristo Libertador, de Leonardo Boff. **Fides Reformata**. v. 3, n. 2, 1998.

LOVERA, Clair José (et. al.). **Sermões do Bispo Dom José Gomes**. Florianópolis: Premier, 2013.

LOWY, Michel. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova**. N. 19. São Paulo. Nov. 1989.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. **A ditadura que mudou o Brasil**. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.

MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história**: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MARCHETTI, Décio; SILVA, Juraci Lopes. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida. Chapecó: UFFS, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELO, Cristiane Dias. **Terra e trabalho: concepções de direito à terra e reforma agrária na Faixa de Fronteira de Santa Catarina (1968-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas (SP), 2012.

MENDES, Francivaldo José; SOUZA, César Martins; NETO, José Queiroz. Memórias de migração na Amazônia: um estudo a partir das narrativas orais dos sujeitos no território da Transxingu. **Cadernos do Ceom**. v. 31, n. 49. Chapecó, dez. 2018.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Ido Luiz. **Uma crítica à economia política catarinense**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba (UFPA). Campina Grande, 1993.

MIGUEL, Luís Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**. v. 20, n. 39. São Paulo, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, Alisson Volmar. **Diário da Manhã: o berço do jornalismo diário no Oeste Catarinense**. TCC (Graduação em Comunicação Social). Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Chapecó, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O conceito de cultura política. In: **Anais do X Encontro Regional da Anpuh-MG**, Mariana, 1996.

MYSKIW, Antônio M. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida. Chapecó: UFFS, 2016.

NETO, Júlio Barassa. **Da transformação ao gerencialismo: as metamorfoses da concepção de participação popular no Partido dos Trabalhadores (1988-2004)**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista (Unesp). Marília, 2012.

NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História**. São Paulo, n. 16, fev. de 1998.

OLIVEIRA, L. **“Estado do Iguaçú”**: o regionalismo em questão. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP), 1998.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**. v. 1, n. 1. Florianópolis, 2009.

PAIM, Elison Antonio; GASARETTO, Sirlei Antoninha. Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina. **Cadernos do Ceom**. v. 20, n. 27. Chapecó, jul. 2014.

PANINI, Carmela. **Reforma Agrária dentro ou fora da lei: 500 anos de história inacabada**. São Paulo: Paulinas, 1990.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste Catarinense**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2008.

POLI, Odilon. **Leituras em Movimentos Sociais**. 2ª ed. Chapecó: Argos, 2008.

PRADO, Fernando Corrêa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & política**, v.29, n. 2, 2011.

PRADO, Luiz Carlos; EARP, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

QUEIROZ, Zilas Nogueira. **Organizações de esquerda e a perspectiva da centralidade da política no Brasil: a trajetória do Partido dos Trabalhadores**. Tese (doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2011.

RAMALHO, José Ricardo. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RECHE, Daniella. **Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2008.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às Avessas**. Chapecó: Grifos, 2000a.

\_\_\_\_\_. Uns trabalham e outros lutam: brasileiros e a luta na erva. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, nov. 2000b.



\_\_\_\_\_. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense.** 2ª ed. Chapecó: Argos, 2006.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. In: **Os Economistas.** Editora Nova Cultural: São Paulo, 1996.

ROSSETTO, Santo. Apresentação. In: TAMBOSI, Carme; ZANELLA, Vania (orgs.). **I Simpósio Regional sobre violência.** Chapecó: MPC e FECOV, 2000.

RUA, Maria das Graças; COSTA FILHO, Carlos Roberto da. O crescimento dos pequenos Partidos e a ascensão das alternativas conservadoras nas eleições municipais de 1988. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6, n. 9, p. 54-98, 1990.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v.9 n.25 São Paulo jun. 1994.

SANTANA, Marcos Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N (orgs). 2ª ed. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Maria Aparecida dos. **O sofrimento dos trabalhadores da agroindústria Sadia S.A. de Chapecó.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis (SC), 2011.

SCHEFFER, Sérgio Roberto. **Secretaria dos Negócios do Oeste: uma perspectiva de desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Chapecó, 2019.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1997.

SECCO, Lincoln. **História do PT (1978-2010).** Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SEYFERT, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v.7, n.18, Rio de Janeiro, fev. 1992.

SILVA, Claiton Marcio da. **Dos braços do povo à espada dos militares: os anos de chumbo na Fronteira Sul (1964-1970).** Florianópolis: Pandion, 2014.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.

SILVA, Claiton Marcio da; RIGO, Carla Aparecida. Da conciliação trabalhista à resistência brizolista: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região Oeste de Santa Catarina (1950-1965). **Cadernos do CEOM.** Chapecó (SC), v. 32, n. 50, jun. 2019.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

SILVA, Flavio José Rocha. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **Revista Pegada**. vol. 17, n.2, dez. 2016.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Revista Humanidades em Diálogo**. v. 6. São Paulo, 2014.

SILVA, Michel G. Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SILVA, Tiago Arcego. **A práxis da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970 e 1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, 2017.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**. Vol. 16, n. 1-2. Brasília. Jun./Dez., 2001.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de; PAIM, Elison Antonio. CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense. **Revista Santa Catarina em História**, v. 8, n. 1, p. 40-56, 2014.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. O “milagre econômico” e a tecnocracia no Projeto Chapecoense de Desenvolvimento (1973-1976). **Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional**. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2015.

SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. **Os donos do “Celeiro do Progresso”**: redes sociais e política (Chapecó, 1956-1977). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Florianópolis, 2016.

\_\_\_\_\_. Uma comemoração para o futuro: aceleração e progresso no cinquentenário de Chapecó (1967). **Cadernos do CEOM**. História e Imprensa – v. 30, n. 47, dez. de 2017.

SOARES, Claudete Gomes. **Teologia da Libertação no Brasil**: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2000.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra**: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997.

SUNG, Jung Mo. Teologia da Libertação entre o desejo de abundância e a realidade da escassez. **Perspectiva Teológica**. V. 35, n. 97, 2003.

\_\_\_\_\_. Teologia da Libertação e a “revolução da estrutura mítica do capitalismo”. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, volume 76, número 304, p. 792-819, Out./Dez. 2016.

TAMAYO-ACOSTA, Juan José. **Para Comprender la Teología de la Liberación**. Estella (Espanha): Editorial Verbo Divino, 1989.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v.21, n.45, 2013.

TEDESCO, Adayr; ZIMMER, Romualdo. O pastor de uma Igreja que transformou o Oeste. In: UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: Mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. v. 24, nº 47. São Paulo, 2004.

UCZAI, Pedro (org.). **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. **O continente pobre e católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (1968-1992)**. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15, n. 44, out. 2000.

VIZENTINI, Paulo G. F. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática 1945/1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WANDERLEY, Sérgio Eduardo de Pinho Velho. **Desenvolviment(ism)o, descolonialidade e a geo-história da administração no Brasil: a atuação da CEPAL e do ISEB como instituições de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação**. Tese (doutorado em Administração Pública e de Empresas). Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2015.

ZANOTTO, André Luís. **Senhores e criadores: uma história do combate à Peste Suína Africana em Santa Catarina (1978)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: História e Historiografia. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida. Chapecó: UFFS, 2016.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.